



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

AS LIGAS CAMPONESAS DA PARAÍBA: HISTÓRIA E MEMÓRIA

VICTOR GADELHA PESSOA

Orientador: Paulo Giovani Antonino Nunes

Linha de Pesquisa: História Regional

JOÃO PESSOA – PB
Agosto, 2015

AS LIGAS CAMPONESAS DA PARAÍBA: HISTÓRIA E MEMÓRIA

VICTOR GADELHA PESSOA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes

Linha de Pesquisa: História Regional

JOÃO PESSOA – PB
Agosto, 2015

P475I Pessoa, Victor Gadelha.
 As ligas camponesas da Paraíba: história e memória /
Victor Gadelha Pessoa.- João Pessoa, 2015.
 248f. : il.
 Orientador: Paulo Giovani Antonino Nunes
 Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHL
 1. História regional. 2. Ligas camponesas - Paraíba.
 3. História e memória. 4. Camponeses - repressão. 5. Regime
 civil-militar - traumas. 6. Lideranças camponesas.

UFPB/BC

CDU: 981.422(043)

AS LIGAS CAMPONESAS DA PARAÍBA: HISTÓRIA E MEMÓRIA

Victor Gadelha Pessoa

Dissertação de Mestrado avaliada em ____/____/____ com conceito _____.

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Orientador

Professora Dra. Christine Paulette Yves Rufino Dabat
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Pernambuco
Examinadora Externa

Professora Dra. Lúcia de Fátima Guerra Ferreira
Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania – Universidade Federal da Paraíba
Examinadora Interna

Professor Dr. Luciano Mendonça de Lima
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande
Suplente Externo

Professor Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva
Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania – Universidade Federal da Paraíba
Suplente Interno

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a minha querida e amada família, não apenas a nuclear, mas também a família extensiva. Aos meus avós (*in memorian*), tios e tias, primos e primas, pela base sólida de amor e carinho na qual fui criado. Todos eles, significativamente, fizeram e continuam fazendo toda a diferença em minha vida.

Especialmente, agradeço a meu pai Valber e minha mãe Ylma, por serem exemplos de pai e mãe, em todas as acepções que estas palavras abrangem. É em vocês que encontro meu porto seguro, sabendo que em qualquer momento poderei contar vossos apoios, não importa o que houver.

Aos meus avós maternos (*in memorian*), Yêda, que infelizmente se foi muito cedo, e Eurípedes Gadelha, que, mais lamentavelmente, não cheguei a conhecer, mas sempre o admirei pelas histórias que me contavam. Durante a construção dessa dissertação tive ainda mais curiosidade sobre sua vida profissional, haja vista que o mesmo foi jornalista do Jornal A União durante alguns anos de vigência das Ligas Camponesas na Paraíba. Tive o prazer de ver o seu nome ser citado em obras bibliográficas, ao lado de outros relevantes jornalistas do período, como Jório Machado, Biu Ramos, entre outros. Durante alguns eventos promovidos pela Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba (CEVPM/PB) tive, inclusive, a oportunidade de conversar com alguns jornalistas que o conheciam, e ouvi-los contar algumas histórias sobre ele.

Ao contrário dos meus avós maternos, com os quais praticamente não tive contato, meus avós paternos, Edésio e Lourdes (*in memorian*), estiveram presentes em toda minha infância e adolescência e puderam contribuir valorosamente na minha formação pessoal. A eles minha reverência e gratidão por tudo, pois os dois ainda estão presentes, sendo partes de mim.

Não poderia deixar de agradecer também aquela que, apesar da não consanguinidade, faz parte da minha família pela grande consideração, apreço e vivência. Refiro-me aqui a Socorro Melo (Socorrinho) e toda sua família, que foi, durante muitas oportunidades, uma verdadeira mecenas para mim, no sentido de ter contribuído de forma decisiva na minha formação intelectual ao me presentear diversas vezes com livros importantes. Dela recebi, inclusive, obras de grande relevância para o desenvolvimento desta dissertação.

Aos meus verdadeiros e estimados amigos, lembro de vocês enquanto escrevo essas linhas. Sei que vocês torcem bastante por mim e por minhas conquistas. Desde os de longas

datas, como os mais recentes: Ricardo Azevedo, Alessandro Potter, Caio Márcio, Thomaz, Amanda, André (Dedéu), Arthur (Tuca), Neto, Marco (Marquinho), Afrânio, Henrique, Danilo, Diego, Carlos (Cacá), Guilherme, João, Gustavo (Gustim). Também não posso deixar de agradecer aos meus amigos e companheiros da Universidade: Severino (Bibiu), Thiago Oliveira (Monge), Alisson Tomás, Giovanni (Antonelle), Alisson Moura e Helder, pela amizade e parceria durante todo o curso de História. Também sou bastante grato a um grande amigo e companheiro de ideias que muito me ajudou na minha trajetória acadêmica, Jivago Correia. E por fim, especialmente, agradeço aos meus companheiros de vida, que além de irmãos, são meus melhores amigos, Valbinho e Vinícius.

Também não poderia deixar de agradecer à família da minha namorada Raíssa, não apenas porque sei que torcem pelo meu sucesso, mas também porque me proporcionaram dias e noites de estudo em sua casa, local onde escrevi grande parte desta dissertação. Meus agradecimentos para: minha sogra Lisanka e meus cunhados Marcinho, Daniel e Rebeca. Também agradeço ao meu querido sogro Márcio que muito torce pelo meu bom desempenho. Todos eles acompanharam de perto esta trajetória.

Reservo aqui um agradecimento de grande destaque para aqueles que foram responsáveis pela minha formação acadêmica, sem os quais não teria chegado até aqui: Regina Célia, Regina Behar, Damião de Lima, Monique Cittadino, Solange Rocha, Paulo Giovani, Jonas Duarte e Romero Venâncio, todos meus professores da graduação do curso de História da UFPB. Acrescento também os professores que tive a oportunidade de conhecer durante este mestrado, que só vieram a somar: Jaldes Menezes e Cláudia Curi.

Agradeço primordialmente a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba e ao Grupo de Trabalho Repressão do Estado e milícias privadas aos camponeses, nas pessoas de seus membros: Raíssa, Laíze, Yann, Nathália, Raoni e Luísa. Em especial, a coordenadora deste GT, professora Iranice Muniz, a quem muito admiro e que conseguiu conduzir todas as atividades do grupo de forma eficiente e proativa. Gostaria de expor que este trabalho é também de vocês.

Agradeço especialmente a todas aquelas pessoas que se disponibilizaram a prestar depoimentos à Comissão, se esforçando muitas vezes para rememorar acontecimentos tão dolorosos, mas de grande relevância para história da Paraíba. Foram eles que mais enriqueceram e legitimaram todo o nosso trabalho.

Quanto ao meu orientador, o professor Paulo Giovani, este cumpriu seu papel com excelência, sempre me proporcionando discussões enriquecedoras, tecendo críticas precisas e

sugestões preciosas ao meu trabalho. Graças a ele, fui inserido como membro na CEVPM/PB, oportunidade fundamental para a produção desta dissertação. É um exemplo de professor, não apenas pela sua perspicácia intelectual, mas também pela grande dedicação aos seus orientandos.

Não poderia deixar de agradecer às professoras leitoras Lúcia Guerra e Christine Dabat, que, através de suas críticas construtivas e sugestões relevantes, contribuíram significativamente para este trabalho.

Também sou grato aos colegas de trabalho e a diretoria da Escola Municipal Professor Aníbal Moura, pela compreensão nos momentos finais desta dissertação, quando em algumas ocasiões tive que estar ausente. Destaco em especial a professora Raquel, que fez uma leitura atenta a partes deste trabalho.

A Capes, pelo financiamento de 24 meses de curso de Mestrado, muito importante para viabilizar as diversas pesquisas imprescindíveis para este trabalho.

Por fim, meu maior agradecimento vai para Raíssa, amor da minha vida, pessoa com a qual compartilho muitos pensamentos e sonhos. Coincidentemente, apareceu em minha vida poucos meses após eu ter ingressado no Mestrado em História. Assim, acompanhou de perto praticamente todo desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço-a por todo o apoio que me deu e por sempre demonstrar confiança em minha capacidade de realizar este trabalho. Foram dias e noites dedicadas em meu favor, ajudando-me com leituras do texto da dissertação, sugestões e críticas. Muito obrigado, meu amor.

Aos familiares de Pedro Fazendeiro, Nego Fuba e Elizabeth Teixeira, pelo bravo esforço na rememoração dos acontecimentos adiante narrados, bem como às seis testemunhas da Liga Camponesa de Sapé, que igualmente prestaram valiosas contribuições a este trabalho.

RESUMO

Este trabalho busca contribuir com a historiografia referente às Ligas Camponesas da Paraíba, sobretudo ao resgatar essa história através das memórias *dos de baixo*. As abordamos por intermédio do trabalho que desenvolvemos na Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória na Paraíba (CEVPM/PB), mediante a colheita de depoimentos de antigos trabalhadores rurais, de lideranças do movimento e de familiares de perseguidos pelo regime civil-militar. Através dos depoimentos destes últimos, também tivemos especial atenção aos efeitos do golpe e do regime civil-militar para alguns perseguidos políticos vinculados às Ligas Camponesas e suas respectivas famílias. Na maior parte dos depoimentos analisados, entretanto, demos destaque às lutas e embates travados por trabalhadores rurais organizados e latifundiários e seus prepostos. Configurando forças sociais antagônicas, analisamos também a forma como se davam as relações de poder, observando que não havia uma dominação absoluta dos *de cima* em relação aos *de baixo*. Organizados em Ligas Camponesas, os camponeses somavam forças que reagiam em proporções relativamente equilibradas às arbitrariedades dos grandes proprietários de terra. Desse embate resultavam, não raro, lutas sangrentas que terminavam com baixas dos dois lados. Foi à luz das vertentes historiográficas da História Social, em especial a tradição inglesa, e da Nova História Política que abordamos nosso objeto de estudo, por compreendermos que a dinâmica social é também permeada por relações de poder.

Palavras-chaves: Ligas Camponesas da Paraíba; História e Memória; Repressão aos Camponeses; Traumas do Regime Civil-Militar; Lideranças Camponesas.

ABSTRACT

This project seeks to contribute to the historiography concerning the Peasant Leagues of Paraiba, especially by rescuing this story through the memories of the *ones from below*. Our approach is through the work we developed at the State Commission of Truth and Memory Preservation of Paraiba (CEVPM/PB), through the taking of testimony of former rural workers, leaders of the movement and family members persecuted by the civil-military regime. Through the testimony of the latter, we also gave special attention to the effects of the coup and the civil-military regime for some persecuted politicians linked to the peasant leagues and their families. In most of the analyzed interviews, however, we highlight the struggles and battles fought by organized rural workers and landowners and their agents. Configuring antagonistic social forces, we also analyze how the power relations were given, noting that there was not an absolute domination of the *ones on top* towards the *ones from below*. Organized in Peasant Leagues, the peasants amounted forces that reacted in relatively balanced proportions to the arbitrariness of large landowners. This encounter often resulted in bloody battles that ended with casualties on both sides. It was in the light of historiographical aspects of social history, particularly the English tradition, and the New Political History, which we approach our object of study by understanding that power relations also permeate social dynamics.

Key words: Peasant Leagues of Paraiba; History and memory; Repression of peasants; Trauma of the Civil-Military Regime; Peasant leaders.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 – Discussões teóricas e metodológicas	4
1.2 – A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba (CEVPM/PB).....	23
 2. O DESENVOLVIMENTO DAS LIGAS CAMPONESAS E SUA EXPRESSÃO NA PARAÍBA.....	31
2.1 – As primeiras Ligas Camponesas	38
2.2 – As Ligas Camponesas da década de 1950	45
2.3 – As Ligas Camponesas e o processo do golpe civil-militar na Paraíba	58
 3. MEMÓRIAS DE DIRIGENTES E TESTEMUNHAS DAS LIGAS CAMPONESAS	71
3.1 – Audiência pública em Sapé	71
3.1.1 – Assis Lemos	73
3.1.2 – Ophélia Amorim	76
3.1.3 – Josineide Maria de Araújo	82
3.1.4 – Elizabeth Teixeira	88
3.1.5 – Antônio José Dantas	92
3.2 – Oitivas.....	97
3.2.1 – Testemunhas da Liga Camponesa de Sapé	97
1º ouvida: Ana Justino de Oliveira	98
2º ouvida: Hilda Maria da Conceição de Melo	99
3º ouvida: Francisca Freitas de Sousa.....	102
4º ouvida: Isabel Regina dos Reis.....	104
5º ouvido: Severino Francisco da Silva	113

6º ouvido: Antônio Domingos de Oliveira	117
Oitiva coletiva	118
4. NEGÓ FUBA E PEDRO FAZENDEIRO: Dois camponeses assassinados – Memórias de familiares	124
4.1 – Depoimento sobre Nego Fuba	124
Ouvida: Marina Dias.....	125
4.2 – Depoimentos sobre Pedro Fazendeiro	139
1º ouvida: Náugia Maria de Araújo	140
2º ouvido: Walter Araújo.....	152
3º ouvida: Josineide Maria de Araújo.....	157
4º ouvido: José Marinard Araújo	163
5. O REENCONTRO DA FAMÍLIA TEIXEIRA: 50 anos depois do Golpe.....	182
5.1 – Oitivas dos filhos de Elizabeth Teixeira	185
1º ouvida: Marta Teixeira	187
2º ouvida: Marinês Teixeira.....	199
3º ouvido: Izaac Pedro Teixeira.....	206
4º ouvida: Maria José Costa.....	219
5º ouvida: Maria das Neves	229
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	238
7. ANEXO	241
8. REFERÊNCIAS	242

1. INTRODUÇÃO

O recorte temporal do nosso trabalho de dissertação está inserido nos últimos anos do que chamamos de República Nova ou Período Trabalhista¹ – que se inicia com o fim da Era Vargas, em 1945, e vai até a deflagração do Regime Civil-Militar, em 1964. Foi um período repleto de crises políticas, desde o suicídio do presidente Vargas até a deposição de João Goulart pelo golpe civil-militar. Houve também nesse período a ascensão das organizações das classes populares, como foi o caso do movimento das Ligas Camponesas que, sobretudo nos estados de Pernambuco e Paraíba, contribuiu para intensificar ainda mais a polarização política na sociedade. Essa situação teve como desdobramento a organização das forças conservadoras brasileiras, que resultou no golpe de estado de 1964.

Nosso trabalho visa abordar o movimento social das Ligas Camponesas na Paraíba, do seu surgimento, a partir de 1958, até os momentos iniciais da repressão da ditadura civil-militar contra os camponeses e seus líderes em 1964, analisando, sobretudo, a construção da memória de protagonistas e testemunhas em torno de acontecimentos marcantes dentro deste recorte temporal.

No primeiro capítulo discorreremos, inicialmente, sobre o contexto histórico do período compreendido entre 1945 e 1964, no qual também apresentaremos, ainda que de forma breve, o desenvolvimento de organizações camponesas por todo Brasil, dentro desse recorte histórico. Em seguida, abordaremos sobre o movimento das Ligas Camponesas, no sentido geral e também específico, ao tratar de seu desenvolvimento na Paraíba², levantando questões como: conflitos/contradições internas no movimento, bem como a cultura política dos camponeses antes e depois das Ligas, além de destacarmos as práticas de violência presentes nos embates entre camponeses e latifundiários e seus prepostos. Discorreremos também sobre a perspectiva das elites em relação às Ligas Camponesas, na qual utilizaremos como principal fonte as memórias de Joacil de Brito Pereira, visto que o consideramos bastante representativo das forças conservadoras paraibanas.

¹ Entendemos que trabalhismo é um conceito que explica melhor que o populismo o período da política brasileira entre 1945 e 1964, no sentido que busca compreender as ações dos trabalhadores no período e seu apoio ao projeto que buscava atender de alguma forma suas demandas. Sobre a crítica ao conceito de populismo ver: FERREIRA, Jorge. (Org.) **O populismo e sua história**. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

² Para facilitar a localização espacial do leitor, incluímos no anexo da dissertação (ver p. 241) um mapa do Estado da Paraíba, com as divisões político-administrativas do ano de 1963. A partir deste recurso, o leitor poderá perceber os diversos municípios paraibanos citados neste trabalho. O mapa utilizado foi extraído do Atlas Geográfico da Paraíba, planejado e coordenado pelo geógrafo Bernardo Issler, publicado no ano de 1965.

No segundo capítulo trataremos acerca das memórias de dirigentes e militantes das Ligas Camponesas, através da análise de depoimentos prestados a Comissão Estadual da Verdade e da Memória da Paraíba (CEVPM/PB). Abordaremos, especificadamente, a audiência pública realizada no município de Sapé- PB, no dia 15 de julho de 2013, na qual prestaram depoimentos antigos líderes e dirigentes do movimento camponês, e a oitiva realizada também em Sapé – mais precisamente na antiga residência de Elizabeth e João Pedro Teixeira, onde hoje constitui o Memorial das Ligas Camponesas – na data 03 de dezembro de 2013, na qual foram ouvidos espectadores e remanescentes da Liga Camponesa de Sapé³.

Quanto ao terceiro capítulo, focaremos no caso de João Alfredo Dias e Pedro Inácio de Araújo, também conhecidos como Nego Fuba e Pedro Fazendeiro, respectivamente. Trata-se de dois líderes camponeses que desapareceram durante o regime civil-militar, ainda no ano de 1964, após serem supostamente libertados da prisão. Nossa escrita tomará por base as memórias de familiares, descritas em depoimentos prestados em oitivas organizadas pela CEVPM/PB. Em se tratando de Pedro Fazendeiro, analisaremos as oitivas de quatro filhos, a saber: Josineide, José Marinard, Walter e Náugia⁴. No caso de Nego Fuba, abordaremos a oitiva de sua irmã, Marina Dias⁵.

Em se tratando do quarto e último capítulo, trataremos do reencontro da Família Teixeira depois de passados cinquenta anos de sua separação, devido aos rumos que cada integrante teve de tomar após a deflagração do Golpe de 1964. Trabalharemos também com as oitivas, promovidas pela CEVPM/PB, dos filhos e filhas de Elizabeth e João Pedro Teixeira, a saber: Izaac, Marinês, Marta, Maria José e Maria das Neves. Dos filhos vivos de Elizabeth, apenas Carlos não será contemplado, pois até o momento da conclusão desta dissertação o mesmo ainda não tinha prestado seu depoimento a CEVPM/PB, que terá duração até o mês de dezembro de 2015.

Nesses dois últimos capítulos, além de tratarmos sobre essas três lideranças do campo paraibano, também abordaremos o impacto do golpe de 1964 e do regime civil-militar para os seus familiares⁶.

³ Mais adiante explicaremos o que vem a ser uma audiência pública e uma oitiva, bem como a diferença entre elas.

⁴ Destacamos a ausência de Nadieje Araújo, filha mais velha de Pedro Fazendeiro já falecida, em virtude de um trágico acidente de trânsito.

⁵ Vale ressaltar que poucos meses após prestar depoimento à CEVPM/PB, Marina Dias faleceu devido a um câncer de pulmão. O nosso Grupo de Trabalho só tomou conhecimento da notícia meses depois. Lamentamos muito o ocorrido e gostaríamos bastante de ter comparecido ao seu funeral para prestar as últimas homenagens.

⁶ Vale ressaltar que desde o primeiro semestre deste mestrado, ainda no ano de 2013, fui diversas vezes questionado por professores da disciplina de Metodologia da História: qual contribuição nova poderíamos dar a

Além das fontes orais já anunciadas, utilizaremos também fontes escritas. Podemos destacar diversas obras bibliográficas, as quais algumas tratam especificamente do tema desse projeto, tais como: *Os crimes que abalaram a Paraíba*, de Severino Ramos (2012); *Nordeste: o Vietnã que não houve*, de Assis Lemos (2008); *Anotações de um Juiz de Direito*, de Walter Rabello da Costa (1988); *A Vida e o Tempo – Memórias II*, de Joacil de Brito Pereira (1997). O destaque para essas obras se dá principalmente por estas terem grande valor documental, levando em conta que os autores participaram ativamente do processo histórico em questão.

Também tomaremos por base, nesta pesquisa, obras que tenham relação geral com o tema como, por exemplo, *As Ligas Camponesas*, de Fernando Antônio Azevedo (1982) e *A Questão Agrária no Brasil (vol.4): História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964*, organizado por João Pedro Stedile (2006), além de outras. Essas obras tratam das Ligas Camponesas sob um contexto mais amplo, inseridas no cenário nacional. Estas, além de não se resumirem a narrativas, contêm análises interpretativas acompanhadas de uma fundamentação teórica definida, tratando, portanto, de trabalhos com tom mais acadêmico.

No que se refere ao processo metodológico que será aplicado a este trabalho, de forma sintética, utilizaremos bastante das acepções da História Oral no momento de abordar as gravações da audiência pública de Sapé e oitivas promovidas pela CEVPM/PB, além de pesquisas a variadas obras bibliográficas que tratam da temática em questão.

Abordaremos nossa pesquisa a partir da fundamentação teórica que busque compreendê-la segundo a tradição teórica da História Social. Diferente de uma historiografia tradicional que parte dos grandes homens e considera o processo histórico apenas nos grandes acontecimentos, essa vertente historiográfica permite abordar o passado com maior riqueza de detalhes. De acordo com a teoria de E. P. Thompson, sob o conceito da *História vista de baixo*, procuramos dar destaque às lutas e dramas das populações marginalizadas, fazendo dos camponeses e seus líderes protagonistas do processo histórico. Assim, sob o prisma da História Social, trataremos das Ligas Camponesas da Paraíba e seus membros buscando compreendê-los a partir de suas experiências cotidianas, principalmente em suas tensões e conflitos sociais.

Além da História Social, esta dissertação está inscrita também no âmbito da Nova História Política. Essa proposta de mesclar na pesquisa elementos de mais de uma corrente historiográfica se faz relevante, pois possibilita maior enriquecimento ao trabalho. Em relação

um tema já tão abordado pela historiografia, como é o caso das Ligas Camponesas da Paraíba? Foi então que surgiu a ideia de tratá-lo dando ênfase também no impacto que teve o regime civil-militar sobre as famílias de perseguidos políticos do campo, a partir da memória resgatadas nos depoimentos prestados a CEVPM/PB.

à História Política, de acordo com Lucileide Cardoso (2010, p.2), “essa nova abordagem do político passou a se referir a todas as instâncias de relacionamento social, assumindo a sociedade como organização perpassada por relações de poder”. Complementando esta passagem, citamos Francisco Falcon:

Poder e política passam assim ao domínio das representações sociais e suas conexões com as práticas sociais [...]. O estudo do político vai compreender [...] não mais apenas a política em seu sentido tradicional mas, em nível das representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder (1997, p. 76).

Segundo Peter Burke (1992, p. 16), podemos caracterizar essas vertentes da historiografia – que se desenvolveram nos anos de 1970 e 1980, tendo destaque em várias partes do mundo através de historiadores latino-americanos, indianos, japoneses e outros – como um movimento de rompimento com o modelo tradicional.

Dessa forma, nossa proposta para este trabalho é, do ponto de vista teórico, buscar um diálogo entre a História Social e a chamada Nova História Política. Já no que concerne à metodologia, além da revisão bibliográfica, nos utilizaremos da História de forma ampla, ao dialogar História e Memória, a partir dos depoimentos colhidos na CEVPM/PB.

1.1 Discussões teóricas e metodológicas

Iremos abordar, neste tópico, as teorias e metodologias da história que dialogam diretamente com nossa dissertação de mestrado. Quanto ao arcabouço teórico, destacaremos a História Social, sobretudo as contribuições de E. P. Thompson, da chamada História Social Inglesa. Por fim, abordaremos também a Nova História Política, destacando as considerações que autores como René Rémond e Jacques Julliard fazem acerca desta abordagem, de um modo geral, além da discussão sobre o conceito de cultura política, sobretudo a partir da perspectiva de Serge Bernstein e Rodrigo Patto Sá Motta.

No que diz respeito à metodologia, utilizamos, como é de praxe entre os historiadores, a consulta a fontes escritas secundárias, ou seja, fontes bibliográficas que possuem relação com o tema pesquisado, bem como obras teóricas, sobretudo no que diz respeito às teorias da história que abarquem nossa perspectiva histórica. Além dessas fontes mais tradicionais, utilizamos também as fontes orais, colhidas através da iniciativa da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba (CEVPM/PB).

As fontes, sejam elas escritas ou orais, não são aqui tratadas como sinônimas de verdade absoluta e se submeterão a crítica das fontes, requisito primordial da prática do historiador. Estas são consideradas como resultado de uma visão particular, repleta de interesses e intenções. Assim, destacamos nosso apreço ao constante questionamento e confrontação das fontes históricas, sejam elas escritas ou orais.

Desta forma, cumprimos um trabalho de: 1- revisão bibliográfica, através da consulta e pesquisa a bibliografia correspondente a nossa temática da dissertação, na qual utilizaremos, mais a seguir, tanto obras consideradas clássicas como trabalhos mais recentes, como teses, dissertações, artigos e monografias acadêmicas, havendo sempre uma tentativa de diálogo entre nosso trabalho e essas obras; 2- produção de um material escrito a respeito de fontes primárias pesquisadas, ou seja, uma história oral no que diz respeito às gravações das audiências públicas e oitivas com protagonistas e testemunhas do movimento das Ligas Camponesas na Paraíba promovidas pela CEVPM/PB⁷.

Trataremos, agora, brevemente de cada uma das perspectivas teóricas e metodológicas que dialogaremos ao longo deste trabalho, bem como um pouco do contexto histórico no qual elas surgiram, qual seja: História Social e História Social Inglesa e Nova História Política, além de discorreremos sobre a História Oral, abordando-a como um componente metodológico.

A História Social, de acordo com Hebe Castro (2011), tem sua história vinculada ao nascimento da Escola dos *Annales* (1929), na França, que tinha como proposta uma renovação para a disciplina da História, posicionando-se de maneira bastante crítica a historiografia até então hegemônica, conhecida como História Metódica ou Rankeana (ou ainda chamada positivista). Esse tipo de história tradicional tem como características o factualismo, preocupações com os grandes acontecimentos, com os grandes homens, guerras e batalhas, foco central na política. O movimento dos *Annales* teve como proposta a história-problema, sendo marcada pela interdisciplinaridade, novos problemas, abordagens e métodos. Também defendiam que, na história, qualquer abordagem se encontra no âmbito social e nele se interliga⁸.

⁷ Vale ressaltar que participamos efetivamente deste processo, justamente porque fazemos parte da CEVPM/PB. Não apenas estivemos presentes durante estas audiências públicas e oitivas aqui abordadas, contribuindo com questionamentos e a própria condução (no caso das oitivas), como também realizamos um longo trabalho “braçal” de transcrevê-las uma a uma.

⁸ Nesse sentido, a proposta de nosso trabalho tem pretensão de História Social, pois trataremos o nosso objeto de estudo de forma ampla, considerando as contribuições das mais variadas áreas do conhecimento, tais como História, Sociologia, Geografia e Economia. Porém iremos além da proposta inicial da História Social, cunhada nas primeiras gerações dos *Annales*, que acabava por negar espaço à política. Para suprir esta carência, complementaremos com a perspectiva da Nova História Política, que torna o conceito de política mais plural e complexo. Adiante discutiremos mais a fundo este viés teórico.

Inicialmente, a análise que se realizava do social era feita, geralmente, sob uma abordagem socioeconômica, que dava prioridade aos atores históricos coletivos, classes/grupos sociais, as estruturas da sociedade e privilegiava a longa duração na história. Entretanto, podemos perceber transformações profundas na trajetória da História Social ao longo do tempo. Foi revista à questão dos modelos estruturais⁹, reconsiderada a relevância da ação humana na história¹⁰, bem como é reincluída a preocupação com os eventos e a curta duração. A História Social passou a ser analisada principalmente sob uma abordagem sociocultural. Essa mudança foi decorrente, em grande medida, da aproximação da História com a Antropologia. A partir disso, passou-se a considerar que os critérios culturais tinham efeito para modelar os processos sociais¹¹.

Um dos efeitos mais notáveis da aproximação da História com a Antropologia foi produzida pela tradição britânica do marxismo: a *história vista de baixo*, que teve como seu maior expoente o historiador Edward Palmer Thompson. Essa vertente da História Social, como o próprio nome já sugere, busca abordar as experiências das pessoas subalternas. Neste caso, a análise das ações sociais é feita principalmente centrada na dimensão cultural, levando em conta a noção de experiência¹².

Há também a vertente conhecida como pós-estruturalismo, a qual apresenta como um de seus ícones o intelectual Michel Foucault. Em geral, podemos dizer que essa vertente nega a existência de estruturas nas sociedades, além de retirar a ênfase na experiência e no vivido. Tem como um de seus resultados a aproximação da História com a Crítica Literária. Com o pós-estruturalismo, os atores sociais deixam de existir como sujeitos históricos e passam a ser entendidos como criações de práticas discursivas concorrentes. Dessa forma, para esta abordagem, uma história cultural da sociedade substitui uma história social da cultura.

Desde o final da década de 1970, surge na Itália uma nova abordagem para a historiografia: a micro-história, que, nas palavras de Hebe Castro (2011, p.49), tem o “mérito

⁹ Pois foi considerado que acabavam por confinar comportamentos e realidades sociais, sobretudo a partir da década de 1970. Ver: CASTRO, 2011, p. 46.

¹⁰ No nosso trabalho pretendemos dar espaço tanto aos atores históricos coletivos quanto individuais, haja vista que trataremos tanto dos camponeses e latifundiários de uma forma geral, coletiva, como também destacaremos as atitudes individuais.

¹¹ Vale destacar que essas mudanças em torno da História Social se desenvolveram de forma conflituosa, fruto de intensos debates entre intelectuais que abarcavam perspectivas não homogêneas. O que lhes conferia unidade, podemos destacar, foram as seguintes características partilhadas em comum: “(...) a ênfase na cultura, uma relativa redução de escala de análise e a predominância de perspectivas antropológicas” (CASTRO, 2011, p. 46).

¹² É justamente sob a perspectiva da *história dos de baixo* que pretendemos escrever nosso trabalho. No nosso caso, não apenas trataremos dos grupos sociais vulneráveis (especificadamente falando, os camponeses da Paraíba, no contexto histórico que abarca a vigência das Ligas Camponesas), como abriremos espaço para eles falarem por eles mesmos, através das diversas citações de seus depoimentos. Não se trata, aqui, de dar voz aos excluídos. Eles sempre tiveram suas vozes, mas nem sempre foram escutados. Nosso trabalho busca, então, ecoar suas vozes.

de enfrentar de forma articulada grande parte dos impasses colocados à história social após a década de 1960 (...)"'. A micro-história não rompe com a história social, mas tem a proposta de dinamizá-la. Por levar em consideração aspectos inesperados, acaba por complexificar a análise social. Através de uma análise microscópica, a sociedade é apresentada de forma que se percebam suas incoerências e fragmentos¹³.

Destacamos que, após essa longa trajetória da história social, marcada pelo aumento gradativo de objetos de estudo e novas abordagens, não podemos mais defini-la, tal qual em seu início, como uma especialidade da história enquanto disciplina. Apesar disso, podemos destacar que a história social conserva determinadas particularidades desde o seu processo de formação, pois em suas diversas abordagens buscou-se problematizar a experiência humana, o comportamento e as relações entre grupos sociais para a explicação histórica.

No que se refere à História Social Inglesa, trataremos aqui apenas de uma breve síntese sobre o movimento e suas principais características, bem como de um de seus expoentes: Edward Palmer Thompson (1924-1993), do qual discutiremos sua contribuição com o conceito de experiência, relevante para as discussões na dimensão cultural, e a *história vista de baixo*.

A História Social Inglesa apresenta como uma de suas características o fato de todos os seus historiadores se declararem adeptos ao marxismo. Apesar disso, seus membros rompem com a ortodoxia do Partido Comunista e criam a *nova esquerda*¹⁴. Tinham como proposta a renovação do materialismo histórico, sobretudo revendo a questão do economicismo e no que diz respeito às questões sobre cultura¹⁵. Um de seus membros mais influentes foi E. P. Thompson, que combina a história social (com o seu caráter empirista) e o marxismo.

Uma das preocupações de Thompson foi com a valorização da cultura dos povos subalternos¹⁶, procurando enfatizar as experiências das pessoas comuns. Foi o que ficou

¹³ Esta abordagem historiográfica rompe com o pós-estruturalismo ao encontrar agentes históricos por trás dos discursos e procura ir além da interpretação para formular explicações históricas. Hebe Castro (2011) percebe também que a micro-história foi capaz de conciliar dois eixos da história social que tenderam a se separar desde os anos 1960: estrutura e experiência.

¹⁴ Esse movimento posicionava-se, ao mesmo tempo, contra o elitismo e o conservadorismo da direita como também contra o dogmatismo e reducionismo da esquerda stalinista.

¹⁵ Tratava-se de uma reformulação do conceito de cultura, sem abandonar os princípios de Marx, objetivando principalmente que esse termo viesse a ajudar na compreensão das transformações pelas quais estava passando a Europa e, em especial, a Inglaterra naquele período. Um de seus membros mais influentes foi E. P. Thompson, que combina a história social (com o seu caráter empirista) e o marxismo.

¹⁶ Thompson reconhecia as contribuições dos folcloristas e da antropologia social para história, considerando valiosas no estudo dos costumes.

conhecido como *história vista de baixo*. Nas palavras do próprio historiador, no prefácio da obra *A formação da classe operária inglesa*:

Estou procurando resgatar o pobre descalço, o agricultor ultrapassado, o tecelão do tear manual ‘obsoleto’, o artesão ‘utopista’ e até os seguidores enganados de Joanna Southcott, da enorme condescendência da posteridade. Suas habilidades e tradições podem ter-se tornado moribundas. Sua hostilidade ao novo industrialismo pode ter-se tornado retrógrada. Seus ideais comunitários podem ter-se tornado fantasias. Suas conspirações insurrecionais podem ter-se tornado imprudentes. Mas eles viveram nesses períodos de extrema perturbação social, e nós, não (1987, p.12).

Nas obras de Thompson, a análise das ações sociais é feita principalmente centrada na dimensão cultural, levando em conta a noção de experiência. Vale ressaltar, então, que Thompson faz oposição às concepções de cultura do marxismo ortodoxo que considerava a relação determinista entre base e superestrutura, na qual a primeira determina e a segunda é determinada. Thompson faz a seguinte observação em relação a essa discussão:

A analogia ‘base e superestrutura’ é radicalmente inadequada. Não tem conserto. Está dotada de uma inerente tendência ao reducionismo ou ao determinismo econômico vulgar, classificando atividades e atributos humanos ao dispor alguns destes na superestrutura (lei, arte, religião, moralidade), outros na base (tecnologia, economia, as ciências aplicadas), e deixando outros ainda a flunar, desgraçadamente, no meio (linguística, disciplina de trabalho). Nesse sentido, possui um pendor para aliar-se com o pensamento positivista e utilitarista, isto é, com posições centrais não do marxismo, mas da ideologia burguesa (2001, p. 256).

Dessa forma, a noção de experiência teve sua importância no sentido de superar com o pensamento reducionista base/superestrutura. Ao estudar o processo de constituição da classe operária inglesa, o autor considerou que a classe social não apenas possuía uma formação de ordem econômica, como também cultural. Por esse motivo, teria sua relevância o estudo das condutas, dos costumes, dos comportamentos e dos valores populares¹⁷.

Na década de 1980, a partir dos novos desafios propostos pela linguística, antropologia e pelo pós-estruturalismo, Thompson foi criticado, recebendo a acusação de fazer uma história social obsoleta e sem consistência teórica, utilizando o conceito de cultura de forma totalizante e essencialista. Também recebeu críticas das feministas, que o acusaram de não

¹⁷ Abordar esse tipo de estudo é de grande relevância para nosso trabalho, pois muitas das principais obras de referência sobre as Ligas Camponesas foram escritas entre as décadas de 1960 e 1980, num tempo histórico em que a historiografia brasileira se preocupava mais com outras questões que não essas propostas por E.P.Thompson, que estava contribuindo com uma renovação do marxismo desde a década de 1960 na Inglaterra. De forma hegemônica, a historiografia brasileira desse período sofria bastante influência de uma literatura marxista mais tradicional. A influência do método de Thompson, entre os historiadores aqui no Brasil, só chegou de forma mais enfática a partir de meados da década de 1980 em diante, de forma que essas questões continuam atuais inclusive nos dias de hoje.

destacar a participação das mulheres na formação da classe operária inglesa. Thompson rebate parte das críticas em sua obra *Costumes em comum*, sobretudo acusando os antropólogos de utilizarem o conceito de cultura popular acriticamente e de forma não contextualizada.

Apesar das críticas, é inegável a contribuição do historiador no que concerne tanto para inserção de novos métodos de pesquisa para história, quanto para introdução de novos conceitos e preocupações no interior da história da história social.

Trataremos agora da História Política e seu percurso dentro da historiografia, delimitando a sua abordagem no contexto do século XIX até a atualidade.

Na segunda metade do século XIX, a história política estruturou-se através da escola metódica (chamada popularmente de “positivista”). O nome mais influente dentro desta escola foi Leopold von Ranke. Nesse período, a própria história se confundia com a história política¹⁸.

A escola metódica se posicionava contrária ao uso da filosofia na história, não se permitindo, assim, interpretações acerca dos eventos históricos. Uma das características é a produção de uma história factual, tendo como seu objeto de estudo, por excelência, o Estado. Como destacou Jacques Julliard, acerca dessa historiografia:

(...) é psicológica e ignora os condicionantes; é elitista, talvez biográfica, e ignora a sociedade global (...), é qualitativa e ignora as séries (...), ignora a comparação; é narrativa, e ignora a análise; é idealista e ignora o material; é ideológica e não tem consciência de sê-lo; é parcial e não o sabe; prende-se ao consciente e ignora o inconsciente; visa os fatos precisos, e ignora o longo prazo (...) (1976, p. 181)¹⁹.

Com o advento da Escola dos *Annales*, a história política vai deixando de ser hegemônica. Entre 1929 e a década de 1970 esta vertente perde seu prestígio e passa a ser desqualificada sobre tudo por esta Escola emergente²⁰.

¹⁸ As possibilidades de crescimento de distintas abordagens que enfatizassem outra dimensão da história – seja econômica, social ou cultural – eram remotas devido à falta de espaço para elas, ocasionadas pela hegemonia quase que absoluta da história política.

¹⁹ Vale ressaltar que acaba sendo comum nos embates historiográficos uma acentuação nos defeitos da corrente que se quer superar, como forma de marcar posição. O próprio René Rémond indica, por outro lado, que autores da escola metódica também contribuíram de alguma forma com a inovação da história política, como é o caso de Charles Seignobos.

²⁰ O declínio da história política pode ser explicado não apenas pela influência dos *Annales*, como também por fatores históricos. O historiador René Rémond (2003, p. 19) destaca algumas linhas de transformações históricas, tais como: o desenvolvimento da democracia social e política; a difusão do movimento operário; a revolução russa; a primeira guerra mundial – que acabou pondo fim ao sonho burguês no que se refere à impossibilidade da expansão permanente de riqueza e a manutenção da paz pelo predomínio da razão – e, por fim, a crise de 1929, que despertou para as insuficiências do modelo do liberalismo. O resultado de tudo isso foi o fim não apenas de um tempo histórico, como também de uma historiografia. O viés econômico e social passou a apresentar, de forma urgente, a sua relevância para o entendimento acerca das novas questões postas à História. Dessa forma, o próprio processo histórico fortaleceu a abordagem proposta tanto pelos *Annales* quanto pelo marxismo. Vale

Os *Annales* tinham a proposta de construir uma história-problema que se contrastava com a narrativa factual da história política da escola metódica. O estudo da conjuntura e estrutura foi valorizado em detrimento do evento, além de priorizar o viés econômico e social, e desprezando o político. No que diz respeito ao marxismo oficial que, de certa forma, compartilhava com as ideias dos *Annales* das duas primeiras gerações, considerava o político um elemento derivado e secundário. Considerava o político como determinado pelas relações econômicas, considerando o Estado um mero instrumento de classe, sem vida e importância própria. Assim, conservava uma concepção reducionista do Estado.

Os anos entre 1945 e a década de 1960 representam o período de crise mais aguda da história política tradicional, quando o estruturalismo estava em seu auge. Entretanto, a partir já de meados da década de 1960 e principalmente na década de 1970, o estruturalismo começa a receber críticas e se amplia um movimento de reação aos seus pressupostos teóricos.

Segundo Peter Burke, a respeito dos *Annales*:

Na história do movimento, uma terceira fase se inicia por volta de 1968. É profundamente marcada pela fragmentação. A influência do movimento, especialmente na França, já era tão grande que perdera muito das especificidades anteriores. Era uma “escola” unificada apenas aos olhos de seus admiradores externos e seus críticos domésticos, que perseveravam em reprovar-lhe a pouca importância atribuída a política e a história dos eventos. Nos últimos vinte anos, porém, alguns membros do grupo transferiram-se da história socioeconômica para a sociocultural, enquanto outros estão redescobrimdo a história política e mesmo a narrativa (1997, p.12-13).

Em meados da década de 1970 surge um novo movimento: a Nova História Política. Este movimento conserva as bases e concepções dos *Annales*, porém guarda suas peculiaridades e diferenças, principalmente no que diz respeito à valorização dos eventos e no retorno do uso da narrativa. Podemos considerar que a renovação da história política foi parte da renovação da história como um todo, iniciada, como vimos acima, pela terceira geração dos *Annales*. Os historiadores do político se abriram para um diálogo com outras áreas do conhecimento, tais como: ciência política, linguística, antropologia, psicologia social, matemática, informática, etc. Dessa forma, a Nova História Política buscou a pluridisciplinaridade.

De acordo com Francisco Falcon:

ressaltar que além dos historiadores pertencentes aos *Annales* e dos marxistas, outros criticaram também a história tradicional, como, por exemplo, François Simiand e historiadores que faziam parte da Nova História Estadunidense.

Poder e política passam assim ao domínio das representações sociais e suas conexões com as práticas sociais; coloca-se como prioritária a problemática o simbólico, como em Bourdieu. O estudo do político vai compreender a partir daí não mais apenas a política em seu sentido tradicional mas, em nível das representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder (1997, p.76)²¹.

Dessa forma, percebemos que através da Nova História Política são feitas novas considerações acerca do político, do poder e do próprio Estado. Para Remond (2003), a ampliação da ação do poder público para as áreas como moradias, assistência social, saúde, legislação e subvenção da produção incorporou uma multiplicidade de interesses que resultam em uma margem de autonomia aos administradores/gestores. Ainda segundo Remond:

[...] as escolhas políticas não são o simples decalque das relações de força entre categorias profissionais (...). Sua diversidade, seus antagonismos proporcionam ao governo, aos políticos, ao aparelho administrativo uma margem de independência, um espaço de liberdade e uma capacidade de arbitragem que eles usam geralmente em função da ideia que fazem do interesse superior da coletividade nacional (2003, p.24).

Destacamos também a contribuição de Foucault a respeito da conceituação do poder. Segundo Durval Muniz Albuquerque Júnior (2007, p. 74-75), o poder, na perspectiva foucaultiana: "circula em todas as direções (...) é prática produtora de sentido, que se inscreve nos corpos, que os tornam sujeitos e os assujeitam (...). A casa, a família burguesa não são uma fortaleza contra as forças de fora, elas são o ponto de passagem e de inscrição destas forças". A contribuição de Foucault também gerou problemas e críticas. René Remond (1996, pp. 13-36) questiona a delimitação do campo do político. Peter Burke indaga quanto à identidade da Nova História Política.

Uma das conquistas mais recentes da Nova História Política foi a apropriação, em novos moldes, do conceito de cultura política, formulado inicialmente no campo da Ciência Política norte-americana (MOTTA, 2009). Este conceito se insere no projeto de renovação da história política, na França da década de 1970, porém, só a partir da década de 1990 que o conceito propriamente dito aparece na historiografia francesa e vai se espalhando para outras partes. Foi resultado da aproximação entre história política e história da cultura. Um dos principais expoentes intelectuais que estuda esse conceito é o historiador Serge Bernstein

²¹ É justamente nesse sentido que buscamos desenvolver o estudo do político em nosso trabalho, abordando a questão política no interior das representações sociais, nas práticas discursivas dos jornais, nos relatos de memorialistas, etc.

(1998, p. 350), que considera que “a cultura política constitui um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama”.

De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta:

Uma definição adequada para cultura política, evidentemente influenciada pelos autores já mencionados, poderia ser: conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhados por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (2009, p.21).

Em geral, vale ressaltar, o conceito de cultura política é mais apropriado a fenômenos de média e longa duração, pois, quem utiliza do conceito está mais preocupado, geralmente, com as permanências do que com as mudanças.

Em nossa abordagem sobre a História Política, procuramos sintetizar as principais transformações que esta modalidade da história passou desde o século XIX até o tempo recente. Apesar de ter sido marginalizada durante décadas, a história política aparece hoje renovada, tanto no que diz respeito à temática quanto na questão da forma de abordá-la, através de novas teorias e conceitos.

Entrando agora no campo da história oral, podemos considerar que ela constitui uma prática bastante antiga, vinculando-se aos próprios contos populares. A própria História, desde seus primórdios com Heródoto e Tucídides, foi desenvolvida levando em consideração a oralidade como fonte de pesquisa. De acordo com Matos & Senna:

A História surgiu contada, até constituir-se na escrita do depoimento realizado, das impressões registradas, da legislação disciplinada em sólidas escritas que a legitimam. Tudo isso numa nítida vontade de perpetuar, de maneira mais segura e perene, nosso passado (2011, p.97).

Entretanto, de acordo com Philippe Joutard (2006, p.43), a História, enquanto disciplina vem, pelo menos desde o século XVII, desprezando a tradição oral enquanto fonte, com exceção apenas da história africana. Nem mesmo a Escola dos Annales contemplou a possibilidade do uso das fontes orais em suas novas considerações acerca da história. Conforme explica Marieta Ferreira (2012, p.174), se a história metódica do século XIX excluía a possibilidade de trabalho com a história contemporânea, de modo semelhante à Escola dos Annales questionava sua legitimidade. A própria *nova história* reforçou esta perspectiva, apesar de Jacques Le Goff ter sinalizado para a relevância de integrar o período

contemporâneo às pesquisas históricas. Também nada mudou em relação a não aceitação de qualquer fonte que não fosse à escrita.

A reintrodução da oralidade enquanto fonte histórica só veio acontecer a partir da segunda metade do século XX, tendo os EUA como precursores no uso das fontes orais. Esse método se desenvolveu mais amplamente a partir do advento do gravador, ainda nos anos de 1940, nos Estados Unidos, e logo se difundiu pela Europa. Muito embora, vale ressaltar, que essa prática não foi bem recebida pela história acadêmica e, conseqüentemente, a história oral foi marginalizada nesse meio, com exceção, talvez, dos EUA. Em outros países a história oral era utilizada apenas com o objetivo de reunir materiais para os futuros historiadores.

É necessário destacarmos também o contexto histórico favorável à prática da história oral. A experiência do holocausto, por exemplo, inaugurou o movimento testemunhal, que buscava coletar relatos de pessoas que vivenciaram eventos traumáticos. A partir daí a disciplina da História passa a se preocupar cada vez mais com a questão das fontes orais e da relação entre história e memória.

No desenvolvimento da história oral, podemos perceber sua divisão em duas correntes: a história oral política e a história oral antropológica. A primeira se caracterizou por uma aproximação com as ciências políticas, focando nas elites e em sua participação nos grandes acontecimentos; a segunda tem como particularidade o seu vínculo com a antropologia, interessando-se por populações sem tradição escrita e pelos excluídos da história, abordando temas de seu cotidiano. De acordo com Joutard (2006, p.51) a maioria dos trabalhos desenvolvidos com história oral segue a segunda corrente. A própria história oral política acabou sofrendo influência do viés antropológico, passando a interessar-se não apenas pela elite ou protagonistas principais dos acontecimentos, dando espaço aos depoimentos de testemunhas e de simples participantes de movimentos, etc.

Joutard (2006, p. 45 - 50) nos descreve quatro gerações de historiadores da história oral. A primeira surgiu nos anos de 1950, nos EUA, e foi marcada por ter como objetivo a produção de fontes para serem trabalhadas pelas futuras gerações de historiadores. Caracterizou-se por se ocupar apenas com depoimentos dos ditos homens notáveis, sem com isso fazer qualquer reflexão metodológica.

No que diz respeito à segunda geração, que surgiu sob o contexto dos movimentos de 1968, percebemos uma concepção mais ampla da história oral, não se limitando a uma fonte complementar dos registros escritos. Assim, a fonte oral constituiria outra história, responsável por fazer ecoar as vozes silenciadas dos excluídos da história. Tratava-se de uma história vinculada à antropologia, destacando-se também por ser praticada por militantes de

movimentos sociais, e não por acadêmicos. Apresenta-se como uma história alternativa a historiografia respaldada apenas na tradição escrita. De acordo com Ronald J. Grele:

A história oral passou a ser reconhecida num momento particularmente auspicioso, nos conturbados anos 60. Em consequência das crescentes tensões provocadas pela guerra e pelo racismo na cultura norte-americana e da crescente conscientização dos excluídos, a história oral passou a servir de meio para recriar a história daqueles que haviam sido ignorados no passado. Por isso, atribuiu-se à história oral uma missão importantíssima e estimulante: finalmente, por intermédio das vozes das próprias pessoas a história reconheceria as vidas e as contribuições culturais de negros, *chicanos*, mulheres, trabalhadores e membros de grupos antes marginalizados (2006, p.267).

A partir dos anos de 1970 percebemos a formação de uma terceira geração através da divulgação da história oral pela comunidade acadêmica, que passou a organizar encontros internacionais com a finalidade de discuti-la. Assim, foi uma geração formada por acadêmicos, que acabaram expandindo os projetos de história oral para vários países do mundo. Uma grande contribuição à história oral foram as reflexões epistemológicas e metodológicas, que resultaram, por exemplo, na contestação da ingênua ideia de que a entrevista permitia atingir diretamente a realidade.

Por fim, a quarta geração desenvolveu-se na década de 1990, influenciada pelos movimentos críticos pós-modernistas, nos EUA. Como grande contribuição, destacamos a valorização da subjetividade, entendida como uma consequência inevitável da história oral, ou mesmo, de acordo com outros teóricos, como sua finalidade. Do ponto de vista técnico, os anos 1990 possibilitaram o uso cada vez maior do filme de vídeo que ou complementavam os fonogramas ou os substituíam.

No que se refere à história oral no Brasil, de acordo com Janaína Amado & Marieta Ferreira (2006, p. IX), podemos datar sua implantação na década de 1970, embora de forma tímida. Sua expansão se deu apenas nos anos de 1990, impulsionada tanto pela sua divulgação em eventos acadêmicos quanto pela criação de diversos cursos nos programas de pós-graduação em História que propunham discussão sobre este recente campo de pesquisa. Aliás, a década de 1990 modifica também o quadro dos profissionais que se dedicavam a história oral, pois até a década de 1980 havia uma predominância entre os cientistas sociais, que foram ultrapassados na década seguinte pelos historiadores.

Podemos destacar também o contato dos pesquisadores brasileiros com os pesquisadores internacionais como um fator relevante para a reflexão e troca de experiência acerca da história oral, consolidando este campo de pesquisa no Brasil. Um marco, nesse

sentido, ocorreu em 1994, com a criação da Associação Brasileira de História Oral, entidade que muito contribuiu com a divulgação, reflexão e com as pesquisas em história oral no país.

Como podemos perceber em Marieta Ferreira (2012), não existe consenso entre os pesquisadores que tratam da história oral. Há três maneiras distintas de concebê-la: alguns a consideram como uma técnica, outros como uma disciplina e, a maioria dos estudiosos, como uma metodologia.

No primeiro caso, limitam-se a considerar apenas os procedimentos técnicos que produzem o documento fruto das fontes orais, desconsiderando completamente as suas implicações teóricas e metodológicas. Preocupam-se, por exemplo, de acordo com Marieta Ferreira (2012, p.169) “(...) com gravações, transcrições e conservação de entrevistas, e o aparato que as cerca, como o tipo de aparelhagem de som, formas de transcrição de fitas, modelos de organização de acervo etc.”. Geralmente integram esta perspectiva as pessoas que se envolvem na confecção e conservação dos acervos orais, além de, muitas vezes, cientistas sociais que trabalham predominantemente com as fontes escritas, relegando ao segundo plano às fontes orais, usando-as apenas de forma complementar.

Os que a consideram uma disciplina defendem que, através de seu desenvolvimento, inaugurou-se uma nova modalidade de história, com peculiaridades no que diz respeito a técnicas, metodologia de pesquisa e um conjunto de conceitos que lhe são próprios. No que se refere a essas características próprias da história oral que a tornam uma disciplina, não há consenso entre os pesquisadores partidários dessa ideia. Eles partem de argumentos muitas vezes inconsistentes e que se contradizem entre si. A grande crítica que recebem diz respeito ao fato de defenderem que as questões teóricas formuladas devem ser solucionadas no âmbito da própria história oral. De acordo com Marieta Ferreira, o resultado de buscar dentro da história oral as respostas de ordem teóricas é bastante danoso, pois:

(...) como é impossível explicar algo sem meios adequados para fazê-lo (explicar questões teóricas pela via da metodologia), os textos, para tentar contornar o problema, são pontilhados de referências ligeiras à “seletividade da memória”, aos “entrelaçamentos entre a tradição oral e escrita” e às “imbricações entre sujeito e objeto de estudo”, confundindo os leitores iniciantes e nada revelando (2012, p.171).

Por fim, há aqueles que a concebem como uma metodologia e que, em linhas gerais, concordam com muitas das considerações feitas pelos estudiosos que defendem a história oral como uma disciplina. Entretanto:

A divergência entre os que pensam como nós [os que consideram a história oral como metodologia] e os postulantes da história oral como disciplina reside em outro ponto: estes reconhecem na história oral uma área de estudos com objeto próprio e capacidade (como fazem todas as disciplinas) de gerar em seu interior soluções teóricas para as questões surgidas na prática – no caso específico, questões como as imbricações entre história e memória, entre sujeito e objeto de estudo, entre história de vida, biografia e autobiografia, entre diversas apropriações sociais do discurso etc. (AMADO & FERREIRA, p. xvi) [grifo nosso]

Os que defendem a história oral como metodologia consideram-na como um método de investigação capaz de indicar diversas práticas e procedimentos que possibilitam chegar a determinados resultados. Assim como qualquer outra metodologia, possui vantagens e desvantagens, que serão mais adiante abordadas em nosso trabalho. A história oral possibilita diversas formulações de perguntas, mas por si só não é capaz de respondê-la. De acordo com Marieta Ferreira:

As soluções e explicações devem ser buscadas na historiografia e teoria de história, em que se agrupam conceitos capazes de pensar os problemas metodológicos gerados pela pesquisa histórica. O entrevistado “se esquece” sempre de um conjunto específico de acontecimentos que vivenciou? Cada grupo de informantes situa em datas diferentes determinado fato? Histórico? Sendo uma metodologia, a história oral consegue enunciar perguntas como essas, mas, exatamente por ser uma metodologia, não dispõem de instrumentos capazes de compreender os tipos de comportamento descritos. Apenas a teoria da história é capaz de fazê-lo, pois se dedica, entre outras coisas, a pensar os *conceitos* de história e memória, assim como as complexas *relações* entre ambos (2012, p.170).

Vale ressaltar que nosso modo particular de conceber a história oral segue a maior parte dos historiadores, que a consideram como uma metodologia. Dito isto, iremos agora abordá-la quanto às suas características, suas utilidades e vantagens, bem como suas problemáticas.

De acordo com Verena Alberti história oral pode ser entendida como:

(...) um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica,...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (1989, p. 52).

Através do uso desta metodologia é possível esclarecer aspectos da história – seja um acontecimento, uma trajetória de vida ou mesmo um processo histórico – que talvez fossem impossíveis de se conhecer sem este recurso, sobretudo quando se trata da *história dos de baixo*, ou seja, história das pessoas socialmente vulneráveis, na qual muitos são iletrados ou não têm tempo, vontade ou mesmo uma capacidade de elaborar textos, sendo todos

desprovidos do ofício de escrever. Assim, de acordo com Becker (2006, p.28), a história oral permite que categorias que não possuem o ofício de escrever, mesmo assim, possam se expressar.

Muitos são, entretanto, os que criticam o uso das fontes orais, acusando-as de serem subjetivas demais, além de serem susceptíveis a distorções e falsificações da história. Defendemos, porém, que essas críticas são válidas para todas as outras fontes. Como argumenta Paul Thompson (1992), nenhuma fonte escapa a subjetividade, seja ela escrita, oral ou visual. Todas também podem sofrer manipulações, serem ambíguas e insuficientes. Ainda assim o autor, em seu livro *A voz do passado*, aconselha a utilização da metodologia da história oral, pois ela enriquece as possibilidades da história ao transformar o objeto de estudo em sujeito (1992, p.137). Ou, de acordo com Marieta Ferreira:

Na história oral existe a geração de documentos (entrevistas) que possuem uma característica singular, isto é, são resultado do diálogo entre entrevistador e entrevistado, entre sujeito e objeto de estudo, o que leva o historiador a afastar-se de interpretações fundadas em uma rígida separação entre sujeito/objeto de pesquisa e a buscar caminhos alternativos de interpretação (...) (2012, p.171).

No que se refere à subjetividade, concordamos com Ginzburg (2009, p.16) que vai por caminho semelhante ao de Paul Thompson, defendendo a inexistência de fontes objetivas, seja oral ou escrita. O fato de serem todas subjetivas não inviabiliza a sua utilização. Seja qual for a fonte em questão, ela deve passar pelo crivo da crítica documental. Caso contrário, conforme afirma Ronald Grele (2006, p.273) “(...) se não se ensinar e seguir a metodologia metódica dos cânones tradicionais da prática da história, a história oral em breve se resumirá em trivialidades, justificando assim o ataque dos críticos”.

Outra questão bastante criticada é o fato das fontes orais serem contemporâneas, ou seja, consiste uma história do tempo presente, o que impossibilita o distanciamento do historiador ao seu objeto de estudo. Já vimos no tópico anterior que isso não constitui um problema e, pelo contrário, consideramos que esse aspecto consiste inclusive uma das vantagens da história oral, pois, diferentemente de outras pesquisas históricas sobre temporalidades mais remotas, a história do tempo presente permite ao pesquisador a abordagem de um objeto de estudo que compartilha do mesmo tempo e cultura, evitando possibilidades de anacronismos, etc. Assim, o distanciamento que o historiador deve manter do seu objeto de estudo não é o temporal, mas o ético, para que o historiador não contamine seu texto com suas posições políticas e nem com seus preconceitos.

É preciso também considerar certas especificidades das fontes orais no momento de analisá-las, por exemplo, como nos mostra Ricardo Santhiago (2008, p.40) a história oral detém certa literacidade. O entrevistado ou o depoente tem consciência que seu testemunho será registrado e transcrito em pesquisas. Isso faz com que além da seletividade em sua memória e esquecimento, também haja manipulações em sua narrativa, geralmente orientadas conscientemente para beneficiar sua própria imagem.

Sendo assim, o historiador que trabalha com fontes orais não deve cair na tentação de considerar que o seu texto, construído baseado em entrevistas, constitui não uma história de vida, mas a própria história. Caindo neste equívoco, o historiador deixa de trabalhar suas fontes e, conseqüentemente, de enfrentar o debate epistemológico com seus pares. A entrevista deve ser concebida como um meio para o estudo, nunca com o próprio estudo. Concordamos que o historiador deve interpretar e analisar o depoimento colhido, bem como confrontá-lo com outros documentos disponíveis. Essa regra vale para todas as outras fontes de pesquisa, sejam estas orais, visuais, materiais ou escritas. Assim, de acordo com Ricardo Santhiago:

O texto da entrevista de história oral, quando finalizado, torna-se um documento “em si”; portanto, deve ser interpretado e analisado como se faria com qualquer outra fonte histórica, ainda que considerando as especificidades do documento de origem oral (2008, p.43).

Neste mesmo sentido, Becker (2006, p.30) defende que a história oral não deve se limitar a ela mesma, não deve se bastar, ou seja, seria um equívoco utilizar um depoimento sem confrontá-lo com outros. Isso seria legitimar a memória e tomá-la por verdade. A história não deve ser respaldada apenas em uma única fonte, deve haver sempre a confrontação com outras fontes, buscando as contradições ou semelhanças entre elas. O objetivo é que se trabalhe com base em documento, seja ele oral ou escrito, analisando-o como um discurso repleto de intenções e compará-lo com outros. Cabe ao historiador evidenciar as contradições advindas dessa comparação. Assim, consideramos que o pesquisador, ao trabalhar com a história oral, deva atentar para algumas questões antes de realizar sua análise. Ele deve desconstruir sua fonte, no sentido de contextualizá-la, revelando conexões entre o que foi enunciado e os interesses de quem enuncia. Através dessas atitudes preliminares, abrem-se possibilidades para relativizar algumas afirmações, bem como encontrar indícios e evidências que confirmam outras informações. Assim, será possível a indicação de prováveis caminhos na história.

Entretanto, de acordo com Joutard (2006, p.58), são muitos os militantes da história oral que consideram um verdadeiro sacrilégio a intervenção e interpretação das fontes orais com base nos métodos científicos, considerando esta prática “uma espécie de traição para com aqueles que conosco tanto colaboraram”. Esse posicionamento, além de contribuir para a desprofissionalização da história oral, ainda acaba contribuindo para sua marginalização dentro da esfera acadêmica. Apesar da questão da subjetividade da fonte oral, o pesquisador não deve abrir mão de uma postura crítico-científica diante da fonte. Para se combater o revisionismo e, mais ainda, o negacionismo, é preciso trabalhar com a memória dos excluídos, ou de quem quer que seja, e transformá-la em história. E, para isso, é preciso necessariamente das ferramentas críticas da história e áreas afins. A história oral que não se pretenda passar pelo crivo de métodos científicos vai acabar transitando da marginalização para a banalização.

Para Joutard (2006, p. 59), existem ainda alguns desafios a serem enfrentados pela história oral, que a preservará de uma banalização pela academia: 1- a necessidade de atualização tecnológica, visando sua expansão a diversas modalidades de multimídia; 2- a constante reflexão metodológica com a História e disciplinas afins; 3- a articulação entre os diversos envolvidos e interessados na história oral, tais como entre pesquisadores, museógrafos, arquivistas, jornalistas, pedagogos, havendo diálogos que possibilitem a contribuição mútua entre as diversas áreas que tratam da história oral; 4- o descobrimento dos diversos excluídos da sociedade, tais como os analfabetos, camponeses, mulheres e os deficientes físicos, por exemplo, comparando as diferentes situações de vulnerabilidade a que se submetem nos diversos países e regiões; 5- o enfrentamento das situações históricas extremas que causam traumas na memória.

Novos caminhos para se estudar a história do século XX foram surgindo, sobretudo com as discussões da relação que existe entre presente e passado na história. Debates sobre as relações entre memória e história produziram uma nova inteligibilidade do passado²². Através de uma nova perspectiva a esse respeito, questões como a subjetividade e objetividade, “verdade” e “mentira” dos depoimentos passaram a ser encaradas de outra maneira, o que tornou possível o uso da memória como fonte adicional. De acordo com Motta (2012, p. 30), um autor que bastante contribuiu nesse sentido foi Michael Pollack, justamente através das suas considerações acerca da subjetividade, falta de veracidade e distorções que existem nas fontes orais. Através de um novo enfoque, essas características deixaram de ser

²²Ver: FERREIRA, 2012, p. 174

desqualificadas e tomaram outras dimensões, podendo ser abordadas por diversos vieses, possibilitando então sua aceitação como uma fonte de pesquisa a mais para a história.

A memória é seguramente a principal questão para o historiador que tem seu trabalho respaldado em fontes orais, pois é através dela que o depoente constrói sua narrativa. Os estudos da memória são bastante relevantes porque trazem reflexões que acabam servindo para aprimorar aspectos teóricos e metodológicos concernentes ao trabalho com as fontes orais. Tomando por base Michel Pollack (1992, p. 202), podemos dizer que a memória é constituída por três elementos: 1- os acontecimentos vividos pessoalmente; 2- os acontecimentos vividos por um grupo social do qual se faz parte, ou seja, podemos nos lembrar de algo que não vivenciamos, mas que por alguma razão faz parte de nossa lembrança. Geralmente isso ocorre a partir de eventos traumáticos vivenciados por certos grupos sociais; 3- os lugares de memória, ou seja, museus, arquivos, monumentos, cerimônias públicas de homenagens (organizadas muitas vezes pelo próprio Estado). Esses locais de memórias buscam legitimar um continuísmo com o presente. Segundo Márcia Motta:

É preciso destacar ainda que a memória exerce um poder incomensurável na construção de uma identidade de grupo, consagrando os elementos pelos quais os indivíduos se veem como pertencentes a determinado coletivo, muitas vezes em detrimento de outrem. A força dessa memória aglutinadora é realimentada, reforçada, reinventada constantemente, principalmente em situações em que uma reflexão externa tenta solapar ou minar os elementos que unem o grupo e lhe conferem um sentido particular (2012, p. 25).

A autora (2012, p. 28) ainda ressalta que os grupos sociais produzem sua memória através da seleção de lembranças e de esquecimentos, ou seja, visando preservar a identidade e unidade do grupo, certos fatos são ocultados e outros lembrados. A produção do esquecimento pode ser implementada não apenas por um grupo social, mas também pelo próprio Estado, bem como pode ser produto do confronto de memórias em disputa, cada qual com versões que desconstroem acontecimentos relevantes do grupo rival. O historiador tem como uma de suas funções estabelecer, através da crítica histórica, quais os possíveis interesses que existem por trás da amnésia social acerca de determinados fatos. De acordo com as palavras da referida autora:

Descortinar a amnésia e desvelar acontecimentos esquecidos não constitui tarefa fácil, pois exige crítica e erudição, e escapar da memória consagrada por um grupo implica alguma forma de distanciamento crítico perante os fatos que a compõem. Para contrapô-la, não basta, portanto, afirmar que as construções da memória são mentiras, até porque elas não são. Se dissermos que a memória retira do passado alguns fatos e os escolhe para responder às demandas do presente, isso significa afirmar que elas não são meras fantasias, mas sim lembranças especiais

comemoradas como tais e que guardam um elo, ainda que linear – como já sabemos – com um passado idealizado (2012, p. 29).

Através desta ação, o historiador cumpre o trabalho de deslegitimar/desconstruir a memória, sendo esse processo de fundamental relevância para a construção da história. Para Pierre Nora:

(...) a história é solapada por um criticismo destruidor da memória espontânea. A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão consiste em destruí-la e recalá-la. A história é deslegitimação do passado vivido... (1984, p. XX).

Desde pelo menos meados do século XX até os dias atuais, percebemos uma grande demanda na sociedade por memória. Podemos exemplificar esse fato através da expansão dos lugares de memória, tais como museus, arquivos, festas e comemorações de datas relevantes, rememorações de eventos traumáticos na história etc. Entretanto, destacamos que o historiador deve intervir nesse processo, tal como afirma Prost:

O desafio que, daqui em diante, os historiadores devem enfrentar é o de transformar a demanda de memória de seus contemporâneos em história. (...) penso que a adesão à história constitui um progresso: é preferível que a humanidade se oriente em função das razões, e não de sentimentos. Eis por que a história não deve estar a serviço da memória; ela deve aceitar, certamente, a demanda da memória com a condição de transformá-la em história. Se quisermos ser os atores responsáveis de nosso próprio futuro, teremos de acatar, antes de mais nada, um dever de história (2008, p. 272).

De acordo com Motta (2012, p.16), as memórias têm grande relevância como fontes históricas. Através delas podemos perceber elementos essenciais para a construção da história, como por exemplo, as leituras que determinados grupos sociais fazem sobre um acontecimento, as contradições que apresentam em suas interpretações, discordâncias em relação às visões de outros grupos sociais sobre algum fato etc. As memórias, como já dissemos, servem como fontes históricas e devem ser tratadas como tais, ou seja, devem se submeter também às críticas históricas. Entre a memória e a história, é relevante que se diga, existem largas diferenças que necessitam ser indicadas. Através das reflexões de Pierre Nora, poderemos percebê-las com bastante clareza:

A memória é a vida, assumida sempre por grupos vivos e, neste aspecto, ela está em evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e da amnésia, inconsciente de suas sucessivas deformações, vulnerável a todas as utilizações e manipulações, suscetível a longas latências e de revitalizações repentinas. Por sua vez, a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que deixou de ser. A memória é

um fenômeno sempre atual, um vínculo vivido no presente eterno, enquanto a história é uma representação do passado. Por ser afetiva e pré-lógica, a memória adapta-se apenas a detalhes que a fortaleçam; ela alimenta-se de lembranças imprecisas, emaranhadas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, anteparos, censuras ou projeções. A história, enquanto operação intelectual e laicizante, faz apelo à análise e à crítica textual. A memória instala a lembrança no sagrado, ao passo que a história procura desalojá-la daí, ela prosaiza sem cessar. A memória brota de um grupo, cuja união é garantida por ela, o que equivale afirmar, na esteira de Halbwachs, que o número de memórias tem a ver com o número de grupos; por natureza, ela é múltipla e determinada, coletiva, plural e individualizada. Pelo contrário, a história pertence a todos e a ninguém, o que lhe confere vocação para o universal. A memória enraíza-se no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto; por sua vez a história vincula-se apenas às continuidades temporais, às evoluções e às relações entre as coisas. A memória é um absoluto, enquanto a história conhece apenas o relativo (1984, p. XIX-XX).

Assim, de forma resumida, a história tem como objetivo a produção de um conhecimento racional sobre o passado, por meio de uma análise crítica de diversas fontes disponíveis. Já no que diz respeito à memória, consideramos que ela possibilita a compreensão do passado, entretanto ela atua no tempo presente e, diferente da história, é respaldada nas emoções e vivências, além de está sempre sujeita a modificações, novas lembranças e esquecimentos, pois a memória é flexível de acordo com as demandas do presente. Como bem destacou Jean-Jacques Becker as memórias são permeadas de:

(...) lembranças transformadas em função dos acontecimentos posteriores, (...) lembranças transformadas deliberadamente para “coincidir” com o que é pensado muitos anos mais tarde, lembranças transformadas simplesmente para justificar posições e atitudes posteriores (2006, p. 28).

Dessa forma, a memória, apesar de envolver lembranças do tempo passado, depende do tempo atual, pois é justamente a demanda do tempo presente que faz com que a memória venha à tona, através da seleção de algumas lembranças e esquecimento de outras, visando produzir não apenas um discurso contínuo e coerente, mas também um discurso que legitime suas posições posteriores. Dessa forma, para finalizar, destacamos que uma das etapas da história oral consiste na produção de um documento que tem como característica o fato de ser um produto do tempo imediatamente presente, e não do período que se aborda. Ou seja, no momento de se abordar o documento, o historiador deve considerar as circunstâncias do momento em que o documento foi produzido.

1.2 – A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba(CEVPM/PB)²³

Outra discussão que se faz necessária nesta introdução é sobre a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba (CEVPM/PB), pois este trabalho tomou por base muitas das atividades realizadas por esta organização. Como falamos acima, os capítulos dois, três e quatro têm como principal fonte de pesquisa e análise os depoimentos prestados a esta Comissão, através do Grupo de Trabalho *Repressão do Estado e das milícias privadas aos camponeses*.

A partir do advento da Comissão Nacional da Verdade (CNV), no ano de 2012, alguns estados do país decidiram também criar suas próprias comissões da verdade, focando especificamente nas questões pertinentes ao território de sua circunscrição. Um desses Estados foi a Paraíba, que resolveu criar a CEVPM/PB, via Decreto nº 33.426, do dia 31 de outubro de 2012, a partir da iniciativa do Governador Ricardo Vieira Coutinho. A CEVPM/PB somente começou a desenvolver seus trabalhos a partir de 11 de março de 2013, quando foi instalada oficialmente, e ficará em vigor até dezembro de 2015, quando serão divulgados os resultados finais do trabalho desenvolvido. No dia 10 de maio de 2013 o decreto do governador nº33.906/2013 foi publicado no Diário Oficial do Estado, trazendo com ele o Regimento Interno da CEVPM/PB, que contou com a elaboração e aprovação de seus próprios membros.

Destacamos que apesar de haver uma produção bibliográfica regional relativamente vasta no que concerne ao período entre os anos de 1946 e 1988, sobretudo no que diz respeito às repercussões do golpe de 1964 e o consequente regime ditatorial na Paraíba, mesmo assim, percebem-se grandes lacunas referentes a diversos acontecimentos desse período, envolvendo vários paraibanos e quem aqui vivia no período determinado, no qual alguns, inclusive, tiveram seus direitos humanos violados por agentes públicos. Pensando em suprir essas lacunas e divulgá-las a sociedade paraibana, formou-se esta Comissão da Verdade no Estado da Paraíba.

De acordo com o *Relatório da Comissão Estadual da Verdade* (2014, p.3)²⁴, dentre os objetivos principais da CEVPM/PB está o de procurar esclarecer as violação dos Direitos

²³ Vale destacar nosso envolvimento direto com a Comissão, na qual atuamos como membro do Grupo de Trabalho *Repressão do Estado e das milícias privadas aos camponeses* e recebemos decisiva colaboração da coordenadora deste GT, a Profa. Dra. Iranice Gonçalves Muniz. Outras contribuições recebemos do Prof. Dr. Paulo G. A. Nunes, que participou como presidente da Comissão e coordenou outros dois Grupos de Trabalho; da Profa. Dra. Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, que atuou como coordenadora de outros dois grupos e de Waldir Porfírio da Silva, coordenador de três GTs.

Humanos praticadas por agentes públicos dentro do estado da Paraíba, ou a qualquer paraibano que se encontrava em outro local, abrangendo o período fixado no art. 8 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que vai de 1946 até 1988²⁵, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica na edificação do Estado Democrático de Direito. Ainda de acordo com o relatório:

A Comissão Estadual da Verdade está utilizando dos seguintes meios para cumprir com o seu papel: I – receber testemunhos, informações, dados e documentos, assegurada a não identificação do detentor ou depoente, quando solicitada; II – requisitar informações, dados e documentos de órgãos e entidades do Poder Público, ainda que classificados em qualquer grau de sigilo; III – convocar, para entrevista ou testemunho, pessoas que possam guardar qualquer relação com os fatos e circunstâncias examinados; IV – determinar a realização de perícias e diligências para coleta ou recuperação de informações, documentos e dados; V – promover audiências públicas; VI – requisitar proteção aos órgãos públicos para qualquer pessoa que se encontre em situação de ameaça em razão de sua colaboração com a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba; VII – promover parcerias com órgãos e entidades, públicos ou privados, nacionais ou internacionais, para o intercâmbio de informações, dados e documentos; VIII – requisitar o auxílio de entidades e órgãos públicos; IX – realizar os devidos encaminhamentos do resultado obtido. (2014, p.13)

O governador Ricardo Coutinho solicitou, via ofício encaminhado a vinte e três entidades, instituições e Organizações Não Governamentais (ONG`s), nomes reconhecidos pela sociedade por trabalhos desenvolvidos na área de Direitos Humanos, que serviriam para compor a CEVPM/PB²⁶. Recebeu como resposta uma lista com a indicação de 28 nomes. Como resultado nomeou os seguintes membros: Paulo G. A. Nunes – Professor Doutor em História (Universidade Federal da Paraíba - UFPB), como presidente; Iranice Gonçalves Muniz – Advogada e Professora Doutora em Direito (Centro Universitário de João Pessoa- UNIPE); Lúcia de Fátima Guerra Ferreira – Professora Doutora em História (Universidade Federal da Paraíba - UFPB); Fábio Fernando Barbosa de Freitas – Professor Mestre em Direito (Universidade Federal de Campina Grande - UFCG); Irene Marinheiro Jerônimo de Oliveira – Professora Graduada em Letras (Rede Estadual de Ensino/ aposentada) e presta

²⁴ Relatório produzido no ano de 2014, contendo os resultados parciais da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba.

²⁵ Apesar desta abrangência, os trabalhos e pesquisas desenvolvidos se concentraram praticamente em torno do período que compreende o regime civil militar do Brasil (1964-1985).

²⁶ As entidades consultadas foram: Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Campina Grande, Universidade Estadual da Paraíba, Centro 8 de Março, Sindicato dos Jornalistas, Pastoral da Terra, Fundação de Direitos Humanos Margarida Maria Alves, Associação dos Professores de Licenciatura Plena, Associação Paraibana de Imprensa, Academia Paraibana de Letra e Associação Nacional de História/seção Paraíba, Organização dos Advogados Brasileiros - PB, Associação dos Pastores Evangélicos, Arquidiocese da Paraíba, Cunchã Coletivo Feminista, Comissão dos Direitos Humanos (Campina Grande), Memorial das Ligas Camponesas de Sapé, Central Única dos Trabalhadores, Pastoral Carcerária, Associação Paraibana do Ministério Público, ADUF/PB, Núcleo de Defesa da Vida e Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP.

assessoria a entidades voltadas para mulheres; João Manoel de Carvalho – Jornalista e proprietário do jornal Contraponto²⁷; e Waldir Porfírio da Silva – Psicólogo e Advogado, que foi o único membro indicado diretamente pelo Governo da Paraíba.

Cada membro nomeado pelo governador é responsável pela coordenação de um ou mais Grupos de Trabalhos (GT) que formam a CEVPM/PB. Além desses membros nomeados, há aproximadamente 50 outros que se disponibilizaram como voluntários para integrar determinados Grupos de Trabalho, conforme convite de coordenadores dos GTs. A grande maioria dos voluntários são professores e estudantes dos cursos de Direito e História, mas há também profissionais liberais e estudantes de outros cursos.

A CEVPM/PB dividiu-se em 10 Grupos de Trabalho, a saber: 1- Mortos e desaparecidos políticos do regime militar – coordenado por Waldir Porfírio da Silva; 2- Mapa da tortura na Paraíba – coordenado por Fábio Fernando Barbosa de Freitas; 3- Cassações de mandatos eletivos e a magistrados – coordenado por Paulo G. A. Nunes e Waldir Porfírio da Silva; 4- A bomba estourada no Cine-Teatro Apolo 11 – coordenado por Irene Marinheiro Jerônimo de Oliveira; 5- Perseguição dos órgãos de segurança ao setor educacional – coordenado por Lúcia de Fátima Guerra Ferreira; 6- Servidores paraibanos demitidos pela União, Estado e Municípios – coordenado por Waldir Porfírio da Silva; 7- Repressão do Estado e das Milícias privadas aos Camponeses – coordenado por Iranice Gonçalves Muniz; 8- Ditadura e Gênero – coordenado por Irene M. J. de Oliveira; 9- Estrutura de repressão na Paraíba – coordenado por Lúcia de Fátima Guerra Ferreira; e 10- Intervenção nos sindicatos e em outras entidades da sociedade civil – coordenado por João Manoel Carvalho e Paulo G. A. Nunes.

A CEVPM/PB tem disponível uma sala na Fundação Casa de José Américo de Almeida, localizada na orla marítima da cidade de João Pessoa/PB, no Bairro do Cabo Branco. O local é também destinado às reuniões quinzenais dos coordenadores de cada Grupo de Trabalho, bem como reuniões específicas de cada GT, quando necessário.

Os depoimentos de pessoas que tiveram seus direitos violados no período que compreende o regime civil-militar brasileiro, fornecidos em audiências públicas e oitivas, consiste, talvez, no material de maior riqueza colhido pela CEVPM/PB. Esse material será

²⁷ Também viveu os tempos da ditadura civil-militar na Paraíba, chegando inclusive a ser preso para responder ao Inquérito Policial Militar referente ao Grupo dos Onze, dirigido pelo Major Cordeiro, no 15º Regimento de Infantaria. Também se destaca por ter feito, no início da década de 1980, a ponte ligando o cineasta Eduardo Coutinho ao filho mais velho de Elizabeth Teixeira, indicando que o mesmo residia na cidade de Patos. (ver: BANDEIRA; SILVEIRA; MIELE; 1997, p. 120).

divulgado, com as devidas considerações da Comissão, até o mês de dezembro de 2015, data estabelecida para divulgação dos resultados finais.

No interior da CEVPM/PB, foi o Grupo de Trabalho *Repressão do Estado e de Milícias Privadas aos Camponeses* que concentrou suas atividades em torno do tema das Ligas Camponesas²⁸. As atividades desenvolvidas neste GT, da qual fizemos parte, eram articuladas por seus membros durante reuniões que ocorriam geralmente às sextas-feiras, na Fundação Casa José Américo (sede da CEVPM/PB), em João Pessoa.

A coordenadora do grupo, professora Iranice Muniz²⁹, foi responsável por contatar as pessoas escolhidas para serem entrevistadas, bem como por programar as datas das oitivas e de outras atividades do GT. Os depoimentos ocorriam geralmente na própria sede da Comissão, e até mesmo fora da cidade de João Pessoa³⁰, sendo necessária, por vezes, a requisição de uma van, fornecida pelo Governo do Estado, para transportar os membros até os locais³¹.

Destacamos o trabalho que o grupo desempenhou em selecionar alguns participantes das Ligas Camponesas ou familiares para prestar depoimentos à CEVPM/PB, através de audiências públicas e de oitivas³². Esta primeira modalidade, audiências públicas, consiste na apresentação pública³³ do convidado em evento organizado pela Comissão, prestando seu

²⁸ Esse GT esteve particularmente interessado em colher informações a respeito do movimento conhecido como Ligas Camponesas, e sua atuação particular no Estado da Paraíba, bem como as perseguições ao movimento realizadas por milícias privadas dos latifundiários e pelo Estado. As pesquisas realizadas compreenderam o período que vai da década de 1950 até a década de 1960, observando desde o processo de formação das Ligas Camponesas na Paraíba até a desestruturação do movimento após o advento do regime civil-militar, em 1964, e a consequência desse regime para diversos participantes das lutas camponesas na Paraíba.

²⁹ Conforme divulgado no Relatório da Comissão da Verdade (2014, p.7), Iranice Muniz é uma advogada militante dos direitos humanos há mais de 20 anos, foi uma das fundadoras da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP). Possui Mestrado (2005) e Doutorado (2009) em Direito Público (Constitucional) pela Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, Espanha, além de Especialização (1998) em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atualmente é professora titular do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ) e também atua como pesquisadora do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB.

³⁰ Alguns de nossos contatos que prestaram depoimento vivem na zona rural da Paraíba e, portanto, eram necessários estes deslocamentos.

³¹ Aqui vale ressaltar alguns contratemplos enfrentados pelo grupo, como por exemplo, problemas com a equipe de filmagens, também disponibilizadas pelo governo do Estado, que muitas vezes não esteve disponível nos momentos das oitivas, sendo necessário adiar quando todos já haviam se deslocado para o local. Outros problemas foram relativos ao acesso das filmagens, depois de gravadas, que nos eram fornecidas com bastante atraso, comprometendo o andamento deste GT.

³² De todas as oitivas organizadas pelo GT, apenas duas não foram contempladas nesta dissertação, devido problemas com falta de tempo, pois se esgotava o prazo para defesa da dissertação. Numa delas, escutamos depoimentos de Assis Lemos e da sua esposa Nydia que, pela primeira vez, teve registrado seu depoimento. A outra oitiva que ficou de fora foi realizada com os três filhos do camponês Pedro Cardoso, morto no conflito travado entre camponeses e proprietários e seus prepostos, conhecido por *Tragédia de Mari* ou, mais recentemente renomeado por movimentos sociais da região, *Resistência de Mari*. Faz parte de nosso plano, entretanto, contemplar essas duas oitivas restantes em futuras publicações de artigos.

³³ O público presente, em geral, é composto de familiares e amigos do depoente, cidadãos comuns e, principalmente, integrantes de movimentos sociais e estudantes.

depoimento de forma livre, por algum tempo definido pela banca formada por integrantes da Comissão. Após o relato, os membros da Comissão e pessoas do público ficam livres para dirigir alguns questionamentos. Já no que diz respeito à segunda modalidade, as oitivas, os depoimentos são prestados em locais mais reservados, exclusivamente destinados aos integrantes da Comissão, sendo vetada a participação do público.

Vale ressaltar algumas considerações acerca dessas duas modalidades. As audiências públicas têm, além do objetivo de contribuir com informações sobre determinados acontecimentos da história, uma função simbólica muito forte, que é a de possibilitar uma aproximação da sociedade com vítimas da repressão ou pelo menos com testemunhas do momento histórico abordado. Esses eventos acabam cumprindo, por assim dizer, um “dever de memória”. De acordo com Marieta Ferreira (2012, p.178): “[...] essa expressão foi criada para designar uma espécie de culto aos mortos, vítimas de atos de repressão e de traumas políticos, culto esse que produz desdobramentos e obrigações nos domínios históricos, jurídicos, financeiros e políticos”.

Assim, esses eventos são amplamente divulgados por jornais locais, entidades da sociedade paraibana e pelos próprios canais de comunicação da Comissão, tanto pouco antes de acontecerem, como depois, informando alguns de seus resultados. Essa característica acaba servindo para reforçar a memória coletiva sobre massacres e eventos traumáticos ocorridos na História do Brasil. Ainda segundo Marieta Ferreira, vale ressaltar também que:

Nesse contexto, o ato de testemunhar ganha um novo significado, e as vítimas ou seus descendentes transformam-se em agentes fundamentais para o exercício do dever de memória, entendido agora não apenas em sua dimensão de culto aos mortos, de dever de lembrança e homenagem, mas também como direito de reclamar justiça e conquistar resultados concretos nos domínios político, judicial e financeiro (Heymann, 2007 Apud FERREIRA, p. 178).

De fato, o desenvolvimento em diferentes países e grupos sociais de políticas memoriais envolvendo eventos traumáticos, como forma de lutar contra o esquecimento de indivíduos vitimados pela opressão, tem implicado cada vez mais a ideia de responsabilidade oficial de governos e sociedades no sofrimento vivido pelas vítimas e tem propiciado a reivindicação de medidas compensatórias não só para reparar as injustiças, mas para impedir possíveis repetições futuras de processos de violência e discriminação (2012, p. 178-179).

Deslocando o eixo de discussão para a parte que diz respeito à efetividade da coleta de depoimentos, destacamos que há algumas características das audiências públicas que implicam também em desvantagens e problemas. Um evento público pode, por exemplo, gerar grande tensão entre os depoentes, acarretando em prejuízos nos seus depoimentos. Há também a possibilidade de que tenham receio em tratar de determinados acontecimentos mais

delicados diante do público, portanto, uma forma mais reservada de colher depoimentos se revela, muitas vezes, mais exitoso³⁴.

Outra questão consiste na dificuldade com que os membros organizadores conduzem o depoimento que é prestado. O que ocorreu algumas vezes, no caso da audiência pública de Sapé, que será analisada posteriormente, foi que alguns depoimentos basicamente constituíam em repetições de relatos concedidos em outros eventos de anos anteriores. Destacamos aqui, como exemplos, os depoimentos de Assis Lemos e Elizabeth Teixeira, que pouco acrescentaram em relação aos depoimentos já concedidos anteriormente. Em nossa análise da audiência pública de Sapé, percebemos também certa linearidade nos depoimentos, fruto, talvez, de um preparo anterior ou de quem já tem um grande histórico de depoimentos já concedidos, como é o caso de Assis Lemos e Elizabeth Teixeira³⁵. Esse problema poderia ser sanado, ou pelo menos minimizado, com a utilização de outra modalidade de colher depoimentos, como é o caso das oitivas.

As oitivas guardam algumas diferenças em relação às audiências públicas, que podem parecer sensíveis, mas que produzem grandes diferenças. Em primeiro lugar, elas se caracterizam por reservar ao depoente um local menos expositivo para ser colhido seu testemunho. Também não há grandes divulgações em torno do evento, além de ser vedada a participação do público geral, sendo apenas permitida a presença de membros da Comissão, que geralmente não excede aos membros do GT envolvido na organização da oitiva.

Todas essas características diminuem bastante a apreensão em participar de um evento como esse, deixando o convidado mais confortável para prestar seu depoimento, sobretudo, no momento de abordar questões mais delicadas, que provocam, geralmente, fortes tensões de natureza emocional. Muitas vezes, inclusive, o convidado pode já ter atingido certa intimidade com as pessoas que o escutam, fruto de encontros e conversas por telefone nos dias anteriores ao evento, facilitando bastante no momento da oitiva.

Diferente do que é comum ocorrer nos depoimentos concedidos em audiências públicas, os depoimentos nas oitivas não seguem uma forma linear, pois essa modalidade permite interrupções no depoimento, com perguntas que redirecionam para onde se quer a fala do depoente. Essas características das oitivas blindam a possibilidade de um depoimento

³⁴No caso das oitivas realizadas pela Comissão Estadual da Verdade, por exemplo, foi notável uma relação de maior proximidade e confiança entre os membros da Comissão e os depoentes que, antes mesmo da sua realização, já vinham se comunicando vez ou outra com os responsáveis pela oitiva, seja através de contatos pessoais ou por telefone, o que deixava o depoente mais a vontade.

³⁵ Isso ocorre também porque, além de possuírem uma idade já avançada, ambos já têm suas falas estruturadas desde muitos anos, fruto de diversos outros depoimentos que prestaram. Também é comum que se tentem confirmar tudo aquilo que já foi dito por eles mesmos anteriormente, em outras oportunidades.

sempre linear. Nesse caso, os depoimentos são multiformes, no sentido de não haver sempre linearidade, e sim um movimento que permite altos e baixos, avanços e recuos, curvas e poucas linhas retas nos depoimentos, justamente pelo fato de haver redirecionamento do depoimento através das perguntas realizadas, que às vezes servem inclusive para confrontar ou até mesmo questionar a memória do depoente, sempre que necessário. Inclusive, é isso o que indicam a maior parte dos estudiosos da história oral. Ricardo Santhiago, por exemplo, afirma que:

[...] é o pesquisador que pede aprofundamentos em determinadas questões, que traz ao centro temas que de outro modo seriam laterais – desde a seleção do conteúdo do trabalho até as questões da entrevista. Não é apenas um receptáculo a serviço de um narrador, e sim autor no sentido mais alargado: um mediador de discursos (2008, p.44).

Nas análises que fizemos de algumas oitivas, percebemos que os membros da Comissão além de obterem êxito na condução do evento, também cumpriram um papel crítico, chegando a confrontar a memória do entrevistado com o conjunto de informações já acumuladas, baseadas tanto em fontes escritas como em depoimentos concedidos por outras pessoas.

Nesse caso, a relevância de um historiador em trabalhos envolvendo a memória acaba sendo fundamental. Uma das razões é que, com a visão embasada e mais experiente do historiador, possa-se evitar o que Tzevetan Todorov (2002, p. 189-195) chama de sacralização e banalização do passado. No que diz respeito a essas questões, Marieta Ferreira complementa:

A sacralização está relacionada ao isolamento de uma lembrança, negando-se a possibilidade de interlocução entre o passado e o presente. Uma população que sacraliza a memória de um trauma, por exemplo, não permite a reconstrução histórica do evento e sua discussão no presente. [...] No polo inverso está uma postura de banalização e, nesse caso, o presente passa a ser lido como repetição do passado. (2012, p. 179)

Ou seja, no primeiro caso, apesar da cristalização do passado reforçar a memória blindando um possível esquecimento e, conseqüentemente, fortalecendo a identidade de grupos na sociedade a partir de rituais que evocam esse passado, a sacralização do passado acaba prestando, por outro lado, um desserviço à história, ao dificultar a reelaboração da memória. No caso da banalização do passado, o presente fica refém do passado, pois há sempre uma correlação dos acontecimentos do presente com eventos do passado. Assim, conclui Marieta Ferreira:

O perigo da sacralização e da banalização é que essas perspectivas reforçam a perpetuação de rótulos como o do herói, da vítima, dos moralizadores, visto que, ao se privilegiar um dever de memória, muitas vezes acaba-se resvalando nesses extremos. Qual seria a outra possibilidade de relação com o passado? Em vez de uma militância pela memória, seria necessário pensar em um trabalho sobre a memória. (2012, p. 179)

Então, é nesse sentido que utilizaremos neste trabalho os depoimentos colhidos pela Comissão, como forma não de cultuar a memória, mas de trabalhar sobre a memória, tentando utilizar diversas considerações acumuladas na reflexão historiográfica sobre a memória e a história, para não cairmos em falhas como supervalorizar os depoimentos, aceitando-os como verdade estática, nem, tampouco, os desprezando em benefício de fontes escritas, que as negam. Pretendemos trabalhar a memória dentro das diversas possibilidades da história oral.

Entretanto, no geral, destacamos que a Comissão cumpriu um relevante dever: o de coletar depoimentos que poderão mais tarde ser utilizados como uma fonte adicional de pesquisa, sobretudo por historiadores que, através da crítica às fontes e uso adequado dessa metodologia, aliados às contribuições teóricas, poderão esquivar-se de diversas questões problemáticas que podem vir a surgir ao se utilizar as fontes orais.

2. O DESENVOLVIMENTO DAS LIGAS CAMPONESAS E SUA EXPRESSÃO NA PARAÍBA

Antes de tratarmos especificadamente sobre as Ligas Camponesas, se faz necessário uma breve contextualização histórica sobre o interregno democrático na qual elas surgiram, ou seja, o período entre os anos de 1945 a 1964. Esse espaço de tempo guarda algumas características que valem ser mencionadas de antemão, tal como o fato do regime democrático que vigorava desde 1945 vedar a uma significativa parcela da população o direito ao voto, pois além de soldados e marinheiros, também os analfabetos (40% da população brasileira) estavam excluídos do processo eleitoral. Sobre este período, vale ainda ressaltar que pouco mais da metade da população brasileira vivia no campo (53,7%), muito embora, desde a década de 1950 já se observava uma rápida expansão da urbanização, que se processava, sobretudo, com o crescente êxodo rural. Nesta mesma década registrou-se grande crescimento industrial no país, fazendo com que a atividade industrial que antes representava 20% do Produto Interno Bruto (PIB) chegasse à marca dos 29% do PIB brasileiro³⁶.

Na década de 1960, a distribuição da força de trabalho se apresentava do seguinte modo:

A força de trabalho ainda se ocupava mais em atividades agropecuárias (53,97%); a indústria empregava dela uma parte bem menor (17,61%), assim como o comércio (6,57%), os transportes e comunicações (4,60%), os bancos e atividades financeiras (4,60%), a administração pública (5,66%) e outros serviços (10,69%). Mas, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a industrialização (a chamada *industrialização substitutiva de importações*) avançava com celeridade – na segunda metade dos anos 1950, a renda do setor industrial já superava a da agricultura. (NETTO, 2014, p. 25)

Todo esse movimento econômico foi se desenhando de forma desordenada e desigual pelo país, conforme atesta José Paulo Netto³⁷:

O crescimento econômico se operou com efeitos muito desiguais: concentrou-se especialmente no sudeste (no eixo São Paulo/Rio de Janeiro) e os desequilíbrios regionais, aliás históricos, se acentuaram (um indicador é o nível de renda: em 1960, a do Nordeste equivalia a 28,5% da de São Paulo). Também era flagrante a desigualdade na distribuição da renda nacional: os 40% dos brasileiros mais pobres só se apropriavam, em 1960, de 15,8% dela (e esta participação decresceria ainda mais nos anos seguintes: em 1980, caiu para 10,4%); o índice de Gini – que varia de 0 (distribuição igualitária) a 1 (máxima desigualdade) – punha a sociedade brasileira no patamar 0,497 (indicador que igualmente crescerá nos anos seguintes, mostrando

³⁶ Ver NETTO, 2014, p. 25-26.

³⁷ Apesar deste autor não ser historiador e de não ter ido direto às fontes primárias, como fazem geralmente os historiadores, o utilizamos aqui devido às boas sistematizações que fez acerca das ideias, análises e resultados alcançados por alguns historiadores em suas pesquisas, muitas delas, inclusive, bastante recentes.

um notável processo de concentração de renda). Sabe-se que a concentração da renda está diretamente ligada à concentração da propriedade – o que, no país, se evidenciava muito fortemente no campo: dos 70 milhões de brasileiros, somente pouco mais de 3 milhões possuíam terras; destes 2,2% detinham 58% da área total agricultável. (2014, p. 26)

É nesse panorama que se desenvolveu o governo de Juscelino Kubitschek (1955 - 1960). Este governo foi marcado por um grande desenvolvimento urbano no Brasil, impulsionado fortemente pelo fomento a industrialização, que contemplou, sobretudo, o Centro-Sul do país. Nesse projeto, o Nordeste se viu relegado ao segundo plano e somente recebeu um pouco das atenções do governo no final do mandato de JK. Assim, foi apenas no ano de 1958 que o governo aglutinou um grupo de pesquisadores no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) para estudar as demandas do Nordeste e indicar possíveis soluções para seus problemas, no sentido de propor um plano de desenvolvimento para região.

Essa ação foi motivada principalmente por: 1- uma grande seca na região em 1958 que teve como desdobramentos, na zona rural, a geração de um impactante desemprego e consequente grande êxodo rural, no qual trabalhadores migravam para cidades próximas ou, sobretudo, para as metrópoles do Centro-Sul e 2- várias denúncias de corrupção no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), acusado de contribuir com a “indústria das secas”, através de favorecimentos a “coronéis” e seus prepostos. Nesse mesmo ano, por influência, sobretudo, de Celso Furtado, o GTDN foi transformado no Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno), para no ano seguinte, em dezembro de 1959, finalmente ser transformado na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)³⁸.

A secretaria executiva do órgão, autarquia subordinada diretamente a presidência da república, ficou sob a responsabilidade do economista Celso Furtado, que defendia um projeto de Sudene de longo prazo, com duração de cerca de vinte anos, visando garantir direitos aos cidadãos do Nordeste. Vale ressaltar que houve um esforço coletivo para viabilizar a criação do órgão, participando dele alguns políticos, empresários industriais e representantes das organizações de esquerda – como foi o caso de Francisco Julião e alguns eclesiásticos comprometidos no combate a pobreza, tal como D. Hélder Câmara.

De forma geral, podemos dizer que o processo de industrialização dos anos JK intensificou ainda mais as diferenças entre o Nordeste e o Centro-Sul, fato que fez o Estado,

³⁸ Sobre a Sudene, ver: AQUINO, 2014, p. 119-145.

ainda no governo JK, intervir diretamente na região do Nordeste, de forma planejada, objetivando seu desenvolvimento.

Destacamos também que, de forma geral, o Governo JK deixou a desejar em políticas públicas voltadas para as áreas rurais do Brasil. O próprio Francisco Julião chegou a afirmar, em 1962, no livro *Que são as Ligas Camponesas*:

[...] em Brasília, cujos edifícios foram alicerçados, no sacrifício de centenas de milhares de camponeses, no quinquênio Juscelino Kubitschek, que não teve uma palavra de esperança sequer para o campesinato, mas abriu, como nenhum outro, as portas do País ao capital estrangeiro monopolista e espoliador de nossas riquezas. (1962, p.14)³⁹

Após o governo JK⁴⁰ o problema do campo, entretanto, foi ganhando cada vez mais notoriedade, não apenas pela drástica e precária condição de vida dos trabalhadores do campo, mas, sobretudo, por se multiplicarem os movimentos organizados de forças sociais rurais em torno do país.

Antes de tratarmos especificadamente sobre essa questão, vale destacar ainda que neste período da história brasileira assiste-se o crescimento das organizações populares em várias regiões do país, sobretudo com os estudantes, sindicatos urbanos, associações camponesas e, a partir da sua regulamentação em 1962, sindicatos rurais⁴¹. Foram organizações que expressaram de forma marcante uma cultura política notadamente de esquerda⁴², ainda que de forma não homogeneizada⁴³. Essas organizações/entidades recebiam

³⁹ Por se tratar de Francisco Julião, devemos dimensionar suas palavras levando em conta seu caráter eminentemente político, mas que também alerta para os reclames de políticas que contemplassem a zona rural brasileira.

⁴⁰ Para reflexões, de caráter histórico, mais consistentes sobre o Governo de Juscelino Kubitschek, ver: MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol. 3), p. 157-194.

⁴¹ Vale salientar que nem todos os sindicatos rurais portavam uma cultura política de esquerda. Destacamos, como exemplo, os chamados “sindicatos dos padres”, que eram controlados pela Igreja, algumas vezes se associavam aos latifundiários e buscavam desestabilizar as Ligas Camponesas. Suas medidas geralmente limitavam-se ao assistencialismo, sem qualquer contestação ou crítica a estrutura fundiária, apesar de haver exceções. NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma**: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997, p. 67-70.

⁴² A cultura política de esquerda desse período – representada por correntes marxistas-leninistas, como o PCB, de trabalhistas de esquerda, ligados ao PTB, entre outras forças menores de esquerda, como os trotskistas – era marcada pela opção e o engajamento político alinhado com os interesses de setores populares da sociedade, sobretudo com os trabalhadores. Buscavam por mudanças na sociedade que contemplassem os setores populares em detrimento dos setores tradicionais e conservadores, pois objetivavam romper com seus privilégios para, com isso, viabilizar conquistas sociais e trabalhistas, sobretudo para beneficiar os setores populares da sociedade brasileira. Nesse período, destacamos uma tendência a soluções antidemocráticas e autoritárias tanto por parte de algumas organizações de esquerdas como por parte das forças conservadoras. Vale ressaltar esse aspecto, pois temos que ter isso em mente para melhor compreendermos os desdobramentos de alguns acontecimentos que se deram no período, sobretudo nos embates entre forças sociais antagônicas politicamente.

influência principalmente do Partido Comunista do Brasil (PCB)⁴⁴, porém é necessário destacar também outras vertentes da esquerda que começaram a surgir com mais força na década de 1960, bem como a própria vertente trabalhista, tendo sua melhor representação no seio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)⁴⁵, partido este de base getulista.

À medida que as classes populares ganhavam forças neste período, entre os anos de 1945 e 1964, e conquistavam direitos, cresciam também as organizações que representavam os setores mais tradicionais, marcadas nitidamente por uma cultura política liberal-conservadora⁴⁶. Além de partidos políticos⁴⁷ como a União Democrática Nacional (UDN) e Partido Social Democrático (PSD)⁴⁸, podemos citar como exemplos as seguintes organizações: Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), fundado em 1959 e extinto em 1963 por ordem judicial, devido à descoberta das suas vinculações com a polícia federal estadunidense (CIA), o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), criado em 1961, destacando-se também por possuir características semelhantes ao IBAD, o Grupo de Ação Patriótica (GAP), a partir de 1962, e o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) criado em 1963, frente ao vigoroso avanço das esquerdas no Brasil que, em clima de Guerra Fria,

⁴³ Apesar de haver diferenças internas, porém, destacamos que os interesses desses grupos estavam diametralmente opostos aos interesses das classes conservadoras.

⁴⁴ Após o ano de 1962, o partido, buscando voltar à legalidade perdida em 1947, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, altera seu nome para Partido Comunista Brasileiro (PCB), com o objetivo de enfatizar-se como um partido brasileiro, e não soviético, como denunciavam os opositores. Essa mudança de nome gerou muitas críticas de militantes do próprio partido que, ainda em 1962, criam um novo partido sob a sigla PCdoB, recuperando a velha nomenclatura: Partido Comunista do Brasil. Destacamos também que a criação do PC do B está ligada às denúncias dos crimes de Stálin, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Esse fato repercutiu no Partido Comunista aqui do Brasil, na qual os mais stalinistas (já que praticamente todos eram) acabaram sendo afastados de cargos importantes dentro do partido. Estes, insatisfeitos, decidem criar o PCdoB. Ver: GORENDER, 1987.

⁴⁵ No que diz respeito ao PTB, podemos classificá-lo como um partido de centro-esquerda, sobretudo por se encontrar instalado, nesse período, de forma notável, na própria estrutura do Estado, dialogando tanto com a sociedade civil organizada, como por exemplo, sindicatos e movimentos sociais, quanto com setores conservadores, tal como entidades patronais, assumindo muitas vezes uma postura de conciliação, no sentido de pouco a pouco ir regulando as relações de trabalho, conquistando benefícios para os trabalhadores, mas muitas vezes sem questionar certos interesses e privilégios das classes patronais. Ou seja, não objetivava romper com uma sociedade pautada nas relações capitalistas. Vale ressaltar, entretanto, que após a morte de Getúlio Vargas lideranças mais a esquerda, como Brizola, passaram a predominar, principalmente no início dos anos 1960.

⁴⁶ A cultura política conservadora se caracterizava por defender o *status quo*, no sentido de manter certos privilégios das classes tradicionais e combater novos grupos e ideias que ameaçassem romper com eles. Para isso era comum se recorrer a medidas autoritárias e violentas, sobretudo se nos referirmos à classe dos latifundiários. Caracteriza-se também pela vigorosa defesa da propriedade privada, adesão à hierarquia, a submissão dos trabalhadores frente ao patronato e a defesa de uma cultura cristã tradicional, o que fortalecia a cultura familiar patriarcal. Destacamos ainda que essa cultura política era marcada pelo autoritarismo, personalismo e uma postura anticomunista.

⁴⁷ No que concerne ao sistema partidário do período, ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “Partido políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol. 3), p. 129-154.

⁴⁸ Vale destacar que, a nível nacional, o PSD se caracterizava por representar sobretudo os interesses das oligarquias rurais do período.

agudizavam o medo do comunismo principalmente entre grupos de estudantes da classe média brasileira, além de representantes de organizações da direita católica, tais como a Opus Dei e a Tradição, Família e Propriedade (TFP).

Em destaque, a década de 1960 foi marcada por um embate muito forte entre essas forças políticas antagônicas, que fizeram crescer verticalmente as tensões sociais, atingindo seu ápice durante o governo de João Goulart, sobretudo a partir do início do ano de 1964, quando o presidente, vendo-se pressionado, opta pelo lado das classes populares. Os acontecimentos marcantes de março de 1964, tais como o *Comício da Central do Brasil* (dia 13), e os que dele decorreu, como: o *levante dos marinheiros* (dia 28) e finalmente o *discurso do presidente João Goulart no Automóvel Clube do Brasil* (dia 30) assinalam essa opção do presidente pelas forças populares.

Esses acontecimentos tiveram rápida repercussão entre as forças conservadoras, que se organizaram, contando agora decisivamente com o apoio dos militares, e passaram a articular um golpe para destituir o presidente Jango do governo, bem como barrar o projeto de mudança que estava em curso⁴⁹.

⁴⁹ Lembremos aqui da tradição golpista que possuía a então jovem república do Brasil, marcada por forte instabilidade política, destacando-se renúncias de presidentes, golpes políticos e ameaças às instituições democráticas. Conforme destacou José Paulo Netto: *A instituição republicana brasileira, que vem de 1889 (a mais tardia das Américas), foi marcada historicamente pela instabilidade. Entre 1889 e 1960, um presidente renunciou ao cargo (Deodoro da Fonseca, em 1891); outro foi derrubado (Washington Luís, em 1930); um terceiro, Getúlio Vargas, que o movimento de 1930 levou ao poder (impedindo a posse de Júlio Prestes), instaurou a ditadura do Estado Novo (1937), foi deposto por um golpe em 1945 e, eleito em 1950, suicidou-se em 1954, respondendo à iminência de outro golpe. Antes, um presidente não concluiu seu mandato (Afonso Pena, que morreu no exercício da presidência, em 1909) e outro não chegou a ser empossado (Rodrigues Alves, eleito em 1918, faleceu antes de assumir).* Kubitschek, logo após a sua eleição em outubro de 1955, teve a sua posse ameaçada por grupos conservadores com apoio no Exército, noutro movimento golpista (que a ação do então general Lott abortou em novembro de 1955) articulado pelos mesmos setores que levaram Vargas ao suicídio, um ano antes. No exercício do seu mandato, Kubitschek enfrentou mais duas tentativas de golpe militar (em fevereiro de 1956, a “revolta de Jacareacanga”, e em dezembro de 1959, a “revolta de Aragarças”). (2014, p. 27). Jânio Quadros, por sua vez, também seria incluído neste quadro de instabilidade sete meses após tomar posse como presidente, quando renunciou ao seu mandato, num momento em que se encontrava sem apoio das bases que o sustentava: o partido da União Democrática Nacional (UDN), em virtude da sua política externa “esquerdista”, e os setores populares devido, sobretudo, a estrutura cambial ter sido submetida a “mecanismos de mercado”, causando um aumento da inflação. Ainda de acordo com José Paulo Netto (2014, p. 29-30): *A renúncia do 25 agosto, ao que tudo indica, não foi um ato irrefletido do presidente – antes, teria resultado da sua avaliação segundo a qual, diante desse fato consumado, as forças políticas conservadoras se reagrupariam, as massas apelariam à sua volta e ele poderia governar com mão de ferro; ou seja: a renúncia seria o primeiro passo para o regressar com poderes ampliados (isto é, para exercer um “governo forte”). Assim, publicitou a renúncia e viajou de Brasília a São Paulo, à espera dos desdobramentos – jogando, inclusive, com a ausência de Jango, que estava em missão oficial na República Popular da China (com a qual, à época, o Brasil não mantinha relações diplomáticas – rompidas em 1949, em razão da guerra fria, e só restabelecidas em agosto de 1974).*

O possível plano saiu-se frustrado, pois tanto as forças conservadoras quanto a população não contestou sua renúncia. Seguiu-se, na verdade, uma disputa entre esses dois grupos de interesses fundamentalmente antagônicos: os primeiros agiram no sentido de não aceitar as regras constitucionais, que previa a posse do vice-presidente, e reconheceram a posse do então presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili. Já os setores populares se opuseram a esta medida e formaram um grande movimento para resistir a arbitrária

Vale ressaltar que as organizações conservadoras encontravam grande respaldo dentro da própria sociedade brasileira, a julgar, sobretudo, pela forte adesão que teve a *Marcha da família com Deus pela liberdade* (dia 19 de março), que fora organizada pelas organizações de mulheres conservadores, com apoio de parte da Igreja Católica, entidades empresariais e outros setores conservadores⁵⁰.

O descontentamento de parte da população quanto ao governo de Jango ganhou corpo também devido aos índices da economia brasileira que não iam nada bem, configurando uma situação de crise econômica. De acordo com José Paulo Netto:

Os indicadores econômicos da entrada dos anos 1960 atestam inequivocadamente um quadro de crise.

Verificou-se uma inflexão para baixo do crescimento do PIB: se, em 1961, a taxa foi de 10,3%, em 1962 ela caiu à metade: 5,3%; em 1963, registrou-se o menor crescimento da década: 1,5%; em 1964, recuperou-se para medíocres 2,9% – a gravidade da conjuntura é notável se se recorda de que, na década anterior, o crescimento médio anual foi da ordem de 7,38%; mais notável ainda se mostra quando se constata que a participação da produção industrial no PIB, que foi de 8,1% em 1962, em 1963 foi negativa (-0,2%). Caiu também a taxa real de crescimento da formação bruta de capital fixo: 1962, 3,1%; 1963, 2,8%; e 1964, 2,5%. Dramatizando ainda mais a conjuntura, o decréscimo do investimento estrangeiro foi assustador (em milhões de dólares): em 1961, 39,2%; em 1962, 20,1 e, em 1963, 4,3 e, ademais, a partir de 1959, os recursos externos obtidos pelo governo brasileiro para financiar a sua dívida foram contraídos através de empréstimos de curto prazo – e estas duas circunstâncias deviam-se às pressões conjugadas dos Estados Unidos e do FMI. E tudo isto com a inflação crescendo em seta: 1961, 43,15%; em 1962, 55,14%; em 1963, 80,59%; e, em 1964, 86,56%. (2014, p. 40).

Dessa forma, foi durante o governo de João Goulart que o Produto Interno Bruto (PIB) do país atingiu um de seus piores índices da história republicana de até então, além da disparada inflacionária, que, juntos, contribuía para um pessimismo da população diante do governo.

A sociedade brasileira, assim, se encontrava polarizada. Parte da população aderiu às manifestações conservadoras, mas, por outro lado, também havia outra parte significativa que apoiava o presidente João Goulart. De acordo com José Paulo Netto:

O “descrédito” atribuído a Jango pela direita, em princípios de 1964, não passa de mistificação. Estudo em curso atualmente mostra que pesquisa realizada em março daquele ano na cidade de São Paulo, por encomenda da *Federação do Comércio do Estado de São Paulo* ao IBOPE e não tabulada e divulgada à época, avaliava

medida. A mobilização popular, liderada, sobretudo, por Leonel Brizola, que governava o Rio Grande do Sul, forçou uma negociação que resultou numa emenda à Constituição, estabelecendo o parlamentarismo para Jango assumir o governo com poderes limitados.

⁵⁰ Ver: FERREIRA, Jorge e GOMES, Ângela de Castro e. **1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 299-313.

majoritariamente o governo de Jango como entre “ótimo” e “bom”; e dados mais abrangentes, relativos a uma eventual candidatura de Jango à presidência em 1965 (algo vedado pela Constituição de 1946) e cobrindo oito capitais, indicavam que as intenções de votos no seu nome eram extremamente significativas. Considerando esses dados, o historiador Luiz Antônio Dias infere que Jango “não apenas tinha altos índices de aprovação, como [tinha] um grande potencial eleitoral” (cf. *CartaCapital*, São Paulo, ed. N. 773, p. 40, 6 nov. 2013). Evidentemente, estes créditos a Jango eram tanto mais positivos quanto menos elevada era a condição social dos entrevistados. (2014, p. 265 - 266)⁵¹.

Esta tensão social que se agudizava desde o início da década de 1960 era alimentada, sobretudo, pelo temor da comunização do país. Ou seja, uma significativa parte da sociedade brasileira temia estar em curso um movimento comunista que visava promover um golpe de Estado para a implantação de um regime comunista no Brasil, aos moldes do que ocorrera em Cuba⁵².

O governo constitucional de João Goulart era constantemente acusado pelas forças conservadoras como cúmplice dos movimentos sociais que se multiplicavam no país, sobretudo após o *Comício da Central do Brasil*. O projeto das Reformas de Base⁵³ desencadeou um grande temor nessas classes, que receavam perder seus privilégios. Destaca-se aqui a classe dos latifundiários, que uniam forças para barrar os projetos de Reforma Agrária defendidos pela esquerda.

É neste conturbado período de 1945 a 1964 que eclodem uma série de conflitos no campo, em diversos pontos do país. Vale assinalar Porecatu⁵⁴, Tromba-Formoso⁵⁵ e as Ligas

⁵¹ Esta citação trata-se da nota de rodapé de número 14, da referida obra.

⁵² Através da tese de doutorado *O impacto da Revolução Cubana sobre as organizações (1959 - 1974)*, autor Jean Rodrigues Sales, 2005, podemos concluir que a apreensão de parte da sociedade brasileira quanto a um possível processo revolucionário no Brasil, aos moldes da Revolução Cubana, era lastreada nos próprios acontecimentos que se desenvolviam no país, que eram interpretados como sinais desse movimento. Destacamos que em pleno clima de Guerra Fria pelo mundo, intensificado na América Latina através do exemplo de um processo revolucionário em Cuba, o Brasil vivia uma fase de crescente mobilização popular, tendo nas Ligas Camponesas talvez sua maior expressão. O líder de maior destaque desse movimento, Francisco Julião, defendia abertamente, após o ano de 1962, uma reforma agrária “na lei ou na marra”. Também era de conhecimento público constantes intercâmbios de membros das Ligas com Cuba, no sentido não apenas de trocarem experiência política, mas também de frequentarem treinamentos de guerrilha. Após essas viagens a ilha, foram paulatinamente, e de forma clandestina, instalados dispositivos militares das Ligas Camponesas no Brasil, estando presentes em oito estados do país. Muitos fatos relacionados a essas questões acabavam virando notícia de jornais. Todos esses elementos contribuíam para que o temor da comunização do país se alastrasse em parte significativa da população brasileira.

⁵³ Sobre a questão das reformas de bases, sobretudo no que se refere a reforma agrária, ver: FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol. 3), p. 345-404.

⁵⁴ No norte do Paraná, terras devolutas dos municípios de Porecatu, Centenário do Sul, Guaraci e Jaguapitã foram ocupadas por posseiros na década de 1940. Nestas localidades se desenvolveu, entre os anos de 1947 e 1951, a Revolta/Guerrilha de Porecatu. O conflito fora motivado pela ação de grileiros que, utilizando de seus jagunços e até forças policiais submissas aos seus desmandos, tentavam expulsar os posseiros da localidade. Os camponeses promoveram uma resistência armada, chegando até a utilizar táticas de guerrilhas, sob orientação do Partido Comunista. Em 1951 foram sufocados conjuntamente por tropas paranaenses e da Delegacia de Ordem

Camponesas, sobressaindo-se esta última pela dimensão e o grau de organização que tomou. Trata-se de um movimento popular agrário que surgiu na década de 1950 no Estado de Pernambuco e depois se expandiu para outras localidades do Brasil, concentrando-se, sobretudo, no Nordeste.

2.1 As primeiras Ligas Camponesas

No que se refere às Ligas Camponesas, podemos nos remeter a dois momentos históricos distintos. As Ligas Camponesas que se tornaram mais conhecidas surgiram no contexto de meados da década de 1950 e duraram até 1964, quando foram aniquiladas pelas forças golpistas. Entretanto, dez anos antes, podemos nos remeter às Ligas Camponesas promovidas pelo Partido Comunista do Brasil (PCB). Estas foram concebidas no plano teórico entre o período de 1928 e 1943, mas somente foram se materializar no ano de 1945, tendo duração curta, pois acabam se extinguindo no ano de 1947, quando o PCB entrou na ilegalidade. Como nos revela Leonardo Santos:

É bem verdade que sua existência [se refere às Ligas Camponesas do PCB] foi demasiado curta, apenas dois anos. Em 1947 todas elas tinham sido fechadas por consequência da decretação de ilegalidade do PCB por parte do Tribunal Superior Eleitoral. [grifo nosso] (2005, p. 79).

Essas Ligas Camponesas da década de 1940 emergem sob o contexto de redemocratização, após a saída de Getúlio Vargas do poder em 1945, com o fim do Estado Novo. Mediante uma perspectiva de criação de uma nova constituição que contemplasse o PCB na legalidade, o partido, que desenvolvera no plano teórico a ideia de Ligas Camponesa, decide pô-las em prática, obtendo êxito, sobretudo, no Estado de Pernambuco, São Paulo e, apesar de não ser tão conhecida e divulgada, no Triângulo Mineiro. É o que nos mostra Luciano Lepera:

Política e Social (DOPS) e terminaram por aceitar um acordo que lhes oferecia terras no Oeste do Paraná. Ver: OIKAWA, 2011.

⁵⁵ No Estado de Goiás, entre os anos de 1954 e 1957, nas localidades dos distritos de Trombas e Formoso, foram registrados longos conflitos entre posseiros e grileiros, que desejavam adquirir as terras já ocupadas desde os anos de 1930 e 1940. As ações dos grileiros consistiam na tentativa de expulsar os posseiros das terras através do uso da violência física e de ameaças, que eram realizadas por seus jagunços e pelos policiais a qual se associavam. Os posseiros obtiveram apoio da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) para fundarem a Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Trombas e Formoso, que tinha o intuito de aglutinar os camponeses em nome da causa e terem mais condições de resistência, que se deu com os camponeses de armas nas mãos e também no campo jurídico. Finalmente, no ano de 1962 a situação foi estabilizada com a conquista dos títulos das terras pelos posseiros. Ver: MARTINS, 1986.

No final do ano de 1945 no Brasil ocorre um breve período democrático, possibilitando o grande desenvolvimento de diversos movimentos sociais. Camponeses do Triângulo Mineiro se organizaram em várias Ligas, sendo estas algumas das primeiras do país, juntamente com a de Dumont (SP) e a de Iputinga (PE), ambas fundadas em 1945 (2012, p.1).

De qualquer forma, destacamos um trecho no qual Clodomir Santos de Moraes nos amplia o horizonte, alertando-nos sobre a existência de Ligas Camponesas organizadas pelo PCB, na década de 1940, em quase todos os Estados do Brasil:

Nesse caminho operaram os ativistas do Partido Comunista, realizando, entre 1945 e 1947, uma grande e organizada mobilização de trabalhadores agrícolas em quase todos os Estados brasileiros. Fundaram-se então, centenas de Ligas Camponesas, que reuniam milhares e milhares de pessoas. (2006, p.22).

O objetivo do partido era justamente ampliar seu raio de ação para o campo, tentando desenvolver um efeito de quebrar com a hegemonia dos currais eleitorais e trazer votos para outros políticos que não os políticos coronéis ou os associados a eles, como nos afirma Fernando Azevedo (1982, p.56):

Com a conquista da legalidade e a ampliação do seu quadro de militantes, e a necessidade de enfrentar as disputas eleitorais, o PCB amplia o raio da sua ação e da sua presença até o campo, onde, espera arregimentar uma clientela eleitoral que neutralize, em parte, o poder dos currais eleitorais sob o domínio das oligarquias coronelistas.

Essas Ligas, como vimos, tiveram uma vida bastante curta, durando aproximadamente dois anos (1945-1947). Elas se desorganizam mediante um contexto de volta da ilegalidade do PCB, em 1947, pois se encontravam ligadas umbilicalmente ao partido, e só tornariam a surgir novamente em 1954, no município de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, mas de uma forma bem diferente, desta vez, não vinculadas exclusivamente ao PCB⁵⁶.

Influenciado por esta experiência de Pernambuco, o movimento camponês se difundiu rapidamente para vários outros estados do Brasil, sobretudo no nordeste, preocupando a classe latifundiária do país. O movimento chegou a tal dimensão que passou a ser constantemente abordado nos jornais e noticiários brasileiros, chegando inclusive a repercutir na imprensa

⁵⁶ Entre esse período de 1947 a 1954, vale ressaltar, a luta organizada no campo continuou sob outras formas, como foi o caso de Porecatu, Guaraci, Centenário do Sul e Jaguapitã (na parte norte do Estado do Paraná, iniciando-se ainda no ano de 1947 e findando-se em 1951) e em Trombas-Formoso (no Estado de Goiás, com início em 1954 e fim em 1957). Em ambos os casos, percebe-se de forma marcante a presença do PCB na organização desses movimentos. Mais adiante, registra-se também o levante camponês de Pato Branco e Francisco Beltrão, no Paraná, durando de 1957 a 1958.

internacional, como foi o caso do jornal *New York Times*⁵⁷ e a revista *Time*⁵⁸, ambos estadunidenses.

A primeira Liga Camponesa surgiu no Engenho Galileia, em 1955, sob o nome oficial de Sociedade de Agricultores, Plantadores e Pecuáristas Pernambucanos (SAPPP). Porém, inicialmente, foram nomeadas pela imprensa de Ligas Camponesas, numa tentativa de associá-la as antigas ligas comunistas da década de 1940, objetivando denegrir a imagem do movimento que acabara de surgir. Conforme afirmou Francisco Julião:

A imprensa reacionária passou a apelidar a “Sociedade Agrícola e Pecuária dos plantadores de Pernambuco” (SAPPP) de Liga Camponesa, com o intuito de queimá-la, vinculando-a àquelas extintas organizações fundadas em 1945. O apelido, no entanto, pegou como visgo (1962, p. 29).

De acordo com Jean Rodrigues Sales, podemos estabelecer alguma continuidade da SAPPP com as Ligas Camponesas do contexto da década de 1940, guardando as devidas peculiaridades e diferenças. De acordo com as palavras do autor:

[...] a continuidade, se assim podemos chamar, entre as Ligas dos anos quarenta a as da segunda metade dos anos cinquenta, se dá na medida em que muitos comunistas e militantes das antigas associações rurais dos anos quarenta estiveram presentes na criação do movimento que surgiu na década seguinte. Entretanto, não apenas o programa político das Ligas comandadas por Francisco Julião era diferente daquele ligado aos comunistas no passado, como viria mesmo a haver sérias divergências entre o novo movimento e o PCB no que se refere às propostas de resolução do problema agrário brasileiro no início dos anos sessenta (2005, p. 129).

Nesta mesma linha de argumentação, Luiz Flávio Carvalho Costa afirma:

Quando os camponeses do Engenho Galileia se reúnem para formar sua liga em 1955, a de Iputinga já não existia mais. No entanto, de certa forma ela sobrevive em Galileia. Não por acaso alguns dirigentes da Liga Camponesa da Galileia, como José dos Prazeres, Osvaldo Campollo, entre outros, foram antigos membros da Liga Camponesa de Iputinga. (1996, p. 21)

Com a difusão do movimento para outros municípios de Pernambuco e para outros estados do país, foi popularizado o termo Ligas Camponesas, inclusive entre os próprios camponeses, apesar das organizações que estavam surgindo pelo Brasil afora continuarem a ser registradas oficialmente com outros nomes. É interessante perceber que, com o passar do

⁵⁷ No dia 31 de outubro de 1960, o jornal americano publicou uma notícia sob o título: *Pobreza no Nordeste do Brasil Gera Ameaça de Revolta*. Ver: MONTENEGRO, 2008, p. 23.

⁵⁸ O assassinato de um dos líderes das Ligas Camponesas da Paraíba, João Pedro Teixeira, fora noticiado pela revista *Time*. Ver: RAMOS, 2012, p. 41 e SOUZA, 2008, p.58.

tempo, as Ligas ganham outra dimensão inclusive na própria mídia, conforme atestou o próprio Francisco Julião:

[...] a imprensa, que gastara muito papel com ataques a essa organização, destacando manchetes na página policial, silenciou [...]. A imprensa reacionária voltaria a falar dela, porém, não mais na página policial, e sim na de política local, nacional e, não raro, internacional (1962, p. 30).

Um debate interessante a ser levantado é quanto os diferentes termos que eram utilizados para designar as pessoas que viviam no campo anterior à consolidação das Ligas Camponesas. Eram comuns os seguintes: lavrador, trabalhador rural, rurícola, colono, agricultor, caboclo, morador, matuto etc. É fato que se tratava de diversas categorias de trabalhadores no campo, mas que, no contexto das Ligas Camponesas, apesar dessas diferenças, foram construídas semelhanças a tal ponto de se firmar uma unidade sobre todos eles, que passaram a se reconhecer e a serem reconhecidos como camponeses. Assim, as Ligas Camponesas foram capazes de organizar as diferentes categorias de trabalhadores rurais em torno de uma causa conjunta. Como bem avaliou Regina Reyes Novaes:

No decorrer do processo em questão, a “defesa dos legítimos direitos” de arrendatários, assalariados e pequenos proprietários “de acordo com as leis do país” (segundo a formulação dos estatutos) concretizou-se através de duas palavras de ordem: *contra o cambão e pela reforma agrária*. Através destas consignas construíram-se semelhanças entre diferentes situações e categorias de trabalhadores que passaram a se reconhecer como *camponeses*. (1997, p. 41)

O termo camponês foi se alastrando a tal ponto que passou a ser reconhecido nacionalmente. Ganha destaque, entretanto, no Nordeste, onde foi incorporado com tal força no cenário político que nessa região o termo passou a designar o sujeito do campo engajado na luta política (NOVAES, 1997, p. 36). Também conforme Manuel Correia de Andrade (1980, p. 120 - 121): “Esse nome [Ligas Camponesas] tinha tanta aceitação que na Paraíba o vocábulo “camponês” identificava os associados das Ligas”. Apesar do movimento ter adquirido mais força no Nordeste, vale destacar também seu efeito de abrangência nacional, no sentido de propiciar um processo de unidade política entre as forças sociais do campo.

Em entrevista concedida a socióloga e jornalista Lêda Barreto, em 1963, Francisco Julião discorreu, numa de suas falas, sobre a impotência dos trabalhadores rurais desorganizados frente às arbitrariedades cometidas pelo patrão. Conforme argumenta, antes de se organizarem em Ligas a revolta do trabalhador era inútil, pois se manifestava de forma individual e desorganizada perante uma força desproporcionalmente maior: a do latifundiário.

O advento das Ligas, entretanto, alterou a correlação de forças, melhorando as condições de luta dos trabalhadores rurais. Nas palavras de Francisco Julião:

Veja: a produção agrícola depende de vários fatores, como o sol, a chuva e as pragas. Se o proprietário das terras vê chegar o dia previamente marcado para a cobrança da “meia” ou “terça”, por exemplo, 150 quilos de algodão, no dia marcado, tenha ou não tenha o camponês colhido o seu produto, ele bota o gado para comer a roça. É um negócio revoltante. Às vezes o sol não foi ainda suficiente para abrir o capulho do algodão ou então veio a lagarta e comeu quase tudo. O cruel latifundiário não espera mais nada: solta no campo o gado e exige a “terça” ou a “meia” do que ficara previamente combinado. **Muitas vezes o camponês fica endividado para pagar o que deve e não lhe fica nada de sua lavoura. Nada a não ser revolta. E, porque o camponês é confinado e desorganizado, a sua rebeldia é inútil. Era, já não é mais. Eis o papel importante das ligas: congregar toda essa revolta resultante de uma profunda frustração, organizar os camponeses e leva-los à resistência.** [grifo nosso] (BARRETO, 1963, p. 100)

Dessa forma, destacamos que as Ligas Camponesas, enquanto movimento social organizado, alterou significativamente a cultura política daqueles que se convertiam em membros do movimento, fazendo-os mais conscientes e politizados. Organizados em Ligas, continuaram os trabalhadores sendo o elo mais fraco na relação de trabalho com o seu patrão, evidentemente, entretanto passaram a dispor de mais força para fazer valer seus direitos ou interesses. Assim, o efeito das Ligas Camponesas foi o de alterar a correlação de forças sociais no campo, considerando a formação de uma nova cultura política entre os “liguistas”, forjada entre a moral e valores do homem do campo com a cultura comunista/socialista. O próprio termo *camponês* passou a indicar a manifestação dessa nova cultura política. Conforme analisou Lêda Barreto:

Tenha-se como suposto que quando o indivíduo se classifica como “camponês” é porque já está altamente politizado, em geral pertence às Ligas, se não de fato, atualmente, pelo menos potencialmente. “Camponês” já é até empregado como título. Em Sapé por exemplo vimos Elisabeth Teixeira, líder paraibana, chamar aos seus companheiros e vizinhos “o camponês Firmino”, “a camponesa Severina”, e assim por diante. Verificamos depois ser geral este tratamento onde existem Ligas, o que nos deu uma medida de penetração deste fator político na reorganização social e na mudança de atitudes que se opera rapidamente como um dos aspectos de mudança social em ritmo crescente. (1963, p. 115-116)

Assim, antes da organização das Ligas Camponesas não existia ainda o tal *camponês*, havia, na verdade, uma diversidade de trabalhadores no campo. O ser *camponês* foi formado no processo de luta pela terra e por melhores condições de trabalho, que foi desenvolvido conjuntamente entre trabalhadores do campo e militantes comunistas. De acordo com Regina Reyes Novaes:

Em síntese, a matéria-prima para construção de identidade política camponesa, não foi buscada apenas nas semelhanças de reações de trabalho ou de situação em relação a terra. Neste nível esta identidade englobou a diferença, comportou a inclusão de diferentes categorias de trabalhadores do campo. Também não podemos dizer que a matéria prima para a construção desta identidade possa ser encontrada nos valores comunitários pré-existentes. Não havia uma “comunidade de valores” compartilhada e prévia, pronta para fazer manifestar o *ethos* camponês. Tal como pudemos observar, não havia um ponto de partida unificador, a identidade se construiu em um processo, se construiu a partir de relações entre categorias sociais. (1997, p. 54 -55)

Vale ressaltar, entretanto, que a transformação dos trabalhadores rurais em *camponeses* não se realizou através de treinamentos ou cursos preparatórios. Foi fundamental a vivência de uma série de conflitos, fruto das condições impostas pelas novas circunstâncias. Nesse sentido, Regina Novaes destacou que:

[...] o critério fundamental para recrutamento e expansão das Ligas incidia sobre a vivência de crises, nas quais estavam sendo rompidas relações sociais. O aprendizado para ser *camponês*, portanto, não se fez através de cursos, treinamentos ou reuniões motivadoras e sim durante o encaminhamento de conflitos nos quais estavam diretamente envolvidos e, ao mesmo tempo, nas “campanhas” em que se dispunham a participar, incorporando a nova linguagem para justificar concepções e práticas. (1997, p. 47)

O termo *camponês*, vale frisar, fora introduzido aqui no Brasil em meados do século XX pelas correntes políticas de esquerda, sobretudo por intelectuais e militantes do Partido Comunista. Conforme Manuel Correia de Andrade:

O termo *camponês*, geralmente usado na Europa e no Oriente para indicar a grande comunidade de habitantes do campo que se dedica à exploração agrícola, visando precipuamente o auto-abastecimento, não era usado no Brasil para indicar os nossos trabalhadores rurais, até os meados do século XX, quando estes se organizaram em associações e passaram a reivindicar seus direitos frente aos grandes e médios proprietários. A partir de então, as correntes políticas de esquerda que apoiavam estes movimentos passaram a chamar, de forma generalizada, os trabalhadores rurais de *camponeses*, daí o nome das chamadas ligas camponesas, popularizando esta denominação. Os grupos de direita, contestando a propriedade do termo *camponês*, apresentaram para substituí-lo o termo *ruícola*, que não obteve maior aceitação. (1986, p. 5-6)

A introdução do termo *camponês* aqui no Brasil também veio acompanhada do, digamos assim, seu termo antagônico. Conforme observou José de Souza Martins:

Também os proprietários de terra tinham designações distintas conforme a região e a atividade: *estancieiros* no Sul; *fazendeiros* em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Paraná; *senhores de engenho* no Nordeste; *seringalistas* no Norte.

Mas também eles tiveram sua designação mudada a partir do mesmo debate que alcançou os camponeses – passaram a ser designados como *latifundiários*. Essas novas palavras – *camponês e latifundiário* – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidades às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade. (1986, p. 22-23)

Quanto a isso, vale citar uma abordagem histórica da introdução deste termo no Brasil, realizada por Regina Reyes Novaes:

Como sabemos, eram mais que meras palavras. Traziam consigo toda uma visão da natureza das relações sociais no campo e do papel político que estava reservado ao “campesinato” naquela “etapa da revolução democrática-burguesa”. Tendo como referencia o processo ocorrido em alguns países da Europa, ao “campesinato” brasileiro parecia estar reservado o destino histórico de, em aliança com as outras forças progressistas da sociedade, destruir o latifúndio improdutivo que representava um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo, caminho necessário para chegar à “etapa socialista”.

Esta era a concepção dominante no Partido Comunista. Mas, não foram apenas aqueles que identificavam a existência de “restos feudais” no Brasil que nomeavam de camponeses os trabalhadores do campo. Naquelas condições históricas, o uso da palavra “camponês” se impôs para outros grupos, que não necessariamente partilhavam da mesma concepção. Foi utilizada por forças sociais classificadas como “progressistas” e “desenvolvimentistas” preocupadas em superar o “subdesenvolvimentismo” que caracterizava as antigas colônias europeias. Foi usada pela Igreja Católica que através de documentos eclesiais, na época, se manifestou publicamente sobre a questão agrária. Chegou, por outro lado, até a ser usada por proprietários de terra e empresários que, devido a sua posição e interesses de classe, se opunham às reivindicações expressas pelos trabalhadores. Ou seja, a partir de determinado momento, a designação passou a ser usada indistintamente pelos mais diversos personagens que influíram, ou tentaram influir, no campo político, transpondo os limites restritos do debate acadêmico e nas resoluções do Partido Comunista.

Desta maneira, ainda que importados, e resultantes de uma transposição mecânica de conceitos condizentes com outras realidades sociais, os termos “camponês” e “campesinato” ganharam resistência social através da circulação de idéias políticas e, sobretudo, através das associações de trabalhadores agrícolas que se organizavam no nordeste. (1997, p. 35)

Dessa forma, percebemos que após a introdução do termo camponês no Brasil, seu uso foi sendo gradualmente difundido entre a população, ganhando reconhecimento não apenas entre os ditos setores de esquerda, como também por demais setores da sociedade, como a Igreja, a classe dos latifundiários e setores conservadores. O termo ganhou conotação política e acabou ganhando contornos depreciativos ou valorativos, a depender do grupo social que o utilizasse.

2.2 As Ligas Camponesas da década de 1950

No contexto de meados da década de 1950, a SAPPP surgiu com objetivos que se limitavam ao assistencialismo, como podemos perceber nos dizeres de Francisco Julião:

Sendo uma sociedade civil beneficente, de auxílio-mútuo, seu objetivo era fundar uma escola primária e formar um fundo para adquirir caixõeszinhos de madeira destinados às crianças que, naquela região, morrem em proporção assustadora. O estatuto da sociedade fala de outros objetivos mais remotos, como aquisição de sementes, inseticidas, instrumentos agrícolas, obtenção de auxílio governamental, de assistência técnica (1962, p. 24).

Na Paraíba, destacamos que as Ligas que foram surgindo seguiram a estrutura as SAPPP, tomando por base o seu estatuto. Vale ressaltar também, entretanto, a influência direta do PCB no movimento, que incorporou as orientações do partido no que diz respeito à formação e organização das associações civis que foram surgindo desde fins da década de 1950. A primeira Liga do estado, por exemplo, que surgiu em Sapé no ano de 1958, seguiu o roteiro formulado pela ULTAB desde 1954 (RANGEL, 2006, p. 469).

A primeira Liga da Paraíba, a exemplo do que ocorrera com a Liga da Galileia, teve o nome oficial de Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé. Inicialmente, os objetivos das Ligas – e aqui falamos de forma geral – consistiam em assegurar assistência social aos foreiros, arrendatários, assalariados e pequenos proprietários rurais.

Com o passar do tempo, os associados das Ligas passaram a reivindicar direitos trabalhistas, lutando por melhores condições de trabalho e contra as várias arbitrariedades dos patrões, que os submetiam a diversas formas de exploração. Destacamos aqui a luta contra o “cambão”⁵⁹ e os constantes aumentos do “foro”⁶⁰, bem como a luta contra a utilização, por parte dos latifundiários, de capangas e polícia privada para resolução dos conflitos agrários.

A partir dessa nova configuração do movimento camponês, mais organizado e politizado, os proprietários passaram a se incomodar, criando uma tensão ainda maior nas relações entre patrão e empregado. A reação dos proprietários foi de aumentar ainda mais a exploração, as expulsões e restrições aos seus trabalhadores, moradores de condição ou foreiros – tais como proibição de seus moradores plantarem lavouras, visando não ter de pagar

⁵⁹ O cambão consistia no dia em que o trabalhador fornecia seus serviços ao patrão sem receber nada em troca, como forma de “pagamento” pelo uso da terra.

⁶⁰ O foro era a contraprestação devida pelo trabalhador ao patrão, em decorrência do uso da terra. Parte da produção feita pelo camponês era destinada ao patrão, servindo como se fosse o pagamento do “aluguel” da terra, ou seja, a obrigação de pagamento pelo uso da terra que o camponês devia ao proprietário.

indenizações nas expulsões, etc. Essa tensão vai aumentar significativamente a partir da luta pela reforma agrária, tendo por consequência uma radicalização nos embates entre as forças dos latifundiários e dos camponeses, que terminavam muitas vezes em mortes de ambos os lados.

Percebemos, assim, uma metamorfose nas Ligas Camponesas. Vejamos: do surgimento das Ligas em 1955 até a desapropriação do Engenho Galileia em 1959, pode-se constatar que o programa político do movimento consistia basicamente numa reforma agrária dentro da lei, amparada pelo Código Civil. O máximo que chegavam a reivindicar consistia na alteração do artigo 147 da constituição de 1946, que previa a possibilidade da desapropriação de terras, desde que o Estado promovesse uma justa indenização em dinheiro e de forma antecipada. Este artigo, reclamavam os dirigentes das Ligas e seus apoiadores, tornava praticamente inviável a reforma agrária. Essa fase legalista das Ligas foi caracterizada pelas assessorias e atuação de advogados e pela produção de documentos destinados às associações. Até o ano de 1961, não se constatou qualquer proposta revolucionária por parte dos dirigentes do movimento⁶¹.

Essa realidade sofreu uma alteração definitiva no ano de 1962, em virtude do I Congresso Camponês Nacional, que marcou uma cisão entre o PCB (representado pela ULTAB) e as Ligas, comandadas por Francisco Julião e Clodomir Santos de Moraes, no que diz respeito aos rumos que o movimento camponês nacional deveria seguir. De acordo com Jean Sales:

A mudança do projeto político das Ligas Camponesas, que instaurou uma segunda fase de sua história, se deu entre 1960 e 1961. Nesse período, o discurso dos líderes do movimento se afasta cada vez mais das propostas de reformas dentro da lei, o que vai aparecer claramente na sua participação do I Congresso Camponês Nacional, realizado em Belo Horizonte, em 17 de novembro de 1962. Neste Congresso, organizado pela União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), entidade criada pelos comunistas em 1955, os representantes das Ligas, mesmo em minoria, fizeram aprovar a proposta de uma “reforma agrária, na lei ou na marra”, rompendo com a sua trajetória de atuação dentro dos marcos legais. É interessante notar ainda que esta proposta derrotou as teses apresentadas pela direção da ULTAB, ligada ao PCB, que propunham reformas das leis de arrendamento rural e de extensão da política salarial e de segurança social urbana às massas do campo como caminho para se chegar à reforma agrária. Isso representou um ponto fundamental de divergências entre os dois grupos, que até então tinham uma convivência pouco conflituosa, chegando a algumas atuações em conjunto. (2005, p. 130 - 131)

É nesse sentido que Lêda Barreto destaca três divergências fundamentais entre essas duas vertentes:

⁶¹ Ver: SALES, 2005, p. 130.

Sendo ambas as correntes revolucionárias marxistas, PC e julianismo, diferem entretanto fundamentalmente quanto a: 1.º) métodos táticos para alcançar as transformações sociais; 2.º) objetivos imediatos das primeiras etapas de luta e 3.º) “last but not least”, disputam a liderança nacional e internacional. (1963, p. 79)

Essa mudança de posicionamento entre as lideranças das Ligas Camponesas não foi repentina. Foi fruto de reflexões realizadas entre os anos de 1960 e 1961, decorrentes, sobretudo, de duas viagens que fizeram a Cuba. Após estudo de vasto material trazido de Cuba, as lideranças do Comitê Estadual do PCB de Recife concluíram que as Ligas poderiam representar o pensamento da Revolução Cubana no Brasil. Conforme aponta Jean Sales:

[...] o dirigente das Ligas [Clodomir Santos de Moraes] aproveitou para conhecer a experiência revolucionária cubana, sobretudo no que diz respeito à reforma agrária. Dada a importância do que acontecera em Cuba, teria comentado com Julião da necessidade de levar o máximo de material (livros, discursos, folhetos, discos etc.) sobre a revolução cubana para se estudar no Brasil. Voltaram ao Brasil com cerca de 500kg que, após ser examinado e separado, reduziu-se a 80kg. Os papéis foram levados ao Comitê Estadual do PCB de Recife, que, em reunião com Clodomir Moraes, chegou à conclusão de que as Ligas podiam representar o pensamento da revolução cubana no Brasil, mas não o partido, que naquele momento estava empenhado na campanha de Lott⁶² (2005, p. 133).

No que diz respeito a Francisco Julião, voltou da viagem a Cuba defendendo que justamente os camponeses – e não o proletariado, como defendia o marxismo ortodoxo – seriam protagonistas na revolução socialista no Brasil. Essa tese era defendida por Fidel Castro para os países da América Latina, que deveriam seguir o exemplo cubano, no qual a Revolução partiu do campo em direção à cidade, e não o contrário. Essa tese convenceu Julião, que, inclusive, associava a realidade de Pernambuco à condição cubana de antes da revolução.

Dessa forma, percebemos que a influência da Revolução Cubana nas Ligas Camponesas se deu de forma marcante, contribuindo decisivamente para sua mudança de rumo, do legalismo para as propostas revolucionárias. Nesta nova fase, dirigentes das Ligas chegaram a desenvolver, inclusive, campos de treinamento de guerrilha em alguns pontos do território brasileiro, em destaque na região centro-oeste, no Estado de Goiás⁶³. O dispositivo

⁶² Destacado crítico da Revolução Cubana e então candidato a presidência da república, Henrique Teixeira Lott era um nacionalista que tinha certo alinhamento com as forças de esquerda, por isso estava sendo apoiado por elas.

⁶³ Vale ressaltar que, enquanto Francisco Julião era o principal articulista do setor político das Ligas, o maior responsável pelo desenvolvimento dos dispositivos militares do movimento foi Clodomir Santos de Moraes, que durante o período tinha sido recentemente expulso dos quadros do PCB, devido divergências políticas. O setor militar possuía ligações com o político, porém o primeiro atuava de forma autônoma e clandestina em relação ao

militar possuía uma considerável amplitude, não se restringindo aos campos de treinamento. Podemos identificar esses dispositivos instalados em Goiás (Dianópolis), Piauí (Gilbués), Bahia (Itanhém), Mato Grosso (entre Rondonópolis e Alto Garças), num primeiro momento. Depois, ainda vimos surgir no Rio de Janeiro (Rio Preto), Paraná (Prudentópolis), Maranhão (São João dos Patos) e na fronteira do Acre com a Bolívia⁶⁴.

Vale ressaltar que a estreita relação de militantes da esquerda brasileira com Cuba, acompanhada de viagens periódicas a ilha, chamou a atenção dos órgãos de repressão do Brasil, como foi o caso do DOPS-RJ, que tomou ciência inclusive que membros das Ligas haviam realizado treinamento de guerrilha em Cuba, em duas ocasiões: o primeiro curso ocorreu em maio de 1961 e o segundo, que teve duração de quase um mês, de julho a agosto deste mesmo ano⁶⁵.

Devemos ressaltar, por outro lado, que as Ligas Camponesas não constituíam um todo homogêneo. Havia grupos que possuíam grande afinidade com as propostas da ULTAB, de cunho mais legalista, prezando por reformas dentro da lei. Foi o caso das Ligas Camponesas da Paraíba, cuja federação era presidida pelo então deputado estadual Francisco de Assis Lemos de Souza, que adotava um tom mais legalista no movimento. Seu grupo era majoritário na Paraíba, enquanto que a vertente Julianista, mais radical, era representada, sobretudo, por Antônio Dantas, que atuava na Liga de Santa Rita, e a viúva de João Pedro, Elizabeth Teixeira, que passou a ser uma forte liderança em Sapé. Assim, as Ligas da Paraíba se encontravam divididas entre essas duas propostas⁶⁶. De acordo com Rodrigo Silva:

restante do movimento. Como o setor militar era compartimentado, os membros de cada dispositivo sabiam apenas sobre seu local de atuação, desconhecendo a realidade e até a localização dos outros dispositivos militares. As únicas exceções eram dos comandantes militares da guerrilha, que conheciam toda essa estrutura. Destacamos três motivos que fizeram os dirigentes das Ligas começarem a se preparar para uma possível resistência, através da guerrilha: 1- consideravam a possibilidade dos EUA invadirem qualquer governo que mantivesse relações cordiais com Cuba, como era o caso do Brasil; 2- outro objetivo era a proteção contra ameaças internas, tomando como referência diversas tentativas de golpe contra o regime legítimo no país; 3- precaução com relação ao grande número de latifundiários bem armados e municiados por Adhemar de Barros, então governador de São Paulo, que tinha por intuito defender suas propriedades contra a reforma agrária (SALES, 2005, p. 142-143).

⁶⁴ Ver: SALES, 2005, p. 138, 142.

⁶⁵ No que se refere a estes treinamentos, destacamos, entretanto, que não houve unanimidade entre os dirigentes cubanos quanto a sua realização para os militantes das Ligas do Brasil. Che Guevara, por exemplo, se posicionou contrário, devido às boas relações que Cuba mantinha com o Brasil (o governo de Jânio Quadros chegou, inclusive, a condecorar Che Guevara em agosto de 1961). Fidel Castro, por outro lado, utilizou sua influência pessoal para que o treinamento fosse realizado. Talvez tenha contribuído para todo esse empenho de Fidel o fato dele acreditar nas Ligas como um movimento que poderia protagonizar uma revolução no Brasil, bem como a gratidão pelo fato de membros do movimento terem disponibilizado nomes de cinco mil camponeses para ajudar a defender Cuba durante a tentativa de invasão de Playa Giron, pelos Estados Unidos da América, em abril de 1961 (SALES, 2005, p. 140).

⁶⁶ Essas divergências são nitidamente percebidas durante o período das campanhas eleitorais de 1963 na Paraíba, quando Assis Lemos teve como uma de suas concorrentes a própria Elizabeth Teixeira, que representava a corrente Julianista das Ligas. No findar das eleições, Lemos sai vitorioso.

Oriundas de Pernambuco, na Paraíba as Ligas começaram a ser organizada ainda no final da década de 1950, com forte influência dos comunistas. Após ter se expandido rapidamente por diversos municípios do estado – Santa Rita, Mari, Guarabira, Campina Grande, Mamanguape, dentre outras⁶⁷ – em 1961 foi fundada a Federação das Ligas Camponesas da Paraíba. A sua diretoria, presidida pelo agrônomo Assis Lemos – um nacionalista que tinha muita proximidade, ao mesmo tempo, com João Goulart e com o PCB –, era predominantemente comunista, tendo como vice-presidente João Pedro Teixeira, Antônio Dantas como secretário e ainda Leonardo Leal como tesoureiro. Dentre os advogados da Federação, estavam José Gomes da Silva e João Santa Cruz de Oliveira. (SILVA, 2014, p. 69)

Apesar da presença hegemônica do PCB nas Ligas da Paraíba, devemos atentar aos conflitos internos no movimento, o que dava lugar para a corrente Julianista se desenvolver no estado. De acordo com Rodrigo Silva:

A orientação de Assis Lemos e do PCB se fez incontestável nas Ligas camponesas até 1962, quando começou a surgir no seu meio a influência de Francisco Julião, líder e fundador das Ligas Camponesas em Pernambuco, que começou a cooptar lideranças das Ligas na Paraíba para seu grupo. Dentre estas, uma das primeiras cooptadas foi Antônio Dantas, que havia sido expulso do PCB em virtude das suas posições simpáticas a Cuba e críticas à linha pacifista e reformista dos comunistas, expressas na chamada “Nova Política” do PCB, adotada a partir de 1958. Dentre outras lideranças a integrar o grupo “julianista”, destacava-se a viúva de João Pedro Teixeira, Elizabeth Teixeira. A divergência entre os dois grupos se dava, sobretudo, quanto à tática política. Enquanto Assis Lemos e os comunistas apegavam-se à luta da ocupação dos espaços legais pelos camponeses, os julianistas, através de palavras de ordem como “reforma agrária na lei ou na marra”, defendiam que as Ligas assumissem uma posição revolucionária e, a exemplo de Cuba, preparassem os camponeses para a luta armada. A divergência do grupo julianista com os comunistas e seu aliado Assis Lemos continuou quando, a partir de 1963, estes últimos decidiram por transformar as Ligas Camponesas em Sindicatos de Trabalhadores Rurais, aproveitando-se da nova legislação trabalhista para o campo editada pelo presidente João Goulart. Acusando-os de reformistas, os julianistas recusaram-se a participar do processo de sindicalização rural. (2014, p. 69-70)

Apesar da existência de disputas e conflitos internos dentro dos movimentos camponeses, destacamos que a influência do Partido Comunista acabava preponderando sobre o “grupo julianista”, tomando como referência o panorama nacional. Nesse sentido, Lêda Barreto afirma que:

A Julião o PC faz críticas enérgicas, não aceitando a sua liderança e boicotando-o mesmo. Através de infiltração, os comunistas têm conseguido em certas áreas tomar-lhe o comando dos movimentos camponeses. Na Paraíba, por exemplo, a Federação das Ligas Camponesas está nas mãos do PC e em São Paulo o movimento camponês é orientado pela ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores

⁶⁷ Consultar o mapa do Estado da Paraíba no anexo desta dissertação (p. 241), para melhor compreender a dimensão espacial onde as Ligas da Paraíba atuavam. Vale destacar que o mapa se refere à configuração político-administrativa de 1963, período de efervescência das Ligas da Paraíba.

Agrícolas do Brasil), instrumento do Partido Comunista, assim como no Rio Grande do Sul a tática das lutas camponesas é dirigida pelo MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra), também vinculado ao PC. (1963, p. 83-84)

Um aspecto relevante a ser destacado é que, apesar das grandes influências que o movimento camponês recebia tanto de Francisco Julião quanto do PCB, não devemos, de acordo com Maria do Socorro Rangel:

[...] atribuir às Ligas Camponesas um lugar de fundação predeterminado (PCB ou Julião) e muito menos excludente (PCB *versus* Julião), mas entender como suas ações políticas coincidiram com as aspirações dos camponeses que, mesmo estando submetidos a uma relação desigual imposta pela hegemonia dos senhores, lutaram para preservar a autonomia do seu trabalho, as miúdas experiências de alegria e os frágeis direitos conquistados em longos anos de uma difícil relação de equilíbrio entre suas necessidades e as necessidades dos donos da terra (2006, p. 472).

Vale lembrar também que a “disputa” pelos movimentos sociais que se organizavam no campo não era travada apenas pelos “julianistas” e Partido Comunista/ULTAB. Como ressalta Luiz Flávio Costa:

A Igreja, desde o começo dos anos 60, já dava mostras de sua disposição em se fazer presente entre os trabalhadores rurais nesta nova fase. Não atuava, no entanto, de forma unitária. No movimento social ou, mais particularmente, dentro do movimento sindical, uma de suas tendências era a Ação Popular (AP) que se distinguia por uma orientação socialista. Sua outra tendência conservadora, e mais influente, era liderada por D. Eugênio Salles, que, na época, encontrava-se em Natal. No entanto, acima do movimento sindical atuava um grupo religioso formado por eclesiásticos e leigos, com forte presença ideológica e sentimento anticomunista. (1996, p. 91)

A decisão da Igreja de se adentrar nos movimentos sociais rurais pode ser explicada pela leitura que ela fez, sobretudo sua vertente mais conservadora, sobre a conjuntura brasileira e o rumo que os trabalhadores rurais poderiam tomar frente a influência do Partido Comunista e do chamado “grupo dos julianistas”. De acordo com Luiz Flávio Costa:

A Igreja reconhecia a existência de uma forte crise econômica e social no País, que criava as condições de florescimento de ideologias questionadoras da propriedade privada. Das muitas propostas de solução dessa crise ganhava corpo a reforma agrária, tal como vinha sendo formulada pela esquerda brasileira. Para a Igreja conservadora, ela seria uma medida contrária à ordem natural das coisas. O pensamento conservador católico, tão bem expressado na obra *Reforma agrária – questão de consciência*⁶⁸, recuperava o princípio de que socialismo e catolicismo eram termos contraditórios. Seguindo a orientação de Pio XII, colocava-se como uma dos maiores deveres da Igreja, naquela fase, a luta contra o socialismo, ou seja, “a proteção do indivíduo e da família frente à corrente que ameaçava arrastar a uma

⁶⁸ Obra publicada em 1960, de autoria do professor e líder intelectual católico Plínio Corrêa de Oliveira, junto com alguns coautores.

socialização total em cujo fim se tornaria pavorosa realidade a imagem terrificante do Leviatã”.

Realizar uma reforma agrária dependia não só das chamadas condições objetivas, mas também da vontade política, que só se imporia com a organização dos trabalhadores, principalmente daqueles mais diretamente envolvidos nos conflitos sociais. As Ligas Camponesas e o Partido Comunista já haviam entrado por esse caminho que conduzia à organização. Para a Igreja, não restava outra alternativa senão introduzir-se no mesmo terreno e procurar exercer influência para que a reforma agrária ganhasse um conteúdo distinto, de forma a não violar o direito à propriedade [...]. (1996, p. 93 - 94)

Assim, para a Igreja, conforme bem sintetizou Regina Reyes Novaes: “A sindicalização rural será sua arma contra as Ligas e os comunistas” (1997, p. 33). O protagonismo da Igreja Católica nesse processo se deu, sobretudo, a partir do ano de 1962, quando o próprio Governo Federal tratou de incentivar a organização de sindicatos rurais, ao facilitar o seu reconhecimento junto ao Ministério do Trabalho⁶⁹. Conforme destacou Regina Reyes Novaes:

[...] a partir de outubro de 1962, com a criação da SUPRA e, posteriormente, com as portarias 335 e 336 do Ministério do Trabalho, o próprio Governo Federal passou a incentivar diretamente o sindicalismo rural e facilitar a emissão de cartas sindicais. A Superintendência de Política Agrária (SUPRA) foi criada através da Lei Delegada número 11, de outubro de 1962, pelo presidente João Goulart. Uma das atribuições deste órgão era a de “promover a organização de associações e sindicatos de pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas, inclusive cooperativas, nos núcleos agrícolas” (Calazans, 1983:36)⁷⁰. E foi em 20/11/62 que o Ministro do Trabalho André Franco Montoro, emitiu a portaria 335A, “referente à organização e reconhecimento das entidades sindicais rurais” e a portaria 336A, instruindo sobre as “eleições para os cargos de administração e representação nos sindicatos rurais”. Houve, então, uma verdadeira corrida entre diferentes forças para conseguir estas cartas de reconhecimento. Ou seja, multiplicaram-se, então, os sindicatos reconhecidos e proliferaram os sindicatos em busca de reconhecimento (Calazans, 1969: 180-181)⁷¹ (NOVAES, 1997, p. 59-60).

A partir deste momento, assistimos o primeiro surto de reconhecimento de sindicatos rurais por parte do Ministério do Trabalho. Como bem destacou Luiz Flávio Costa:

[...] a partida do reconhecimento dos sindicatos rurais se dera em maio de 1962. Nos primeiros três meses de vigência do novo decreto, foram reconhecidos 59 sindicatos pelo Ministério do Trabalho. Entre maio e novembro de 1962, ocorreu, digamos, o primeiro surto de reconhecimento, num total de 82 sindicatos, numero que representa mais de 30% do total de sindicatos reconhecidos ate março de 64,

⁶⁹ Vale ressaltar que desde antes de 1962 a sindicalização do trabalhador rural era permitida na legislação brasileira, entretanto, havia uma série de empecilhos legais e burocráticos que dificultava a organização sindical no campo. Dessa forma, antes de 1962, os sindicatos rurais existiam em números pouco expressivos no Brasil. Para melhor entendimento sobre essa questão, ver: COSTA, 1996.

⁷⁰ CALAZANS, Julieta. **Os Trabalhos Rurais e a Sindicalização**: uma prática. IESAE/FGV – (mimeo). Rio de Janeiro, 1983.

⁷¹ CALAZANS, Julieta. **Le Syndicat Paysan comme Instrument Institutionnel de Participation** – Le cas du Nordeste du Brésil. Thèse de Troisième Cycle à l'Ecole Pratique des Hautes Études. Paris, 1969.

segundo nosso levantamento. Desses 82 sindicatos, 38 terão base territorial em municípios de Estados nordestinos e 44 em municípios paulistas, paranaenses e gaúchos. Nos Estados do Nordeste, a grande maioria desses sindicatos era controlada pela Igreja. Os Círculos Operários⁷² exerciam o controle sobre a totalidade dos sindicatos paulistas reconhecidos (1996, p. 110).

O destaque da Igreja Católica dentro do movimento sindical rural pode ser demonstrado pelo número de adesão que tinha seus sindicatos, suplantando até mesmo, em muitas regiões, as próprias Ligas Camponesas. Conforme afirma Marcus Dezemone:

[...] numericamente, em julho de 1963, período de intensas mobilizações, somente no estado de Pernambuco, berço das Ligas Camponesas, estes sindicatos de orientação católica respondiam por 200.000 afiliados enquanto que as Ligas possuíam 40.000. Este exemplo demonstra um espantoso aumento dos sindicatos e da quantidade de trabalhadores rurais sindicalizados, contrastando-se com a dificuldade dos anos anteriores, sobretudo de 1930 até o final da década de 1950 (2002, p.6).

No caso da Paraíba, entretanto, vale destacar que a influência da Igreja Católica no movimento camponês não obteve tanto destaque quanto nos estados vizinhos, Pernambuco e Rio Grande do Norte. No que diz respeito à presença da Igreja no processo de sindicalização rural paraibana, Regina Reyes Novaes faz o seguinte comentário:

A Igreja Católica na Paraíba não chegou a constituir um organismo do porte da SAR (Serviço de Assistência Rural – Rio Grande do Norte) ou do SORPE (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco), nem mesmo contou com presença significativa do MEB (Movimento de Educação de Base), tal como ocorreu em outros estados do Nordeste, porém se formaram duas equipes de sindicalização rural que, embora modestas, quanto ao número de componentes, recebiam o auxílio dos estados vizinhos para implantação de suas metas. (1997, p. 33).

Todas essas medidas que facilitaram o sindicalismo rural foram tomadas pelo Governo Federal no sentido de responder a uma demanda cada vez maior entre as forças sociais organizadas no campo. Sindicalizados, essas forças sociais foram trazidas ao controle do Estado, o que acabou por limitar a influência de outras organizações sobre os trabalhadores rurais, como foi o caso da Igreja, do chamado “grupo julianista” e do próprio Partido Comunista. O Governo de Jango também inseriu a questão da sindicalização rural em suas estratégias políticas, como explica Marcus Dezemone:

O entendimento desse aumento [dos sindicatos rurais] deve ser buscado no governo de João Goulart (1961-1964), onde a questão da sindicalização rural ganharia um novo tratamento como parte da estratégia de ampliação do apoio político para

⁷² Os Círculos Operários foram organizações vinculadas aos setores conservadores da Igreja Católica.

pressionar o Congresso Nacional na implementação das reformas de base, entre elas a reforma agrária [...] [grifo nosso]. (2006, p.6).

Nesse mesmo sentido de explicar a atuação do Estado na viabilização da sindicalização rural, Luiz Flávio Costa também destaca que:

Até o começo dos anos 60, as Ligas Camponesas no Nordeste, com a liderança de Francisco Julião e o PCB, são as forças exclusivas de atuação no campo. A partir desse momento, os dois grandes temas internos ao movimento rural conduzidos pelos comunistas – a extensão da legislação trabalhista urbana para o campo e a luta pelo reconhecimento sindical – ganham, então, uma nova dimensão com a ação do Estado e da Igreja. Esta problemática encera um dilema de difícil equacionamento. Dado o avanço no meio rural das associações de lavradores e sindicatos e, principalmente, dado o potencial explosivo das Ligas nordestinas, qualquer decisão por parte do Estado conduz a uma mesma consequência: consolida-se uma malha sindical no campo com um inusitado poder de barganha; na ausência do Estado, essa malha sindical tomaria consistência sem o reconhecimento oficial, conseqüentemente, com menores possibilidades de controle por parte do Estado. Vejamos essa questão mais de perto.

O desenvolvimento político a que se chega nessa conjuntura obriga o Estado a chamar para si a responsabilidade de assumir o controle de uma situação dominada pelos comunistas, pela Igreja e pelas Ligas Camponesas no Nordeste. O Estado já não pode mais ignorar o avanço da sindicalização e se faz necessário entrar por esse terreno em franca disputa. (1996, p. 90)

Quanto a esta nova conjuntura, a ULTAB reconhecia que o movimento camponês estava sob a disputa de três forças: classe operária, burguesia nacional e forças conservadoras. Conforme explica Luiz Flávio Costa:

Segundo a análise da ULTAB, a partir de meados de 62, três forças disputam acirradamente a direção do movimento camponês: a) a classe operária, através da ULTAB, das suas filiadas e da sua organização política de vanguarda; b) a burguesia nacional, através do Ministério do Trabalho, da SUPRA, da AP e de vários outros agrupamentos ligados ou não ao PTB e a outros partidos políticos; c) as forças conservadoras, através dos círculos operários, das associações rurais, do clero reacionário e da Frente Agrária. (1996, p. 105).

Uma grande vitória para o movimento camponês se deu no ano de 1963, quando entrou em vigor o Estatuto do Trabalhador Rural, conferindo uma série de direitos há muito reivindicados pelos trabalhadores do campo. Representou, na verdade, a extensão da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para o campo, que anteriormente somente era aplicado aos trabalhadores urbanos. De acordo com Manuel Correia de Andrade:

O ano de 1963 foi marcante para o movimento então chamado de camponês. Nele foi promulgada a chamada Lei Fernando Ferrari (*O Estatuto do Trabalhador Rural*), que estendia aos trabalhadores rurais os direitos já concedidos aos trabalhadores urbanos, pela Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943. Organizados em sindicatos, passaram os trabalhadores rurais a reivindicar dos proprietários de terra o

pagamento do repouso semanal remunerado, das férias e sobretudo do salário mínimo, ao mesmo tempo que exigiam as garantias de aviso prévio e de indenização no caso das demissões. (1980, p. 129).

Vale destacar, ainda, que a Lei Fernando Ferrari pairava no Congresso desde fins da década de 1950, que sempre o rejeitava. Somente no início da década de 1960, com um Congresso menos conservador, que a Lei conseguiu ser aprovada. É interessante perceber também que apesar do Estatuto do Trabalhador Rural ter sido fruto de uma intensa luta das forças sociais rurais, encampada principalmente por militantes do PCB, seu corolário também trouxe prejuízos para muitos trabalhadores do campo, visto que os latifundiários reagiram no sentido de aumentar com as expulsões de trabalhadores de suas propriedades. Conforme argumenta Luiz Flávio Costa:

A adoção de medidas disciplinando juridicamente trabalhador rural e ampliando os seus direitos era mais um indicativo da força que o movimento social no Brasil ganhava naquele momento. O Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) fora baseado em projeto do deputado Fernando Ferrari (PTB-RS), que tramitava no Congresso já há alguns anos. Em 1957, sob circunstâncias diferentes, nas quais a pressão do movimento camponês era insuficientemente forte, o projeto fora rejeitado pelo Congresso. Entretanto, em março de 1963, com o PTB fortalecido no Congresso, Joao Goulart na presidência e Almino Afonso no Ministério do Trabalho, o clima era propício à sua aprovação. O ETR será um marco divisório da legislação trabalhista aplicada ao campo.

Sua aprovação em larga medida vinha atender às demandas do campesinato e era, pelo menos parcialmente, uma vitória dos comunistas, que reclamavam há muito a adoção de tais direitos. Paradoxalmente, nem sempre trará benefícios ao homem do campo. Um dos resultados negativos da extensão dos direitos sociais ao meio rural foi o grande número de expulsões de trabalhadores que se verificou em seguida. A pressão pelo cumprimento da nova legislação provocou um aumento dos custos sociais da mão-de-obra no campo; ademais, a aplicação do ETR estimulava o movimento grevista, situação que deu ensejo a mudanças que resultaram na expulsão de parte dos moradores das fazendas. Mesmo os militantes no campo reconheciam os efeitos negativos da aplicação do ETR. (1996, p.102).

Foi neste novo contexto que se deu o segundo surto de reconhecimento de sindicatos rurais pelo Ministério do Trabalho. Conforme Luiz Flávio Costa explica:

Os primeiros resultados concretos começam a surgir em abril de 1963, mês que marca o início do segundo surto de reconhecimento de sindicatos rurais pelo Governo. Nos meses de dezembro de 1962 e janeiro, fevereiro e março do ano seguinte, apenas um sindicato fora reconhecido pelo Ministério do Trabalho. Agora, o ritmo se altera, e entre abril e outubro de 1963, são reconhecidos 131 sindicatos que representam mais de 55 % do total dos sindicatos rurais oficiais existentes em março de 1964. Se na primeira irrupção foram favorecidas as entidades ligadas à Igreja, agora a maior parte das entidades reconhecidas está ligada aos comunistas (1996, p.116).

O ápice da organização do sindicalismo rural se deu com a formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), em outubro de 1963. Esta confederação se consistiu na reunião de sindicatos e federações rurais fundados sob orientação da ULTAB e da Igreja Católica, que englobava tanto as correntes classificadas de progressistas, como a Ação Popular (AP), como as mais conservadoras, tais como o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), Serviço de Assistência Rural (SAR), Movimento de Educação de Base (MEB) e os Círculos Operários. Esta entidade, conforme destacou Leonilde Servolo de Medeiros (2002, p. 43-44): “passou a representar, ante ao Estado e a sociedade, de forma unificada, a enorme diversidade de segmentos no campo e a centralizar as organizações sindicais”.

Os sindicatos, apesar do seu direcionamento principalmente para conquistas trabalhistas que beneficiavam diretamente os assalariados rurais, vale destacar que em sua maioria ainda eram compostos por não-assalariados rurais (apesar do vigoroso crescimento deste segmento em todo o país, em virtude das expulsões dos moradores promovidas, sobretudo, pelos grandes proprietários de terras), ou seja, a maior parte dos membros dos sindicatos ainda possuíam algum vínculo com a terra. Quanto a esse fato e a distribuição de influência nos sindicatos entre ULTAB e Igreja Católica, Luiz Flávio Costa argumenta:

No que diz respeito às organizações de grau superior, em março de 1964 a ULTAB exerce sua influência em 22 federações, em um total de 43, incluídas aqui as federações reconhecidas e não reconhecidas. Dessas 22 entidades, cinco são de assalariados, dez de autônomos, quatro de pequenos proprietários e três federações ecléticas que reúnem trabalhadores autônomos e pequenos proprietários. A Igreja esta presente em 19 federações: nove através da Ação Popular, oito através da sua ala mais conservadora, e duas com os padres Celso e Crespo. Predominam as categorias de não assalariados. Do total de 43 federações, apenas 11, menos de 26%, são genuinamente da categoria de assalariados (1996, p.120).

A CONTAG agia no sentido de promover a organização de trabalhadores rurais em sindicatos, orientando-os quanto aos direitos trabalhistas e previdenciários já conquistados e auxiliando nas lutas por novos direitos trabalhistas, bem como no sentido de tentar viabilizar uma reforma agrária.

O aumento do número de sindicatos rurais, independentemente da sua orientação, terminou por engrossar as mobilizações sociais rurais. Vale ressaltar, entretanto, que a partir do crescimento do sindicalismo rural houve certo esvaziamento das Ligas Camponesas, que possuíam um caráter diferenciado na luta pela terra, sob a bandeira de uma Reforma Agrária radical, centrado na organização dos ditos camponeses, ou seja, nas pessoas que possuíam uma relação mais forte com a terra, tais como arrendatários, moradores foreiros e de condição.

Para ilustrarmos essa situação em Pernambuco, maior reduto das Ligas Camponesas sob influencia do chamado “grupo julianista”, vale uma citação de Manuel Correia de Andrade:

A limitação das Ligas resultava de que eram formadas por pequenos produtores autônomos, da porção periférica da região da Mata, da área canavieira, e se contrapunham aos trabalhadores da área mais dinâmica, os assalariados das usinas e dos engenhos. Aqueles pleiteavam uma reforma agrária radical, com a distribuição de terras, enquanto os assalariados davam prioridade à melhoria dos salários e das condições de trabalho. Esta diversidade iria enfraquecer as Ligas na ocasião em que o governo do estado [de Pernambuco], o Partido Comunista, apesar de clandestino, e a Igreja católica voltaram-se para o campo, organizando os “camponeses” em sindicatos.

As ligas ainda procuraram se compor com estes movimentos e apoiar os sindicatos, mas as disputas de liderança e os choques de ideologias impediram que elas avançassem nas áreas das usinas. Esta limitação levou as suas lideranças a radicalizarem o discurso e a se dividirem, sofrendo assim, ao mesmo tempo, uma oposição externa e um desgaste interno (1989, p. 32-33).

Entretanto, devemos flexibilizar essa inconsonância das Ligas em relação aos sindicatos. No caso específico da Paraíba, vale ressaltar que, de acordo com Regina Reyes Novaes que:

[...] segundo levantamento feito nos arquivos da Fetag-PB⁷³, foi no sertão da Paraíba, no município de Catolé do Rocha, longe de onde estavam as Ligas, que foi criado o primeiro Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Paraíba, em 3 de setembro de 1961. Este e também outros três sindicatos, posteriormente fundados na região sertaneja, resultaram de um trabalho de padres e seminaristas da região, tendo à frente Frei Marcelino. E, é interessante notar, que a contraposição Liga e sindicato não era um consenso. Uma referência a Frei Marcelino “como líder dos sindicatos rurais do sertão” consta no jornal *Liga* (20/11/63), onde se anuncia sua presença no Congresso Camponeses do Nordeste (23/11/63) ao lado de outros convidados: Francisco Julião, Assis Lemos e Padre Alípio de Freitas.

Afastados da zona canavieira, coração das Ligas Camponesas na Paraíba, os padres e seminaristas do sertão, ao fundar sindicatos, respaldavam sua “ação social” nos documentos eclesiais já em circulação no território nacional. Sua ação não era coordenada por um programa de sindicalização da instituição Igreja no Estado da Paraíba. Tratava-se, antes, de iniciativas pessoais, assim como foram iniciativas pessoais que, na área das Ligas, levaram alguns padres – de início – a apoiar a fundação daquelas associações camponesas (1997, p.57).

Devemos compreender a expansão do sindicalismo rural brasileiro à luz do contexto histórico do período em questão, no qual a sociedade experimentava um processo de ascensão de direitos que conferiam maior cidadania a população brasileira, sobretudo aos trabalhadores. De acordo com Luiz Flávio Costa:

⁷³ Atualmente a sigla significa “Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba”. Esta entidade sindical fora criada ainda no ano de 1961, sob o nome de Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Paraíba, mais conhecida pelo nome de Federação das Ligas Camponesas da Paraíba, que teve como seu presidente Francisco de Assis Lemos de Souza e João Pedro Teixeira. Nesse período a entidade chegou a ser constituída por dezoito Ligas.

O processo de extensão da cidadania entre 1945 e 1964 – que torna esse período claramente diferenciado de todos os outros períodos anteriores da nossa história – foi certamente o mais forte fator no desenvolvimento do sindicalismo rural, mesmo que tenha contribuído para os resultados de forma indireta. A montagem de um sistema sindical no campo, nos anos 50 e início dos 60, é fruto da ação do PCB, da Igreja, dos trabalhistas e do Estado, porém é uma ação que só produz resultados por se dar em um ambiente propício. O ambiente torna-se favorável e a oportunidade surge justamente porque a sociedade brasileira, nessa fase, executa o movimento, não uniforme porém progressivo, de ampliação da participação política que a sindicalização rural tinha germinado e tomado vulto nesse ambiente é um fenômeno a ser explicado dentro das condições mais gerais que presidem o desenvolvimento da sociedade brasileira. (1996, p. 126-127).

Em virtude do golpe de 1964, o movimento das Ligas Camponesas não apenas foi posto na ilegalidade como foi um dos mais reprimidos pelo Estado autoritário, por sua tendência mais radical, na defesa da Reforma Agrária “na lei ou na marra”. Conforme afirmou Manuel Correia de Andrade:

Elas [as Ligas] ainda estavam fortes em algumas áreas de Pernambuco e da Paraíba, situadas entre o Agreste e a Mata, quando ocorreu o movimento militar de 1964 e foram perseguidas e extintas. Seus líderes foram perseguidos, presos e acusados de incendiários, tendo que amargar longos anos nas prisões ou se exilarem (1989, p. 41).

Por outro lado, o regime ditatorial permitiu o movimento sindical rural, interferindo apenas nos seus quadros dirigentes. Quando o sindicato era dirigido por membros da Igreja Católica, da ala mais conservadora, geralmente não havia qualquer interferência, entretanto, quando não, a interferência se dava com a substituição dos quadros dirigentes, geralmente de tradição esquerdista, por outro de postura mais moderada. Manuel Correia de Andrade nos expõe a diferença de tratamento do regime civil-militar em relação às Ligas e os sindicatos:

As lideranças mais conservadoras, no meio rural, tentaram impedir a aplicação do *Estatuto do Trabalhador Rural*, já em vigor, e destruir sindicatos e ligas. O Governo, porém, manteve em vigor o *Estatuto* e entrevistou nos sindicatos rurais, procurando transforma-los, sobretudo, em órgãos de assistência social, menos reivindicativos e afastados na luta de classes. Os líderes mais atuantes e mais radicais foram afastados dos postos de direção dos sindicatos e muitos deles aprisionados. A influencia comunista foi neutralizada, sendo respeitada apenas a influencia do clero, quando menos radical. [...]

As Ligas Camponesas, porém, que congregavam sobretudo os trabalhadores autônomos, não assalariados, e que desenvolviam uma forte campanha em favor da reforma agrária mais radical, feita na “lei ou na marra”, como costumava afirmar o então deputado Francisco Julião, foram perseguidas e interditadas de funcionar. Para elas não houve a alternativa de mudanças nas lideranças, mas apenas a eliminação (1980, p. 131).

Apesar da continuidade do sindicalismo rural, vale ressaltar que os trabalhadores do campo continuaram penalizados devido aos limites impostos à luta sindical, bem como pela não efetivação de muitas das conquistas obtidas na forma da lei, mas que se transformavam em letra morta, pois não havia implementação.

2.3 As Ligas Camponesas e o processo do golpe civil-militar na Paraíba

Destacamos que o movimento das Ligas Camponesas se desenvolveu de forma bastante notável na Paraíba, sobretudo no município de Sapé onde se formara a maior Liga de todo Brasil. O movimento, que abrangia sua influência por diversos municípios paraibanos, não se restringia ao campo. Fazia parte de sua estratégia ganhar notoriedade entre a sociedade paraibana em geral, para juntar forças as suas causas. Por isso firmou relações com alguns políticos, setores estudantis, com parte da imprensa, organizações sindicais urbanas, setores das esquerdas e até mesmo com algumas figuras da classe média. Fruto dessa relação, as Ligas estabeleceram uma rede de apoio muito forte na Paraíba. De acordo com Nunes:

As Ligas espalharam-se rapidamente por várias cidades do Estado, atingindo um total de 15 entidades, com cerca de quarenta mil sócios. A Liga de Sapé foi a maior do Brasil, chegando a contar com 13.000 membros, seguida pela de Mamanguape, com 10.000, apesar de toda repressão do bloco agroindustrial. Começaram a ser estabelecidas relações entre o campesinato paraibano e o mundo urbano da Capital, passando as Ligas a receberem apoio de parte da imprensa, de parlamentares progressistas, da Frente de Mobilização Popular, do Centro de Educação Popular (CEPLAR), de segmentos da Igreja, de estudantes, das esquerdas e até de elementos liberais da classe média. (NUNES, 2014, p. 84)⁷⁴

Os conflitos internos nas Ligas Camponesas também eram facilmente perceptíveis na Paraíba. Conforme afirmou Paulo G. A. Nunes:

A divergência interna presente no movimento em Pernambuco, entre os seguidores de Francisco Julião e os do PCB, também se fazia presente na Paraíba. As Ligas na Paraíba se dividiam entre a liderança dos “julianistas”, Elizabeth Teixeira e Antônio Dantas, e dos militantes do PCB. Mas o PCB era majoritário na Paraíba, o que facilitou a tese de adesão à sindicalização no campo, defendida por este Partido (2014, p. 84).

A ascensão do movimento camponês na Paraíba incomodou a classe latifundiária do estado, que reagiu violentamente às manifestações das Ligas. Os trabalhadores que se associavam ao movimento sofriam represálias por parte de seus patrões, que utilizavam desde

⁷⁴ Vale ressaltar, entretanto, que os números de membros das Ligas da Paraíba não são consensuais.

ameaças “sutis” a violências físicas extremas, com o objetivo de conter a organização camponesa, desestimulando a associação em Ligas Camponesas. Conforme argumentou Paulo G. A. Nunes:

A criação das Ligas Camponesas na Paraíba gerou uma violenta reação de parte dos grandes proprietários. Não satisfeitos com a “petulância” dos camponeses, que ousavam se organizar para lutar por seus direitos, reagiram de forma mais violenta do que a usual no trato com os camponeses, usando a repressão e a violência contra as manifestações. Os latifundiários usaram dois métodos para intimidar os camponeses. Apelaram tanto para argumentos “sutis” de persuasão, tais como: a ameaça de expulsão das terras; de agressões e de morte; cooptação de lideranças e sua transferência para outras regiões; intimidação através da realização de manobras militares em áreas de conflito, como para o uso da violência efetiva, sob diversas formas: espancamentos, invasão e destruição das residências, prisões irregulares e, por fim, assassinatos de lideranças. Também, tornou-se comum a criação de milícias particulares, fortemente armadas, no interior das propriedades, em áreas socialmente críticas (2014, p. 84-85).

Francisco Julião também detalhou esse mesmo processo, indicando inclusive a forma como as Ligas agiam institucionalmente em face dessas situações:

O latifundiário, a princípio, apela para a força, visando a derrotar o inimigo que se organiza. Comete violências, faz ameaça de morte, põe o gado no roçado, arranca a lavoura, derruba o casebre miserável, decreta o despejo sumário do camponês que assume a liderança do movimento. **É, então, que se inicia a batalha judiciária. Aí o advogado da Liga desempenha relevante papel. A ação proposta pelo camponês é, em regra, a de indenização por benfeitorias. Quem mais se interessa pela demanda é o próprio camponês. Ele quer ficar na terra ou obter pagamento de suas benfeitorias.** Às audiências já não mais comparece só. Leva outros companheiros. O camponês sabe que pode perder a causa ou ter uma vitória inexpressiva, mas se contenta em arrastar ao pretório o senhor de terras. É sua vingança. No começo é assim. Depois a luta recrudescer. E chega ao extremo dos choques pessoais, das vinditas. Aguça-se, então, a luta [grifo nosso] (1962, p. 49).

Quanto a ação das Ligas no sentido de assegurar os direitos dos camponeses, que visavam sobretudo permanecer na terra, vale destacar que, muitas vezes, elas acabavam por, contraditoriamente, acelerar o processo de proletarianização dos trabalhadores rurais, pois criava um temor entre os proprietários que, visando assegurar a posse da terra, acelerava o processo de expulsão de seus moradores. Essa situação foi observada não apenas na Paraíba, como também em várias outras realidades brasileiras. Tem, portanto, caráter geral. É nesse sentido que Luiz Flávio Costa afirma que:

O próprio ambiente que os comunistas ajudaram a criar contribuiu para que as expulsões de trabalhadores rurais e a conversão de não-assalariados em assalariados ocorressem. Esta última afirmação, no entanto, tem que ser entendida com cautela, pois, esse processo já se colocava como uma tendência mais geral do desenvolvimento do capitalismo no campo. Ainda que a presença comunista no campo tenha contribuído para criar ou aumentar os temores dos empregadores rurais

e dos especuladores e que isso, por sua vez, tenha sido levado em conta nas decisões que resultaram em expulsões e na proletarização do camponês, tornando-se volantes, trabalhadores temporários da agricultura que não mais residem nas fazendas, esse fenômeno prende-se fundamentalmente a fatores mais amplos e estruturais. Se assim não fosse, a repressão desencadeada, a partir de abril de 1964, faria reverter o processo de expulsão, o que sabemos que não ocorreu (1996, p. 103).

Até mesmo as próprias conquistas do movimento camponês organizado, que conferiam maiores direitos para os trabalhadores do campo, também contribuíram para uma maior precarização do trabalho rural. De acordo com Manuel Correia de Andrade:

A partir de 1963, o estatuto do trabalhador rural passa a garantir para os assalariados, os direitos que já recebia o operário da indústria, como salário mínimo, férias, repouso semanal remunerado e gratificação natalina. Organizados em sindicatos, os trabalhadores pressionavam os proprietários resistentes a cumprirem com a legislação. A consequência dessa lei, por outro lado, foi que os proprietários passaram com o tempo, a diminuir o número de moradores e empregados permanentes, preferindo trabalhadores temporários, avulsos, contratados por empreiteiros da cidade (2011, p. 132).

Quanto às arbitrariedades dos grandes proprietários de terra, ressaltamos que nem sempre os trabalhadores reagiram passivamente ou limitavam-se apenas ao auxílio institucional das Ligas para tentar solucionar embates na Justiça. Em muitos casos houve a reação direta dos camponeses, que chegavam a enfrentar diretamente latifundiários e seus prepostos. Respalado especificadamente no caso da Paraíba, Paulo G. A. Nunes afirma que:

Foram registrados vários casos de espancamentos e mortes de lideranças das Ligas e camponeses a elas ligados. Em diversos momentos, os camponeses reagem às agressões recebidas, desencadeando um processo de enfrentamento que culminou com a ocorrência de vítimas, tanto entre os camponeses, quanto entre as milícias dos proprietários, como foi o caso do confronto que ficou conhecido como “Chacina de Mari”. Estas violências chegaram ao auge após o Golpe de 1964, que resultou no total desmantelamento do movimento camponês (2014, p. 86).

Agora abordaremos as Ligas da Paraíba sob a perspectiva de seus opositores, sobretudo dos proprietários rurais, que apresentam outra versão sobre o movimento camponês⁷⁵. Inicialmente trataremos das considerações de Joacil de Brito Pereira, trazidas em seu livro de memórias *A vida e o tempo – Memórias (vol. II)*. O consideramos bastante representativo quanto aos latifundiários, pois o mesmo atuou em defesa dos interesses dessa

⁷⁵ É comum percebermos os proprietários de terra como agressores, em se tratando dos embates com trabalhadores rurais, na maior parte da literatura que trata sobre as Ligas Camponesas. Entretanto, devemos considerar que, de acordo com a perspectiva dos latifundiários, eram eles próprios os verdadeiros ofendidos com o processo em curso, na qual, julgavam, os trabalhadores se levantavam contra seus patrões. Se sentiam ultrajados ao verem ou escutarem notícias de propriedades invadidas, animais mortos, canaviais incendiados, de recebimento de ameaças e até de assassinatos de proprietários rurais e de seus prepostos em decorrência de conflitos travados com camponeses.

classe em várias oportunidades, seja na Assembleia Legislativa da Paraíba como deputado, seja na Associação dos Proprietários Rurais, conhecida popularmente também pelo nome pejorativo de Liga dos Latifundiários (LILA). Nesta associação, fora também um dos responsáveis pela elaboração de seu estatuto, além de seu sogro Eitel Santiago presidir a organização.

Quanto a Joacil Pereira e os latifundiários da Paraíba, bem representados entre os membros da Associação dos Proprietários Rurais e do Grupo da Várzea, podemos considerá-los portadores de uma cultura política conservadora e de direita, sendo observada uma certa unidade quanto a visão negativa que tinham sobre, por exemplo, o governo de João Goulart e a ascensão das organizações populares no Brasil, em especial das Ligas Camponesas. Neste clima histórico de Guerra Fria, nutriam um forte sentimento anticomunista, chegando a tal ponto de ser comum a percepção do “perigo vermelho” em qualquer manifestação popular de caráter reivindicativo.

Na concepção de Joacil de Brito Pereira, as Ligas Camponesas da Paraíba surgiram como associações assistencialistas, mas logo se transformaram em milícias armadas. Conforme este autor afirmou:

As Ligas se propunham, no início, a pugnar pela extinção do *cambão*, da *Congra*, pelo pagamento de melhores salários ao trabalhador do campo; [...] Mas logo se transformariam em milícias aguerridas, armadas para o combate, influenciadas pelo Governador Miguel Arraes e pelo Deputado Francisco Julião, do vizinho Estado de Pernambuco. (1997, p. 140)

Ainda segundo este autor, o movimento camponês da Paraíba tinha em sua composição uma multiplicidade de integrantes, que pertenciam a diferentes estratos da sociedade rural. De acordo com suas palavras:

Das Ligas Camponesas, participavam elementos de toda natureza: agricultores sem terra, rendeiros e posseiros, pedreiros, donos de “vendas”, trabalhadores avulsos, biscateiros e até desocupados e vagabundos, todos dispostos a adquirir, pela violência, um pedaço de terra. Tinham por meta tomar essas terras e distribuí-las entre si. (PEREIRA, 1997, p. 146)

Quanto as Ligas Camponesas após sua breve fase assistencialista, Joacil Pereira, então deputado estadual e ferrenho opositor do movimento, destaca o modo como elas agiam na Paraíba:

Invadiam propriedades, tomando tudo, danificando benfeitorias, tocando fogo em canaviais, apropriando-se de culturas agrícolas alheias, levando o desassossego e o

temor aos campos. Uma verdadeira revolução pela violência, dentro da técnica comunista de luta de classes.

Todo proprietário, médio ou grande, era considerado latifundiário. Plantar cana, capim, criar gado, tudo isso se considerava coisa do cão. O direito de propriedade passou a ser desrespeitado. A terra pertencia a quem dela se apoderasse para plantar lavouras de subsistência.

As Ligas Camponesas se constituíram efetivamente, portanto, em focos de subversão da ordem legal e institucional. (1997, p. 140)

Quanto a essa acusação, também discorre Manuel Correia de Andrade, sobre a realidade em Pernambuco. Em sua versão, entretanto, defende se tratar de um boato propagado de forma proposital, com o objetivo de deslegitimar as Ligas Camponesas perante o Estado e a própria sociedade:

Os conservadores acusavam frequentemente as Ligas de insuflarem os trabalhadores contra os proprietários e apontavam as mesmas como responsáveis por incêndios em canaviais. [...] Na realidade, todos os anos surgiam notícias de incêndios que devoravam centenas e, às vezes, milhares de toneladas de cana, dando prejuízos aos proprietários pois a “cana queimada” tinha de ser moída dentro de dois ou três dias e as usinas descontavam uma importância de perto de 10% do valor das mesmas. Deve-se, porém, salientar que muitas vezes os incêndios eram provocados por faíscas desprendidas pelas locomotivas da Rede Ferroviária ou das estradas de ferro das usinas; muitas vezes os próprios cortadores de cana, sem qualquer orientação política, ateavam fogo ao “partido” [refere-se a partido de cana, que, numa acepção mais geral, indica uma área de plantação de cana de açúcar] a fim de obterem maior produção; frequentemente era o proprietário ou o usineiro que mandava pôr fogo no partido de cana em área restrita, afim de apressar o fornecimento, uma vez que este apressamento compensava a diminuição de 10% do valor do produto, permitindo a mais rápida conclusão da safra. Acreditamos que em alguns casos um trabalhador injustiçado, ou julgando-se injustiçado por seus patrões, procurasse se vingar tornando-se incendiário de canaviais; esses seriam alguns casos entre os demais que enumeramos e não justificavam o ambiente de temor que levou muita gente a afirmar serem os incêndios previamente organizados e executados por aviões, como se divulgou pela imprensa [pernambucana, no mês de janeiro] na safra de 1962. Incendiários aprisionados pela polícia, nas declarações que prestaram não demonstraram a participação das Ligas Camponesas nesses atos de verdadeiro terrorismo. Havia, assim, muita fantasia, muito boato, propagado propositalmente, com o fito de incompatibilizar as Ligas com o Poder Público e provocar a repressão às mesmas; como existiam também os provocados pelo pânico que atingia parte da população quando esta defrontava problemas sociais mais agudos e ficava temerosa de ver-se prejudicada pelas soluções dadas aos mesmos [grifo nosso]. (1980, p. 125-126)

Outro exemplo que o Joacil Pereira cita para alertar sobre a face autoritária e violenta do movimento na Paraíba diz respeito às manifestações que, vez ou outra, eram realizadas nas estradas próximas das cidades de Sapé e Mari:

Os camponeses interditavam as estradas, obrigavam os veículos a parar e dar vivas às Ligas, aos seus líderes Julião, Assis Lemos, Pedro Fazendeiro, Nego Fuba... Punham desmoralizantes chocalhos no pescoço dos adversários e de quem não comungasse com o seu credo. Até deputados, como Petrônio Figueiredo, Ronaldo Cunha Lima e outros, foram “enchocalhados”. Havia sério risco de vida em viajar

pela BR-230, na passagem pelas proximidades de Café do Vento, na entrada de Sapé. O perigo se tornava maior para quem viajava pela estrada que ligava esse ponto, no trecho de Sapé a Mari.
Pregava-se então a “reforma agrária na lei ou na marra”. (1997, p. 141)

No que diz respeito a esta prática de por o chocalho⁷⁶ nos adversários das Ligas, o autor explica:

As estradas bloqueadas. Trezentos, quatrocentos, até quinhentos homens no leito das rodovias. Quase todos portando armas. Obrigavam os carros a parar e os passageiros a dar vivas a Julião, a Goulart, a Assis Lemos, a “Nego Fuba”, a “Pedro Fazendeiro”, a Fidel Castro, ao “diabo a sete”.
Ficavam ali, humilhados, desmoralizados, dando vivas a tudo e a todos, como eles mandavam, e, por fim, recebendo de presente um chocalho pendurado no pescoço. Bastava perguntar o nome e a pessoa responder. Se reconheciam, diante da resposta, como proprietário rural, comerciante, ou político que não rezasse pela cartilha dos comunistas, diziam logo: - bota o chocalho nesse safado. (1997, p. 159)

Dessa forma, no entendimento deste autor, esta prática de pôr o chocalho no pescoço dos opositores das Ligas constituía em mais um exemplo de ação autoritária por parte do movimento, que promovia simbolicamente o rebaixamento do homem a condição de animal. Dessa maneira, portanto, tratava-se de uma grande afronta às vítimas do chocalho, que ficavam desmoralizados e humilhados. Conforme nos explica Joacil:

O chocalho, para os leitores de fora, é aquela campainha grande que se coloca no pescoço de bode, de burro, de jumento, de cabra, de boi e vaca que pulam cercas; punham-no como colar no pescoço de proprietários, de comerciantes, de políticos ou de quem quer que fosse, só com o único e exclusivo intuito de desmoralizá-los perante a rafaméia sequiosa de escândalos (1997, p.159).

Quanto à prática do “enchocalhamento”, destacamos que em toda literatura pesquisada no desenvolvimento desta dissertação, não verificamos qualquer menção desta prática em qualquer outra região que não a Paraíba. Levantamos, então, a possibilidade dessa prática constituir uma peculiaridade das Ligas Camponesas da Paraíba.

Outro exemplo destacado por Joacil Pereira, no sentido de enfatizar as ações violentas das Ligas Camponesas, trata de um acontecimento que se deu pouco tempo antes do golpe de 1964, ou seja, num período em que o acirramento entre camponeses e latifundiários estava bastante alto. Vejamos sua versão apresentada:

[...] numa certa madrugada de fevereiro de 1964, acordaram-me em minha residência, na Rua Almeida Barreto 546. Eram Fernando Meirelles e seus amigos

⁷⁶ Essa prática do “enchocalhamento” será, mais a diante, abortada sob a perspectiva dos camponeses e seus apoiadores. Ver, neste trabalho, as páginas: 99, 101, 107, 120, 121 e 169.

Mário e César Cartaxo. Vieram fugidos em busca de socorro. A propriedade de José Meireles estava cercada por uma horda. A casa fora tiroteada – e parcialmente destelhadas pelas balas. As portas e janelas achavam-se perfuradas por tiros de fuzil. Haviam eles saído pelos fundos, empurrando o automóvel por uma estrada carroçável, por mais de um quilômetro. Só então ligaram o motor e, a toda disparada, alvejados por tiros, conseguiram escapar, viajando até João Pessoa. Vinham à procura de providências salvadoras (1997, p. 87)⁷⁷.

De acordo com o autor, os camponeses não estavam blefando, estavam decididos a exterminar o proprietário, sua família e quem lá se encontrasse, caso não se retirassem da propriedade. Em suas palavras:

Os camponeses e seus líderes mandaram mensagens escrita, mas não assinada. Exigiam a retirada dos proprietários até o amanhecer do dia, sob pena de extermínio total. Estavam em derredor, escondidos na macega ou entrincheirados por trás de tocos e de pedras. O ultimato era para valer: retirada, rendição, ou morte de todo mundo. Os invasores, de número de aproximadamente 300 homens, não estavam pra brincadeiras. A saída dos três rapazes empurrando um Volks era a esperança (1997, p. 88).

Joacil afirma que os três rapazes o seguiram em busca de alguma autoridade que pudesse os ajudar. Em visita ao General Augusto da Mata, confessa que fora maltratado, saindo de sua residência sob desaforos e acusações de que seria o responsável pela radicalização de conflitos na Paraíba. Depois de algumas idas e vindas, a equipe consegue finalmente o apoio do Coronel Ednardo d'Avila Mello e do Coronel Renato Macário, que comandava a Polícia Militar neste período. Conforme atestou Joacil Pereira, o Coronel Renato Macário:

[...] usou de toda energia para conseguir as providencias desejadas. Pelo rádio, Macário ordenou o deslocamento de um contingente de Sapé e outro de Mamanguape, os quais conseguiram levantar o cerco da fazenda de José Meireles e salvar a sua vida e a dos seus familiares. (1997, p. 89)

A consequência foi que, de acordo com Joacil Pereira:

Os invasores se retiraram, deixando no local até algumas armas. Ficaram os vestígios da violência, as paredes da casa grande da fazenda perfuradas de balas, algumas telhas deslocadas e quebradas. Eis uma amostragem a mais do clima de intranquilidade, na Paraíba, ao tempo do Governo Pedro Gondim e das Ligas Camponesas. A operação foi acompanhada por observadores do Exército. (1997, p. 90)

⁷⁷ Não foi mencionada pelo autor a localização exata desta propriedade.

O autor insiste no argumento de que muitas foram as vezes que os proprietários rurais da Paraíba recorreram as autoridades, para que tomassem alguma providência no sentido de sanar os conflitos agrários, em diversas situações. Suas reivindicações, porém, eram frequentemente desconsideradas. Certa vez, Joacil, ao reclamar da situação no meio rural paraibano para o próprio governador Pedro Gondim, recebeu como resposta que o governo nada poderia fazer, e que os proprietários deveriam se conformar em perder suas terras, pois a reforma agrária era inevitável (PEREIRA, 1997, p.147).

Dessa forma, atesta que o clima era de bastante insegurança, afirmando, inclusive, que alguns proprietários acreditavam que o movimento camponês iria realmente prevalecer. Muitos foram os que, por isso, decidiram vender suas propriedades, muitas vezes com preços bem abaixo do valor de mercado. Para Joacil Pereira (1997, p. 147-148), o caso de José Marinho é emblemático nesse sentido, pois vendeu sua propriedade por preço baixo a um pernambucano, que depois loteou em granjas e as vendeu, ganhando bastante dinheiro. Assim, o autor defende que os proprietários só foram recorrer às armas após se verem sem qualquer apoio das autoridades, mesmo diante das agitações dos camponeses, que invadiam suas terras.

Há, entretanto, que se relativizar essas informações. Podemos identificar duas fases do Governo Pedro Gondim em relação às Ligas Camponesas. Na primeira, que dura de 1958 até fins de 1963, realmente é possível percebemos um governo compreensivo quanto às ações do movimento, chegando até a manifestar apoio às reivindicações dos trabalhadores rurais e a condenar a estrutura agrária vigente. Conforme avaliou Paulo G. A. Nunes sobre essa primeira fase:

O governo de Pedro Gondim, iniciado de forma interina em 1958 e depois continuado através de eleições em 1960, manteve uma boa relação com as forças trabalhistas no Estado. Frente à crescente mobilização camponesa, no início dos anos sessenta, manteve uma posição de tolerância e compreensão, sem chegar a estimular ou apoiar às ações mais radicais. Também se percebe, nos seus pronunciamentos sobre a questão agrária no Nordeste, uma identificação com as reivindicações dos trabalhadores rurais, por ele consideradas legítimas, e de condenação da estrutura agrária então vigente. (2014, p. 86)

Num contexto de maior ebulição social, a partir de fins de 1963 até o desencadear do golpe de 1964, todavia, é possível observar uma mudança de postura do Governo Pedro Gondim quanto às organizações populares, incluídas aí as Ligas Camponesas. Estava em curso uma guinada política à direita dada pelo Governo, como podemos perceber nas palavras de Nunes:

No final de 1963, as crescentes mobilizações dos setores reformistas e de esquerda levaram a uma ruptura com o governo Gondim. Três acontecimentos levaram a um afastamento entre as forças populares e de esquerda e o citado governo. Primeiro, uma manifestação de estudantes secundaristas e universitários contra o desrespeito à lei da meia passagem, que foi reprimida pela polícia; segundo, a tragédia de Mari, e por fim, a invasão da Faculdade de Direitos. Essas ocorrências são um marco decisivo do esgotamento “gondinista”, que se consubstancia no afastamento do governador das forças populares e de esquerda do Estado e no seu aprisionamento absoluto às classes conservadoras (2014, p. 86-87).

A adesão do Governo Pedro Gondim às forças conservadoras em detrimento das forças populares do campo e da cidade, entretanto, deve ser contextualizada para uma melhor compreensão de sua mudança de postura. Sobre essa delicada situação do Governo em fins de 1963, Nunes faz as seguintes considerações:

Esta posição do governo Gondim deve ser analisada, tendo-se em vista a composição que o elegeu, assim como a sua disposição em governar no centro dessas forças políticas. Pois, por um lado, ele foi eleito com o apoio da UDN, partido de feições conservadoras, que, naquela conjuntura, não tinha como suplantar sua popularidade e terminou apelando para uma aliança, como forma de chegar ao poder. E como Gondim, após sair do PSD, não dispunha de uma máquina partidária capaz de assegurar sua vitória, aceita o apoio udenista. Mas, mesmo contando com o apoio da UDN, Gondim não poderia prescindir do apoio das forças populares e de esquerda, que se tornaram a base de sua campanha e que desempenharam um papel significativo na fase inicial de seu governo. Assim, dentro desse pacto, ele fica contido entre duas forças antagônicas que, progressivamente, reforçam a pressão sobre ele, tornando a manutenção do pacto impossível, o que leva à sua ruptura e a uma tomada de posição favorável às forças conservadoras. (NUNES, 2014, p. 87)

Como demonstrativos da guinada política à direita, em prol das forças conservadoras, podemos citar as posturas que o governo adotou após os episódios conhecido por “Chacina de Mari” e “invasão da Faculdade de Direito”. De acordo com Nunes:

A guinada do governo, no sentido de sua vinculação definitiva com os grupos conservadores, já se mostra nas consequências do episódio de Mari, onde o Governador, além da medida de praxe representada pela abertura de um inquérito para identificação dos culpados, procede à montagem de um forte esquema de repressão aos camponeses, enviando para os locais de maior tensão um forte aparato policial comandado pelo coronel Luiz de Barros. O governo também fez alterações no aparato policial, tentando reforçar a comunhão que se estabeleceu entre o Governo do Estado e os representantes das Forças Armadas no Estado, após os desdobramentos dos conflitos de Mari e da Faculdade de Direito, e não permite qualquer tentativa de realização de manifestações contestatórias em João Pessoa e em outras localidades. Estas mudanças de postura do governo Gondim são claros indicativos do novo direcionamento político adotado pelo governo. Muito mais do que apenas o reforço das vinculações com as classes conservadoras, o que se percebe, a partir desse posicionamento do governador, é o estabelecimento, anteriormente ao 31 de março, de uma franca sintonia do Governo do Estado com os interesses e com o pensamento das Forças Armadas. (2014, p. 87-88)

Analisando especificadamente o episódio da invasão da Faculdade de Direito, César Benevides chama a atenção para a vinculação do governo Pedro Gondim com o poder militar e forças reacionárias. Conforme suas palavras:

O desenfreado “abuso legal” do Grupo da Várzea garantido pela impunidade e associado à cumplicidade do governo do Estado gerou uma crise institucional sem precedentes na história política do ensino superior paraibano. A análise leva à constatação de implicações políticas mais profundas. Tratou-se, na verdade, de uma operação militar ostensiva com o comandante da Guarnição Federal intervindo em assuntos do governo estadual. Como se pode perceber, o governo da Paraíba articulou-se com os conspiradores no sentido de quebrar o pacto populista e instaurar uma ditadura castrense. (1985, p. 128 - 129)

Analisando esse período final antes da eclosão do golpe de 1964, na Paraíba, Paulo G. A. Nunes faz a seguinte análise:

Enquanto Pedro Gondim se aproximava das forças golpistas, dava-se, ao mesmo tempo, um avanço das forças de direita no sentido de conspiração e de sua organização e reação contra as mobilizações das forças de esquerda, ocorridas antes de 1964. Os proprietários rurais organizaram-se na Associação dos Proprietários da Paraíba (APRA), que ficou conhecida como LILA (Liga dos Proprietários). Esta entidade exercia uma atividade paramilitar, voltada para a defesa das suas propriedades privadas.

A articulação do golpe de 64 na Paraíba contou com a participação conjunta dos setores civis e militares, membros da UDN, do PSD e jornalistas (2014, p.88).

Vale ressaltar então, utilizando também como referência os próprios escritos de Joacil Pereira, que à medida que os camponeses foram se organizando, conquistando direitos e vitórias, através das Ligas Camponesas e do sindicalismo rural então emergente, os latifundiários também reagiram e se organizaram no sentido de conter a ascensão dessas forças sociais.

Pouco antes do golpe, alguns proprietários rurais da Paraíba foram a São Paulo para adquirir armamento e munição, junto ao então governador Adhemar de Barros. Preparavam-se para uma possível guerra civil (sobretudo os integrantes do chamado Grupo da Várzea, que lideravam o movimento). Formaram-se núcleos não apenas de proprietários de terra, como também de pessoas ligadas a outros segmentos da sociedade. A atuação se deu não apenas na capital João Pessoa, mas também em outros municípios da Paraíba, como foi o caso de Campina Grande e Areia. Conforme atesta Joacil de Brito Pereira (1997, p.110): “Em toda parte, formamos equipes dispostas a enfrentar, até mesmo em luta armada, os comunistas, os brizolistas e os goulartistas em geral, se tivéssemos mesmo de arrostar uma guerra civil”.

Neste período, foi criado também o Comitê da Liberdade para fazer divulgação da candidatura de Carlos Lacerda, como servia também para proselitismo. Preparavam-se comícios, conferências e outros trabalhos de arregimentação. Para reforçar este trabalho, fizeram-se presentes na Paraíba personalidades como o próprio Carlos Lacerda, o então deputado Francisco Falcão e o jornalista Amaral Neto (PEREIRA, 1997, p. 111). Nesse clima, realizavam-se reuniões e passeatas de caráter anticomunista, com o objetivo também de mobilizar a população contra o governo Goulart.

As vésperas do golpe, a partir da noite de 31 de março, este esquema civil atuou na Paraíba junto ao Exército. Participante deste esquema, Joacil Pereira (1997, p. 112) conta-nos que, às 23h deste dia, recebeu a notícia do levante do Exército junto ao governo mineiro, contra o governo de Jango.

Na Paraíba, as chamadas forças auxiliares conseguiram arregimentar para sua causa cerca de mil e duzentas pessoas, como sendo ajuda de elementos civis. De acordo com Joacil Pereira, essa mobilização de forças civis para auxiliar o Exército contou com muitos trabalhadores rurais recrutados nas fazendas, engenhos e usinas (que, possivelmente, uma grande parte se viu obrigada e forçada a ir). Destaca-se também a presença de antigos soldados, cabos e sargentos reformados, que foram organizados em esquadrões pelo General Renato Ribeiro. Eles constituíam uma força já preparada para o combate, podendo auxiliar inclusive em guerrilhas. Todo esse pessoal arregimentado seria utilizado, sobretudo, em caso de resistência do governo de Pernambuco, o que não aconteceu. Havia planos de ocupação de repartições públicas federais, de rádios e jornais locais. Conforme Joacil Pereira:

Arregimentamos esse pessoal, até 11h da manhã. Entreguei ao coronel Plinio Pitaluga uma relação nominal e toda essa gente foi recrutada. Prometi mil homens, mas oferecemos ao Exército um total de mil e duzentas pessoas. Ao sair do quarto onde mantivemos o entendimento sigiloso, apresentei os companheiros que estavam em minha casa ao Coronel Pitaluga e a cada um confiei a missão de mobilização das nossas forças auxiliares.

Saíram dali para cumprir essa missão. Foram buscar homens em Itabaiana, Pilar, Guarabira, Mulungu, Alagoa Grande, Juarez Távora, Alagoinha, Sapé, Espírito Santo, Santa Rita e Bayeux.

Trouxeram toda essa gente das suas fazendas, engenhos e usinas. Colocamos os nossos contingentes nas adjacências da Capital, em lugares de fácil acesso. E uma boa parte armada pelo próprio Exército. (1997, p. 115 - 116).

Quanto essa conspiração golpista na Paraíba, é relevante frisar que não há indícios que apontem para uma participação do Governo do Estado nesse processo. Assim considera Paulo G. A. Nunes, afirmando:

Nada indica que o Governo do Estado, a princípio articulado com as práticas trabalhistas, tenha tido alguma participação na conspiração golpista, apesar da sintonia de interesses e de ação que já vinha se manifestando entre o governador e a guarnição federal da Paraíba. O mais provável, é que ele tenha sido tomado de surpresa. Além disso, também não tinha uma posição definida, nem tampouco homogênea, a ser assumida. [...]

No dia do golpe, Gondim sofreu pressão dos militares para aderir, contudo só tomou sua posição no dia seguinte, com a chegada do líder do governo à Assembléia, Antônio Vital do Rêgo. A partir deste momento, percebendo a irreversibilidade do movimento militar, a fragilidade das forças “janguistas” e, principalmente, a importância do momento para sua sobrevivência política, Pedro Gondim, com a colaboração de Antônio Vital do Rêgo e de seu secretário Sílvio Porto, elabora uma nota de apoio ao movimento golpista, que foi lida pelo governador na rádio estatal, a Tabajara, no dia 1º de abril (2014, p. 90-91).

Conforme observou Paulo G. A. Nunes (2014, p. 92), Pedro Gondim garantiu, através da decisão de apoio ao golpe, não apenas a permanência do seu posto de Governador do Estado da Paraíba, mas também sua própria liberdade. Para reforçar tal afirmativa, devemos levar em conta os fartos exemplos de políticos em exercício que, por terem alguma afinidade com movimentos populares e/ou com a política trabalhista de Jango, foram destituídos de seus cargos e presos.

Em se tratando do processo golpista na Paraíba, podemos destacar algumas tentativas de resistência em poucos pontos do estado. Conforme indica Paulo G. A. Nunes:

O golpe militar também tomou de surpresa as forças de esquerda da Paraíba. Na noite de 31 de março, após as notícias da eclosão do golpe, chegou a ser iniciado um comício no bairro de Cruz das Armas, promovido por entidades ligadas à esquerda – Partido Comunista, CGT, Pacto de Unidade e Ação e Federação das Ligas Camponesas – que foi dissolvido pelas tropas federais.

Outra tentativa de reação se deu na cidade de Rio Tinto, onde camponeses e operários, através do sindicato e das Ligas Camponesas e contando com o apoio do prefeito e presidente do Sindicato dos Têxteis, Antônio Fernandes de Andrade, tomaram a fábrica de tecidos, paralisando suas atividades e isolando os pontos estratégicos da cidade com arame farpado. Mas a Polícia Militar reprimiu o movimento, o prefeito fugiu e posteriormente se entregou no Quartel do 15º Regimento de Infantaria onde ficou preso por seis meses. Ele também perdeu o mandato de Prefeito de Rio Tinto [...] (2014, p. 92).

Outras manifestações contrárias ao golpe foram percebidas nas cidades de Sousa e Campina Grande, as quais terminaram rapidamente desarticuladas pelas forças golpistas. A ação golpista não se limitou a desarticular as autoridades políticas que lhes fossem inconvenientes, como também os órgãos ditos subversivos, como foi o caso da Campanha de Educação Popular (CEPLAR) e da Associação Paraibana de Imprensa (API). De acordo com Paulo G. A. Nunes:

Em Sousa, o prefeito Antônio Mariz realizou um comício em praça pública e também foi preso. Em Campina Grande, o prefeito Newton Rique deu declarações dizendo-se contrário ao golpe, sendo depois cassado. A partir daí, as forças golpistas dominaram totalmente a situação. A API foi invadida pelo Exército; a CEPLAR também foi invadida por civis engajados no golpe (2014, p. 93-94).

Concretizado o golpe no dia primeiro de abril de 1964, podemos perceber que os grandes alvos para a repressão foram as Ligas Camponesas e seus apoiadores. Conforme destaca Paulo G. A. Nunes:

Foram registradas várias prisões, efetuadas tanto no setor urbano como na zona rural. Houve o aniquilamento das Ligas Camponesas. A repressão no meio rural, além de ser feita pela Polícia Militar e pelo Exército, contou com a colaboração de capangas e das milícias particulares dos proprietários rurais. (2014, p. 94)

Quanto aos políticos que possuíam relação com as Ligas Camponesas, sofreram a cassação de seus mandatos e alguns foram presos. Em se tratando das cassações, Paulo G. A. Nunes faz o seguinte levantamento:

Neste imediato pós-golpe no Estado da Paraíba foram cassados por projetos de resoluções da Assembleia Legislativa e das Câmaras de Vereadores os mandatos de três prefeitos, dois vice-prefeitos, oito vereadores, sete suplentes de vereadores, dois deputados estaduais e dois suplentes de deputado estadual. Pelo Ato Institucional foi cassado o deputado federal e Ministro da Justiça, do governo de João Goulart, Abelardo Jurema. A grande maioria dos cassados tinha ligação com as Ligas Camponesas. (2014, p. 97)

A repressão afetou diversos setores da sociedade paraibana, entretanto, concentrou sua intensidade nas Ligas Camponesas devido seu caráter revolucionário ou, ao menos, reformador, que ameaçava o *status quo*, sobretudo, dos grandes latifundiários, ao questionar a estrutura agrária e propor para ela uma reforma. Assim, na Paraíba, conforme Gilvan Brito afirmou:

Somente na primeira semana depois da implantação da ditadura foram presos 172 agricultores vinculado às Ligas Camponesas, recolhidos aos quartéis do 15º Regimento de Infantaria, onde havia tortura física e mental, e 1º Grupamento de Engenharia. (2014, p. 75).

No caso paraibano, destacamos que a mão pesada do regime civil-militar abateu-se intensamente contra lideranças camponesas e seus apoiadores, tais como: Assis Lemos, Antônio Dantas, Ophélia Amorim, Elizabeth Teixeira, Nego Fuba e Pedro Fazendeiro, que serão abordados mais adiante, neste trabalho.

3. MEMÓRIAS DE DIRIGENTES E TESTEMUNHAS DAS LIGAS CAMPONESAS

A seguir, iremos abordar de forma pormenorizada os depoimentos individuais colhidos em audiência pública realizada pela CEVPM/PB no município de Sapé, PB. Os depoentes desta audiência foram: Assis Lemos, Ophélia Amorim, Elizabeth Teixeira, Antônio Dantas e Josineide de Araújo.

Trataremos também das oitivas dos remanescentes da Liga Camponesa de Sapé, a saber: Ana Justino de Oliveira, Hilda Maria da Conceição, Francisca Freitas de Sousa, Isabel Regina dos Reis, Severino Francisco da Silva e Antônio Domingos de Oliveira.

3.1 – Audiência pública em Sapé⁷⁸



Na banca, alguns dos que prestaram depoimento na audiência e membros da CEVPM/PB. Da esquerda para direita: Ophélia Amorim (em pé), Josineide Araújo, Assis Lemos, Waldir Porfírio, Paulo G. A. Nunes, Maria Rita Khel, Luiza Erundina, Lúcia Guerra, Fábio de Freitas e Irene Marinheiro. (Arquivo particular de Laíze Santos, integrante da CEVPM/PB).

⁷⁸ O material que tivemos acesso foi divulgado pela Comissão Nacional da Verdade no sítio eletrônico do youtube, no link: <https://www.youtube.com/user/comissaodaverdade>. A filmagem foi apresentada de forma subdividida, na qual cada depoente constituiu um vídeo separado. Durante minhas pesquisas, percebi a falta do depoimento de Assis Lemos e decidimos entrar em contato via e-mail com a Comissão Nacional da Verdade que, prontamente, adicionou ao youtube o vídeo que faltava.

A audiência pública em Sapé, realizada no dia 15 de julho de 2013, foi organizada de forma conjunta pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), Frente Parlamentar da Verdade e pela Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória na Paraíba (CEVPM/PB), tendo como tema abordado a perseguição às Ligas Camponesas. Foi realizada num auditório improvisado, dentro da quadra poliesportiva da Escola Estadual Monsenhor Odilon Alves Pedrosa (EEMOAP)⁷⁹.

A abertura do evento se deu com a apresentação de uma *quadrilha junina*⁸⁰, realizada pelos próprios estudantes da escola. Após a apresentação, prestaram depoimento as seguintes pessoas: Francisco de Assis Lemos de Souza, Ophélia Amorim, Elizabeth Teixeira e Antônio José Dantas – todas relevantes partícipes do movimento das Ligas Camponesas da Paraíba – além de Josineide Araújo, filha de Pedro Inácio de Araújo, destacado líder do movimento camponês. Compuseram a mesa dos organizadores do evento: Maria Rita Kehl⁸¹, representando a Comissão Nacional da Verdade; Luiza Erundina, membro da Frente Parlamentar da Verdade; e Paulo G. A. Nunes (presidente da CEVPM/PB), Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Fábio Fernandes de Freitas, Irene Marinheiro Jerônimo e Waldir Porfírio, todos estes membros da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba⁸².

No que se refere ao público espectador, destacamos estudantes da referida escola, bem como diversos cidadãos locais e trabalhadores rurais da região de Sapé, diversos estudantes e professores de universidades e faculdades paraibanas, além também dos diversos membros que integram os diversos Grupos de Trabalho da CEVPM/PB.

A seguir, abordaremos os diversos depoimentos prestados no evento, no qual serão destacados alguns temas contemplados que nós julgamos relevantes. Antes, porém, cabe reiterar que não tivemos pretensão de reafirmar as memórias dos nossos depoentes, mas, ao contrário, nossa intenção foi confrontá-las sempre que necessário com outras fontes, no sentido de problematizá-las, sabendo que as memórias são constituídas não apenas de

⁷⁹ Vale ressaltar que o nome da escola é uma homenagem a um espectador das Ligas Camponesas, Monsenhor Odilon Alves Pedrosa, pároco da cidade de Sapé durante e depois o referido movimento. Mantinha diálogo sobre a situação do campo paraibano com a Igreja, trabalhadores e donos de terra. Para mais informações, ver: PEDROSA, Odilon. **Caminhos andados, terras mares e céus**. João Pessoa: Editora Local, 1986.

⁸⁰ Uma dança tradicional em várias localidades do Nordeste, em especial da Paraíba.

⁸¹ Para a psicanalista e jornalista Maria Rita Kehl, esse evento em Sapé constituiu a quinta parada de sua viagem de pesquisa nas regiões do norte e nordeste do Brasil, que visava apurar as violações de direitos humanos das populações camponesas e indígenas.

⁸² A coordenadora do Grupo de Trabalho *Repressão do Estado e das milícias privadas aos camponeses*, Professora Dra. Iranice Gonçalves Muniz, não pôde comparecer ao evento devido uma viagem que fez a trabalho. Entretanto, enviou alguns membros do seu Grupo de Trabalho, a saber: Victor Gadelha Pessoa; Laize Santos e Natália Araújo, encarregando-nos de registrar as principais ocorrências do evento.

lembranças, mas também de esquecimentos, além de nunca serem despretensiosas e carregarem consigo intenções e compromissos, muitas vezes com grupos sociais, visando preservá-los.

Assim, o fato das fontes orais serem subjetivas e estarem sujeitas a falta de veracidade e distorções não a inviabiliza ou a desqualifica enquanto fonte de pesquisa, desde que o historiador faça as ressalvas necessárias, utilizando da erudição histórica e conhecimento da bibliografia disponível sobre a temática. Assim, nossa pesquisa se caracteriza pela busca da verdade, embora esta não absoluta, mas respaldada em fontes verificáveis.

No que concerne às citações que fizemos dos depoentes ao longo da dissertação, vale explicar que elas não seguem necessariamente a ordem sequencial de seus respectivos depoimentos. Assim fizemos porque, nas diversas oitivas analisadas percebemos, geralmente, que um determinado assunto tratado no início do depoimento voltou a ser abordado no decorrer do depoimento. Assim, nosso objetivo foi, mais uma vez, tentar beneficiar o leitor com um texto menos enfadonho, propiciando uma leitura mais agradável e sem repetições desnecessárias.

3.1.1 - Assis Lemos

Aos 84 anos de idade, Assis, como prefere ser chamado, inicia seu depoimento destacando a sua satisfação de voltar à Paraíba para participar de um evento que considera de grande relevância para a história local. Considerou como uma boa oportunidade para mais uma vez tratar do caso de pessoas como João Alfredo Dias e Pedro Inácio de Araújo, que estiveram presos juntos consigo após o golpe de 1964, no quartel do 15º RI, sob o comando do Major José Benedito Montenegro dos Magalhães Cordeiro⁸³, nome que disse nunca esquecer.

De acordo com Lemos, os três estavam sendo acusados de terem responsabilidade pela morte de Rubens Régis⁸⁴, que fora assassinado em conflito com camponeses. Desse crime Assis Lemos possuía um álibi desde antes do golpe civil-militar, pois no mesmo dia em que ocorreu o assassinato, estava na cidade do Rio de Janeiro e fora no gabinete do então senador Rui Carneiro, que, de acordo com as palavras de Assis, disse-lhe surpreso:

⁸³ Vale ressaltar que o então Major Cordeiro não comandava o referido quartel, inclusive, em carta enviada a CEVPM/PB, o próprio chegou a reforçar que não foi o comandante do 15º Regimento de Infantaria. Apesar disso, este militar tinha contato direto com os presos políticos, e é sempre retratado na memória de Assis Lemos como repressor.

⁸⁴ Segundo Assis Lemos, Rubens Régis tinha sido seu colega de turma no colégio Pio X e tinha como característica ser uma pessoa de muita coragem.

Você está chegando da Paraíba agora?” Eu digo: “não, estou aqui há mais de uma semana”. Ele disse: “pois eu vou lhe dar uma informação: aqui o jornal, estão lhe acusando de ter assassinado o fazendeiro Rubens Régis. Pode me colocar como o seu testemunho. Sou eu que estou dando a notícia, senador Rui Carneiro”. Depois o próprio governador Pedro Gondim e o deputado Arnaldo Lafayette também se prontificaram a ser, a atestar a minha presença no Rio e não tinha nada que ver com o assassinato na Paraíba⁸⁵.

Lembra-se que sua prisão ocorreu no dia 6 de abril de 1964, em Recife, e que logo em seguida fora transferido para João Pessoa, para no dia 9 de abril ser transferido para ilha de Fernando de Noronha. Com pouco tempo volta para João Pessoa, onde ficou preso no 15º RI, na mesma cela de Nego Fuba, e ao lado da de Pedro Fazendeiro. Num de seus relatos, Assis Lemos diz:

O Nego Fuba voltou do interrogatório e disse: “vou morrer na prisão. O Major Cordeiro quer que eu confesse o crime que eu não cometi”. Foi solto, entre aspas, nesse mesmo dia. A noite do dia 7 de setembro foi solto, até hoje não apareceu. Com Pedro Fazendeiro a mesma coisa, estava preso, acusado da mesma coisa e foi solto também, e até hoje não apareceu. Portanto, hoje, eu quero prestar homenagem a esses dois grandes lutadores: Pedro Fazendeiro e João Alfredo.

O depoente apresentou uma versão de que esses dois camponeses foram soltos e entregues ao coronel Luiz de Barros, da Polícia Militar da Paraíba. De acordo com suas palavras:

Essas duas figuras [Pedro Fazendeiro e Nego Fuba] estavam comigo, foram soltos, foram entregues ao Coronel Luiz de Barros, da Polícia da Paraíba. Eu vi, quando os dois foram entregues... e até hoje desapareceram. Então, são denúncias que a gente precisa retornar a fazer para que a História da Paraíba não passe no escuro do que aconteceu de violência, de maldade na época do golpe militar aqui no nosso país. Portanto, meus amigos, essa é uma oportunidade muito importante e eu quero aproveitar exatamente para denunciar que quem se encarregou de entregar aos matadores, Luiz de Barros da Polícia Militar e o Coronel Cordeiro do 15º RI. Então, agradeço essa oportunidade de mais uma vez poder denunciar a Paraíba fatos tão importantes para a nossa história, do assassinato de dois grandes lutadores pela reforma agrária em nosso país: João Pedro e Pedro Fazendeiro, [o depoente corrige] João Alfredo e Pedro Fazendeiro. [grifo nosso].

⁸⁵ As oitivas, conforme mencionado, foram transcritas pelo pesquisador, autor deste trabalho. Procurou-se transcrever o texto oral, de modo que este não perdesse suas marcas da oralidade e originalidade. Por tanto, há momentos em que é possível notar alguns truncamentos por parte dos depoentes, bem como alguns comentários do pesquisador a fim de situar o contexto em que tais depoimentos foram gravados.

Vale ressaltar que este depoimento acima se trata de uma sugestão dada por Assis Lemos, baseada no que ele acredita ter ocorrido. Não existem evidências sólidas que confirmem o que foi dito. Em se tratando do trecho em que diz: “Eu vi, quando os dois foram entregues”, possivelmente o depoente tenha se expressado mal, pois ele nunca antes dissera tais palavras, nem em seu livro *Nordeste – o Vietnã que não houve: as Ligas Camponesas e o golpe de 1964*.

Em se tratando das condições de trabalho dos trabalhadores rurais do Brasil, naquele período antes do golpe de 1964, Assis Lemos faz a seguinte consideração:

Eu como agrônomo observei no campo, naquela época, a injustiça que estava acontecendo, que era o chamado cambão, que era o trabalho de graça, para o camponês morar numa fazenda ele tinha a obrigação de dar alguns dias de graça, de trabalho de graça na fazenda, e era chamado cambão, que na Idade Média era a corveia, então nós estávamos aqui no Brasil na Idade Média, e a luta que na época se dizia que era pelo comunismo, pelo socialismo, foi na realidade uma luta pelo capitalismo. Sair do sistema feudal para entrar no sistema capitalista. Era o trabalho de graça. O camponês trabalhava e para morar na fazenda, plantar alguma coisa, ele dava dois ou três dias de trabalho gratuito na propriedade, que era o chamado cambão, aqui no nordeste. E na Idade Média chamava-se corveia. Então, meus amigos, aquela luta foi muito importante, e como eu afirmei, quando diziam que era uma luta pelo comunismo na realidade era uma luta pelo capitalismo. Nós estávamos no sistema feudal e íamos passar para o sistema capitalista. O trabalhador trabalhava de graça e ia receber dinheiro. E isso era importante, porque milhares e milhares de camponeses trabalharam, viveram a vida toda, e alguns chegavam a aparecer sem nunca ter colocado uma moeda no bolso, porque o trabalho era gratuito. E isso prejudicava o quê? Prejudicava as cidades do interior. Porque o camponês não tendo dinheiro, não ia a feira, não ia ao comércio e portanto não havia o progresso necessário no interior do nordeste brasileiro.

Especificamente sobre sua prisão em Recife (PE), no dia 6 de abril de 1964, o depoente nos contou que ficou escondido na casa do então deputado Osmar de Aquino, e que este chegou a ter sua casa cercada por militares com ordem de prisão para Assis Lemos. Sua transferência, da prisão de Recife para a de João Pessoa (PB), foi realizada pessoalmente pelo Coronel Hélio Ibiapina. No meio da viagem, Assis Lemos foi torturado, como nos conta brevemente:

Na saída do Recife ele parou o jipe que vinha me trazendo, tirou minha roupa, me pendurou numas cordas e colocou um jornal no ânus e tocou fogo. Por felicidade eu consegui retirar e ele então me trouxe para a Paraíba e eu fiquei do dia 6 ao dia 9 [de abril] preso no 15 [15º Regimento de Infantaria]. No dia 9 fui transferido para Fernando de Noronha, onde fiquei mais de um mês por lá. Depois fui trazido novamente para as prisões da Paraíba. A prisão do 15 Regimento de Infantaria era um absurdo, mas tinha uma prisão no Brasil que merece ainda hoje a homenagem dos prisioneiros: a do Grupamento de Engenharia, onde o Major Aquino e o Capitão Hernandes interrogavam os prisioneiros, mas com o maior respeito, inclusive levavam os presos para almoçar com eles no refeitório do quartel. Mas, no resto do Brasil era a tortura, a miséria, a morte dos prisioneiros. [grifos nossos]

Assis Lemos finaliza seu depoimento agradecendo ao público, a quem chamou de companheiros, e também aos seus amigos da Paraíba, dizendo ter uma satisfação muito grande em voltar ao seu estado, lugar onde pretende viver até os seus últimos dias. Lembrou que já tem 84 anos e, de acordo com suas próprias palavras “não tou muito longe de, de dar um adeus a todos vocês”. Antes de se retirar, destaca também a sua satisfação de ter à mesa a presença de uma pessoa que sempre admirou, uma paraibana que, de acordo com o depoente, venceu em São Paulo: Luiza Erundina.

3.1.2 - Ophélia Amorim

Ophélia Amorim foi advogada e militante das Ligas Camponesas da Paraíba, chegando a ser indicada pouco antes do Golpe de 1964, pelo mesmo movimento, para atuar na Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA). Com o advento do Golpe, foi presa e respondeu Inquérito Policial Militar. Depois de libertada, respondeu a sete processos-crime. Apesar da não condenação jurídica, sua situação na Paraíba tornou-se insustentável devido à vigilância e constantes ameaças de prisão. Decide, então, sair da Paraíba para São Paulo, onde vive até os dias atuais.

Em seu depoimento, que durou cerca de trinta minutos, Ophélia destaca que entrou para as Ligas Camponesas da Paraíba através de seu amigo Leonardo Leal⁸⁶. Entretanto, reconhece como fundamental a formação humanista que teve a partir da sua participação como membro da Juventude Universitária Católica (JUC), durante o período em que era estudante da faculdade de direito da UFPB, em João Pessoa. A JUC era assistida por padres imbuídos com ideias de mudança, muito dos quais, segundo Ophélia, recém-chegados de Roma. Assim, de acordo com a depoente, a organização não se enquadrava na ala reacionária da Igreja Católica que predominava na Paraíba, pois detinha um viés progressista, que se sensibilizava pela causa dos marginalizados do país, sobretudo dos camponeses. Ophélia destaca os padres Juarez, Luiz Fernandes e Chico Pereira como responsáveis por “abrirem os olhos” dela e de outros estudantes vinculados a JUC.

⁸⁶ Além de dentista por profissão, militou nas Ligas Camponesas da Paraíba, chegando inclusive a ocupar o posto de tesoureiro da Federação das Associações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Paraíba, uma organização criada em 1961 que congregava as Ligas Camponesas existentes no estado da Paraíba. (SOUZA, 2008, p. 62). Foi membro da direção do Partido Comunista na Paraíba e foi suplente de vereador, em João Pessoa, cassado logo após o golpe, juntamente com outro suplente, também ligado ao PCB, o advogado José Gomes da Silva, conhecido como Zé Moscou e o vereador Antônio Augusto Arroxelas de Macedo.

No movimento social e político das Ligas Camponesas, Ophélia atuava como advogada, sempre dentro da legalidade, conforme afirma. As leis vigentes do país, como o próprio Código Civil do período, por exemplo, permitiam uma defesa dos trabalhadores rurais, chamados pela depoente de camponeses. Muito embora, os camponeses antes das Ligas muito dificilmente utilizavam a Justiça do Trabalho para reclamarem seus direitos. Em geral, tratava-se de reclamações trabalhistas, como as altas jornadas de trabalho e a falta de recebimento de salário. Dessa forma, os advogados que militavam no movimento tiveram a relevante função de levar esses problemas à justiça. Sobre seu primeiro trabalho para as Ligas da Paraíba, lembra que João Pedro Teixeira, Assis Lemos e Leonardo Leal a designaram para soltar um camponês da prisão, mediante um requerimento de um *habeas corpus*.

A depoente destaca também as posturas diferenciadas entre os juízes do trabalho e juízes da justiça estadual, diante das causas camponesas. Os primeiros muitas vezes se colocavam dispostos a levar as reclamações dos camponeses à diante, diferentemente dos juízes da justiça estadual que, geralmente, arquivavam os processos que contestavam o poder do latifúndio, pondo-o em xeque.

As ações das Ligas iam ao sentido de conter as muitas faces de exploração que os trabalhadores rurais eram submetidos, tentando, assim, modificar um conjunto de características próprias do latifúndio. Essas ações não foram recebidas de forma passiva pelo grupo de latifundiários. Eles reagiram de forma bastante violenta, sendo bastante comum a expulsão de moradores, desconsiderando quaisquer direitos⁸⁷.

De acordo com Ophélia, a luta que travavam não se limitava ao latifúndio, pois havia uma luta ideológica também. A mentalidade que predominava no período estigmatizava os associados das Ligas e os comunistas, havendo uma verdadeira propaganda anticomunista. Contribuía para isso, inclusive, parte do corpo eclesiástico que sofria influência do poder dos latifundiários⁸⁸. Eles prestavam um desserviço ao movimento camponês ao discriminar os associados das Ligas através de um discurso anticomunista. Padres chegavam a ameaçar, afirmando que quem possuísse carteira das Ligas Camponesas sofreria excomunhão e

⁸⁷ Vale ressaltar que os latifundiários não resumiam a luta camponesa em curso apenas como uma luta por direitos e melhorias trabalhistas. Ressaltamos que grande parte da classe dos proprietários de terras estava receosa de que estivesse em curso a formação de uma república sindicalista aos moldes da argentina peronista. Havia receio também de uma possível comunização do país, sobretudo em clima de Guerra Fria e do processo revolucionário em Cuba, local, inclusive, que recebia constantemente membros das Ligas Camponesas.

⁸⁸ Lembremos que era uma prática comum entre os latifundiários a construção de capelas dentro de seus próprios domínios territoriais. Um exemplo foi a própria família dos Ribeiro Coutinho, que espalhavam capelas por suas propriedades. Sendo intencional ou não, essa prática vinculava eclesiásticos ao proprietário das terras e tinha efeito de controle dos trabalhadores rurais, geralmente bastante apegado às crenças religiosas. Ver: COUTINHO, 2001.

expulsão da igreja, não teriam direito ao batizado de seus filhos e nem se casaria, além de ter o inferno reservado após a morte. Acusavam as Ligas de comunistas, e argumentavam que no comunismo não se permitia a prática da religião, além de disseminar que os comunistas matavam crianças, estupravam as moças, e que, se uma moça ingressasse no comunismo, no qual a liberdade sexual era difundida, a primeira coisa que lhe aconteceria seria perder a virgindade⁸⁹.

Toda essa propaganda que buscava deslegitimar as Ligas surtia grande efeito, pois a depoente lembra que nos movimentos das Ligas, muitas pessoas chegavam a fechar as portas e janelas de sua casa, com medo dos camponeses. Assim, além de lutar contra o latifúndio diretamente, ainda havia um grande trabalho em tentar desmanchar todo um preconceito criado a respeito de quem se filiava as Ligas. De acordo com Ophélia, apesar de todo esse medo criado, as manifestações das Ligas eram pautadas pelo pacifismo:

[...] nós fazíamos concentrações e movimentos muito pacíficos, nunca houve vandalismo, nunca houve quebra-quebra, os camponeses tinham o maior respeito pelas pessoas. E quando se concentravam, quando faziam as suas passeatas, eram da forma ordeira e respeitando as pessoas e as propriedades, digamos assim... nunca houve quebra-quebra.⁹⁰

Entretanto, apesar desse discurso de pacifismo das Ligas, é preciso problematizá-lo e fazer devidas ponderações. É possível identificar que o movimento camponês aqui da Paraíba esboçava reações às arbitrariedades dos latifundiários como, por exemplo, as ocupações de propriedades com intuito de forçar seus patrões a aceitarem algumas de suas prerrogativas, chegando muitas vezes a exigir assinatura de documentos que comprometiam o fim da prática do cambão⁹¹. Destacamos também o bloqueio de estradas e a prática do enchocalhamento, que serão melhor abordados mais a diante.

No que se refere à violência que os latifundiários cometiam, não ficava restrita apenas a simples trabalhadores rurais, mas estendia-se também a líderes do movimento que residiam nas cidades e tinham origem social mais abastada. Ou seja, além dos atos de violência cometidos contra os camponeses que viviam e trabalhavam em suas propriedades, como as costumeiras expulsões e destruições de suas casas e lavouras, os latifundiários utilizavam

⁸⁹ Sobre o anticomunismo da Igreja Católica na Paraíba, ver: SOBREIRA, 2014.

⁹⁰ Depoimento prestado em audiência pública realizada em Sapé, no dia 15/07/2013, organizada em conjunto entre Comissão Nacional da Verdade, Frente Parlamentar da Verdade e a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba.

⁹¹ Como anteriormente explicado, trata-se de uma prática que remonta ao período colonial e que se manteve como costume até a década de 1960. Consistia em um ou mais dias trabalhado gratuito que os trabalhadores rurais concediam ao patrão.

também seus capangas para perseguir líderes do movimento, mesmo que em locais mais distantes dos domínios de suas terras.

Em casos específicos, os próprios latifundiários chegavam a se envolver diretamente em ataques aos camponeses e seus líderes, fruto de uma cultura política bastante autoritária entre os donos de terras. Um exemplo desses foi relatado por Ophélia Amorim, que abordou no seu depoimento uma surra que Assis Lemos levava, dada pessoalmente pelo latifundiário Aguinaldo Veloso Borges. Em sua fala, cita que a surra ocorreu na sede da Liga Camponesa de Rio Tinto. Entretanto, consideramos a possibilidade da depoente ter se enganado quanto ao local e o agressor. Possivelmente, esse acontecimento tenha se dado na sede da Liga de Itabaiana, no ano de 1962, quando Assis Lemos foi surrado junto com Pedro Fazendeiro, diretamente pelos jovens Manfredo, Milton e Manoel Veloso Borges, ambos sobrinhos de Aguinaldo, e um grupo de capangas.

De todo modo, Ophélia lembra que o encontrou repleto de hematomas no rosto. O motivo da violência teria sido a instalação de dois postos Médicos do Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência (SAMDU), um em Itabaiana e outro em Pilar, ambos os municípios, no período, tinham forte presença e domínio da família Veloso Borges, que possivelmente teria considerado uma afronta em seu próprio reduto⁹².

Ophélia também aborda o Golpe de 1964 que, para ela, foi uma reação das classes conservadoras – latifundiários, militares, setores hegemônicos da Igreja Católica – ao crescimento das organizações populares, como as Ligas Camponesas, o movimento estudantil e outros. Destaca que a tentativa de golpe pairava no país desde antes de 1964, no qual podemos identificar outras tentativas nesse sentido. Relembra, por exemplo, que o golpe já havia sido articulado pelos militares e setores conservadores da sociedade em 1961, quando renuncia presidente Jânio Quadros, objetivando impedir a posse do então vice-presidente João Goulart. Desde esse período, as Ligas e outros movimentos sociais se manifestaram em prol da legalidade, contra o golpe, que fora detido graças a um acordo aceito pelo próprio Goulart, que ficaria num regime parlamentarista, com poderes diminuídos. Através de um plebiscito favorável, Jango volta ao presidencialismo com plenos poderes. Na Paraíba, o próprio Jango chegou a participar de um comício na cidade de Campina Grande, organizado por forças progressistas que lutavam em prol do fim do sistema parlamentarista, conferindo apoio ao presidente. O presidente, segundo a depoente, prestou grande apoio ao movimento camponês,

⁹² Para maiores informações, ver: SOUZA, 2008, p.109-118 e ALVES, 2006, p. 61-63.

inclusive relembra que seu Ministro do Trabalho, Almino Afonso, chegou a visitar uma concentração das Ligas Camponesas aqui na Paraíba.

Em 1964, as forças golpistas conseguem êxito. Um de seus resultados foi que o governo golpista se voltou contra os movimentos populares, entre eles as Ligas Camponesas, que na Paraíba se constituíam no principal movimento que preocupava as classes dominantes. Os principais participantes desses movimentos populares experimentaram da repressão promovida pelo Estado, bem como, sobretudo, no caso das Ligas, da repressão de milícias privadas. A repressão se dava de diferentes formas, sendo as mais conhecidas: prisões, espancamentos, torturas e assassinatos. De acordo com levantamentos realizados pela CEVPM/PB, essas formas de repressão eram praticadas não apenas por agentes do Estado, mas também por milícias privadas subordinadas aos latifundiários.

Ophélia Amorim se encontrava no Rio de Janeiro no momento do golpe. Ali estava, pois tinha sido indicada pelas Ligas Camponesas, dias antes, para ocupar o cargo de advogada da Superintendência da Reforma Agrária (Supra) – órgão que depois foi substituído pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). No dia 13 de março, chegou a participar do comício do presidente Goulart na Central do Brasil. Acredita que esse evento foi o estopim para o golpe, pois no comício estava presente uma quantidade enorme de populares, trabalhadores, estudantes, camponeses, todos desejosos por mudanças, sobretudo no tocante a Reforma Agrária. Para a depoente, os golpistas não aceitariam isso. No evento, Jango anunciou, através de dois decretos, a desapropriação das refinarias particulares que havia no Brasil e não estavam nas mãos da Petrobrás, bem como as terras circunvizinhas e todas as rodovias, açudes e ferrovias federais. De acordo com Ophélia, os militares consideraram que as coisas estavam indo longe demais, e decidiram deter o movimento que estava em curso.

Após o golpe, os militares passam a procurar um sem número de pessoas que eram reconhecidas pela participação em diversos movimentos populares. Uma dessas pessoas foi Ophélia Amorim, que se encontrava no Rio de Janeiro após o golpe. Sendo procurada na Paraíba, o seu pai comprometeu-se com o Exército de que sua filha se apresentaria assim que chegasse de viagem. Durante a volta, não chegou nem a ser presa no aeroporto de Recife, pois os militares haviam enviado um salvo conduto da Paraíba para a liberarem. Inicialmente, após se apresentar, foi presa no 15º Regimento de Infantaria, ficando no quarto do coronel, junto com outras mulheres, sendo a maioria professoras da Campanha de Educação Popular (Ceplar) e do movimento operário. De acordo com a depoente, havia poucas mulheres presas e relata que não chegaram a sofrer torturas no 15º RI, e nem sequer foram mal tratadas.

Depois foi transferida para o Grupamento de Engenharia, ficando inclusive presa junto com Elizabeth Teixeira, na mesma cela. Sobre o Major Ney de Aquino, responsável pelos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), Ophélia destaca que foi um sujeito que sempre a tratou bem e que, até pela maneira como fazia as perguntas e tratava os outros presos, desconfiava até que ele fosse contrário ao golpe. Passado certo tempo no Grupamento de Engenharia, Ophélia afirma ter sido transferida para a prisão de Campina Grande. Atribui essa transferência ao fato de todas as outras mulheres terem sido soltas⁹³, só restando ela própria, além de que, Campina Grande era a cidade onde estavam os seus familiares. Lá, ficou presa até agosto de 1964.

Depois foi chamada para Recife, para prestar depoimentos ao coronel Hélio Ibiapina de Lima. Destaca a impressão que teve do oficial, percebendo o ódio que tinha dos comunistas. De acordo com as palavras de Ophélia:

[...] meia noite ele me chamou para eu prestar o meu primeiro depoimento, e aí ele me disse assim: então a senhora...você... é famosa por seus discursos. Então você vai prestar seu depoimento em tom de discurso: suba ali! – era um tablado assim – suba ali, e vá falar como você fala nas Ligas, incitando os camponeses. Aí eu disse: olha – eu acho que ele era tenente coronel, não era major – eu disse, olha coronel, eu não sei fazer discurso”. [cel. Hélio Ibiapina responde:]Ah, não? E como é que você fala tanto? Todo mundo só fala nos seus discursos – coitada de mim, eu nunca fui uma grande oradora – então você vai falar. Eu então dissuadi: olha, coronel, eu acho que um depoimento eu nem saberia contar e responder as suas perguntas em tom de discurso. Consegui dissuadi-lo. [grifo nosso]

Outro fato curioso, descrito por Ophélia Amorim, foi que, após três dias de depoimentos prestados – no qual cel. Ibiapina se reversava em interrogar o então governador de Pernambuco, Miguel Arraes, o então prefeito de Recife, Pelópidas Silveira e um dos grandes expoentes das Ligas Camponesas, o líder Francisco Julião, além dela própria – o coronel Hélio Ibiapina lhe veio com uma proposta que resolveria seu problema. Como relatou Ophélia:

[...] eu vou contar isso porque é até folclórico – ele [Coronel Ibiapina] olhou, depois de três dias de depoimento, ele disse: olhe, eu acho que o seu problema é casar, você precisa casar!”Aí eu disse assim: não coronel! Ele disse assim: olha, tem um capitão aqui solteiro, aliás, ele vai embarcar amanhã pra integrar as tropas do Brasil no canal de Suez. Então eu vou lhe apresentar ele – eu disse [pensou consigo mesma]: vou morrer. Imagina se esse homem resolve me casar na marra, achando que meu problema era casar [disse Ophélia em tom de riso] - então, ele disse, eu vou lhe apresentar esse capitão, ele vai ficar três meses em Suez, e quando ele voltar vamos fazer o seu casamento. Aí eu disse: mas coronel, eu não posso me casar com um homem que eu não conheço, nunca vi... e também a contradição entre nós dois é

⁹³ Talvez ela tenha excluído Elizabeth Teixeira dessa relação, já que sabemos que a mesma ficou presa durante 3 meses e 24 dias, conforme confirma em seus relatos publicados no livro *Eu marcharei na tua luta – A vida de Elizabeth Teixeira* (BANDEIRA; SILVEIRA; MIELE, 1997, p.106).

muito grande, ele nunca vai me aceitar e nem eu vou aceitá-lo. Bom, então consegui me safar dessa também, que Ibiapina me propôs. [grifo nosso]

Ophélia não chegou a ser presa em Recife, apenas ficou prestando depoimentos. Após certo tempo, Hélio Ibiapina autoriza sua volta para Paraíba. Já na Paraíba, houve o processo-crime, perante a 7ª auditoria militar, do qual ela foi se defender. Foram 5 processos contra a lei de segurança nacional que precisou responder. Após ter se livrado dos processos, reclama que sua situação na Paraíba ficou insustentável, pois era constantemente vigiada e ameaçada a uma nova prisão. Quando saía de casa para encontrar qualquer pessoa conhecida em sua cidade, em Campina Grande, um coronel ligava para seu pai comunicando que ela estaria voltando para o movimento, que estaria participava de reuniões e ameaçava, argumentando que ela poderia voltar para prisão. Incomodada com toda essa situação, Ophélia Amorim decide se mudar para viver no Estado de São Paulo, onde continua morando até os dias atuais.

3.1.3 – Josineide Maria de Araújo⁹⁴

Josineide Araújo, filha do líder camponês Pedro Inácio de Araújo, também conhecido por Pedro Fazendeiro⁹⁵, prestou um depoimento de aproximadamente 21 minutos na audiência pública em Sapé. Consta no depoimento, em ocasião, em que a depoente se encontra fortemente emocionada, chegando inclusive a chorar por diversos momentos.

Neide, como prefere ser chamada, inicia seu depoimento fazendo algumas considerações pessoais, em relação aos efeitos que tal evento trouxe para ela. Trata-se de sentimentos contraditórios. Em primeiro lugar, declarou um sentimento de felicidade por ver a Comissão da Verdade buscando encontrar a verdade e por rever amigos do seu pai, tal como Assis Lemos, Antônio Almeida⁹⁶ e outros. Tudo isso lhe trouxe sentimentos de alegria. Por outro lado, disse também se sentir triste, pois desde o momento de sua vinda para a audiência pública, passou por lugares que reconheceu, lembrou-se da casa onde morou, do colégio que

⁹⁴Nós iremos abordar, no capítulo seguinte, outro depoimento de Neide Araújo, prestado a CEVPM/PB em uma circunstância distinta. A diferença é que este seu depoimento se dá numa audiência pública e o outro, numa oitiva. Dessa forma, poderemos perceber as diferenças entre uma e outra forma de colher depoimento.

⁹⁵Pedro Fazendeiro foi um líder atuante do movimento das Ligas Camponesas da Paraíba, atuando, sobretudo, na Liga de Sapé, chegando inclusive a ocupar o cargo de primeiro secretário desta associação. Após o Golpe de 1964, apresentou-se ao Exército de espontânea vontade e acabou sendo preso, ficando nas dependências do 15º Regimento de Infantaria. No dia seis de setembro de 1964 foi liberado oficialmente do Exército, entretanto, desde esse dia desapareceu. Acredita-se que ele tenha sido entregue ou capturado pela Polícia Militar e depois torturado e assassinado, junto com outro líder camponês, João Alfredo Dias, conhecido por Nego Fuba.

⁹⁶Antônio Augusto de Almeida foi um ex-militante do PCB/Ligas Camponesas. Destacou-se como fotógrafo do movimento camponês. Atualmente é presidente da Associação Cultural José Mártir.

estudou o ensino primário (hoje se chama nível fundamental I), o Gentil Lins e outros locais. Assim, neste momento ela relembra dos momentos que passou na cidade de Sapé, ainda no período das Ligas Camponesas na Paraíba, quando seu pai estava vivo e atuante no movimento.

Lembra que nesse período, também chegou a participar das Ligas Camponesas, ainda que de forma indireta, quando fazia carteirinhas das Ligas, geralmente nos dias de sábado, a pedido do pai. Ao lembrar-se do movimento que o pai participava e de suas atuações, fez menção à rua que morava em Sapé, de nome Getúlio Vargas, onde nela fica a delegacia, da qual muitas vezes presenciou o pai sendo preso por várias vezes. Os motivos variavam. Neide nos relata uma cena que não consegue esquecer:

[...] vi meu pai [Pedro Fazendeiro] ser preso várias vezes. À vezes porque um camponês tava trabalhando no campo, então os capangas iam lá, arrancavam as lavouras dele. Meu pai ia lá, juntava outros camponeses, e plantava a lavoura. Às vezes ele tava trabalhando, mesmo sozinho, e chegava a polícia, comandada pelo [...] coronel Luiz de Barros, e trazia meu pai preso, e uma das cenas eu não esqueço nunca: eu tava chegando da aula, no grupo Gentil Lins, e quando eu vi, passou um caminhão por mim, é... em cima tava repleto de policiais, e no meio daqueles policiais todinho estava meu pai. E eu olhei assim pra ele, e eu não entendia... aquela cena [pausa durante um tempo devido a emoção] e não entendo até hoje. Eu não entendia como é que um homem simples, do campo, estava escoltado daquele jeito como se fosse um bandido. [grifo nosso]

Afirma que, justamente por esses motivos de perseguição a seu pai e suas consequentes prisões, o que gerou muito sofrimento para toda família, além do fato dos filhos já estarem precisando de estudo de nível mais avançado⁹⁷, seu pai, Pedro Inácio de Araújo, acabou transferindo a família para João Pessoa. De acordo com o documento de nome *Apanhado Taquigráfico da Reunião da Comissão de Direitos Humanos dia 24 de agosto de 1995*⁹⁸, a própria Neide presta um depoimento esclarecendo que seu pai passava a semana entre Miriri, onde era posseiro de um pequeno sítio, e Sapé, e apenas nos finais de semana frequentava a casa que havia alugado em João Pessoa.

⁹⁷ Possivelmente, em Sapé, não havia neste período escolas secundárias – o que hoje equivale ao ensino médio. O estudante que desejasse prosseguir com seus estudos deveria estudar, sobretudo, em João Pessoa ou em Campina Grande.

⁹⁸ Trata-se de um documento de 55 páginas, produzido pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa da Paraíba, realizada no dia 24 de agosto de 1995. Na Comissão prestaram depoimento os familiares de desaparecidos políticos e outras testemunhas, tais como Josineide Araújo, sua irmã mais velha Nadiedja Araújo, Elizabeth Teixeira, Jório Machado, Antônio José Dantas, Rejane Viana, Eulina Marques Borges de Sousa e Almir Pereira. Entre os presentes destacam-se também o Deputado Federal Nilmário Miranda, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, além dos deputados estaduais Luiz Couto, Zenóbio Toscano e Francisca Mota.

Com o advento do golpe, o pai ficou escondido⁹⁹ por alguns dias na casa de amigos, inclusive na própria redondeza onde a família morava em João Pessoa, como foi o caso da casa de Dona Maria Rita, que ficava três casas após a sua. Depois ficou escondido no Oitizeiro, nas terras vizinhas de Álvaro Magliano, que pertencia ao seu irmão Tibúrcio Magliano¹⁰⁰. Durante os dias que ficou escondido nessas terras, Neide relata que chegou a visitar seu pai algumas vezes, junto com seu irmão Marinard. Nesse período, conforme relata, ainda não existia o bairro do distrito industrial, na área havia apenas uma fábrica chamada Imensa, além de uma fiação que vinha do complexo hidrelétrico de Paulo Afonso. Lembra que para chegar até onde o pai estava eles tinham que seguir essa fiação. Fazia isso nos finais de semana, indo pela madrugada, já que sabiam que no posto fiscal havia a presença do Exército. Num certo dia, não aguentando mais a situação, Pedro Fazendeiro volta para casa, ficando num quartinho atrás de sua casa. De acordo com a depoente, seu pai toma uma decisão e diz:

Quem não deve, não teme. Eu vou me apresentar. Até porque se [...] o coronel Luiz de Barros, se eu for pego por ele, eu sei que eu não saio vivo. Então eu vou me apresentar ao Exército, que o Exército é correto. E foi o pensamento mais errado que ele teve. E minha mãe olhou pra ele e disse assim: Pedro, não se vê uma cobra com a boca aberta pra se entrar, dentro da boca dela. Mas a minha tia Ligia, ela dizia assim: Vá, Pedro. O Exército é íntegro. E ele foi. [...]

Após se apresentar, possivelmente no 15º Regimento de Infantaria (RI), Pedro Fazendeiro termina ficando preso. Recebia visitas de sua família nos domingos e nas quartas feiras. Depois foi transferido para o grupamento de engenharia, possivelmente para responder ao Inquérito Policial Militar, sendo em seguida liberado. Mesmo assim, o Major Cordeiro sustentou Pedro fazendeiro no 15º RI. Neide e sua família perguntavam aos responsáveis do local constantemente quando seu pai seria solto, e nunca receberam nenhuma resposta.

No dia 6 de setembro de 1964 a mãe, Dona Maria Júlia, perguntou a Pedro se ele tinha alguma esperança de sair da prisão. Recebeu como resposta, de acordo com o depoimento de Neide: “Marié – que era assim que ele chamava minha mãe – Marié, eu não tenho nenhuma esperança. O major Cordeiro quer que eu diga coisas que eu não sei.” Segundo Neide, o

⁹⁹ Neide lembra que o pai ficou pouco tempo escondido, pois lembra que no dia 22 de abril de 1964, quando completara 15 anos, seu pai já se encontrava preso.

¹⁰⁰ Essas informações foram complementadas com outro depoimento que Neide prestou a Comissão meses mais tarde, quando da realização de uma oitiva que será abordada mais a frente neste trabalho. A diferença é que neste depoimento da Audiência Pública, Neide diz que seu pai teria se escondido nas terras de Álvaro Magliano. Mais tarde, no depoimento prestado a Oitiva, Neide corrige essa informação dizendo depois descobriu que seu pai na verdade ficou escondido nas terras de Tibúrcio Magliano, irmão de Álvaro. Essa decisão tinha se dado devido este último ser a favor do golpe civil militar de 1964, e assim, seria mais difícil de alguém procurar por Pedro Fazendeiro nessas terras.

Major queria saber sobre o local onde tinham armas escondidas e esclarecimentos sobre a morte de Rubens Régis. Por não saber das respostas, Pedro Fazendeiro se encontrava sem esperanças de sair da prisão. E esse foi o último dia que viu seu pai.

No decorrer da semana, a mulher de Assis Lemos, Nydia, encontrou uma tia de Neide, de nome Lígia, e perguntou como estava Pedro, pois o mesmo havia sido solto. A tia comunica a família e, durante a noite, Neide vai com sua mãe ao 15 RI. Chegando lá, perguntam por Pedro e o oficial avisa que ele tinha sido solto. A mãe responde que não, pois não havia chegado a sua casa. Assim, o oficial responde que se ele não chegou em casa é porque a polícia havia pego. A partir daí, começam as diversas buscas, mesmo com os poucos recursos disponíveis, já que a família começara a passar dificuldades financeiras a partir do momento da prisão de Pedro. Mesmo assim, quando a família recebia notificações solicitando apresentação de Pedro Inácio de Araújo para depor, que geralmente partia de Recife, a mãe Maria Julia comparecia, apresentava-se e dizia que ele não havia chegado em casa. Para o Exército, de nada valia a presença da esposa, pois ela não poderia responder por ele. Dona Maria Júlia, então, voltava a João Pessoa muitas vezes sem ter, se quer se alimentado, pois praticamente não dispunha de nenhum recurso. Muitas vezes, o dinheiro era arranjado pela Tia Lígia (irmã de Pedro) e era destinado apenas para passagem até Recife¹⁰¹. Neide lembra que por algumas vezes foi ao 15 RI, falar diretamente com Major Cordeiro, e dizia:

Major, eu não estou pedindo ao senhor que solte meu pai. Mas eu estou pedindo ao senhor, que o senhor diga onde ele está, por que... ele só ficou com a roupa do couro, porque no dia seis, quando foi o último dia que minha mãe falou com ele, junto comigo, ele só tinha ficado com o pijama do couro. A pouca roupa que ele tinha, ela tinha trazido pra lavar. E ele dizia assim: seu pai eu soltei. E eu dizia: o senhor não soltou meu pai, porque o meu pai não chegou em casa. E ele dizia: seu pai foi embora pra Cuba. E eu dizia: meu pai não foi embora pra Cuba porque eu conheço o pai que eu tenho, e ele jamais faria uma coisa dessa, podia acontecer o que acontecesse, ele chegaria e comunicaria a gente. E assim era, porque quando [...] o Exército cercava a casa da gente aqui em Sapé, essas coisas, ele dava um jeito de entrar em contato com a gente. Ele nunca deixou a gente sem notícia. E um dia ele [major Cordeiro] olhou pra mim e disse: menina, eu não sou ruim não, é... eu dou leite a várias pessoas que vem aqui – era que na época havia uma campanha de leite, que eu não sei de onde vinha, eu acho que era dos Estados Unidos, não sei de onde era, mas ele dava esse leite pra alguém. E eu olhei pra ele e disse: major Cordeiro, quem é bom não diz por si, espera que os outros digam. Aí ele disse: você quer entrar no quartel, e correr o Exército, correr aqui o 15 RI? E eu fiquei tentada, mas naquele momento, eu tinha deixado meu irmão na portaria, aí veio um alerta assim, que do modo que meu pai tinha desaparecido eu também podia desaparecer. Então eu disse a ele que não, e voltei mais uma vez pra casa com as roupas de meu pai.

¹⁰¹ Como Dona Maria Júlia não conhecia bem a cidade de Recife, no sentido de saber se locomover e se localizar, levava sempre com ela uma sobrinha chamada Maria Galdino, que sabia andar melhor pela cidade. Esta informação consta em outro depoimento que Neide prestou a CEVPM/PB, meses após esta audiência pública, e que será abordada mais a frente neste trabalho.

Neide comenta também que para sua família sobreviver, contou com a solidariedade de pessoas como Assis Lemos, Arroxelas¹⁰², Dr. Malaquias¹⁰³, que acabaram se juntando e comprando uma máquina de costura para sua mãe Maria Júlia, para que ela pudesse costurar e ganhar o próprio sustento da família. Maria Júlia passou, então, a costurar para fora, por encomenda. De acordo com Neide, foi assim que sua mãe prejudicou sua visão, pois, sem luz elétrica em casa, a mãe costurava a luz de candeeiro. Devido às dificuldades financeiras, viviam numa casa de palha e, aos quinze anos de idade, ou seja, entre os anos de 1964 e 1965, Neide lembra que teve que começar a trabalhar, para ajudar com as despesas em casa.

Numa certa noite chuvosa, quando acabara de voltar do colégio para sua casa, a depoente lembra-se de ter encontrado sua mãe chorando bastante e, quando perguntou o motivo. Dona Maia Júlia lhe mostrou um jornal com a fotografia de duas pessoas mortas, com uma tarja preta que cobria seus rostos, e respondeu, de acordo com relato de Neide:

Se esse homem não for seu pai, e se ele não tiver quem chore por ele, ele arranjou a mim para chorar, e eu olhei o jornal, e a partir daquele momento... eu sabia que aquele homem era meu pai, pela compleição física dele. O rosto tava todo estragado... não, o rosto tava com uma tarja preta, mas mesmo com a tarja preta, eu sabia que aquele homem era meu pai. Sabia que era ele e que era João Alfredo, que desapareceu junto com ele, pela compleição física dos dois. Meu pai era alto, branco. João Alfredo era mais baixo, moreninho, certo... eu sabia que era meu pai. Eu não tinha mais nenhuma dúvida.

Mesmo assim, de acordo com Neide, a mãe continuou respondendo aos chamados para Pedro Inácio de Araújo se apresentar ao Exército, mesmo já convencida de que aqueles dois corpos divulgados na fotografia do jornal se tratavam de seu marido e de João Alfredo Dia, o Nego Fuba, também desaparecido.

A partir da divulgação da Lei de Anistia, no ano de 1979, a família ficou, inicialmente, esperançosa. Apesar de na relação de nomes de presos políticos que o governo reconhecia como mortos constar o de Pedro Inácio de Araújo, a família tinha um pouco de esperança, pois, por mais que tivessem durante muito tempo se convencido da morte do pai, ainda não tinham achado o seu corpo, restando, assim, ainda certa esperança de que estivessem enganados. Então, os familiares continuaram a busca por Pedro Fazendeiro.

¹⁰² Antonio Augusto de Arroxelas Macêdo foi presidente da União Estadual dos Estudantes (UEEP) no ano de 1962. Eleito vereador, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), de João Pessoa/PB em 1963. Em abril de 1964, após o advento do Golpe, teve sua candidatura cassada pela Câmara Municipal da cidade.

¹⁰³ Malaquias B. Filho foi médico do Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (SAMDU), e possuía estreitas ligações com o movimento camponês, o qual chegou a decidir a própria formação dos quadros deste órgão.

A lei de Anistia, apesar de ter inicialmente despertado esperança na família de Pedro Fazendeiro, gerou, por outro lado, um sentimento ainda maior de injustiça, pois eles enganaram-se em pensar que os responsáveis pela morte do pai iriam ser responsabilizados e punidos. Porém, deram-se conta que a Lei da Anistia valia tanto para pessoas como o pai, quanto para seus carrascos. Restando assim um sentimento de injustiça e do não reconhecimento da anistia, pela família.

Anos mais tarde, foi instaurada uma Comissão de Direitos Humanos¹⁰⁴, na qual Neide foi convidada para depor na Assembleia, junto com sua irmã Náugia¹⁰⁵. Depois de colhidas uma série de informações, foi marcada uma data para uma visita ao local onde foram encontrados aqueles dois corpos divulgados em jornal local na Paraíba, no dia 10 de setembro de 1964, que Neide e sua família julgaram ser de seu pai, para que uma equipe tentasse localizar os restos mortais de seu pai e de Nego Fuba.

Acompanhados pela Comissão de Direitos Humanos, a família presenciou as escavações a procura dos restos mortais, mas não obtiveram sucesso. A equipe responsável pela escavação também argumentou que no período em que foi divulgada a foto dos dois corpos estirados no chão, o determinado local possuía apenas uma estrada de barro, que anos depois foi coberta por asfalto. Assim, haveria a possibilidade do maquinário ter levado junto os ossos de seu pai e de João Alfredo Dias. Assim, a esperança de encontrar os restos mortais do pai se revelou frustrada.

Atualmente, cinquenta anos após o desaparecimento de Pedro Inácio de Araújo, Neide revela que sua família tem, novamente, a esperança de que encontrem, finalmente, os restos mortais de seu pai, através da colaboração desta Comissão, que pode fazer com que a verdade apareça, não apenas para o caso do seu pai, mas também para outras pessoas que se encontram na mesma situação. Deseja que a Comissão tenha o papel de fazer justiça a todos que sofrem permanentemente desde aquele período até os dias atuais, pois lembra que a cada vez que participa de um evento como esse, vem junto também o sofrimento. Lembra que o governo brasileiro há alguns anos ofereceu uma indenização de 100 mil reais para sua mãe, Maria Júlia, que dividiu o valor com seus filhos. Entretanto, Neide considera que:

Nem cem bilhões de reais não paga a vida de meu pai, não. Eu queria ele em casa, com a gente... pelo pai que eu tinha, eu queria ele em casa, comigo, com meus

¹⁰⁴ Ver o documento: Apanhado Taquigráfico da Reunião da Comissão de Direitos Humanos dia 24 de agosto de 1995.

¹⁰⁵ Percebemos, através do apanhado taquigráfico desta reunião na Assembleia Legislativa da Paraíba, que Nadiedja, filha mais velha de Pedro Inácio de Araújo, também prestou um pequeno depoimento. Nadiedja hoje é falecida.

irmãos e que ele morresse – porque todos nós vamos morrer – que ele morresse de uma forma digna, não de uma forma covarde, como foi.

A depoente defende, entretanto, que suas considerações valem para todos que sofreram com a ditadura, mesmo aqueles que não chegaram a sofrer com torturas físicas e psicológicas que sua família passou. Reitera também, em seu depoimento, o orgulho que sente do pai, que chegou a se disfarçar de vendedor de cocada para ir ao campo conscientizar os camponeses, alertá-los sobre seus direitos e incentivando-os para que se associassem às Ligas, associando a participação no movimento à possibilidade gozar de direitos.

Neide conclui sua fala agradecendo a todos os presentes e a Comissão, pela sua contribuição a um Brasil melhor e termina com um pedido final: que a Comissão da Verdade lute para que a verdade venha à tona e que, se possível, revele os restos mortais do seu pai, que são muito importantes para ela e toda a família, pois, de acordo com suas próprias palavras: “mesmo sendo só ossos, [...] foi tudo que restou”.

3.1.4 - Elizabeth Teixeira

Elizabeth, neste momento com seus 89 anos de idade, faz um discurso já conhecido de muitas outras oportunidades em que teve de prestar depoimentos em diversos outros eventos, porém destacamos a presença de algumas contradições em seu depoimento, que serão abordados a seguir.

Assim, inicia seu depoimento, como de praxe, colocando-se como a esposa de João Pedro Teixeira, ficando viúva após seu bárbaro assassinato, tendo que cuidar de onze filhos sozinha, além de assumir o lugar do marido nas lutas camponesas de Sapé, com objetivo de implantação da Reforma Agrária, como queria João Pedro. Defende o legado do marido como líder das Ligas Camponesas na Paraíba, além de abordá-lo, na vida pessoal, como um excelente marido e pai. Também trata, em sua fala, da não aceitação de sua família – bem dizer, principalmente do seu pai – sobre o seu casamento com João Pedro, um homem pobre, ao contrário da sua família, que tinha posses, possuía carros, um armazém de mercadorias, ou seja, o pai de Elizabeth, Manoel Justino da Costa, era um homem que boa condição financeira. Lembra inclusive de uma vez que pediu para o pai comprar um carro para ela, que foi negado porque era ainda menor de idade. Anos após, depois de casada com João Pedro, já mãe de quatro filhos, o seu pai a chama para conversar e diz, de acordo com o relato de Elizabeth:

Eu quero que você abra este baú. Eu disse: eu abrir o baú, papai? Ele disse: abra, que o que tem dentro tudo é seu, e o carro eu comprei, tá aí o motorista, tá aí, vai te ensinar a dirigir, mas se você deixar aquele nego com todo negraça [possivelmente “negraçal”] – chamava o negraça– deixe o negro, com negraça, tá o carro e o baú de dinheiro. Eu disse: eu não vou abrir, não. Ele abriu o baú, o baú tava cheio de dinheiro [...] ele disse o dinheiro é seu. Você trouxe documento? Eu disse: não. [ele disse:] porque se tivesse trazido o documento não precisa você voltar em casa, que o que você quiser comprar pra você este baú de dinheiro é seu [...] agora, se você deixar aquele nego, com todo o negraça. [grifo nosso]

De acordo com a fala de Elizabeth, pelo que percebemos, a proposta de seu pai, Manuel Justino, era para que ela abandonasse não apenas o marido João Pedro, mas também todos os seus filhos, chamados pejorativamente de “negraçal”. Apenas desse modo seu pai lhe daria uma boa condição financeira. A tentativa de comprar Elizabeth, fazendo-a desistir do casamento e de seus filhos, entretanto, foi em vão. Também podemos afirmar este ponto de vista respaldado nas memórias de Elizabeth Teixeira, transcritas no livro *Eu marcharei na tua luta – a vida de Elizabeth Teixeira*¹⁰⁶.

Em sua fala, discorre também sobre o assassinato de seu marido, João Pedro, cometido por dois policiais¹⁰⁷. Apesar de Elizabeth não explicitar, é de conhecimento que os policiais agiram a mando de latifundiários. O próprio juiz da comarca de Sapé, no período referido, Walter Rabello Pessoa da Costa, responsabilizou pelo crime contra João Pedro Teixeira, os seguintes: os policiais Francisco Pedro da Silva (conhecido como Chiquinho) e Antônio Alexandre da Silva, e o vaqueiro Arnaud Nunes Bezerra, todos os três como os *autores materiais do crime*. Além dos latifundiários Aguinaldo Veloso Borges e Pedro Ramos Coutinho, e Antônio José Tavares (conhecido também como Antônio Vitor), qualificados como *autores intelectuais do crime*. O processo, que deveria ser apreciado pelo tribunal, sumiu e até os dias atuais encontra-se desaparecido (COSTA, 1988, p. 35).

A morte de João Pedro Teixeira gerou grande comoção popular, ganhando repercussão tanto na mídia nacional como na internacional, tal foi o caso da revista *Time*, que conferiu um maior destaque ao caso, ambos veículos de informação estadunidense¹⁰⁸.

Ao decidir seguir a luta do seu marido, a depoente afirma que recebeu grande apoio por parte dos trabalhadores rurais, em especial das mulheres, que se prontificaram a segui-la na luta. No que se refere a sua atuação como presidente da Liga de Sapé, relata uma ocasião

¹⁰⁶ Para melhores informações, ver: BANDEIRA; MIELE e SILVEIRA (orgs.), 1997, p. 158 (na página 147 também dá a entender).

¹⁰⁷ Vale ressaltar que além dos dois policiais envolvidos diretamente no assassinato de João Pedro Teixeira, houve uma terceira pessoa que fora acusada de ter participado diretamente da execução do crime: o vaqueiro Arnaud Nunes Bezerra. Entretanto, ao ser procurado pela polícia, possivelmente fugiu, pois nunca mais foi visto. Ver: RAMOS, 2012, p. 66-70. Este acusado era vaqueiro do Engenho Recreio, situado no município de Pilar e pertencente a Aguinaldo Veloso Borges. Ver: SOUZA, 2008, p. 55.

¹⁰⁸ Sobre o registro da revista *Time*, ver: RAMOS, 2012, p. 70 e SOUZA, 2008, p. 58.

em que quatro famílias foram expulsas do Engenho Antas e Melancia. Os respectivos moradores buscaram auxílio com Elizabeth, para que ela intercedesse junto aos proprietários dos engenhos e evitasse a expulsão dessas quatro famílias em difícil situação, pois não tinham para onde ir. Elizabeth, porém, ao tentar solucionar a questão junto aos proprietários, fica sem resposta. Em represália à sua atuação em favor dos camponeses, Elizabeth, após chegar a sua casa, depara-se com dois carros da polícia repleto de policiais, que alvejam alguns tiros em direção a sua morada e depois a levaram para delegacia em João Pessoa.

Foi aí que sua filha mais velha, Marluce, percebendo que a mãe seria presa e diante de toda violência presenciada, desespera-se e passa a temer pela vida da sua mãe, assim como já tinha ocorrido com seu pai. Durante o momento que Elizabeth esteve presa, fora a um armazém e comprara veneno. Ao chegar a sua casa, o ingere misturado com mel. Elizabeth, após prestar depoimento na delegacia de João Pessoa é liberada e volta para sua residência, num carro a serviço das Ligas Camponesas da Paraíba. Chegando a sua casa, depara-se com sua filha Marluce agonizando, por ter ingerido o veneno. Conseguem ainda levá-la para o hospital, mas ela não resiste e vem a óbito com apenas dezoito anos de idade, após ficar três dias, sob cuidados médicos, tentando se recuperar.

Poucos dias após este trágico acontecimento, a socióloga e jornalista Lêda Barreto chegou a visitar Elizabeth Teixeira na casa de Francisco Julião, que a ofereceu auxílio para sua recuperação, e registrou esse momento no seu livro *Julião – Nordeste – Revolução*, publicado poucos meses antes do golpe de 1964. Segundo a autora:

“[...] Vimos Elizabeth na residência do deputado Julião profundamente deprimida após o suicídio da filha mais velha, que conhecemos dias antes, uma bonita jovem de 18 anos. Marluce tomou veneno depois de confidenciar a vizinhos que não podia mais suportar a injustiça com quem tratavam os camponeses: seu pai assassinado, seu irmão Pedro Paulo baleado na cabeça, a mãe diariamente ameaçada de morte e o criminoso eleito para a Assembléia Legislativa, aclamado como um herói” (1963, p. 130).

Apesar das duas grandes perdas no ano de 1962, Elizabeth continuou sua luta, honrando seu posto de presidente da Liga Camponesa de Sapé. Durante este período, também encontrou muitas dificuldades em face da própria dinâmica do movimento, constantemente perseguido pelas forças latifundiárias.

Lembra também de outros episódios trágicos e de muito sofrimento em sua família, como o assassinato de outros dois filhos seus: José Eudes e João Pedro Teixeira Filho. Vejamos em sua fala:

Quando acontece esse golpe [de 1964], minha filha, meus filhinhos que ficaram em casa, João Pedro Teixeira Filho e José Eudes Teixeira... João Pedro dizia todos os dias a mim: minha mãe, mataram meu pai, mas quando eu ficar de maior eu vou fundar um sindicato rural com o meu nome, e vou dar continuidade a luta de meu pai no campo, vou! E quando eu ficar de maior eu vou dar continuidade a luta de meu pai, vou fundar um sindicato. Se num tivesse ainda acontecido algum resultado sobre a luta do campo, nada, continuasse a mesma luta, eu vou fundar o sindicato rural. Acontece que com o golpe militar, assassinaram ele. Ele foi assassinado, de menor ainda, menino, menino. Foi assassinado... João Pedro Teixeira Filho e José Eudes Teixeira¹⁰⁹.

Já a partir do advento do Golpe de 1964, relata que terminou sendo presa pelo Exército, e diz que recebeu um bom tratamento enquanto esteve na prisão. Chegavam até a se preocupar com sua alimentação, perguntando sempre se ela estava se alimentando bem. Elizabeth destaca, inclusive, que o Exército se diferenciava, nesse aspecto, da polícia. Quanto a essa informação, podemos confrontá-la tomando por base outros depoimentos de pessoas que ficaram presas no 15º Regimento de Infantaria, que relatam grandes arbitrariedades por parte do Exército, sobretudo no que diz respeito ao Major Cordeiro. Relatos de Assis Lemos e sua esposa Nydia, de filhos e filhas de Pedro Fazendeiro, são bem claros em definir a truculência com que os presos eram tratados. Apesar de não constar em seu depoimento, sabemos que Elizabeth ficou reclusa no Grupamento de Engenharia, que tinha à frente o Major Ney de Aquino. Elizabeth não foi a única a relatar bom tratamento neste local, outros como Assis Lemos e Ophélia Amorim também compartilham da mesma opinião. Sobre o Major Ney de Aquino, Assis Lemos faz a seguinte consideração: “Nome, aliás, que honra o Exército Brasileiro, e que devia ser homenageado com uma estátua, como Arraes sugeriu, quando relatei o comportamento daquele eminente oficial.” (SOUZA, 2008, p. 241)¹¹⁰. Ainda de acordo com Assis Lemos:

¹⁰⁹ Vale ressaltar que este depoimento se revelou bastante problemático, no sentido de não encontrar correspondência com os fatos e de contradizer ela própria, em um de seus depoimentos pretéritos que foi transcrito no livro já mencionado anteriormente: *Eu marcharei na tua luta – A vida de Elizabeth Teixeira* (BANDEIRA; MIELI; SILVEIRA, 1997, p. 139 - 145), no qual discorre sobre um impasse entre os irmãos, no qual José Eudes teria desagradado João Pedro Filho, após ter fundado um sindicato com o nome do pai assassinado: João Pedro Teixeira. O impasse resultou no assassinato de José Eudes pelo próprio irmão, de nome João Pedro (que também fora assassinado depois de aproximadamente seis anos). Os depoimentos que compuseram esta obra foram colhidos de Elizabeth entre meados da década de 1980 e 1990, quando a depoente se encontrava com a idade de 60 e 65 anos, respectivamente. Tomando como referência o fato em si, podemos sim afirmar o equívoco de Elizabeth. Devemos, entretanto, relativizar este depoimento que carrega consigo muito sofrimento para uma mãe, que, no fundo, pode culpar a Ditadura Civil-Militar por grande parte das tragédias em sua vida. O fato dela não ter criado e educado seus filhos, como foi o caso de João Pedro Teixeira Filho, o Pêta, criado pelo avô, foi suficiente para que ele incorporasse um pouco da cultura política do avô, marcada pelo respeito à hierarquia familiar, pelo rigor, autoritarismo e pelo conservadorismo. Assim, é bem possível que Pêta tenha considerado um grande desrespeito ao seu avô, que lhe criara (chamado de pai Justino pelos netos), a fundação de um sindicato com o nome de João Pedro Teixeira. Também podemos considerar a hipótese de que a experiência de contar histórias traumáticas fez com que Elizabeth, buscando evitar dor e sofrimento, tenha desenvolvido um método de narrar suas histórias de outra forma.

¹¹⁰ O autor do livro, Francisco de Assis Lemos de Souza, é mais conhecido apenas por Assis Lemos.

No I Grupamento de Engenharia da Paraíba, os presos políticos eram tratados com todo respeito. Recebiam visitas dos familiares, e até de amigos, a qualquer hora do dia. Almoçavam no refeitório dos oficiais, sendo servido o mesmo menu. (SOUZA, 2008, p.243)

Elizabeth ficou presa durante três meses e vinte e quatro dias. Quando foi liberada recebeu um alerta, de que ela não poderia voltar para casa, pois seria presa novamente. Por isso, relata que teve de fugir da Paraíba, e foi para o Rio Grande do Norte, sem os filhos¹¹¹, para uma cidade chamada São Rafael. Um amigo de João Pedro tinha uma casa na localidade e a cedeu para que ela morasse. A partir deste momento, Elizabeth trocou seu nome para Marta Maria da Costa¹¹², com o objetivo de não ser identificada. Nessa situação ficou até a abertura do regime civil-militar, após a Lei de Anistia de 1979, quando foi reencontrada pelo cineasta Eduardo Coutinho, no início da década de 1980. Destaca a gratidão que sente pelo cineasta, que a devolveu a Paraíba, comprando a casa que ainda hoje mora, no bairro de Cruz das Armas, em João Pessoa¹¹³. Para finalizar seu depoimento, Elizabeth agradece a todos os presentes, aos professores, e diz para continuarem a luta por melhores condições de vida para a pessoa humana.

3.1.5 - Antônio José Dantas

A sua amizade e aproximação com Elizabeth foi uma coincidência, afirma em seu discurso Antônio Dantas. Conta-nos que nesse período em que a conheceu passava uma grande parte do seu tempo em Recife/PE, onde trabalhava vendendo fascículos. Num certo dia, quando saiu de uma casa onde fizera a divulgação de seu trabalho, num bairro de Recife, encontrou-se com Elizabeth e João Pedro Teixeira, que havia se mudado da Paraíba para trabalhar numa pedreira. Conta que os encontrou numa situação precária e decidiu ajudá-los com um pouco do dinheiro que possuía. Apesar de não ser membro do PCB, também tomou a

¹¹¹Na verdade, levou com ela apenas um filho, Carlos, por este ter sido rejeitado por familiares, sobretudo sob o argumento de haver semelhança com o pai, João Pedro Teixeira.

¹¹² Este sobrenome que Elizabeth Teixeira escolheu não foi aleatório. Sua mãe se chamava Altina Maria da Costa.

¹¹³ Devemos esclarecer que a casa que Elizabeth “ganhou” do cineasta Eduardo Coutinho foi fruto, na verdade, de um pagamento referente à sua participação no filme/documentário *Cabra Marcado por Morrer* (1984). O documentário narra a vida e o assassinato de João Pedro Teixeira, em 1962, e teve sua viúva como uma das personagens principais. As filmagens foram iniciadas em 1964, mas com a deflagração do golpe neste ano, foram suspensas. Vinte anos depois, toda a equipe técnica e o elenco reuniram-se novamente e concluíram o longa, em 1984. O filme chegou a receber doze prêmios, dentre eles o VI Festival do Novo Cinema Latino-americano, na categoria de Melhor Documentário, em Havana, Cuba. O diretor, Eduardo Coutinho, foi considerado um dos maiores documentaristas do Brasil, e foi morto em fevereiro de 2014 de maneira bastante trágica, a facadas por seu próprio filho, num surto de esquizofrenia, em seu apartamento no Rio de Janeiro.

decisão de levá-los ao partido e apresentá-los a alguns dirigentes que conhecia, para que providenciassem condições para Elizabeth voltar à Paraíba.

Para reforçar sua proximidade com esta figura simbólica da luta camponesa, lembra-se também de um período posterior, quando passou a viver em João Pessoa, próximo ao 15º Regimento de Infantaria do Exército Brasileiro, e nos conta sobre uma ocasião em que a ajudou, levando a sua casa dois de seus filhos que estavam doentes para serem cuidados pela sua esposa. Afirma, inclusive, que chegou a receber o próprio João Pedro em sua casa, em visita aos filhos.

Antônio Dantas discorre também a respeito da sua viagem a Cuba, quando teve de enfrentar alguns percalços para conseguir permissão de viajar. Apesar de Antônio Dantas não especificar nenhuma data neste depoimento, sabemos que essa viagem ocorreu no dia 21 de junho de 1963, conforme podemos conferir na obra *Memória Militante* (DANTAS, 2012, p.110). Na delegacia não conseguiu a autorização do delegado, sob a alegação de que um passaporte não poderia ser concedido a uma pessoa perigosa. Afirmou que foi preciso ir ao palácio do governo falar com o próprio Miguel Arraes, então governador de Pernambuco. Este solucionou o problema ao lhe entregar um bilhete assinado, ordenando que o delegado lhe concedesse o passaporte com o visto, permitindo sua viagem para Cuba junto à delegação latino-americana. Afirma que a viagem durou 60 dias e, quando voltou, conta que reativou o contato com Elizabeth. Quanto à duração da viagem, há uma contradição em relação ao que o próprio Antônio Dantas testemunhou na obra *Memória Militante*, na qual afirmou que a data de retorno ao Brasil havia coincidido com o dia em que acontecera o levante dos marinheiros, ou seja, na sexta-feira do dia 13 de julho de 1963, ou seja, teve duração de menos de um mês. (DANTAS, 2012, p. 123)¹¹⁴.

Sobre sua atuação no movimento das Ligas Camponesas, Antônio Dantas lembra que também foi bastante perseguido¹¹⁵ aqui na Paraíba e que, em sua atuação, chegou a visitar vários engenhos para organizar os camponeses. Como grupo que detinha maior poder de mandado no campo paraibano, identifica a família Ribeiro Coutinho. Afirma também que o partido (talvez estivesse se referindo as organizações das Ligas Camponesas vinculadas à ala

¹¹⁴ A afirmação de que o seu retorno ao Brasil no dia 13 de julho de 1963 teria coincidido com o levante dos marinheiros é problemática, pois o episódio conhecido como revolta dos marinheiros se deu no mês de março de 1964. Esta data também não coincide com o levante dos sargentos, que ocorreu no dia 12 de setembro de 1963.

¹¹⁵ Neste depoimento Antônio Dantas conta que foi muito perseguido durante toda sua vida de militância, que começou muito antes de sua atuação nas Ligas Camponesas. Só em Recife foi preso 27 vezes, como consta em seu próprio documento do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Usava a estratégia de nunca assinar nada, nenhuma declaração, dizia que somente assinaria com a presença de advogados. Por essa postura, diz que apanhou bastante de policiais, sobretudo no ouvido, com a prática do “telefone”, causando problemas em sua audição.

dos julianistas, e não ao PCB, que discordava de uma radicalização nas lutas do campo), logo após seu retorno da viagem em Cuba, o encarregou de ir à zona rural para selecionar alguns camponeses que seriam destinados a receber treinamento de guerrilha. Conta que realizou esse trabalho com a ajuda de Antônio Teixeira (então prefeito de Santa Rita, que fazia oposição ao grupo dos Ribeiro Coutinho)¹¹⁶ e que, após a seleção, entregavam-nos a um rapaz das Ligas, que os transportavam de carro até o destino.

Conta também que não fazia nenhum registro dessas atividades, nem sequer anotava os nomes dos camponeses selecionados, percebe-se que era uma ação bastante sigilosa. Cita logo em seguida o nome de Adauto Freire¹¹⁷, dando a entender que era a pessoa que recebia os camponeses para destiná-los aos locais de treinamento de guerrilha.

Em outro momento, apesar da fala bastante confusa e desconexa, podemos perceber ressentimento em relação a Assis Lemos no que se refere às disputas internas das Ligas Camponesas da Paraíba, acarretando em sua marginalização pelo PCB na Paraíba, que possuía bastante influência nas Ligas Camponesas da Paraíba:

Agora, eu fiz uma, organizei uma liga camponesa em Santa Rita, registrei no cartório [...] botei num artigo [...] se eu sair dessa... se eu passar essa associação pra outra pessoa, se eu abandonar, se eu tiver necessidade [...] não precisa mais fazer reunião, porque eu botei na ata aí, justamente Assis Lemos. Eu vou intimar ele pra dar um depoimento porque ele foi quem... o partido comunista da Paraíba tinha muita raiva de mim. Eu vim saber disso quando eu voltei e me filiei num partido da China e voltei para Paraíba em 1959, eu me mudei diretamente pra Paraíba, deixei Pernambuco e comecei a examinar pela conduta do partido, das coisa, que era uma armação. Eu já sabia que... desde [19]59 eu já sabia que ia ter o golpe, com a experiência que eu tenho, eu já sabia desse problema. [grifo nosso]

Pelo que percebemos, o ressentimento se dá pelo fato de Antônio Dantas ter tido, segundo suas lembranças atuais, uma postura amigável ao indicar o nome de Assis Lemos como seu sucessor na presidência das ligas de Santa Rita, caso lhe acontecesse alguma coisa. Mesmo assim, de acordo com seu julgamento, Assis Lemos foi o responsável por lhe difamar ao PCB¹¹⁸.

¹¹⁶ Para mais informações sobre Antônio Teixeira e o desenvolvimento das Ligas Camponesas em Santa Rita, ver: SANTANA, 1990.

¹¹⁷ Adauto Freire é paraibano, foi do PCB durante muito tempo e depois acabou se vinculando a Francisco Julião, tendo inclusive participado do treinamento em Cuba, ainda no governo Goulart, para a guerrilha que as Ligas tentaram implantar em Goiás.

¹¹⁸ É relevante assinalar que esta ocorrência reflete as disputas internas no seio das Ligas Camponesas. Assis Lemos era o principal representante da ala majoritária das Ligas da Paraíba, que optara por seguir um caminho menos radical para o movimento, identificando-se com as posturas defendidas pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab). Já Antônio Dantas representava, assim como a própria Elizabeth Teixeira, a ala dos Julianistas, que era minoritária na Paraíba e defendia uma postura radical, sob o lema de “Reforma Agrária na lei ou na marra”.

De acordo com Antônio Dantas, o movimento das Ligas Camponesas foi conhecido amplamente não apenas no Brasil, mas inclusive nos EUA, chegando ao ponto do presidente Kennedy anunciar que desejava visitar o Brasil para conhecer mais a respeito das Ligas¹¹⁹. Apesar de todos se referirem às Ligas Camponesas, afirma que não houve nenhuma associação/organização registrada oficialmente com esse nome, exceto a que ele registrou no cartório de Santa Rita¹²⁰. Infelizmente, conforme relata, toda essa documentação foi apreendida pelo exército, após o golpe civil-militar.

Durante o período de ditatorial pós 1964¹²¹, afirma que foi preso aqui na Paraíba e chegou a conversar com Nego Fuba na prisão, alertando-o para não ir para casa depois de solto, pois correria o risco de ser pego pela polícia. Diz que ele não o deu ouvido e quando foi solto, voltou para casa e foi andar de bicicleta, terminando pego novamente. Sobre Pedro Fazendeiro, disse que o mesmo se entregou. Contratou um advogado fascista que o aconselhou a se entregar ao Exército.

Durante uma parte de sua fala, conta que buscou ajudar Elizabeth Teixeira durante os momentos difíceis que ela passou no imediato pós-golpe, chegando numa ocasião a entregar seu mosquetão, uma arma de fogo que recebera de um colega, aos camponeses que faziam plantão para garantir sua segurança. Estranhamente, esta parte do depoimento coincide um pouco com outra história que Antônio Dantas relatou na obra *Memória Militante* (2012), entretanto, com diferenças que expõem contradições, conforme o seguinte trecho:

[...] Uma das vezes até ele [o coronel responsável pelo inquérito policial militar que Antônio Dantas respondia, no período pós golpe de 1964] me chamou, já no fim, em particular, eu vi um mosquetão na parede e ele perguntou se eu sabia atirar, eu disse:

¹¹⁹ Apesar de realmente ter acontecido diálogos dos EUA com o Brasil, no sentido de agendar e preparar uma visita do Presidente Kennedy ao município de Sapé-PB, ela terminou nunca acontecendo, pois pouco tempo depois o mesmo sofreu um atentado e foi assassinado. O então deputado federal pela Paraíba e representante das Ligas Camponesas da Paraíba, Assis Lemos, acompanhou de perto uma conversa entre o presidente João Goulart, o embaixador americano Lincoln Gordon e Pierre Salinger, representante especial do presidente Kennedy, na qual estavam discutindo os preparativos para a visita da família Kennedy. Para maiores informações, consultar: (SOUZA, 2008, p.123 - 127).

¹²⁰ Vale ressaltar que as associações de trabalhadores rurais que se espalhavam pelo Brasil, sobretudo a partir de 1955, receberam o nome de Ligas Camponesas em sentido pejorativo, sendo divulgado pelos jornais mais conservadores no sentido de tentar associá-las às Ligas Camponesas da década de 1940, vinculadas ao PCB. Com o passar do tempo, se popularizou este termo que designava essas associações criadas a partir da década de 1950, tendo seus próprios associados e apoiadores incorporado esta nomenclatura. A Liga de Santa Rita foi criada tardiamente, apenas em 1960 (SANTANA, 1990, p. 285) em relação às primeiras, enfrentando um contexto favorável para receber oficialmente o nome de Liga Camponesa de Santa Rita.

¹²¹ Conforme a obra *Memória Militante*, Antônio Dantas, após o golpe de 1964, passou alguns meses preso entre João Pessoa e Recife. Em João Pessoa, no 15º RI, ficou preso durante cerca de três meses, depois foi solto em condicional para responder um inquérito policial militar, que também durou cerca de três meses. Liberado do inquérito Antônio Dantas ainda chega a viajar para Fortaleza/CE e Natal/RN, e depois retorna a João Pessoa onde passou cerca de seis meses na casa de familiares, se escondendo. Quando saía, tinha a preocupação de sair disfarçado, para não ser descoberto. (DANTAS, 2012, p.125-131).

“sei coronel, eu sei usar uma metralhadora, eu sei usar isso, sei usar um fuzil, eu servi na guerra”, e ele disse, “não é por nada não, é porque eu botei um vigia para ajudar e proteger Elizabeth, dois vigias, de duas em duas horas, faz essa segurança com esse mosquetão” [...] (DANTAS, 2012, p.126). [grifo nosso]

No depoimento prestado na audiência pública, em Sapé, Antônio Dantas relata, enfim, que o clima era de insegurança, no qual alguns latifundiários e até pessoas da própria família tramavam contra a vida da líder camponesa. Em outra oportunidade diz que encontrou Elizabeth Teixeira desesperada em Recife. Conforme seu depoimento, diz:

[...] encontrei Elizabeth no Recife, uma vez, essa vez ela tava aperreada demais, sem saber o que fazer [trecho inaudível] um cidadão com um caminhão, aí eu conhecia ele, aí pedi a ele pra levar Elizabeth que ela queria ir fugir, pra algum canto. Aí eu dei um pouco de dinheiro e ela foi... Elizabeth foi, foi embora. [grifo nosso]

Antônio Dantas, neste trecho acima, referiu-se muito possivelmente à fuga de Elizabeth Teixeira de Recife para o povoado de São Rafael, no Rio Grande do Norte, onde ela viveu quase duas décadas apenas com um único filho, conforme já tratamos anteriormente neste trabalho. Sem dizer exatamente em que período, diz, de forma genérica, que sempre procurou ajudar Elizabeth. Conta-nos que possuía uma fábrica de plástico e de bolsas, e que de quinze em quinze dias ele pedia para levar uma feira para sua casa. Lembra que sempre foi um homem organizado, que fazia negócios e conseguia juntar suas economias. Chegou inclusive a comprar algumas ações da Petrobrás, pois tinha muita confiança no crescimento da empresa.

Para finalizar, vale ressaltar que o público se mostrou impaciente em relação ao discurso de Antônio Dantas que, devido sua idade avançada ou talvez por seu estresse advindo de toda sua exposição às câmeras e a um público numeroso. Sua fala foi apresentada de modo confuso, descontínuo e desestruturado durante o depoimento, que durou cerca de trinta minutos. Chegaram ao ponto de cometer a deselegância e indelicadeza de interromper sua fala com aplausos, tentando forçá-lo a finalizar seu testemunho.

Luiza Erundina, uma das pessoas que compunham a mesa dos integrantes da Comissão, educadamente tentou contornar a situação constrangedora e falou perto do ouvido do depoente: “o povo tá te aplaudindo pelas coisas bonitas que você tá dizendo”. No final de seu depoimento, Antônio Dantas chegou a pedir desculpas ao público por ter ouvido pacientemente seu depoimento. É relevante informar que muito do que se disse consta também no livro de suas memórias, que está indicado na bibliografia deste trabalho. A obra, como o próprio título sugere, aborda sobre sua vida de militante e é fruto da transcrição na

íntegra de um depoimento que prestou. Há também a obra *O Jogo da Verdade*, organizada por Nonato Guedes, José Octávio e outros, a qual consta um capítulo que traz um depoimento de Antônio Dantas, que é marcado por ácidas críticas a Assis Lemos¹²².

3.2 Oitivas

Conforme já explicado na introdução, na parte que trata da CEVPM/PB, vale ressaltar que as oitivas se diferenciam das audiências públicas. Elas não são abertas para o público geral e, portanto, acabam não assumindo um caráter de diálogo com a sociedade. Por outro lado, como foi constatado pelo Grupo de Trabalho *Repressão do Estado e de milícias privadas aos camponeses*, que organizou as oitivas, elas funcionam melhor para a pesquisa, pois o depoente se sente mais a vontade para tocar em temas delicados, que exigem menor exposição, evitando possíveis constrangimentos. Outra vantagem das oitivas é que há também melhores possibilidades de nós pesquisadores interferirmos no processo, confrontando o depoente.

A seguir, iremos abordar as oitivas realizadas com alguns camponeses que vivenciaram o período de atuação das Ligas Camponesas em Sapé. Outras oitivas, realizadas com parentes de lideranças camponesas (tais como Nego Fuba, Pedro Fazendeiro e João Pedro e Elizabeth Teixeira), serão tratadas nos capítulos seguintes.

3.2.1 - Testemunhas da Liga Camponesa de Sapé¹²³



Da esquerda para direita: Severino Francisco da Silva, Isabel Regina dos Reis, Francisca Freitas de Sousa, Hilda Maria da Conceição de Melo, Ana Justino de Oliveira. Foto extraída das gravações da CEVPM/PB.

¹²² Ver: EUFLÁVIO, José. Antônio Dantas: origens e contradições no movimento camponês. In: GUEDES, Nonato; MELLO, José Octávio e outros. **O jogo da verdade** – Revolução de 64: 30 anos depois. João Pessoa, Editora União, 1994.

¹²³ Não conseguimos ter a todas as informações sobre a idade de cada depoente. Podemos considerar, entretanto, que se trata de pessoas idosas, com idades que, aparentemente, variam de 65 anos a uns 80 anos.

Trata-se da primeira oitiva organizada pelo Grupo de Trabalho *Repressão do Estado e das milícias privadas aos camponeses*, que ocorreu no Memorial das Ligas Camponesas¹²⁴, local onde já foi a casa em que viveu João Pedro Teixeira, Elizabeth e seus onze filhos. Por essa razão, o lugar ganhou forte valor simbólico na luta pela terra na Paraíba.

1º ouvida: Ana Justino de Oliveira

Dona Ana Justino trata em seu depoimento basicamente do seu contato com Elizabeth Teixeira, durante o período em que o movimento das Ligas Camponesas estava em plena efervescência na Paraíba, bem como da questão do enchocalhamento¹²⁵ de camponeses e de questões relativas a vivência pessoal dela e de sua família neste período.

Inicia dizendo, em seu depoimento, que acompanhou Elizabeth Teixeira em algumas reuniões, que geralmente ocorria nos domingos, realizadas em sua casa, além de ter participado de alguns de seus comícios. Entretanto, confessa que pouco presenciou as reuniões, pois morava distante da residência da líder camponesa. Nas poucas vezes em que as frequentou, foi acompanhada de uma prima, pois a própria Elizabeth as convidou juntas. Lembra-se que não apenas conheceu Elizabeth pessoalmente, mas também seu marido e todos os seus filhos. No que se refere ao período em que João Pedro Teixeira foi assassinado, Dona Ana Justino não pôde comparecer, pois estava em João Pessoa. Quando voltou a Sapé, a filha mais velha dos Teixeira, Marluce, já estava morta por envenenamento e enterrada.

Em se tratando da participação das mulheres no movimento, Dona Ana Justino responde que participavam timidamente, alegando que sentiam bastante medo e insegurança. Da presença feminina nas Ligas, lembra-se que as mais atuantes foram Elizabeth Teixeira, ela, Lourdes e Zefinha, que vivem hoje em João Pessoa. Ela e suas colegas saíam da fazenda Maraú para o centro de Sapé andando, junto com Manelino e outros homens. Nesse período a

¹²⁴ Para mais informações sobre o Memorial das Ligas Camponesas, ver: MUNIZ, Iranice Gonçalves. Memorial das Ligas Camponesas: **Um resgate histórico na luta pela reforma agrária e pelos direitos humanos**, 2012. 7º Encontro Nacional da ANDHEP - Direitos Humanos e Acesso à Terra. Memorial das Ligas Camponesas: Um resgate histórico na luta pela terra e pelos direitos humanos. 2012. (Encontro).

¹²⁵ De acordo com os diversos relatos que trataram do “enchocalhamento”, podemos concluir que inicialmente foi uma prática utilizada pelos capangas que representavam os interesses dos latifundiários, mas que o camponês acabou por utilizar da mesma estratégia para humilhar os trabalhadores rurais não filiados as Ligas, com o objetivo de fazer com que servisse de exemplo para outros trabalhadores que se recusavam a participar das Ligas Camponesas. Os “enchocalhados” ainda escutavam palavras de convencimento dos oradores das Ligas, no sentido de destacar a relevância da participação do movimento, além de deixar claro que as conquistas do movimento só foram possíveis devido à união dos camponeses. Devemos aqui também contextualizar este ato, mostrando que era uma prática relativamente aceita entre os trabalhadores no período. Ainda assim, opositores das Ligas faziam grandes críticas à prática.

depoente tinha por volta de 17 anos de idade e participou de diversos comícios realizados por Elizabeth.

Lembra que o “latifúndio” chegava ao roçado, colocava o chocalho em muitas pessoas e desapareciam com elas, deixando as famílias para trás. Cita dois casos. Um foi com um homem que morava próximo a ela, conhecido por Pernambuco¹²⁶, a quem o “latifúndio” carregou para as proximidades de Serrinha, morrendo por lá mesmo, sem voltar para a família, que ficou em Sapé e, outro foi com Antônio Pedro, que também desapareceu sem dar notícia, deixando a mulher com os filhos sozinhos, passando fome, e quando voltou a aparecer já estava velho e cego.

Sobre o chocalho, pelo que lembra, acontecia da seguinte forma: os camponeses estavam trabalhando normalmente, e então chegava o “latifúndio” (geralmente homens a mando dos proprietários), achocalhavam alguns camponeses e desapareciam com eles, pois possivelmente o proprietário já havia descoberto da vinculação de seus trabalhadores com as Ligas e ordenavam aos prepostos a perseguição. A família ficava esperando até que outros trabalhadores informassem, pois não dava nem tempo do achocalhado avisá-los. O chocalho era do tipo que se coloca no gado, geralmente. Quando questionada se camponeses também faziam isso, Dona Ana responde negativamente, acusando apenas o “latifúndio”. Disse que nunca presenciou alguém ser achocalhado, mas afirma que presenciara camponeses passando com chocalho perto de sua casa.

Dona Ana diz que nesse tempo era solteira, morava na casa dos pais, e que eles não chegaram a participar das Ligas. O pai só saía de casa para trabalhar na agricultura, limpando cana na fazenda, e tinha medo de participar das Ligas. Mesmo assim, de acordo com a depoente, sua família apoiava o movimento. Mas só quem acompanhava as Ligas era ela e sua prima Lourdes¹²⁷ (conhecida como Lourdes do Doce), sobrinha do proprietário de terras Bastos Ramos. Apesar dessas participações no movimento, diz que nem ela e nem sua família receberam ameaça de ninguém ou qualquer outra forma de intimidação dos latifundiários, nem sequer um alerta para não participarem das Ligas. No momento do golpe, Ana já estava morando em João Pessoa, na casa de uma prima.

2º ouvida: Hilda Maria da Conceição de Melo

¹²⁷ A depoente explica que sua prima não compareceu a esta oitiva, pois estava doente.

No período de atuação das Ligas na Paraíba, Hilda Maria tinha por volta dos 18 anos de idade, já era mãe de uma criança e estava grávida de outra. Lembra-se de um grupo, supostamente de latifundiários, que levava camponeses para apanhar na usina. Inclusive o próprio marido dela chegou a apanhar. Disse que o marido trabalhava bastante, de dia à noite, mas o que recebia não era suficiente nem para as necessidades mais básicas, como comida e vestimentas para família.

Lembra que seu marido acreditava na Liga Camponesa. Ele dizia que era pobre, mas que um dia ficaria rico por causa do movimento (em nossa interpretação, o sentido de “ficaria rico” é o de ter sua própria terra e trabalhar por conta própria). Afirma também que o marido comentava ter presenciado algumas surras que certos trabalhadores levavam dos capangas, a mandado do patrão. A própria depoente lembra que viu muitas coisas naquele tempo, dentre elas, um episódio em que um rapaz estava sendo pisoteado por cavalos e com uma corda amarrada no pescoço. Os empregados que não faziam o trabalho direito iam “para bala”. Seus filhos, certa vez, decidiram brincar, cavar um barro que tinha perto de sua casa. Nessa escavação viu ossos humanos. Os meninos ficaram assombrados, até que ela acabou se mudando para outra casa.

Seu pai, João Correia de Melo, era carregador de defunto. Quando morria um trabalhador, ele colocava o corpo na carroça e jogava na estrada do Bom Fim, onde havia uma mata, para que os urubus devorassem. Dona Hilda acompanhou isso, pois o pai sempre pedia que fosse levar, junto com seus irmãos, café para ele, lá na estrada do Bom Fim e, quando chegava, presenciava os corpos estirados. Ela perguntava ao pai e ele respondia que qualquer hora estaria indo embora do lugar. Até que foi embora morar na fazenda Maraú, saindo escondido, sem levar nada e dizer nada a ninguém.

O cunhado também, Severino Alexandre, levou uma surra na fazenda Boa Vista. Pelo que compreendemos do depoimento, ele cambitava¹²⁸ cana em três burros, e um deles caiu, derrubando o carregamento. O vigilante surrou o trabalhador, que só não apanhou mais porque o padrinho de Dona Hilda interveio e disse para não baterem mais no trabalhador, caso contrário deixaria o serviço. No final das contas, seu cunhado largou o serviço e foi viver em Rio Tinto, dizendo que pretendia nunca mais pisar o pé na Usina Santa Helena, onde trabalhava. Relata também uma surra que seu outro cunhado Zé Maria levou, por participar de um comício em Sobrado e possuir a carteira das Ligas Camponesas. Quando os prepostos dos latifundiários tomaram conhecimento, deram-lhe uma surra. Lembra que seu marido também

¹²⁸ Cambiteiro é o nome que se dava ao trabalhador que cambitava a cana-de-açúcar, ou seja, quem fazia o transporte da cana para o engenho.

possuía a carteira das Ligas e, quando descobriram, ele escondeu a carteira. Seu marido, de acordo com a depoente, “tinha uma amizade tão grande com a carteira, só vivia pegado com a carteira... um ciúme da carteira”. Em se tratando do esposo, diz que não apanhou muitas vezes.

Quando perguntada sobre o período anterior as Ligas, no que se refere às relações do patrão e seus prepostos com os trabalhadores, Dona Hilda relata que havia diferença, que os tempos eram melhores para os trabalhadores. Lembra-se que os patrões faziam distribuição de leite nas usinas, e que eles permitiam que o trabalhador cultivasse roçado. Com o advento das Ligas Camponesas, conta que os patrões cessaram com o assistencialismo.

Diferente de Dona Ana Justino, Dona Hilda diz que era parada várias vezes enquanto transitava de um lugar para outro. Quando ela ia para uma reunião, por exemplo, mentia afirmando que iria rezar. Capangas perguntavam desconfiados se ela iria realmente rezar ou iria para uma reunião. Certa vez, lembra que foi perseguida pelos vigilantes dos proprietários, os quais diziam que iriam verificar se era uma reza ou reunião. E então, para não serem descobertas, foram obrigadas a ficar apenas rezando. No dia seguinte, realizaram a reunião. O filho de João Henrique (que era o rendeiro de uma parte das terras da usina), chamado Riquinho, foi até sua casa num carro, a chamou e a desmentiu, dizendo que tinha conhecimento que ela participara de uma reunião e a ameaçou dizendo que quando voltasse da viagem a Recife, queria que ela desocupasse sua casa. Durante o caminho da viagem, o carro virou na estrada e ele morreu. Diz que a usina havia arrendado parte das terras para João Henrique, com o objetivo que ele colocasse os moradores para fora, como foi feito.

Dona Hilda disse que havia conversado recentemente com Dr. Carlos Ribeiro e ele disse que nunca tomou conhecimento das coisas que aconteciam, e que eram os empregados que faziam isso. Dona Hilda retruca perguntando se os empregados não eram mandados pelo patrão, e ele responde que seu pai nunca havia mandado fazer isso.

No que se refere ao chocalho, Dona Hilda relata que viu muitas vezes os trabalhadores achocalhados. Quando perguntada se os camponeses também praticavam isso, com os latifundiários ou seus prepostos, Dona Hilda responde que sim, mas não dá detalhes. Ao questionarmos sobre o que exatamente os integrantes das Ligas Camponesas desejavam, Dona Hilda responde que queriam melhorar a situação de vida, pois o que os trabalhadores recebiam não dava para nada. Lembra, por exemplo, que os seus próprios filhos iam para escola muitas vezes descalços, com roupas velhas por falta de condições financeiras.

A depoente disse que conheceu João Pedro Teixeira pessoalmente e frequentou cerca de duas reuniões com ele. Perguntamos sobre o que se discutia nas reuniões e ela respondeu

de forma genérica, dizendo que João Pedro falava muita coisa boa, que os camponeses iriam melhorar de vida, no entanto, não dizia como, quais as estratégias, etc. Entretanto, chega a dizer que o líder camponês, ao ver a situação dos moradores que se incomodavam com a plantação de cana encostada nas suas casas, começou a incentivá-los a destruir os canaviais nesses arredores e plantar seus roçados no lugar. Os prepostos dos patrões destruíam o roçado e plantavam cana, e os trabalhadores tiravam a cana e faziam seu roçado, seguindo as recomendações de João Pedro.

Perguntamos o que os proprietários respondiam quando os trabalhadores reclamavam de toda essa situação que viviam, mas Dona Hilda responde que nenhum camponês falava isso ao proprietário, pois poderiam sofrer represália, apanhar. Quem possuía a carteira das Ligas tinha que escondê-la, sob pena de se prejudicarem junto ao patrão.

Indagamos também, por duas vezes, a respeito do período da ditadura civil-militar, mas Dona Hilda responde de forma confusa. Inicialmente diz que foi um período que melhorou, com o exército na rua, que ela deixou de ter medo dos conflitos na terra. Em outra oportunidade, quando perguntamos sobre a revolução (forma como os golpistas nomearam o golpe civil-militar), ela diz que foi um período muito ruim, que piorou a situação.

3º ouvida: Francisca Freitas de Sousa

Atualmente, com seus 75 anos, Dona Francisca lembra-se do período concernente à atuação das Ligas Camponesas na Paraíba. A depoente vivia na fazenda São Salvador, localidade relativamente distante para quem se locomovia a pé, de Barra de Antas, onde João Pedro Teixeira morava. Desde antes das Ligas seus pais eram rendeiros, ou seja, trabalhavam e no final do ano prestavam contas para o proprietário das terras. Julga que João Meireles, o proprietário da fazenda, era um bom patrão. Francisca Freitas nos conta que mesmo depois que casou e teve que sair da casa dos pais, continuou vivendo nas terras de São Salvador com o marido, em outra casa, onde eram também rendeiros.

Nesse tempo lembra que não havia ainda sindicato, mas os trabalhadores já se envolviam nas lutas políticas, iam para comícios etc. Com o passar do tempo surgiram as Ligas Camponesas e muitos moradores começaram a se associar. A partir desse momento, começa um grande embate com os patrões, sobretudo representado pela figura dos administradores, com os empregados. A depoente lembra-se que seu pai Pedro Damião de Freitas, seu esposo Severino Guilhermino de Sousa e seu sogro José Guilhermino de Sousa eram todos associados às “Ligas de João Pedro”, todos possuíam suas carteirinhas de

associados. Esses seus familiares citados, de acordo com Francisca, eram bem atuantes no movimento, junto com João Pedro.

Dona Francisca diz que ela e seus familiares conheceram de perto os principais líderes das Ligas de Sapé. Além de João Pedro, conheceu Nego Fuba, Pedro Fazendeiro e Assis Lemos, inclusive chegou a votar neste último, em virtude das eleições. Quando questionada, afirmou que conhecera também Marina Dias (irmã de Nego Fuba) e que as duas já chegaram a andar juntas, assistiam a eventos da política etc. Atesta que, a partir do assassinato da liderança de João Pedro Teixeira, a tensão entre patrões e seus empregados aumentou bastante.

Já no que se refere à Elizabeth Teixeira, vale ressaltar que a depoente a conhecia apenas de ouvir falar, ou seja, nem sequer acompanhou-a em reuniões e nem em comícios. Ainda assim, pela notoriedade que tinha de líder camponesa, era corriqueiro escutar informações a seu respeito. Francisca teve conhecimento, por exemplo, das prisões e outras tragédias na vida de Elizabeth, como a morte da filha Marluce.

Pessoalmente, admite que pouco participou das Ligas Camponesas, argumentando que era comum, no período, que as mulheres ficassem mais voltadas aos trabalhos domésticos e outras atividades, tal como a criação dos filhos. Toda essa responsabilidade dificultava bastante o envolvimento direto das mulheres com o movimento. Ela mesma, por exemplo, apoiava o movimento, mas ressalta que além de morar distante dos focos do movimento, as dificuldades com os serviços domésticos e criação dos filhos impunham limites à possibilidade de uma participação de forma mais direta. Por essa razão afirma que não sabe de muitos detalhes em relação aos enfrentamentos entre patrões e trabalhadores do campo.

Sua experiência como participante das Ligas, de acordo com seu depoimento, resume-se em algumas participações nos comícios e nas reuniões do movimento. Lembra-se que nestes momentos escutava muitas promessas de melhoria de vida através das lutas camponesas. Quando perguntada sobre as expectativas que tinha, em relação às Ligas Camponesas, responde que era muito esperançosa na promoção, através do movimento, de melhorias nas vidas dos trabalhadores. Já em se tratando de seu marido especificamente, destaca que o mesmo era bastante atuante no movimento, a serviço do qual viajava constantemente para João Pessoa. Menciona também o sofrimento que passava em esperar o marido, quando ele saía junto com o movimento das Ligas, no qual era comum sair pela manhã e só retornar a noite. Havia dias que ficava chorando, abraçada com seus filhos, esperando alguma notícia de seu marido.

De acordo com seu depoimento, Dona Francisca afirma que havia também trabalhadores que não se vinculavam às Ligas, que eram contrários e que, possivelmente, levavam recados aos administradores dos engenhos e fazendas, alertando-os sobre eventuais ações desse grupo, como reuniões, mutirões para levantar casas e lavouras destruídas pela ação de capangas, etc. Em se tratando do enchocalhamento, menciona que os próprios trabalhadores também tinham essa prática. Pelo que lembra, esse costume era freado pelo próprio João Pedro, que não concordava e nem permitia essas ações.

Lembra que a partir do golpe de 1964 a situação no campo ficou ainda mais grave. Apenas com o passar do tempo, o movimento camponês foi se reorganizando. A propriedade em que residia, São Salvador, foi vendida em 1974 e as 72 famílias que de lá tirava o seu sustento, como trabalhadores rendeiros, terminaram sendo expulsas a troco de uma indenização que equivalia ao valor de uma casa popular na cidade. A fazenda foi comprada, segundo conta, pelos proprietários da usina Santa Helena, e foi destinada ao plantio da cana de açúcar.

4º ouvida: Isabel Regina dos Reis

Durante o período de atuação das Ligas Camponesas na Paraíba, Dona Isabel, que atualmente possui 79 anos de idade, vivia na Fazenda São Salvador (e continuou vivendo até 1974, quando a propriedade foi vendida), lugar onde estudou, ensinou e morou na casa da escola. A fazenda de João Meireles se chamava de São Salvador, mas dentro da propriedade cada área específica era conhecida por um nome diferente. Lembra-se de Poeira, Viveiro, Poço Redondo, etc. Nessas terras havia apenas arrendatários, que trabalhavam geralmente com lavoura de subsistência, outros plantavam cana caiana, que servia para vender caldo de cana. Afirma que o dono da propriedade, João Meireles, gostava muito dos moradores e os tratava com respeito. Com o dinheiro que recebia no final do ano (oriundo possivelmente do arrendamento que fazia aos moradores), chegava até a emprestar uma parte do dinheiro aos rendeiros, quando era tempo de plantar algodão. Depois descontava esse dinheiro durante sua venda no armazém¹²⁹. Tudo caminhava bem, dentro das práticas aceitas historicamente nas relações de trabalho do campo, até chegar um administrador chamado João Gomes, que havia

¹²⁹Tratava-se de uma prática comum entre os latifundiários e seus empregados, na qual o primeiro financiava o plantio do segundo, que assumiria os riscos da plantação. No final, se tudo ocorresse bem, o latifundiário lucrava bem acima do valor emprestado, pois o produto era comprado pelo proprietário por um preço bem aquém do seu valor de mercado. Se a plantação constituísse num fracasso, devido geralmente às intempéries naturais, o trabalhador ficaria com uma dívida, e se tornaria ainda mais susceptível a exploração do patrão.

trabalhado anteriormente na Fazenda Una, então propriedade de Pedro Ramos. Este administrador, de acordo com a depoente, conquistou grande simpatia da esposa de João Meireles, chamada de Dona Nanete. Ela, que escutava seus conselhos e confiava em suas decisões, passou a seguir suas normas destinadas à administração da propriedade.

João Gomes iniciou seu trabalho visitando cada morador (arrendatário) da propriedade, fazendo anotações sobre o sítio de cada um. Suas conclusões, segundo a depoente, foram encaminhadas para Dona Nanete, e iam no sentido de alertá-la sobre o risco de falência ou, na linguagem utilizada por Dona Izabel: “iria ficar de esmola, porque os moradores já tomaram tudo de João Meireles”. João Gomes indicou uma solução para esse problema, como destaca a depoente: “ninguém mais vai ficar de arrendatário, vai ficar da maneira que a gente achar que tem que ficar”. Suas primeiras medidas consistiram em proibir os moradores de plantar ou cultivar seus roçados. No lugar das lavouras, plantou bananeiras por toda parte.

No período das Ligas Camponesas, Dona Izabel lembra que João Pedro Teixeira formou um sindicato em Sapé (na verdade, uma associação) em frente onde atualmente é a sede da prefeitura (e no período era o Banco do Brasil). Muitos foram os que se associaram, pagando a carteirinha das Ligas e, com isso, obtinham melhorias sociais. Extraíam dentes, tinham acesso a médicos, contavam com o SAMDU¹³⁰ com médicos especialistas, fazia internamento etc.

Dona Izabel diz que não participou efetivamente das Ligas porque possuía filhos, bem como se dedicava ao trabalho na “escolinha” que havia em São Salvador. Residia, inclusive, na casa anexa a escola. Em um determinado momento, João Gomes chega a mudar a instituição de lugar, transferindo-a para a casa de farinha, para que Dona Izabel parasse de ensinar. O motivo, segundo afirma, fora porque ela concedera a João Pedro o local para serem realizadas as reuniões, e isso desagradou o administrador. Mesmo assim, no entanto, Dona Izabel prosseguiu dando aulas particulares. A escola servia também como ponto de encontro para os trabalhadores, que vinham de várias regiões. Lá dançavam uma ciranda e depois faziam uma caminhada para Sapé, possivelmente em direção à associação. Nessa caminhada, passavam em frente à casa do administrador João Gomes e do proprietário João Meireles, que certamente consideravam o ato como uma provocação.

Ainda antes da morte de João Pedro, Dona Isabel nos conta um episódio interessante, que demonstra a forma como agiam os camponeses organizados, bem como as consequências

¹³⁰ Vale ressaltar que o SAMDU não era vinculado à associação, ou às Ligas, tratava-se de uma política de saúde pública de responsabilidade do poder executivo federal.

que poderiam acontecer com aqueles que enfrentavam o latifúndio. No relato, podemos perceber a cultura política autoritária dos policiais, uma força quase sempre a serviço dos proprietários, que não apenas cumpriam sua função como também a extrapolava, causando pânico e humilhação aos camponeses:

Aí depois o pessoal – antes da morte de João Pedro – queriam trabalhar, [...] aí tinha um cercado de frente a minha casa e se juntou-se um pessoal: “nós vamos trabalhar agora, nós tudo somo pais de família, ali tá um terreno desocupado, o gado foi todo pra Lagoa de Boi – que era outra fazenda – e a gente vai trabalhar aí”. Juntou-se todos os moradores e foram [...]. Quando foi a base de dez hora, chegou três carro de polícia na fazenda. Nós saímos de pé, caminhada. Foi lá tanger o povo todo, queria bater no povo, foi uma confusão grande. Nós finalmente... era muita gente [...] vieram pra... junto da escola tinha um barracão, aí o povo vieram tudo pra o barracão, outros foram embora, e a polícia chegou lá dando ordem: “vocês aqui não vai pra lugar nenhum, não olha nem pra cara da polícia, aí de vocês se abrirem a boca”. Agora o que eu admiro é que nessa hora eles saíram no caminhão – a polícia – jogando dinheiro, aquelas cédulas de dinheiro [...] ali era uma rua de casas, tudo de morador e arrendatário, quando chegarem daqui uma distância, pararam o carro. Todo mundo baixou a cabeça, ninguém olhou que aquilo era dinheiro. Aí vieram de pé, juntaram o dinheiro todo, ai disse: “vocês estão vendo aqui? Aqui é dinheiro, né pra vocês não! Eu fiz uma experiência, assim eu matava a minha vontade” – quer dizer, se o povo fosse pegar né, aquele dinheiro, eles ia acabar com o povo. “Mas a gente já vai embora, fica olhando pro chão, não olha nem pra cima”. Aí foram embora.

Vale destacar a relevância de Dona Isabel no movimento das Ligas, pois além de permitir que as reuniões fossem realizadas na escola, onde morava, pois sua casa era anexa, contribuiu também na confecção de muitas carteiras profissionais dos trabalhadores rurais. Justamente porque numa reunião, na qual estava presente João Pedro Teixeira, Assis Lemos e outros, foi dito que havia um grande problema com relação aos associados das Ligas Camponesas, que eram tidos apenas como camponeses, mas não possuíam nenhum documento que comprovasse que eles eram trabalhadores.

Oficialmente, o termo camponês somente designava uma pessoa que vivia no campo, não representava uma categoria de trabalhador. Seria necessário que um documento que comprovasse seu trabalho que desempenhavam. Foi aí que pediram a Dona Isabel para que confeccionasse as carteiras de trabalho dos associados às Ligas, o que levou mais de uma semana trabalhando para terminar esse serviço. Quando finalizou, conta que João Pedro falou com os trabalhadores, entregou a carteira profissional de cada um, e disse para eles irem mostrar a carteira profissional aos seus patrões e exigir os direitos trabalhistas. Isso só fez aumentar ainda mais as tensões dos trabalhadores com os proprietários, que não aceitavam assinar as carteiras de seus trabalhadores. Como reação, os proprietários aumentaram bastante

as expulsões de moradores pela região, além de proibir quaisquer roçados de trabalhadores em suas terras.

Dona Izabel conta que a partir dessa organização dos camponeses, com João Pedro à frente, os proprietários começaram a ficar desgostosos com a situação, havendo muita confusão e problemas por causa do movimento. Levados pelo sentimento de raiva, os proprietários deixaram de ajudar os trabalhadores (assistencialismo). Mesmo com as adversidades, os trabalhadores continuaram participando do movimento, liderado por João Pedro.

Podemos perceber que, em várias partes, de seu depoimento Dona Izabel se refere a João Pedro Teixeira e seu contato direto com ele, entretanto, quando perguntada se também mantinha contato com Elizabeth Teixeira, responde que não, explicando que morava muito distante, tinha muitos filhos e uma escola para dar conta. Praticamente os únicos encontros que teve com ela aconteceram na associação (que a depoente chama de sindicato) ou no hospital (possivelmente no SAMDU)¹³¹.

A partir da morte de João Pedro os camponeses se revoltaram ainda mais. Sobre esse período de comoção social após o trágico assassinato, a depoente nos conta que os camponeses chegaram a se aglomerar em frente da escola situada na propriedade São Salvador, para realizarem uma caminhada. Conta que o administrador João Gomes foi até sua casa a proibir. Dona Izabel prontamente respondeu: “João Gomes, aqui quem manda é o povo, nem na casa que to morando eu não to mandando, to mandando só na cozinha, que o senhor tomou a frente da casa. Aí tá na vontade do povo, vá brigar com o povo.” De acordo com a depoente, ainda nos dias de comoção do assassinato de João Pedro, os camponeses se juntaram e decidiram:

Sabe de uma coisa, a gente vai fazer o seguinte – se juntou aquele povo todo – a gente vai levar um chocalho grande pra achocalhar João Gomes, o administrador. Vou passar agora lá, se ele soltar uma piada pra gente, a gente vai levar ele achocalhado, e ele vai no meio gritando: Ligas Camponesas! Agora não sei quem contou pra ele, que ele fugiu de casa. Quando o pessoal passaram na fazenda, ele fugiu por trás, ninguém sabe por onde foi.

Esse episódio é interessante de ser abordado para percebermos que os camponeses também tentavam se vingar dos seus opressores, como foi o caso do administrador da fazenda. Eles não assistiam a tudo o que acontecia de forma passiva, eles reagiam da forma como podiam. Na ótica dos moradores, o proprietário era bondoso para com eles. Toda essa

¹³¹ Ver a página 123, na nota de rodapé 138 e 139, para maiores explicações.

situação só foi se modificar a partir do momento que chega o administrador João Gomes na fazenda. Então a culpa para a piora na qualidade de vida dos trabalhadores de São Salvador era muitas vezes personificada na figura de João Gomes. É interessante ressaltar também o ar de riso e satisfação da Dona Izabel ao relatar essa história, bem como das suas colegas que estavam ao lado¹³².

No que se refere à revolta dos trabalhadores devido à morte de João Pedro Teixeira, Dona Izabel explica que:

Ele [João Pedro] não queria o mal do povo não. Trabalhava para o bem do povo. Quantas vezes ele chegou lá na casa de Monsenhor vigário [Odilon Pedrosa], pedindo a monsenhor, as bênçãos, proteção, que ele não queria aquilo para o povo, era o proprietário que estava agitando ele, prometeram até matar ele, ele sabia que ia morrer, mas tinha alguém para resolver o problema das Ligas Camponesas e ajudar esse povo camponês, Monsenhor aconselhava ele. Aí, tinha dia quando o hospital, chegava o pessoal todo repartido de faca, [...] Monsenhor ia com ele, pro hospital, olhar a situação. Aí dizia: “João Pedro Teixeira, confia em Deus que nada vai acontecer com você”[...]. [grifo nosso]

A partir do trecho abaixo, podemos identificar relatos de uma violência sistemática e recorrente da polícia de Sapé – mas que se estende, muito possivelmente, para realidade de outras localidades onde havia tensões entre trabalhadores rurais e proprietários – contra os trabalhadores que se organizavam no movimento das Ligas Camponesas. Outro aspecto que queremos destacar é a visão que Dona Izabel tinha do antigo proprietário de São Salvador, que muito possivelmente era compartilhada por outros trabalhadores da região, como podemos perceber nos depoimentos de outros que foram ouvidos:

Depois da morte de João Pedro, Elizabeth sofreu muito, o pessoal de São Salvador sofreu muito, porque levaram... João Meireles tinha vindo para João Pessoa, João Gomes levou Alcides Bento, Luiz Benito, Antônio Paulo e outras pessoas lá de São Salvador, prenderam. Era Luiz de Barros e Tenente Sá. Aí deram muito no povo, Tenente Sá bateu muito no povo [...]. Quando João Meireles chegou de João Pessoa que soube da história, foi depressamente [na delegacia] e liberou pro pessoal. Liberou e chamou João Gomes a atenção. Ele jamais aceitaria uma coisa dessa, ele era um pai de família. O Antônio Paulo apanhou tanto na cabeça que ficou doente da cabeça, morreu afogado num açude [...], Luiz Benito morreu doido, porque bateram tanto na cabeça dele que ele ficou uma pessoa assim [faz gestos com a mão]

¹³² A partir dessas oitivas poderemos perceber, sobretudo quando explicitadas as ações dos camponeses organizados, tais como enfrentamento aos latifundiários, “enchocalhamento” daqueles críticos às Ligas Camponesas etc., que não há nem uma dominação absoluta e nem autonomia absoluta entre latifundiários e camponeses. Também no que diz respeito às criações culturais percebemos que elas se desenvolvem num sistema de trocas entre classes antagônicas, o que sinaliza certo equilíbrio das forças. Assim, concordamos com as considerações de Ginzburg (2009, p.10), pautadas no conceito de circularidade, tomado emprestado de M. Bakhtin. De acordo com a teoria da circularidade cultural acaba existindo certo equilíbrio entre as forças dominantes e dominadas, no sentido de percebermos que nem sempre os dominantes se saem bem e os dominados, mal.

indicando que estava louco] e morreu doido. E Alcides Bento não apanhou um monte porque as mulheres chegou logo e ajudou. [grifo nosso]

Outra pessoa que Dona Izabel destacou em seu depoimento trata-se de Ivan Figueiredo, que, de acordo com suas próprias palavras, “[...] foi um homem batalhador [...] qualquer um trabalho que ele fazia, ele ia lá pra casa e combinava comigo... Ivan Figueiredo. Trabalhava bem, a favor do povo [...]. Ele era o dono de Sapucaia [uma pequena propriedade situada nas redondezas de Sapé]” [grifo nosso]. Após o golpe de 1964, resolveu fugir de Sapé e foi para o Rio de Janeiro, somente retornando para Paraíba após a Lei de Anistia de 1979. No que se refere a essa liderança, a depoente conta também que ele ajudou a levar o filho de João Pedro Teixeira, Izaac, para Cuba, para fazer um curso.

De acordo com a versão de Dona Izabel, após o golpe de 1964, Nego Fuba e Pedro Fazendeiro ficaram presos por um tempo e depois foram liberados: “[...] quando chegou na rodoviária, antiga rodoviária, já tinha um carro esperando. Quando eles chegaram pra pegar o ônibus, essas pessoas pegaram e jogaram no carro, e até hoje. Sumiram com eles dois.” No que diz respeito ao desaparecimento dessas lideranças, afirma que certo dia o Dr. Luiz Ribeiro¹³³, antigo dono da Usina Estiva, deu uma carona de carro a seu cunhado que, durante o caminho, chegou a perguntar se ele lembrava de alguma coisa sobre as Ligas Camponesas. Como resposta, ouviu:

Eu vou dizer uma coisa para o senhor, para o senhor ter um conhecimento: “João Fuba e Pedro Fazendeiro foram liberados. Quando chegou na rodoviária tinha um carro esperando eles. Esse carro levou ele e plantou bem plantado, com vida. Ele foi enterrado vivo, os dois. Agora, cadê o poder deles, que não salvou ele? Porque João Fuba forte, que botou o povo nas Ligas Camponesas, ele devia ter se saído [...]”. Meu cunhado chega ficou sem ação, com uma coisa dessa. [De acordo com Dona Izabel, Dr. Luiz Ribeiro não chegou a dizer ao seu cunhado o local onde teriam sido enterrados os dois líderes camponeses]. [grifo nosso]

Dona Izabel considera que toda essa luta dos trabalhadores nas Ligas Camponesas, apesar das várias mortes ocorridas, não foi em vão, e que muitas conquistas dos camponeses de hoje, como os assentamentos, por exemplo, são resultados também dessas lutas das Ligas Camponesas.

Quando questionada se havia sofrido alguma repressão no período, Dona Izabel responde que sofreu quando o administrador João Gomes trancou o salão da escola onde ela

¹³³ Refere-se a Luiz Ribeiro Coutinho, prefeito de Sapé em 1947 e deputado estadual entre 1950 – 1966. Formado em agronomia, dirigia tanto a usina Santa Helena (Sapé/PB) quanto a usina Estivas, situada em Goianinha, RN. Ver: COUTINHO, Marcus Odilon Ribeiro. **André Ribeiro Coutinho**. João Pessoa: Ed. Sal da Terra, 2001, p.41.

ensinava e morava. A partir desse momento ela ficou morando apenas na parte da cozinha, mas diz que nem por isso deixou de ensinar. Ensinava na cozinha, no quarto, dando continuidade à escola. Diz que os estudantes saíam de seus ensinamentos já preparados para ir ao colégio. Possivelmente, pelo que constatamos, a depoente se responsabilizava pelo ensino básico das quatro operações matemáticas e do ensino a leitura e escrita¹³⁴. Já o colégio, a que ela se referiu, deveria contemplar um ensino mais avançado.

Relata um fato que mostra o administrador João Gomes sendo justo para com ela. Tratava-se de um vizinho seu na fazenda São Salvador, chamado João Balbino, que certa vez plantou de inhame uma área que fazia divisa com a sua casa, impedindo a sua passagem. Dona Izabel, então, queixa-se a João Gomes, que ficou do seu lado, indo até a casa de João Balbino exigir que fosse retirada a plantação, afirmando que enquanto Dona Izabel morasse naquela casa, teria passagem livre. Ela lembra que foi a primeira professora dos filhos de João Gomes, considerando, possivelmente, que o mesmo tinha gratidão por isso.

Essa informação contribui para nos afastarmos de uma visão maniqueísta, responsável por considerar o administrador um homem “malvado”. Devemos compreendê-lo de acordo com a função que exercia, a qual tinha por objetivo tornar a propriedade o mais rentável possível e protegida contra futuras reivindicações trabalhistas¹³⁵.

No que diz respeito à escola, Dona Izabel afirma que, no período, as casas das escolas eram doadas pelos fazendeiros, que tinham o poder de abri-la e fechá-la quando bem entendessem. Lembra que terminou seus estudos na escola e foi ensinar à noite num curso supletivo em João Pessoa. A primeira escola foi radiofônica, que consistia em 2 horas de aula em João Pessoa, na Tabajara. Havia discentes de até 60 anos, estudando:

E essa escola [radiofônica], ele [João Gomes] foi dizer que era das Ligas Camponesas, o delegado mandou buscar o rádio e fechar a escola, Tenente Sá [...]. De todas as escolas, não era só eu que ensinava não, tinha minha escola, em várias fazendas tinha uma escola radiofônica. Ele foi contar que era das Ligas Camponesas, fundada pelas Ligas Camponesas, no tempo do governo de Pedro Gondim. Mandaram buscar os rádios, tudo mandaram pra delegacia, eu fui para delegacia, não eu só, com mais outras que tavam ensinando, a gente foi pra delegacia [de Sapé] [...]. Telefonamos tudo, Pedro Gondim veio diretamente para delegacia [...] mandou liberar os rádio, que não tinha nada a ver com isso, era uma escola radiofônica, feito

¹³⁴ Ver: XAVIER, 2010.

¹³⁵ Percebemos, de uma maneira geral, que os administradores das propriedades rurais de regiões como Sapé-PB, utilizavam a estratégia de evitar possibilidades de direitos aos trabalhadores. No caso da fazenda São Salvador, por exemplo, todos os moradores eram arrendatários e possuíam seus roçados livremente. O administrador João Gomes inicia seu trabalho proibindo-os de cultivar roçados, possivelmente para impedir que, numa eventual expulsão de moradores, eles não pudessem ser indenizados pelos roçados que possuíam. Lembremos que o contexto era de, por um lado, à expansão das atividades canavieiras, impulsionada pelas usinas, e, consequentemente, a valorização das terras. Por outro lado, os trabalhadores rurais também começaram a se organizar e exigir seus direitos.

o curso por ele que mandou dar esse curso pras pessoas da zona rural, porque muita gente da zona rural não havia escola pra eles estudar, eles tinham que aprender alguma, nem que seja assinar o nome. Não tinha nada a ver com Ligas Camponesas [...] a gente levou as portarias, para apresentar, aí ele liberou. Quando liberaram os fazendeiros não quiseram mais, não aceitaram mais de maneira alguma escola radiofônica [...]. A diretora dessa escola em João Pessoa era Alice de Souza Rolim.

Perguntado se Dona Izabel recebia pagamento para ensinar na escola, ela responde:

Olha, eu quando ensinava pelo supletivo, eu recebia. Pelo supletivo era pelo Estado. E depois eu ensinava assim, repara a minha situação: eu morava na casa da escola, e só tinha o quintal da casa. Meu marido tinha um roçadinho, mas trabalhava fora, para arranjar o dinheiro da feira. Quando a Maguari comprou o terreno aí ficou tudo da Maguari. Eu trabalhava assim, aquele pessoal era mesmo que ser uma família pra mim, era uma rua de casa que tinha lá em São Salvador. Ela me dava cesta básica, roupas para os meu filho, e eu ensinava aquilo tudo gratuitamente. Ensinava por amor. A casa era cheia de aluno. O que eu precisava chegava na minha casa, eles me ajudavam em tudo [...]. Ensinava de noite a turma de adulto, criança eu ensinava de tarde, ensinava de noite... não faltava aluno na minha casa. Agora ali eu não cobrava nada, porque eles estavam me ajudando, era roupa pros meus filho, era cesta básica, leite pra meus filho, o pessoal tudo criava gado, essas coisa, chegava as garrafa de leite, tudo chegava na minha casa. Tinha duas pessoa que tinha uma casa de farinha, seu Adalberto, João Olinto, tudo mandava pra minha casa. Eu não tinha coragem de cobrar nada desse povo, era uma ajuda que eles estava me dando.

Também diz que a escola era frequentada não apenas por trabalhadores e seus filhos, pois recebia também os filhos de pessoas mais abastadas, como era o caso dos filhos de João Gomes, que tiveram Dona Izabel como a primeira professora. Defende que a escola tinha professores profissionais, de qualidade, e que por isso era um local procurado.

Dona Izabel também mencionou que durante a vinda de João Goulart à Paraíba, juntaram-se algumas pessoas como Assis Lemos, João Pedro Teixeira e Ivan Figueiredo para reivindicar do presidente um terreno em Sapé para formar o SAMDU, para dar melhores assistências ao povo da região¹³⁶. Pela descrição que Dona Izabel faz:

Era mesmo que ser um hospital. Tinha a sala de enfermaria, seis cama, toda aparelhagem de urgência, enfermeiro, tinha a sala dos médico, médico especialista que vinha de João Pessoa, Dr. Alceu, Dr. Vicente e outros médicos pra trabalhar. Aí depois que houve a política [quando a prefeitura passou a administrar o local, após o golpe de 1964] [...] reformaram o SAMDU, ficou parecendo uma cela [...] aí depois que fizeram lá uma cela, desmantelaram o SAMDU, fica lá a Secretaria de Saúde, parece uma cela de preso, uma cadeia [...]. [grifo nosso]

A depoente destaca que Ivan Figueiredo, mesmo sendo um pequeno proprietário de terras, não apenas apoiava as Ligas Camponesas, como participava ativamente do movimento. O latifundiário Pedro Ramos Coutinho (também da família Ribeiro Coutinho), proprietário da

¹³⁶ Vale ressaltar que a depoente cometeu um equívoco quando afirmou que João Pedro Teixeira estivera presente durante a visita do Presidente João Goulart a cidade de João Pessoa – PB, que ocorreu no dia 29 de julho de 1962. João Pedro, no entanto, fora assassinado no dia 02 de abril deste mesmo ano.

Fazenda Una, era seu cunhado. Ou seja, numa mesma família havia grandes diferenças ideológicas. E também se refere a João Meireles, no período em que era dono da fazenda São Salvador, como um bom patrão para os moradores de sua fazenda. E que o motivo dos problemas com os arrendatários da fazenda se dava com o administrador da fazenda, João Gomes, e da esposa do proprietário, Dona Nanete, que se coligou com o administrador.

Apesar dos elogios ao antigo patrão, podemos confrontar um pouco suas memórias através de outro depoimento que concedeu, no ano de 2005, a Irmã Tonny¹³⁷, na qual percebemos um João Meireles diferente do que foi dito até agora (HAM, CALADO, SEZYSHTA, GIACOMELLI, IENO (Orgs.), 2006, p.233 - 234):

Tonny: Olhe Isabel, já que estamos conversando, você não quer dizer alguma coisa sobre aquela luta de anos e anos que você e a sua família tinha por causa que seu pai, parece que foi seu pai que perdeu a terra dele...

Isabel: Ah, Tonny, é uma coisa... é a causa da herança de meu pai. A terra melhor que tem em São Salvador, daquela parte toda era de meu pai, herança da família dele. Naquela época João Meireles comprou; tomou conta de São Salvador. Que quem comprou São Salvador foi o pai de João Meireles, o velho Domingos Meireles. Ele comprou aquelas terras; todas essas terras do município pertencia a família Ribeiro. O velho, Dr. João Úrsulo, que era o pai dos Ribeiros todos, ele morava na [Faz.] Uma. A minha avó era muito amiga dele. Era parteira, foi parteira dos filhos dele. Minha avó... Aí quando ele vendeu a terra à Domingos Meirelles, aí Domingos Meireles, trancou, cercou tudo, (incluindo) a terra do meu avô. Cercou com tudo. Tomou até o gado que ele tinha, ferrou tudo pra ele. Dizia que tinha comprado tudo. Aí, minha avó foi lá na Uma e falou com ele e ele disse assim: - Não rainha, eu não vendi sua terra. A sua terra é sua Rainha. Domingos Meireles está tomando todas as escrituras da terra do pessoal, enganando o pessoal, e tomando a terra do povo. Mas guarde a sua escritura, não dê essa escritura, Rei, para ele não dar fim. Essa escritura você guarde Rainha. A terra é sua, não vendi sua terra, não. A terra é sua. E ela guardou essa escritura. Aí quando foi depois, meu pai resolveu: - "Vou conseguir meu terreno". Aí botou um advogado, que era do conhecimento das pessoas. Isso em 45. Venceu, ganhou o direito de posse. Aí foram matar ele na casa, na morada, no sítio. João Meireles botou uma turma de gente, que foi pra lá de noite, não mataram ele, porque estava fora de casa, da casinha que ele morava...

Tonny: Isso foi João Meirelles?

Isabel: Já foi João Meireles. Domingos Meireles morreu e já tinha transferido as terras para João Meireles. E ele dizia: - Rei, venda tua terra. Essa terra é tua, mas só te entrego se tu vender a Renato Ribeiro. E meu pai dizia assim: - Oxente, eu sou obrigado por que? A terra é minha, capitão. Eu sei que a terra é minha. Mas eu não sou obrigado a vender a Renato Ribeiro, a seu pedido, não. É herança de minha família. Aí, de noite, já foi quando João Gomes estava administrando. Foi de noite com um carro de gente, com um monte de policial, muita gente foram para matar o meu pai.

Tonny: Mas, Isabel, você disse antes, que João Meireles era uma boa pessoa.

¹³⁷ Trata-se da holandesa Antônia M. Van Ham, que se transferiu para o Brasil no ano de 1971 para atuar na zona rural da Paraíba como evangelizadora. Fez parte Pastoral Rural e se envolveu com o movimento de reorganização das lutas no campo, ainda durante o regime civil-militar. Um dos relevantes serviços desenvolvidos pela Irmã Tonny foi o de localizar, junto com outros pesquisadores, diversos participantes ou testemunhas das Ligas Camponesas da Paraíba, para que prestassem depoimentos acerca desse movimento social camponês e de João Pedro Teixeira. O resultado desses anos de coleta foi a publicação, no ano de 2006, de um livro intitulado: *Memórias do Povo – João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba: Deixemos o povo falar*.

Isabel: Não, ele foi uma pessoa boa para os morador dele.

Tonny: Mas, como ele era uma pessoa...

Isabel: Mas para o meu pai?... Para os morador dele, ele cedia, era dinheiro emprestado, o povo era mesmo como o dono daqueles terreno todos. Era pros morador dele. Mas, para o meu pai, não. Meu pai morava no terreno que era do meu pai. O velho Domingos Meireles, sempre conversava com meu pai. Mas depois que o velho morreu, [o filho] Joca Meireles ficou contra o meu pai. Não queria... João Gomes mandou botar a casa de meu pai abaixo. Que ele fez duas vezes. [...] Olhe, em '45 tangeram ele lá do terreno, da casa dele. Aí meu pai foi morar noutra terreno, depois ele voltou novamente. Fez a casa dele, dentro da mata, que ele só tinha mata. Na época de João Gomes, João Gomes chegou afoito, pegou uma turma de gente e foi matar meu pai.

Tonny: João Gomes chegou em que época?

Isabel: Na época da revolução das Ligas, tenho tudo anotado lá nos papel. Aí, meu pai, quebraram tudo, botaram a casa abaixo, meu pai foi em João Pessoa; foi lá, falou com um coronel. Botaram advogado, ele ganhou a posse do terreno dele. Jornal, eu tenho o jornal guardado. Aí, não entregaram a terra dele de jeito nenhum, prenderam ela no tribunal. Quando foi depois, meu pai apareceu com outro advogado, porque esse advogado que deu o terreno dele foi seu Osmar de Aquino, de Guarabira. Aí, prenderam no tribunal [...], eu tenho tudo anotado ali Tonny.

Tonny: Isabel, [...] já começou nos anos '40. Porque seu pai foi perseguido sobre isso, em '45. Isso faz sessenta anos. E ainda, isto está...

Isabel: Justamente, e quando foi em 75 deu entrada novamente... [E até hoje].

Ou seja, a partir deste trecho podemos perceber que João Meireles assume características típicas de um latifundiário do período, no sentido de agregar a sua propriedade as terras circunvizinhas, aproveitando-se de posseiros e trabalhadores rurais humildes. Quando tem sua prática questionada, utiliza-se de sua influencia no meio jurídico e de meios coercitivos para fazer valer seus interesses.

5º ouvido: Severino Francisco da Silva

Conta-nos que no período das Ligas Camponesas tinha por volta de 13 anos, e que seus pais eram amigos de João Pedro e Elizabeth Teixeira. Ele próprio afirma que conviveu com os filhos do casal, como Abraão e Izaac, que eram praticamente da sua idade. Os seus pais não chegaram a participar ativamente do movimento e não possuíam sequer a carteira de associação a Liga de Sapé, porém nunca os discriminaram. Afirma que naquele tempo, quem possuía carteira das Ligas não divulgava, por receio de retaliação. Lembra-se que João Pedro conversava muito com seu pai, Manoel Francisco da Silva (Mané Bitá), e dizia-se consciente de que iriam o matar, mas que não deixaria sua luta e iria até o fim. Após seu assassinato, as lutas se tornaram ainda mais agudas. Lembra que no tempo em que mataram João Pedro

Teixeira, este estava trabalhando na Usina de Bastos Ramos¹³⁸ (engenho Melancia, no qual diz que foi nascido e criado), plantando cana.

Recorda-se dos mutirões que os trabalhadores faziam, ajudando uns aos outros. Por exemplo, lembra-se de uma ocasião que se juntaram 200 ou 300 homens para limpar as lavouras de Elizabeth Teixeira, ou de outro caso em que trabalhadores se organizaram para evitar que jagunços tomassem terras de certos moradores para plantar cana.

De acordo com Sr. Severino, essa ajuda mútua entre os trabalhadores era feita sob pressão, pois muitas vezes havia camponeses que ficavam sabendo previamente dessas ações de resistência, e tentavam se esconder para não irem. Sr. Severino nos conta que ele mesmo já teve que fugir para não ser recrutado. Quando os trabalhadores se davam conta da falta de determinadas pessoas, iam até sua casa para forçá-los a ir.

Às vezes tinha um fazendeiro que tava tomando as terra dos morador pra plantar de cana, aí tal dia vai juntar o povo pra ir, aí juntava o pessoal – muita gente num sabia, né [...] quem sabia, muitos já se escondia pra num ir. Aí ia se escondendo pra num ir. E aquele que se escondia pra num ir a turma quando saía, que ia na casa dele, que ele num tava, entrava dentro de casa e pegava ele a força e ele tinha que ir mesmo. Quer queira, quer não, ele ia, né.

Um exemplo dessas ações é contado por Sr. Severino, que mostra o caráter muitas vezes autoritário do movimento, ao forçar que trabalhadores, inclusive jovens menores de 18 anos, a participar das ações das Ligas de resistência ou de pressão, mesmo contra suas próprias vontades. O autoritarismo não se limitava apenas aos camponeses, mas englobava também outras pessoas que apareciam de passagem, por exemplo, numa rodovia. Membros do movimento paravam os carros de passagem e obrigava que o motorista gritasse “Viva as Ligas Camponesas, Cuba, Viva Julião, presidente João Goulart”, etc. Atos de depredação às vezes também eram comuns, muitas vezes fugindo do controle das lideranças das Ligas, quando se tratava de invasão de propriedades para reivindicar, sobretudo, direitos trabalhistas. Vejamos um trecho do depoimento de Sr. Severino:

Aí um dia a gente saimo daqui, numa base de 8 horas do dia, num domingo, acho que foi num domingo – eu garoto, eu com 13 ano, eu e mais dois irmão meu, meus dois irmão já era de maior – nós saimo aqui [...] com uma tropa de gente que fazia medo... já viu o pessoal das Ligas? Só via gente correndo, dentro dos mato. O cara botava o pé, pega! Pega! Muita gente, muitas vez pegava e levava né. Sei que saimo por aqui, saimo em Maraú, de Maraú descemo, saimo nas três ponta ali embaixo, no rio da Paraíba, fomo pra Bebeto de Lagoa Preta, sobrinho de Dr. Aguinaldo [Velo

¹³⁸ É provável que o depoente tenha se equivocado ao dizer usina, quando deveria ter dito engenho, e ainda, cometeu outro pequeno equívoco, confundindo o nome de Pedro Ramos por Bastos Ramos. O primeiro era o proprietário de terras no período das Ligas. Já Bastos Ramos é o seu filho e atualmente é o proprietário da Fazenda Antas, que está em processo de desapropriação para fins de reforma agrária.

Borges] [...]. Eles tinham plantado cana até no terreiro da casa do cara, a cana tava deste tamanho assim [...]. Aí quando cheguelo na ponte, aí aquele pessoal todinho invadiram ali, e aí o carro descer, e os caba cada um com foice danada, era foice, era espingarda [...]. Aí o cara parava e o povo tudinho na frente: vai, daí viva a liga camponesa. Aí o cara num queria dar viva. [aí disseram] vai, ou dá ou a gente vai voar tudinho embaixo dessa ponte aqui. Aí o caba disse: viva a liga camponesa, viva a liga... soltava o carro e ia embora. E a gente fomo pra fazenda. Isso tinha o que? Tinha uns 500 home... e mulé. Home, mulé, tudo. [No decorrer da oitiva, afirma que essa quantidade toda de pessoas era oriunda de várias partes da região de Sapé] E onde ia passando aquela tropa de gente no terreiro da casa do povo, do morador, onde tava plantado de cana, num dava um pé pra cada um, não. Era o povo tudo roçando, era arrancando, a cana já quase boa de cortar, pra chegar na fazenda de Beбето de Lagoa Preta, que é pegado com a fazenda Tapuã – que hoje em dia é tudo Sem Terra lá. Aí, entremo dentro do cercado, o caba quebraram os arame, cortaram tudo, soltaram o gado, botaram fogo no cercado. Eu sei que a gente foi pra lá, cheguelo lá [...] ele tava lá sentado, uns soldado lá em cima, um revólver de um lado, um revólver de outro... num correu não. E a turma: “cerca, cerca, cerca!” Os home cercaram a casa toda – embaixo da casa dele tem um subterrâneo por debaixo, o pessoal entraram dentro, caçaram... não tinha capanga nenhum, só tava ele mesmo [...]. Aí subiu Elizabeth, Assis Lemos, subiu lá pra falar com ele. E os cara ainda subiram encostado, na escadaria subiram lá, encostaram lá dentro, tinha um caba com um Jucá deste tamanho assim, uma perna de cambite, naquele tempo era cambitera, não era cambite, dessa grossura assim, [quando disseram] “cuidado no home que ele tá armado”. O cara por detrás dele disse assim: “deixa [...] deixa que eu quero arrancar a cabeça dele, com um pedaço de pau”, dessa grossura assim. Era rojão [risos]... e ele calado. Sei que Elizabeth entrou lá, conversou com ele bastante, e Assis Lemos, nós saímos de lá umas 2 pra 3 horas da tarde. Ele garantiu que num ia mais mexer com os moradores, [...] onde era cana não ia mais plantar mais [...] naquele tempo todo mundo tinha os seus sítios né, num ia mais mexer com os sítio do morador [...] sei que a gente viemo simbora. Quando cheguelo nas três ponte de novo, tudo de pé, parecia um bocado de gafanhoto, o exército todinho, tinha uns 4 caminhão, jipão daqueles do exército, já tava tudo no chão, tudo de prontidão, tudo armado... isso era nego querendo correr dentro do rio, com medo, aquele que ia descendo pra dentro do rio, [os outros diziam] “volta, não corre ninguém”. Eu digo: “pronto, a gente agora vai se acabar aqui”. Aí [perguntaram do exército], “quem é Elizabeth aqui?” Aí ela disse: “sou eu”. Aí ela foi, conversou com ele, ela, Assis Lemos... aí conversaram com ela, levaram mais ou menos 1 hora. Eu sei que liberaram a gente, viemo simbora pra casa. [grifo nosso]

Sr. Severino morava, a época das Ligas Camponesas, no Engenho Melancia, onde nascera e fora criado, já sua família por parte de pai era toda da Fazenda Una, que também tinha Pedro Ramos como proprietário. Seu pai trabalhava de carpinteiro, fazia desde casas de taipa até eixo de carroças. Ele tinha oito irmãos e seis irmãs, todos trabalhavam nessa fazenda. Diz-se que era um tempo que se trabalhava, mas ninguém recebia dinheiro. O dinheiro, na verdade, consistia em um vale que ia direto para o “barracão”.

[...] a família parece que era 8 irmão e 6 mulé, tudo trabaia na fazenda. Agora, era um tempo que se trabalhava e ninguém via dinheiro não... o dinheiro era um vale, passava um vale ia direto pro barracão [...] esse pessoal mais velho [se refere aos trabalhadores amigos de seu pai] trabaia e era difícil fazer uma feira, ia fazer uma feira com qual dinheiro? Trabalhava o dia todinho, quando era de tarde o apontador passava e eles precisavam de alguma coisa passava o vale, vá pro barracão... aí comprava. Se, vamo supor assim, naquele tempo, passava um conto de réis de vale, se ele só comprasse 0.80 centavo, ele tinha que comprar tudo, porque o troco eles

num davam. Tinha que comprar de mercadoria toda. O rojão era esse... e era 7 dia, trabaia 7 dia. Nesse tempo tinha o Engenho Melancia ali, e a fazenda ai era Sapucaia ali – que hoje já é assentamento – Melancia e Anta. Era 3 propriedade numa. A gente morava na parte de Melancia, era no meio. [grifo nosso]

De acordo com Sr. Severino os castigos físicos sofridos pelos trabalhadores eram bastante comuns.

Eu tinha um tio que era vaqueiro da fazenda Anta aí, hoje, que é de Bastos Ramos. Ele era vaqueiro e administrador, um tio meu, tio Fernande. [...] aí, ele trabaia aí, mas naquele tempo não tinha... quem era punido, como é... o morador... num tinha punição de nada, tudo que eles fizesse era mal feito pra eles, né... aí, eles batiam muito em gente nessa fazenda, mandado pelo finado Pedro Ramos [...] **quer dizer, isso aí eu não vi, é a conversa que, dos meus pai, ou então dos pai de João Vitor também, esse pessoal mais velho, né.**[...] aí, um dia pegaram um rapaz ali num engenho, estruparam a irmã dele, ai ele ia passando, pegaram o rapaz, amarraram e estruparam a menina de frente a ele, e deram uma pisa nele, penduraram ele, botaram ele de cabeça pra baixo – isso aí já me contaram muitas vezes, o pai de João Vitor, compadre Zé Vitor – aí, deram meia barra de sabão pra ele comer [...] aí ia chegando meu tio, que era irmão do meu pai, ia chegando da Fazenda de Anta.; Ai disseram: “vai Fernande, desce aí pra gente ajudar esse safado a comer a barra de sabão”. Fernande disse: “não, eu não faço parte disso aí não, eu trabaio na fazenda Anta, né aí não”. [Eles disseram] “você vai, você tem que ajudar, se não o negócio vai ser com você”, aí ele desceu da burra, ajudaram. Quando acabaram soltaram o home, ele saiu, quando chegou [...] do engenho pra frente, umas 100 braça, ele caiu dentro do mato. Aí tinha uma moradeira que [...] morava dentro da Fazenda de Anta também [...] ela ia lá pro barracão do Alegre ali, hoje ainda tem a casa velha ali, ia comprar lá não sei o que danado foi, passou o home tava caído. [Ela disse] “Ave Maria, o que fizeram com esse home?” Quando ela voltou, ele já tava morto. [os pesquisadores questionaram onde isso teria ocorrido, e ele respondeu] na fazenda de Pedro Ramos, que é Melancia, onde eu nasci e fui criado, hoje é dos assentado já. [...] E o problema daí dessa fazenda do finado Pedro Ramos era isso, era pau com força e matar, não tinha choro não... meu pai mesmo contava que na fazenda Una, lá tem um açude velho lá pra cima, ele disse que tinha muita ossada pra lá. [grifos nossos]

De acordo com o relato de Sr. Severino, ele só participou de apenas uma caminhada com as Ligas Camponesas, em direção à propriedade de Beбето Lagoa Preta, sobrinho de Aguinaldo Veloso Borges. Relata que na caminhada até sua fazenda, havia homens, mulheres e crianças da sua idade (ele tinha 13 anos) para fazer volume, juntar uma grande quantidade de pessoas. De acordo com ele, apesar de não ter acompanhado mais nenhuma caminhada junto às Ligas, essa prática deveria ser comum – juntar mulheres e crianças para fazer maior pressão.

Então, podemos concluir que as mulheres atuaram nas Ligas Camponesas de uma forma mais ampla do que às vezes se divulga, inclusive entre os próprios remanescentes das Ligas na Paraíba, pois muitas vezes não se considera relevante às ajudas que algumas mulheres davam através da confecção de carteiras para as Ligas Camponesas, ou quando se comprometiam em tempo integral com a criação dos filhos para permitir que o marido e os

filhos mais velhos ficassem mais disponíveis nos finais de semana e dias vagos para se dedicarem ao movimento – vale ressaltar que estava imbricado na sociedade brasileira do período esse modelo de vida que atribuía as funções domésticas e de criação dos filhos às mulheres.

Assim, através desse depoimento, podemos concluir que as mulheres participavam das Ligas de forma diferente dos homens. As atividades em comum com as de outros homens consistiam na participação de comícios realizados em prol das Ligas e nas ações que precisavam juntar grande número de pessoas, como é o caso das caminhadas, dos comícios e até de ocupações em propriedades para pressionar o dono a fim de que ele cessasse a cobrança do cambão, ou a proibição ao cultivo de lavouras pelos moradores etc.

6º ouvido: Antônio Domingos de Oliveira

O seu pai se chamava Otávio Domingos de Oliveira e sua mãe Luiza Josefa da Conceição. Atualmente, Sr. Antônio Domingos, nascido em 29/04/1945, continua morando no povoado de Sapucaia, que fica distante cerca de 8 km do centro de Sapé. No período das Ligas Camponesas já era maior de idade, seu pai tinha a carteira das Ligas, mas não participava das ações do movimento. Ele participava apenas dos comícios, que ocorriam no tempo das campanhas eleitorais. Em se tratando das lideranças mais destacadas das Ligas Camponesas, conta-nos que somente conhece de ouvir falar.

O proprietário de Sapucaia, onde sua família viveu e trabalhou desde antes do período das Ligas, chamava-se Ivan Figueiredo, que curiosamente não apenas apoiava como também participava ativamente do movimento dos trabalhadores camponeses, pelo qual se destacou como liderança. Um dos fatos que o depoente nos conta é sobre um fuzil que pertencia a Ivan Figueiredo, que trouxe graves consequências para sua família:

Ele tinha um fuzil, na época, Ivan Figueiredo, aí ele pegou esse fuzil, falou com o meu pai e disse: olhe, eu moro aqui na beira da estrada, o exército de vez em quando ficava procurando na casa dele, e tal, e você leva esse fuzil e coloca lá na sua casa, que fica distante – dava quase um quilômetro, lá da estrada pra onde a gente mora, morava – aí meu pai disse: tá certo. Aí levou, passou, ficou lá... ele, na época, num tinha fogão, era fogão de lenha – que acho que vocês não tem na cidade, mas pode falar. E o que foi que meu pai fez, ele fez aquele fogão que tinha assim, de tijolo, botou, direitinho, fez uma capa assim, por cima, pra cozinha em cima, e colocar o fuzil abaixo assim, trancava, quer dizer, ninguém via... era o fogão, certo?! Ninguém nunca ia pensar que ali tinha um fuzil. Aí passou o tempo, com o passar do tempo, uns dois ou três anos, aí de quinze em quinze dias ele [seu pai] tirava, passava um oleozinho, tal, e manobrava que... quem pegava em arma era ele. E, acho que deu um problemazinho, ele foi pra casa do finado Zé Barbosa que consertava essas coisa, e tal, e ele foi pra lá, pra fazer uma limpeza, e tal, consertar, pra deixar o fuzil

em ordem. E lá, quando ele foi né [...] tinha alguém lá que viu, né. [...] na revolução de sessenta e quatro, aí surgiu, alguém falou pra lá que ele tinha esse fuzil. [...] aí quem falou, pra polícia daqui, tinha certeza que ele tinha, porque viu ele [...] aí eu ia completar ano no dia, foi no dia vinte e sete, quando chegaram a noite, sete hora, eu lembro até a hora da noite, já tava escuro, e a polícia chegou lá em casa [...] vinte e sete de abril [de 1964]. Aí chegou [...] e disse, a gente veio aqui e tal, pra... conversar com você, e... assim, uma história meia diferente, né?! Aí minha mãe disse assim: eu vou, com ele. Aí minha mãe foi, os dois, aí ficaram... aí quando chegaram massacraram ele logo, e tal, ele fez assim... eu sei que com três dias após, aí ele disse pra mim: olhe, você vá lá naquele lugar, tire aquele quadro, de lá, e pode colocar de outro lado, ou em qualquer canto que você quiser – falou quadro, isso é pra o povo ali não saber o que era. Aí minha mãe chegou e disse pra mim. Aí minha mãe pegou o fuzil, com um bocado de bala que tinha lá e, a gente foi, cavou um buraco e enterrou lá dentro das cana, fora a parte... porque era pra ele descobrir, porque ele não ia descobrir [...]. Eu sei que minha mãe disse: olhe, lá ele tá sofrendo demais lá, apanhou muito, foi torturado e tudo, aqui na delegacia [de Sapé], no tempo de Luiz de Barros e Ferreira Vaz [...]. Eles dois é que comandavam aqui. [...] prá finalizar a conversa, isso foi no dia vinte e sete que ele foi, no dia vinte e sete de abril, quando foi no dia cinco de maio ele já tinha enlouquecido aqui, ele já não tava normal, de tanto... Aí lascaram a cabeça dele, e disseram que ele pegou uma pedra e que ele mesmo botou na cabeça e foi ele quem fez, e não tem condições de você pegar uma pedra e você mesmo fazer, não tem, não existe isso. Aí eu sei que ele foi pro manicômio em João Pessoa, passou dois meses lá, e com dois meses ele chegou. Quem soltou ele foi até, tirou ele de lá, foi doutor Agassiz de Almeida, que fazia parte também dessas coisas também, de Campina Grande, parece que era de lá também [...]. Ele chegou em casa era dez horas da noite, e eu sei que a gente passou mais de ano tratando dele, mas não ficou nunca mais o normal que era, foi muito torturado, sofreu muito. [grifo nosso]

Ou seja, com toda essa tortura que sofreu, seu pai terminou a vida com sequelas neurológicas graves. Conta também que sua mãe de criação – a biológica ele não chegou a conhecer – sofreu bastante com essa situação de seu pai. Ambos morreram no ano de 1999. Sr. Antônio Domingos reitera que fazia parte das Ligas, mas não frequentava sequer as reuniões, e que, com exceção de Ivan Figueiredo¹³⁹, apenas conhecia o restante dos líderes do movimento de ouvir falar. Entretanto, em se tratando deste líder mencionado, lembra que chegou votar nele – seu primeiro voto, com dezoito anos – nas eleições de 1963 de Sapé. Com o advento do golpe de 1964, Ivan Figueiredo também sofreu muito, chegando ao ponto de ter que fugir em trajes de mulher para não ser descoberto e preso, assim como ocorreu com os muitos outros participantes do movimento.

Oitiva coletiva

¹³⁹ Trata-se do proprietário de Sapucaia, uma pequena propriedade do município de Sapé, que contava com 85 famílias de moradores, de acordo com o depoimento de Sr. Antonio Domingos. Ivan Figueiredo era uma liderança do movimento das Ligas Camponesas e, quando candidato a prefeito de Sapé, quase se saiu vitorioso contra o grupo dos Ribeiro Coutinho. A título de curiosidade, a mulher de Pedro Ramos, Maria da Luz, era sua irmã.

Um ponto em comum, abordado pelos por vários dos depoentes, foi relacionado a histórias de assassinatos a camponeses, cometidos a mando de latifundiários. Descreviam-nos, muitas vezes, com requintes de crueldades. Quando perguntados sobre o local onde se enterravam esses camponeses, Dona Izabel respondeu o seguinte: “é porque às vezes os patrão matava, mas a família não sabia [...] matavam as pessoas e mandavam sumir, jogava seja aonde fosse, seja no mato [...]” complementa dizendo também que no caso das terras de Pedro Ramos, ele “já tinha um lugar de colocar morto, que é atrás da Igreja, tinha um túnel, tinha o cemitério velho por trás... ele mandava o capanga matar um, ele jogava pelo túnel, ele ia cair fora, ninguém sabia onde ficava”. Dona Izabel complementa:

eu conheço um morador, filho de... que era matador de Pedro Ramos, que ele foi morar em Nova Brasília, ele já morreu, tá o filho dele, que é caminhoneiro. Ele tava um dia com Pedro Ramos, e tinha um compadre desse homem partindo lenha, [...] junto onde é a casa da escola. Aí Pedro Ramos disse: “você venha cá”, é... me esqueci o nome dele agora... “vá matar aquele homem, eu quero a cabeça dele agora”. [o morador respondeu] “Seu Pedro, pelo amor de Deus, ele é meu compade, não faça uma coisa dessa, não. Pelo amor de Deus, ele é meu compade, não faça uma coisa dessa não”. [Pedro Ramos retrucou] “Você vai, porque se você não trouxer a cabeça dele eu boto a sua. Escolha dos dois qual é a que você quer” – sim, [me lembrei quem foi], é o véi Felinto, pai de Zé Felinto – aí ele ficou de lá olhando, disse: “eu tou aqui olhando”. Aí ele foi, chegou lá e disse: “mai compade, você não sabe partir lenha, não. Né desse jeito, não, compade. A maneira que eu parto lenha né assim, não. Num instante eu parto”. Como é? [perguntou o trabalhador] “Me dê aqui o machado, que eu digo como é que parto”. Quando ele entregou o machado, ele passou o machado na cabeça dele, rolou a cabeça. Levou e entregou a Pedro Ramos. E Pedro Ramos mandou ele pegar o corpo e jogar num túnel, que tinha por trás do armazém dele. [grifo nosso]

Questionada se essa história tinha ficado conhecida entre os camponeses, Dona Izabel e outros respondem: “[eles] sabem, mas era particular, quem era que ia abrir a boca pra contar isso? [...] Nessa época ninguém falava não, se falasse morria. [...] A maneira desse povo era assim, como na usina, esse pessoal tudo fazia isso”. Sr. Antônio Domingos, completa: “antes das Ligas Camponesas já era, é muito antes”.

Um aspecto relevante que vale salientar, sobre o conjunto desses depoimentos, é que esses remanescentes das Ligas Camponesas, todos eles, estabelecem uma continuidade histórica das lutas do tempo das Ligas até os dias atuais, o que resultou segundo eles, inclusive, na posse da terra para muitos deles, através de assentamentos conquistados via desapropriação pelo Estado. Nesses momentos finais da oitiva Dona Izabel reforça tudo isso, quando perguntada sobre o que ficou das Ligas Camponesas:

Olhe, através do trabalho das Ligas Camponesas é como uma planta que a gente semeia, às vezes demora a nascer aquela planta, vai enraizando e nasce. Hoje em dia, a gente vê hoje, os trabalhos, os assentamentos das Ligas Camponesas foi uma coisa boa pra o pessoal. Muita gente sofreu, mas hoje a gente vê as coisa que tá aparecendo hoje é... semente das Ligas Camponesas. Através da luta do povo, que o povo trabalharam, lutaram, começou a Reforma Agrária – não chegou ainda não, mas tá pra chegar, ninguém sabe quando. Os assentamentos, a suas moradia, de casa... tudo luta daquela época. Quem teve andando ali na Usina Santa Helena 2, aquele pessoal, todo povo ali já tem seus terreninho, naqueles assentamento [...]. Todo mundo tá de barriga cheia, tem as suas lavouras, é aquela coisa bonita. É fruto das Ligas Camponesas. Tudo partiu das Ligas Camponesas. Foi uma batalha, o povo sofreu, mas Deus é pai, hoje a gente não tem nada sem lutar, às vezes não chega agora, mas um dia vai chegando... e eu achei que foi uma coisa boa [...]. Não tem aquela história, que através do sofrimento vem à vitória? Sofre muito e se a gente não vence, não alcança, os filho da gente alcança, os neto da gente alcança, os bisneto alcança aquele fruto que foi semeado... Eu acho que abria a porta, assim, pras pessoas, se alertar um pouco e ter mais atividade com o direito trabalhista, com o direito de moradia e da sobrevivência... Eu acho que foi uma coisa boa.

No final da oitiva, quando perguntamos se alguém gostaria de acrescentar mais alguma coisa, Dona Francisca de Sousa se pronunciou, dizendo que tem uma história interessante que havia se esquecido de contar, sobre a prática do chocalho. Relembra da tentativa que os camponeses fizeram de achocalhar o administrador da fazenda São Salvador, chamado João Gomes. Ela diz:

Acho que todo mundo [aqui] sabe disso. Aí disse não, ele vai achocalhar a gente? Não! A gente [que] vai achocalhar ele. Oxe, aí nesse dia meu marido tava no meio, aí foram um grupo grande, pra achocalhar... aí quando ele viu [...] quando ele veio da cidade pra casa, aí o grupão tava reunido, aí agora a gente vai achocalhar ele. Aí pegaram o chocalho, aí o grupão correu... olhe, ele passou de baixo de uma cerca de arame, aqueles araminho né, de palmo em palmo, ele passou de baixo de uma brechinha daquela [...] o fiapo da camisa ficou tudinho no arame. Aí saiu, foi uma boa... mas o pessoal tomaram conta, viu. Nas passeatas de Seu Ivan, nas passeatas de Ivan Figueiredo, eles gritavam o caminho todinho, que passava na porta dele: “Abaixo João Preá. Abaixo João Preá” [conta isso aos risos, compartilhado inclusive pelos outros depoentes, que possivelmente estavam se lembrando da história]. [...] João Preá era João Gomes, que passou por uma brecha que passava um preá [um animal roedor semelhante ao rato, um pouco maior]. Aí batizaram ele de João Preá, por causa dessa... porque eles iam achocalhar mesmo. Só num achocalharam porque ele passou... [...] Agora, eles achocalhavam mesmo os coitado do trabalhador, [só que] nessa vez eles foram achocalhar o João Gomes, que era o administrador [...]. Agora, João Pedro Teixeira sair com o grupo dele pra achocalhar pessoas, ele nunca fez isso não. [grifo nosso]

Alguns depoentes contam que essa história ficou bastante conhecida entre os trabalhadores e membros das Ligas, que riam bastante do episódio. Sr. Antônio Domingos reforça a história:

[...] botaram o nome João Preá. A gente passava pro comício de Ivan de noite, o povo gritava: “Abaixo João Preá! Abaixo João Preá!” [em tom de euforia e risadas, Sr. Antônio quase não consegue completar a frase de tanto rir]. [...] quem passasse

lá, só passava pra gritar... Mas pegou mesmo, esse negócio pegou mesmo, era geral.
[grifo nosso]

Esclarecem-nos também, mais uma vez, e dizem que essa prática de colocar chocalho era uma prática dos prepostos dos latifundiários, que faziam isso nos empregados. Uma das reações dos trabalhadores organizados foi de tentar revidar, como no caso do administrador João Gomes. Entretanto, confrontando essa fonte com outras existentes, percebemos a existência de outras versões. Assis Lemos, por exemplo, afirma que essa prática ocorria também entre os próprios camponeses, na qual membros das Ligas achocalhavam os trabalhadores que ainda não participavam do movimento, com a intenção de forçá-los a se juntar às Ligas e fazer com que outros o fizessem para não receberem o chocalho. De acordo com as palavras de Assis Lemos de Souza (2008, p. 77):

Surgiu, então, a ideia do “Chocalho”. Esse instrumento é utilizado no gado, para evitar que alguma rês se desgarre do rebanho e se perca. Os camponeses que, após todas as argumentações, insistissem em não comparecer à reunião da Liga, eram levados à força, com um chocalho pendurado no pescoço. Só os doentes eram dispensados. O camponês era conduzido à cidade e colocado no meio da multidão, junto aos outros “enchocalhados”. Ficavam expostos aos olhares e submetidos a uma grande humilhação.

Outra versão nos conta Elizabeth Teixeira, em depoimentos concedidos entre meados das décadas de 1980 e 1990:

Eu não sei nem dizer como apareceu a estória do chocalho. Eu só sei dizer que quando a massa sabia de um trabalhador que era bajulador do patrão, os camponeses iam atrás dele, amarravam um chocalho no pescoço dele e faziam ele dar vivas à Liga Camponesa. (BANDEIRA; SILVEIRA; MIELE; 1997, p. 99).

Apesar de esta prática ter sido alvo de muitas críticas, de acordo com Assis Lemos de Souza (2008, p.78), acabou surtindo efeito bastante positivo, fazendo com muitos se tornassem militantes das Ligas Camponesas. Em Sapé, segundo afirma, a adesão veio em massa.

Antes de finalizarmos, vale fazer algumas observações acerca de um tema que foi abordado em alguns depoimentos deste tópico. Trata-se do papel feminino nas Ligas Camponesas. Através de diversos depoimentos, percebemos que o discurso é de que as mulheres não participavam tão ativamente do movimento como os homens, pois ficavam dando apoio apenas em questões como a confecção das carteirinhas das ligas, etc. Os motivos são diversos, desde a cultura social do período que relegava as mulheres o espaço do lar, onde

deveria trabalhar nos serviços domésticos e na criação dos vários filhos, até a cultura machista que dificultava a participação das mulheres em movimentos de luta política.

Lembremos também que neste período, seja pelo costume, seja pela pouco conhecimento e disponibilidade de métodos contraceptivos, uma grande parte da vida adulta de uma mulher, e muitas vezes até uma parte da juventude, a mulher se encontrava grávida e repleta de filhos para criar, o que limitava sua participação de forma mais ativa nas Ligas. No que se refere a jovens e crianças, lembramos que as meninas desde cedo ajudavam suas mães nos trabalhos domésticos e, quanto aos meninos, ajudavam e acompanhavam seus pais na lavoura, geralmente. Nesses depoimentos, podemos perceber que Sr. Severino, por exemplo, quando possuía apenas treze anos já participava de movimentos de luta e resistência das Ligas Camponesas, mesmo contra sua vontade.

Sobre essa questão da participação das mulheres nas Ligas Camponesas, vale mencionarmos as obras tanto de Francisco Julião, *Que são as Ligas Camponesas* (1962), como da socióloga e jornalista Leda Barreto, *Julião, Nordeste e Revolução* (1963), pois ambas destacam, ainda que de forma velada, o papel de mulheres no movimento. Leda Barreto, por exemplo, defende o potencial das mulheres para a luta no campo, como podemos perceber na seguinte passagem:

Não poderíamos passar adiante sem uma referência ao elemento feminino das Ligas. As mulheres brasileiras, principalmente as habitantes das zonas rurais, são tradicionalmente dependentes dos maridos, pois o seu trabalho não é remunerado, estabelecendo-se por isso a dominação econômica e social do homem no casamento e na família, que é ainda reforçado por um apêgo afetivo, traço próprio da personalidade camponesa. As mulheres vivem em função dos maridos e filhos, pois não têm outra ocupação nem preocupação, o seu ofício é este mesmo. Assim é que, diante de uma perspectiva de luta dos maridos, luta de que poderão voltar ou não, respondem: “Oxente, e que é que eu haverá de ficar fazendo sôzinha em casa? Vai um, vai tudo”.

Partindo-se daí se verá que as camponesas são guerrilheiras em potencial. E não apenas por razões sentimentais mas por motivos econômicos. O marido é quem, bem ou mal, ganha o sustento dos filhos, não há segurança nem esperança fora dêle, pois se o Estado não cuida nem dos trabalhadores, muito menos das famílias dêsses homens. (1963, p. 127-128)

Após entrevistar algumas mulheres no Engenho Galiléia, onde funcionava a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), Leda Barreto fez a seguinte consideração sobre elas:

[...] As mulheres são valentes, dispostas para a luta e tôdas que esta jornalista conseguiu entrevistar se declararam desejosas de lutar junto aos maridos e os filhos, inclusive a esposa de Zezé [da Galiléia], dona Marieta, sexagenária avó de tantos netos (1963, p. 127).

Por sua vez, Francisco Julião destacou de forma positiva o papel das mulheres camponesas para o movimento. De acordo com suas palavras:

Foi igualmente valiosa a ajuda que muitas mulheres camponesas deram durante os dias mais duros e desiguais da peleja. Algumas delas chegaram a ameaçar os maridos de abandono, se não permanecessem fiéis às Ligas e solidários com os companheiros perseguidos. O papel da mulher camponesa na formação e no avanço das Ligas merece registro especial (1962, p. 31).

Ou seja, de acordo com Francisco Julião as mulheres constituíam um elemento especial no que se refere à preservação e fortalecimento das Ligas Camponesas, pois incentivavam seus maridos a permanecerem no movimento.

O nome feminino que ganhou mais notoriedade nas Ligas foi o de Elizabeth Teixeira, entretanto devemos destacar seus dois momentos durante o movimento: inicialmente, esteve também, assim como diversas outras mulheres, restrita ao lar, ao ambiente doméstico. Assim permaneceu até assassinarem o seu marido João Pedro Teixeira. Neste segundo momento, decide assumir a luta de seu marido falecido, tornando-se uma liderança conhecida no movimento camponês¹⁴⁰, não apenas localmente, na Paraíba, como também nacionalmente, chegando a ser citada em obras acadêmicas e jornalísticas, como foi o caso do livro *Julião, Nordeste, Revolução*, da autora Lêda Barreto, publicada em 1963¹⁴¹.

¹⁴⁰ Vale ressaltar que essa nova fase de Elizabeth interferiu diretamente na sua vida no espaço privado, com seus filhos. Além do trágico assassinato do pai, os filhos de Elizabeth também sentiram os efeitos da militância da mãe no movimento, já que até 1962 Elizabeth esteve restrita ao ambiente doméstico, se dedicando integralmente família.

¹⁴¹ Nos depoimentos analisados neste capítulo, Dona Francisca Freitas de Sousa chegou a afirmar que apenas ouvia falar de Elizabeth Teixeira. Já Dona Isabel Regina dos Reis afirmou que conheceu pessoalmente João Pedro Teixeira, tendo com ele contato direto. Já em se tratando de Elizabeth Teixeira, diz que quase não teve contato. Consideramos que até 1962, data do assassinato de João Pedro Teixeira, Elizabeth esteve restrita ao seu espaço privado (o lar). Após essa data, se lança no espaço público, através da luta camponesa e até partidária.

4. NEGÓ FUBA E PEDRO FAZENDEIRO: Dois camponeses assassinados – Memórias de familiares

*Como criar seus cinco filhos Maria?
Na angústia de saber que Pedro, pai, provedor,
Fora tiranizado pela lei da ditadura,
A lei que ditou tão dura, martírio e morte,
Do Pedro que honra e paz proclamava,
Sim! Por causa desta lutava, vida, paz e honradez,
Aos amigos, companheiros camponeses,
Torturados, humilhados, indefesos,
Por algozes e covardes capatazes.*

Náugia Fazendeiro¹⁴².

Aqui continuaremos a parte das oitivas promovidas pelo Grupo de Trabalho *Repressão do Estado e das milícias privadas aos camponeses*. Este capítulo será composto por depoimentos dos quatro filhos vivos de Pedro Inácio Araújo (Pedro Fazendeiro) e da irmã de João Alfredo Dias (Negó Fuba), falecida poucos meses após ter prestado este depoimento. Esses duas lideranças camponesas figuram, oficialmente, como os primeiros desaparecidos políticos após o golpe de 1964.

4.1 – Depoimento sobre Negó Fuba

João Alfredo Dias, que ficou conhecido popularmente como Negó Fuba, foi um dos destacados porta-vozes das Ligas Camponesas. Era sapateiro e camponês. Foi organizador das Ligas de Sapé e chegou a ser perseguido em vários momentos devido o seu trabalho político com os camponeses. Militante do PCB, foi eleito em 1963 como o vereador mais votado de Sapé. Logo após o golpe, foi preso, torturado e ficou detido, juntamente com Pedro Fazendeiro, até setembro de 1964, ocasião em que foram simuladas suas solturas, na madrugada do dia 7, o que é considerado por muitos a emboscada que lhes tirou a vida¹⁴³. Adiante, abordaremos o depoimento concedido por Marina Dias, sua irmã.

¹⁴² Trecho do poema de Náugia Maria de Araújo.

¹⁴³ Ver: NUNES, 2014, p.99.

Ouvida: Marina Dias



Depoimento de Marina Dias (centro), irmã de Nego Fuba.

Marina Dias, irmã de João Alfredo, vivia no Rio de Janeiro. Em sua oitiva estiveram presentes integrantes dos grupos de trabalho: 1- Repressão do Estado e das milícias privadas aos camponeses; 2- Gênero e ditadura e 3- Mortos e desaparecidos políticos, todos da CEVPM/PB. Vale ressaltar que esta não é o primeiro depoimento concedido por Marina Dias, pois, anteriormente, ela já havia prestado algumas entrevistas, como foi o caso de um seminário sobre as Ligas Camponesas realizado na cidade de João Pessoa-PB entre os dias 28 e 29 de abril de 2006, promovido pela Assembleia Legislativa da Paraíba e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)¹⁴⁴.

A depoente lembrou bem que os militares disseram que haviam soltado seu irmão no dia 27 de agosto de 1964 (era um dia de sábado), mas, segundo ela, os presos que estiveram com ele disseram que foi solto apenas no dia 28 (domingo), às 21h. Em conversa com o Coronel Macário, no 15º RI, apesar de o mesmo confirmar o alegado pelos militares, Marina retruca e diz ter certeza que o dia da liberação de seu irmão ocorreu no domingo, dia 28. Não disse ao coronel de onde recebera essa informação para não prejudicar ninguém. A reação do coronel foi desconcertante, ficou sem saber o que lhe dizer.

Assim, a depoente diz que esse episódio foi marcante para ela e que todo dia 28 de agosto ela costuma refletir sobre o acontecido.

Aí quer dizer, todo dia 28, gente, me machuca muito. E por incrível que pareça eu vim essa semana em João Pessoa, na casa de uma amiga, o nome da rua era o que? Macário não sei de quê. E eu falei: meu Deus do céu... no Domingo.

¹⁴⁴ Ver: Apanhado Taquigráfico do Seminário Memória das Ligas Camponesas da Paraíba, Incra, 2006.

Quanto às consequências do golpe de 1964 para a vida de Marina Dias, ela conta que sofreu bastante com o desaparecimento de seu irmão, uma das únicas pessoas que a ajudava financeiramente durante o período em que ficou sem trabalho:

Eu sofri muita coisa lá em Sapé, fui muito humilhada, fiquei... um ano que ele tinha desaparecido, não tinha emprego, quem me ajudava não tava mais, meu marido trabalhava por conta própria e eu sofri muito em 64, 65. Quando foi em 66 eu, me apareceu uma pessoa maravilhosa, meu vizinho, que morava lá no Rio [de Janeiro] e me fez uma proposta de eu ir pro Rio, e eu tava tão humilhada naquele lugar que eu resolvi ir. E fui trabalhar, por incrível que pareça, gente, eu acho que nem nunca contei isso, por incrível que pareça, eu fui trabalhar na casa de um coronel da Marinha. Com todos os retratos, com todas coisinha dele, escondido, guardava... a filha da minha patroa pegava a carta do namorado dela, escondia dentro da minha mala, quando eu ia pegar uma carta para mandar para o Norte, pra vir pra cá, encontrava ela... eu ficava agoniada pensando que ela tinha visto aquele retrato [possivelmente o retrato de seu irmão João Alfredo]. [...] Nunca tinha trabalhado em casa de ninguém, não tava acostumada naquela casa, aí fui, saí dali e fui trabalhar em outra casa de um coronel do Exército. Aí também foi aquela coisa toda, eu escondia [as lembranças de seu irmão, como fotografias etc.] mas já não era tanto... e passei, não podia falar nada, quem eu era, tinha a maior vontade de falar quem eu era, né, tinha vontade de falar, dizer do meu irmão, mas não podia naquela época. E eu fiquei até, eu acho que é oitenta e pouco, não, foi que eu me declarei quem eu era. Sofri muito mas... a saudade é grande do meu irmão.

Marina nos diz que sua mãe morreu quando ela ainda ia fazer quatorze anos, por volta do período anterior ao golpe de 1964. Seus pais haviam se separado quando ela tinha apenas sete anos. Seu irmão mais velho, José Alfredo (que havia falecido três anos antes da data desta oitiva) já era casado e tomou conta da família. João Alfredo, que era o segundo mais velho, trabalhava como sapateiro. Conta-nos que este último era bastante carinhoso com sua mãe e tinha o hábito de ler jornais pela manhã, enquanto deixava assando o milho. Quando terminava, avisava a sua mãe que o milho já estava assado e que ele já ia trabalhar. Quando sua mãe morreu, João Alfredo ficou morando e trabalhando num quatinho próximo à Igreja, mas já estava envolvido com a política, participando de comícios.

Já Marina Dias, foi viver com seu pai, entretanto, ela afirma que queria ter ido morar com seu irmão mais velho (José Alfredo). Seu outro irmão, Ascendino, chamado também pelo apelido “Dino”, trabalhava num bar em Guarabira. Ou seja, eram ao todo quatro irmãos, sendo ela a única mulher.

Ela detestou viver com seu pai, porque quando olhava para sua madrasta ela via todo sofrimento da sua mãe, que apanhava do seu pai quase todo dia, e sua mãe dizia que era por causa dessa mulher. Conta que sua madrasta implicava bastante com ela, inclusive com discriminação por causa de sua cor. Vejamos esse trecho:

[...] ela [sua madrasta] criava uma menina mais nova do que eu, e era branca, e ela falava, quando meu pai falava em comprar alguma coisa pra mim, ela falava: “tem

que comprar pra minha filha, que é branca”. Se aparecia uma pessoa pra eu ser madrinha com meu pai, porque meu pai morava na terra da usina e tinha... plantava coisa, e o pessoal gostava de tomar ele pra... aí ela falava: “não! Tem que ser Maria porque ela é branca e é minha filha, e a Marina só é sua filha”. Quer dizer, foi um sofrimento pra mim, aí eu escrevi uma carta para João [Nêgo Fuba] e falei pra ele que não aguentava mais aquele sofrimento. Aí ele escreveu pra mim e falou assim, olhe... primeiro eu escrevi uma carta pro meu pai e tinha falado que ele ia vender a casa, que ele fosse pra dentro de casa. Aí, quando eu vi que o negócio tava ruim mesmo, aí eu escrevi uma carta pra ele mesmo, dizendo que não tava mais aguentando. Aí ele falou assim: “você está aí porque você quer, você venha pra aqui morar comigo, porque que um pão que eu comer você come também. Venha embora logo”. Aí eu falei com meu pai e ele disse assim: “é... eu estou vendo que o negócio está ficando feio, eu tou até capaz de fazer uma loucura aqui, uma... havia qualquer coisa, porque eu tou vendo que a mulher só é contra você. Eu acho melhor você morar com seu irmão, eu vou dar uma ajuda a ele. Aí eu fui pra dentro de casa, aí graças a Deus parou meu sofrimento, meu pai sempre ajudava e ele [Nêgo Fuba] também trabalhando. Aí depois meu irmão [possivelmente Ascendino, já que o José Alfredo era casado] voltou, também ficou dentro de casa, e ficamos nós três até quando... até quando ele... eu casei, aí depois eu casei – eu casei em 61 e ele [Nêgo Fuba] foi morar no quarto, voltou a morar no quarto. [grifos nossos]

João Alfredo Dias, pouco tempo após sua irmã casar, no ano de 1961, começou a trabalhar como servente no SAMDU e depois fez um curso de enfermagem (possivelmente deve equivaler ao que hoje chamamos de curso técnico de enfermagem).

Marina afirma que, nesse período em que morou com o irmão João Alfredo, ele já era envolvido com política, mas diz que não podia dar muitos detalhes, pois seu irmão não falava sobre isso com ela, na casa. Diz que, mesmo se perguntassem a ela naquele período, ela não saberia dizer, pois ele não falava.

Lembra que seu irmão lia bastante, chegando a usar inclusive a luz de candeeiro como iluminação, pois em sua casa não tinha luz. Que ele sempre quis estudar, mas o pai não deixou. Lembra-se inclusive de uma surra que o irmão levou do pai por causa dessa insistência para estudar. O pai argumentava que ele tinha que trabalhar, e não estudar.

Sobre o envolvimento do irmão com o Partido Comunista, ela diz que só sabia o que ouvia de outras pessoas quando comentavam sobre o assunto. Outros indícios consistiam nas viagens constantes que João Alfredo fazia ao Recife, além dos recebimentos de livros vindos de fora.

Finalmente, quando ele foi para China, ela obteve a confirmação. Foi somente após o casamento de Marina, em 18 de junho de 1961, que Nêgo Fuba viajou, o que ocorreu no final deste mesmo ano. Marina nos conta que essa foi sua preocupação: somente viajar após deixá-la casada. Uma das razões para isso era que ele sempre combinava um horário para que seu irmão Ascendino estivesse em casa lhe fazendo companhia, porém, quando João Alfredo chegava mais cedo em casa, percebia constantemente a ausência de Ascendino. Então ele decidiu que antes de viajar precisava deixar sua irmã casada, pois a viagem seria longa, de

aproximadamente seis meses. Marina, no entanto, não explicita para onde seu irmão viajara exatamente, fala de forma vaga que ele viajou para “Cuba, para China...”.

No que diz respeito ao movimento das Ligas Camponesas, Marina nega se lembrar de muitos detalhes, mas afirma que os trabalhadores queriam terra para trabalhar. Ela faz uma analogia com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mas diz que o MST quer invadir. Afirma não ser contrária a esse movimento, mas lembra da posição de seu irmão, que queria terra para todo mundo trabalhar, mas não para “invadir” as terras das pessoas.

Quando questionada sobre quais eram os objetivos das Ligas Camponesas, Marina responde:

Olha só, eu assim não tenho muita lembrança. É porque eu acho que eles queria... num é como esses agora... eles queria terra pra o pessoal trabalhar, mas esse outro, como é o nome... [um membro da CEVPM/PB cita o MST e ela responde afirmativamente] querem invadir. Eu não sou contra mas eu me lembro da posição do meu irmão [Nêgo Fuba], meu irmão queria terra, mas pra todo mundo trabalhar, não pra invadir as terra do pessoal. Então o pessoal dá um pouco de terra pra cada um trabalhar. O que ele falava era isso.

Questionada se ela chegou a ter contato com a família de João Pedro Teixeira, Marina responde que não. Marina diz ter conhecido João Pedro Teixeira, mas não conheceu Elizabeth e seus filhos. Disse que ia sim para os comícios, acompanhando todos os que o irmão participava. Inclusive nos conta que no dia em que Juscelino Kubitschek esteve em Sapé, fora ela a jovem que deu a sombrinha para o presidente se proteger do sol, próximo ao hotel central de Sapé.

Durante a oitiva, Marina nos mostra uma fotografia ampliada na qual ela indica a sombrinha que deu para o ex-presidente JK. A depoente ganhou essa fotografia ampliada do filho de Assis Lemos. Na foto estão presentes: Ivan Figueiredo, Assis Lemos, Geraldo Camilo¹⁴⁵, Juscelino Kubitschek (segurando a sombrinha dada por Marina), e Rui Carneiro.

Marina nos conta a respeito de uma vistoria que o exército deu em sua casa, ainda no período anterior ao golpe militar, pouco após seu irmão João Alfredo ter retornado de uma viagem a Cuba. Provavelmente, com a posse de um mandado de busca e apreensão (possivelmente era isso, já que antes de entrarem na residência, conforme nos conta Marina, os militares fizeram uma leitura de um documento que permitia a entrada dos militares na

¹⁴⁵ Foi eleito prefeito de Mulungu no período de 1960 a 1964. Médico, eleito com o apoio das Ligas, Geraldo afirmou recentemente, em evento promovido pela CEVPM/PB na Assembleia Legislativa da Paraíba, em 06 de junho de 2015, que foi cassado pelos seus opositores militares, em 1964, antes de terminar seu mandato.

casa) os militares adentraram na residência à procura de armas e munições, considerando a possibilidade de terem sido contrabandeadas de Cuba.

Vale lembrar que havia razões para essa desconfiança, já que fora descoberto pelo exército a participação de algumas pessoas da comitiva que viajaram a Cuba em treinamentos de guerrilha. Os militares procuraram pelas armas em toda a sua casa, mas os únicos objetos que encontraram vindos de Cuba foram diversos livros, conforme atesta Marina:

Agora você vê, tinha tanto livro, de Fidel Castro, tinha tudo, não pegaram um livro... porque tinha muito livro, só queriam arma. Aí quando eles terminaram, olharam bem assim pra mim e falou assim: “É...não encontramos nada, só se for no telhado, mas isso a gente não vai fazer”.

Após cerca de seis meses o exército volta à casa de Marina em busca de armas novamente. Em ambas as vezes que teve sua casa revistada, os militares nada levaram. Quando perguntada sobre esse tipo de ação por parte da polícia militar, Marina responde que nunca teve sua casa vistoriada por policiais, apenas pelo exército.

Sobre o seu pai, Alfredo Ulisses Dias, Marina diz que ele não trabalhava exatamente na usina, mas numa terra que pertencia à usina. Era num lugar que o pessoal chamava por Taboca. Plantava cana para a Usina nesse lugar e tinha uns três ou quatro moradores para trabalhar para ele. Isso tudo no período em que a propriedade pertencia à família Ribeiro Coutinho (Renato Ribeiro Coutinho). Estava na condição de foreiro. Marina nos conta que quando descobriram que seu filho era João Alfredo, expulsaram-no das terras sem direito a nada. Isso ocorreu ainda antes do golpe de 1964¹⁴⁶.

Nesse período o seu avô ainda era vivo, mas já não trabalhava mais. Morava próximo de seu pai (Alfredo Ulisses). Conta que faleceu com quase 100 anos de idade¹⁴⁷. Sobre seu trabalho, Marina diz que ele plantava cana e recebia em troca algum dinheiro, que seria usado

¹⁴⁶No que se refere a esse acontecimento, é bom lembrar que muitos outros moradores foram expulsos nessa mesma condição, o que era uma tendência cada vez mais comum no período, quando as terras passaram a se valorizar a partir de meados da década de 1940, sobretudo com o pós-guerra, juntamente com os negócios oriundos da cana-de-açúcar que cresciam devido a alto dos preços do açúcar no mercado, além de maiores benefícios conferidos pelo Estado.

¹⁴⁷ Como observou Waldir Porfírio, um dos membros da CEVPM/PB que participou desta oitiva, o avô de Marina possivelmente chegou a viver como escravo e, a partir da abolição da escravatura em 1988, teria entrado no “sistema morador”, um sistema que vigorou desde o período colonial e cresceu paulatinamente à medida que a escravidão foi se extinguindo no Brasil. Consistia num acordo, geralmente oral e sem contratos oficiais, entre um proprietário de terras e um trabalhador rural, na qual o primeiro disponibilizava uma pequena área, geralmente chamada de sítio, para o segundo e em troca recebia alguns dias de trabalho gratuito, chamado no nordeste de cambão, em sua propriedade. Esse sistema funcionou até o período anterior às Ligas Camponesas sem grandes contestações e conflitos. A partir de meados da década de 1940 e, sobretudo, nas décadas de 1950 e 1960, esse sistema começou a ficar em xeque, pois a classe dos proprietários passou a alterar este contrato secular, aumentando os dias de trabalho gratuitos de forma arbitrária e não conferiam nenhum direito aos trabalhadores quando desejavam expulsá-los do sítio cedido. Esses trabalhadores pouco a pouco começam a se organizar e passam a não aceitar passivamente este processo.

geralmente na compra de produtos vendidos no barracão¹⁴⁸. Marina diz que nasceu em Sapé e que seu pai trabalhava num roçado em Boa Vista, numa localidade chamada de Açu do Mato; quando se separou de sua mãe, foi morar em Taboca, próximo do seu avô, trabalhando para a Usina Santa Helena.

Marina não sabe detalhar como foi que seu irmão João Alfredo começou a se envolver na política, mas lembra-se do período em que se candidatou a vereador de Sapé, nas eleições do ano de 1963. Lembra-se que seu irmão dizia no palanque: “me corte, me mate, me corte em cinquenta pedaços... é cinquenta comunistas!”.

As ocupações de Nego Fuba, de acordo com sua irmã, foram: de sapateiro, depois servente da SAMDU e depois enfermeiro (chegou a fazer um curso na SAMDU para exercer essa profissão).

Marina diz que seu irmão não era carinhoso do tipo “de viver se declarando”, dizendo que a amava. Ele tinha seu jeito mais reservado, porém suas atitudes mostravam isso, pois qualquer aumento que ele recebia ele dizia que iria reservar um dinheiro para ajudar Marina. Lembra-se que o primeiro salário que ele recebeu de enfermeiro da SAMDU ele deu a Marina, que usou para comprar uma máquina de costura.

Sobre a viagem dele a Cuba, à China, à União das Repúblicas Soviéticas Socialistas (URSS) e qualquer outra coisa que envolvesse política, Marina não sabe informar quase nada, pois afirma que o irmão não conversava sobre isso dentro de casa. A respeito do apelido, Nego Fuba, Marina acha que deve ter a ver com sua ida para Cuba, pois somente depois desse episódio seu irmão foi assim batizado. A depoente lembrou também de uma localidade em Sapé que era chamada de Cuba. Tinha a Cuba de baixo e a Cuba de cima.

Recorda-se que o irmão Nego Fuba sempre foi bastante calado, desde a infância. Sobre esse período, nos conta:

Meu irmão [José Alfredo] mais velho vendia tapioca [...] aí quando Zé Alfredo ficou maior, né, já...aí disse que... botava o tabuleiro na cabeça e saia vendendo tapioca. Aí ele falou assim: “oh mãe, eu vou trabalhar, não vou mais vender tapioca. Quem vai vender tapioca é João.” E ele [João Alfredo] falou: “Eu não! Eu não vou vender tapioca” – eu me lembro dessa discussão – “eu vou trabalhar e não vou vender tapioca”. Aí o Dino [Ascendino, o irmão mais novo] foi vender tapioca.

Marina conta que a venda da tapioca era para o sustento da casa. Dava possibilidade à mãe de sustentar seus filhos, pois o que recebiam de seu pai era muito pouco. Afirma que sua

¹⁴⁸ Os barracões eram armazéns onde os patrões, ou alguém ligado a eles, comercializavam produtos para o consumo dos trabalhadores. Sem alternativa, dada a distância das cidades arredores, os camponeses muitas vezes se viam endividados, pelos altos preços dos produtos.

mãe morreu em 1951, mas não sabe dizer a causa, argumentando que naquele tempo ninguém diagnosticada a doença dela. Lembra-se que sua mãe sofreu muito, pois seu pai havia batido muito nela durante o casamento. Mesmo assim, diz que sua mãe gostava dele.

Seu irmão foi eleito nos meses finais de 1963, chegou a tomar posse em janeiro de 1964, e pouco tempo depois, em março, aconteceu o golpe. No dia do golpe, quando escutaram as notícias, ainda na madrugada, de acordo com Marina, Nego Fuba foi colocado numa ambulância junto com dois médicos da SAMDU, Dr. Alceu e outro que ela esqueceu o nome, e foi levado para fazenda deste primeiro, que ficava em Guarabira, numa tentativa de camuflagem. Marina nos conta uma história que tinha ouvido dois dias antes de prestar esse depoimento a Comissão, sobre um acontecimento em meio a essa fuga:

[...] a polícia chegou e falou: “vamos abrir pra ver o que é que tem aí dentro dessa ambulância”, aí um médico, esse doutor que eu esqueci o nome, podia ter escrito o nome dele, falou assim: “não, nós tamos levando uma mulher pra ganhar neném”. Aí foram embora [...]

Isso ocorreu na madrugada da quinta-feira e Nego Fuba ficou nessa fazenda até o sábado de madrugada, que foi quando o Exército o encontrou. Segundo Marina, esses médicos e amigos de seu irmão já estavam preparando outro local para transferir João Alfredo. Para Marina, a polícia localizou seu irmão possivelmente através de alguma denúncia que pode ter vindo dentre os próprios funcionários da SAMDU.

Segundo seus relatos, no sábado pela manhã, Marina já se encontrava angustiada com a súbita fuga de seu irmão quando foi surpreendida por uma provocação que lhe fizeram, na qual cantarolavam dizendo que Nego Fuba estava cortado em cinquenta pedaços num saco dentro da delegacia, fazendo alusão ao que João Alfredo dizia em cima do palanque no período eleitoral, de que se o matassem e cortassem em cinquenta pedaços, seriam cinquenta partes de um comunista. Marina reconheceu algumas pessoas que participaram dessa provocação, como as filhas e filhos de Antônio Matias¹⁴⁹, que era partidário da UDN. De acordo com Marina, quem antes lhe provocou, hoje a beija, quando está em Sapé.

Após o golpe civil-militar de 1964 foi comum Marina sofrer discriminação, ouvir desaforos e piadas se referindo ao seu irmão e sua condição. Ela foi constantemente ridicularizada em Sapé, onde vivia, sendo chamada em alguns momentos de Nega Fuba. Quando perguntada sobre essas pessoas que faziam as provocações, Marina responde dizendo que não eram os camponeses, pois estes a respeitavam. Essas provocações eram dirigidas por pessoas ligadas a opositores políticos de seu irmão.

¹⁴⁹ Não confundir com o suplente de João Alfredo Dias nas eleições de 1963, que tinha mesmo nome.

Seu marido, Francisco Caetano da Silva, trabalhava por conta própria perto da feira, fazendo cela para cavalo, e ajudou Marina nos momentos difíceis logo após o golpe de 1964. Foi ele quem confirmou a Marina que João Alfredo estava vivo. De acordo com depoimento de Marina, seu marido foi até a delegacia de Sapé para investigar e viu Nego Fuba dentro de um caminhão do Exército junto com outros presos para ser transferido para o 15º Regimento de Infantaria, em João Pessoa.

De acordo com seu relato, no domingo Marina foi de ônibus para João Pessoa, ao quartel, procurar por informações e aí recebeu a notícia diretamente do quartel de que seu irmão estava preso e, ainda, que todos os presos estavam incomunicáveis (tomando-se a ideia de que Nego Fuba foi preso num sábado pela madrugada, segundo conta Marina, e no mesmo sábado foi transferido da delegacia de Sapé para o 15RI em João Pessoa).

Em meio às dificuldades pós-golpe de 1964, Marina relata que seu pai e seu irmão tinham certa condição financeira que os permitia ajudá-la a visitar Nego Fuba, mas ninguém oferecia ajuda. Relata que nem ela e nem sua família sofreram qualquer perseguição da polícia ou do exército após o golpe.

Na volta da visita do domingo pós-golpe, Marina pegou um ônibus para rodoviária e enfrentou a viagem triste que narra a seguir:

Apanhei um ônibus até a rodoviária, quando eu sentei... o ônibus estava cheio, eu sentei na parte de trás, naqueles bancos de trás, aí sentou-se dois rapaz, dois soldados do Exército, aí falou assim: “rapaz, eu tou tão cansado, aí botou a mão assim... mas eu tou tão cansado, eu passei a noite toda em pé, com aqueles presos que vieram de Sapé”. Aí o outro falou: “eu também rapaz, mas olhe, a noite toda, olhe eu tou...”. [...] eu cheguei pra ele e falei assim: “você viu um preso, um preso que o pessoal tava chamando ele por Nego Fuba?” Ele: “Dona, eu não posso falar isso não, dona. Não posso falar o que eu vi lá dentro não, porque lá de dentro ninguém pode falar nada” Aí eu falei: “não meu filho, eu só queria saber porque a irmã dele, é... porque ele foi preso, o pessoal disse que bateram muito nele e a família dele [...] a irmã dele tá muito preocupada, a mãe dele – botei até a mãe, tudinho – estão preocupadas. Meu filho, faz o favor, fala pra mim. O que você falar eu não vou falar, eu não conheço você”. Aí ele: “Dona, eu não posso falar não”. Aí depois que eu pelejei, fui conversando com ele e tal, aí ele falou assim: “é um moreno né?!” e eu falei: “é...”. Aí ele falou assim: “olha, realmente bateram muito nele!”. E ele falou isso e eu comecei a chorar. Aí falei: “olha, eu sou a irmã dele, mas eu não te conheço.” Ele olhou assim pra mim e disse: “é, a senhora dá até pra trabalhar numa televisão, porque a senhora se fez de boba”. E eu falei: “não meu filho, mas eu agradeço, eu só queria saber.” Aí ele: “mas ele tá andando, mas bateram muito nele mesmo, bateram muito nas costas dele”.

Sua vizinha, Cleonice Lucena, tinha um primo que trabalhava no quartel, e disse para Marina procurá-lo. Através dessa pessoa, Marina passou a receber notícias de seu irmão durante cerca de dois meses (abril e maio) em que João Alfredo esteve preso e incomunicável. Apenas no final do mês de maio Marina conseguiu vê-lo pela primeira vez, depois de preso.

Marina também tinha um primo que servia ao Exército e ele também lhe dava notícias do seu irmão. Certa vez, seu primo lhe avisou de um dia que haveria visita aos presos do 15RI e que ela poderia ir visitar seu irmão. Pediu que quando chegasse lá, fingisse que não sabia de nada, pois argumentou que as coisas que aconteciam dentro do 15RI não podiam ser divulgadas.

[...] quando eu cheguei lá, [...] falei normalmente: “tem visita pra João Alfredo?”. Sempre diziam que não, aí ele mandava um bilhetezinho pra mim, nos dias que eu ia, ele escrevia assim, duas linha: “minha irmã, não se preocupe! Eu estou bem.” Aí, quando eu fui nesse dia falaram pra mim que tinha visita pra ele, aí já foi esse tenente que veio me atender [o primo da sua vizinha Cleonice Lucena], aí falou assim: “Marina, hoje você vai ver o seu irmão”. Aí me botaram numa sala de espera. Aí fiquei lá sentada e nada, nada... aí depois ele foi lá e disse: “gente, traga esse homem” – que ele tava tomando banho de sol. Aí eu naquela agonia, levantava, sentava, levantava pra lá e pra cá. Aí ele disse assim: “gente, traga o irmão dessa senhora que ela tá nervosa, claro que ela tá nervosa, tanto tempo que ela não vê o irmão e ela quer ver o irmão. Traga logo ele!”. Aí ele veio, e eu o abracei. Um abraço que até hoje... [fala de forma bastante emocionada]. Aí eu falei pra ele, e ele chegou com uma cara assim... [Marina disse]: “e você tá inchado, meu irmão?” Ele falou: “não, é porque eu tou gordo. É porque eu tou aqui, só comendo, comendo, sem fazer nada, eu tou gordo”. Mas não era não, era inchação mesmo, que bateram muito no rim dele, Ivan Figueiredo depois me contou também. Aí só que eu falei assim: “mas não quebraram nada seu não?”. Aí ele levantava assim a camisa [e dizia]: “olhe, olhe, olhe... eu não tenho nada quebrado não, minha irmã, eu não tenho nada não! Eu tou bem, eu tou bem”, só falava assim.

Depois dessa visita, Marina diz que seu irmão ainda ficou preso cerca de 20 dias. Antes de ser solto pela primeira vez, Marina conta que ainda chegou a visitá-lo novamente. Lembra que era um período próximo de seu aniversário, dia 23 de junho, e que seu irmão gostava muito de comemorar, tanto que falou:

Olhe, se eu não for solto até o dia do meu aniversário você faça, mande a minha prima – que tinha Mariazinha, uma prima minha – fazer um bolo e trazer pra mim comer aqui com meus amigo. Aí eu disse: “tá certo”. Aí quando foi uns dia antes ele chegou. Que eu me lembro que ele foi solto num dia de sábado. Foi solto num dia de sábado e com 15 dias ele foi preso de novo, ficou andando na rua.

Depois que foi solto pela primeira vez, Nego Fuba voltou a morar em Sapé, mas não comentou nada a respeito da prisão com sua irmã. Seu pai e irmão ainda chegaram a oferecer dinheiro a João Alfredo para ele ir embora para o Rio de Janeiro, mas ele não aceitou, dizendo que não iria se acovardar. Depois de 15 dias solto, volta a ser preso. Nessa segunda prisão Marina o visitou algumas vezes e recebia permissão para visitas. Marina falava com seu irmão através de uma grade. Em sua última visita, Marina se lembra de ele ter lhe dito:

Olha Marina... quando eu sair daqui, eu tou pra sair daqui. Vão me soltar, não sei quando mas ta... ta parecendo que eu vou sair logo daqui. Agora, quando eu sair daqui eu não vou mais dormir nenhuma noite em Sapé, eu vou embora, pode dizer ao meu pai. Aí ele falou assim: “chega de sofrer, chega de fazer você sofrer, porque

nisso tudo quem tá sofrendo só é você, porque você sai de lá e vem me visitar. Ninguém vem me visitar, só você. Eu não tiro a razão do meu pai – porque meu pai trabalhava na roça, né – e nem tiro a razão do meu irmão, porque eu sei lá tudo... e só você que vem me visitar”. Essa frase ficou gravada em mim: chega de sofrer! Aí eu falei assim: “meu irmão, você vai fazer... vai me dá esse gosto, você vai embora?” E ele falou: “vou, eu te prometo que vou”.

No que diz respeito à segunda prisão de Nego Fuba, Marina disse apenas que o pegaram andando na rua e o prenderam¹⁵⁰.

Sobre a sua ida para o Rio de Janeiro, Marina justifica dizendo que após a morte de seu marido no ano de 1965, vítima de hepatite (diz que ele bebia muito), viu-se em grande dificuldade financeira em Sapé. Ela não tinha filhos. Um de seus irmãos, Ascendino, tinha uma loja de sapatos, mas depois que se casou aconteceu alguma coisa (que Marina não sabia o que fora) e ele fechou a loja. Depois disso, acabou indo para Brasília com a mulher e filho. Depois esse irmão voltou para Sapé, mas sem nada, e acabou trabalhando como servente no Clube Estrela¹⁵¹, de onde foi sócio fundador.

Marina fazia umas roupas para um de seus irmãos vender na feira, chamada roupa de carregação, geralmente utilizadas pelos trabalhadores da roça. Por ela saber costurar, fazia esse tipo de serviço, mas não lhe rendia bom dinheiro, tanto é que, em certos dias, quase não tinha o que comer.

Um antigo vizinho de Sapé tinha ido morar no Rio de Janeiro e, no período que voltou a Sapé de visita, perguntara a outra vizinha como é que estava Marina, que respondeu segundo conta a depoente:

A situação da Marina não está muito boa não, porque o marido morreu, não deixou NPS¹⁵², não deixou nada. E o Dino [o irmão Ascendino] acabou com tudo, tá vivendo com o dinheirinho que ganha lá no Clube [Estrela] e Marina fazendo outra coisa, e o Zé Alfredo [seu outro irmão] dá o dinheiro a ela quando quer. [grifo nosso]

Marina nos conta como tomou a decisão de ir morar no Rio de Janeiro a seguir, relatando que nesse momento havia encontrado uma oportunidade única, a qual não deveria deixar escapar, principalmente devido à situação em que se encontrava, desamparada, depois do desaparecimento de seu irmão.

¹⁵⁰ Esta segunda prisão está ligada ao Inquérito Policial Militar (IPM) do grupo dos onze (uma organização criada no ano de 1963, pelo então deputado federal Leonel de Moura Brizola), instaurado em junho de 1964. Sobre essa prisão, vale apenas conferir: PORFÍRIO, 2013b.

¹⁵¹ Trata-se de um clube recreativo localizado na Rua Padre Zeferino Maria, em Sapé. Está em funcionamento até hoje.

¹⁵² Provavelmente a depoente quis dizer INPS, e não NPS, e talvez quisesse de referir à pensão em decorrência da morte do marido. A sigla correta refere-se ao Instituto Nacional da Previdência Social.

Eu já tinha escrevido uma carta para um tio que eu tinha lá [no Rio de Janeiro]. Aí meu tio mandou dizer que o Rio era uma verdadeira ilusão. Aí Seu José chegou lá em casa, aí ficou conversando, e tal, aí falou assim: “Marina, você não tem vontade de ir ao Rio de Janeiro, não?”. Eu falei: “Seu Zé, eu tenho, só que ainda não fui por falta de oportunidade”. Aí ele falou assim: “se você quiser ir, eu te levo” – ele vinha, fazia compra no Ceará e levava pra vender aqueles bordados lá no Rio – aí ele disse: “eu tenho uma freguesa que tá precisando de uma pessoa. Eu vou levando uma pessoa, uma senhora, mas eu não conheço tanto como eu te conheço, e duas freguesa minha me pediram uma pessoa, e se você fosse eu ia levar pra uma pessoa que é muito minha freguesa e já conheço a muito tempo. Você quer ir?” Eu falei: “é seu José, eu vou pensar”. Aí ele foi embora. Aí eu fui lá, mexi assim, tinha uns quatro, tinha mais água que carço, o feijão. Mexi aquilo pra lá e pra cá e falei assim: “meu Deus, o que é que eu vou fazer aqui se eu perder essa oportunidade? Não vou pegar mais outra... Eu vou pro Rio”. Sai correndo, aí passei meu irmão tava sentado, na porta, lá na venda dele. Aí pra mim ele falou assim: “pra onde vai? Pra onde vai assim correndo?” E eu correndo, tem uma ladeirinha – até hoje ainda tem – aí eu correndo, aí eu em vez de dizer assim: “eu vou ali”, eu falei: “eu vou pro Rio”. Aí fui, quando cheguei lá cansada na casa da vizinha, da senhora que ele tava lá, aí disse: “seu José, compre minha passagem que eu vou embora, que eu vou com o senhor”. Ele falou: “mas já? Você não disse que ia dar um tempo?”. Aí falei: “não, mas eu já resolvi. Eu vou é agora, pode comprar minha passagem. Olha Naninha [a vizinha] e você vai oferecendo aí meus móveis que eu tou vendendo tudo”. E ela disse: “pode deixar”. E ela foi oferecendo, meus móveis era uns móveis bom, naquele tempo, de madeira, sabe?! Olha... naquela época fiz uns cento e pouco de dinheiro. Paguei minha passagem, foi 32, trinta e pouco, cruzeiros [o nome da moeda], eu não me lembro. Paguei minha passagem, dei dinheiro pro meu irmão, aí fui no meu irmão casado, cheguei pra ele e falei assim: “olha, eu nunca te pedi nada. Eu já passei até necessidade ali dentro de casa mas eu nunca cheguei pra você assim e fala Zé, me dá um biscoito, me dá um jáú, nunca te pedi nada. Agora, eu vou te pedir hoje, não pra mim, eu vou pedir pra meu irmão. Você dá um prato de comida a ele? Não precisa dar dois não, só precisa dar um que o outro ele se vira. Que o prato que você der pra ele de meio dia já serve, e quando for em Janeiro vou mandar buscar ele. Como é que a pessoa vai dizer em Janeiro vai buscar ele sem ter um emprego certo, me diz? Mas naquela hora, os anjos disse amém. Aí eu fui trabalhar na casa desse coronel da Marinha [a freguesa era esposa desse coronel, e eles moravam no bairro Engenho da Rainha]” [grifo nosso]

Marina foi morar no Rio no ano de 1966, numa viagem que teria sido um pouco dramática, pois, de acordo com o que Marina descreve:

Viajei cinco dia, nunca tinha visto feijão preto, fui comer da Bahia, me deu uma dor de barriga, não comi mais nada, cheguei na casa de Seu José, fui comer, Maria disse assim, a filha dele que era minha amiga, Marina aqui tem é feijão preto, em 66 heim, me lembro de tudo! [...] Aí ela falou assim, olhe Marina a janta... cheguei lá no Rio era sete horas da noite, uma chuva, pensando, via aquele cartão postal bonito, quando cheguei no Rio só tinha lama, barata andando, [pensou]: “ué, o Rio é assim?”. Eu fiquei... pelos cartão postal que eu via tão bonito, e vi aquilo ali! Tive uma decepção do Rio... Aí, ela pegou [e disse]: “só tem feijão preto”, eu disse: “eu quero”. Aí comi feijão preto com carne assada, aquele pedaço de batata, até hoje eu lembro, tava contando pra minha sobrinha e ela disse: “mas que danada!”.

Voltando a tratar sobre Nego Fuba, a sua segunda prisão ocorreu no mês de julho e foi diferente da primeira, em que o deixaram preso e incomunicável durante muito tempo. Nessa segunda vez, ele sempre pôde receber visitas em algum dia da semana. Até que um dia (a

depoente não especificou a data exata nesse trecho do depoimento), um homem chamado Jairo, amigo de Nego Fuba, que havia sido preso junto com ele na primeira vez, contou ao marido de Marina que seu então cunhado havia sido solto novamente.

Quando soube, Marina logo estranhou, pois ele ainda não havia chegado em casa. Assim, no domingo, oito dias após sua soltura oficial, segundo conta, ela foi até o 15 RI perguntar por ele. Chegando lá, foi atendida pelo Major Cordeiro¹⁵³, que lhe informou que seu irmão havia sido solto no dia 27 de agosto. Mostrando-se um tanto quanto supersticiosa, Marina diz ter sonhado que ele havia sido solto no dia 28, e que logo então reagiu de forma descuidada, sem atentar para uma possível armadilha, pois ficou desorientado com a liberdade súbita.

Algum tempo depois, deram para Marina o endereço da casa do Major Cordeiro, e, quando ela chegou, o coronel Macário estava lá, e então teve a seguinte conversa com os oficiais:

Quando eu cheguei o Macário tava lá, aí ele tava lá, aí falou assim para o Cordeiro: “olha... você atende ela...”. Sim, quando eu cheguei lá eles tavam sem farda, aí eu olhei assim, não sabia nem qual era um nem o outro, aí perguntei qual era o major Cordeiro, que eu vi tão diferente. Aí ele disse: “sou eu, o que é que a senhora deseja?”. Aí eu falei assim: “eu sou a irmã de João Alfredo Dias, porque ele foi solto e até aqui não aparece, não apareceu”. Aí ele: “mas o que é que a senhora quer que eu faça?”. Eu digo: “mas o que é que o senhor quer que eu... ele tava preso lá no quartel, e vocês não me dão definição nenhuma, onde é que eu vou procurar, quem é que eu vou procurar? O senhor não acha que eu tenho que procurar né o senhor mesmo?” Aí ele falou: “é, é... você tá certa”. Aí foi que o outro falou assim: “é, atende ela que ela é melhor de conversar que a mulher de Pedro Fazendeiro, que ela é mais calma que a mulher de Fazendeiro”. Eu falei assim: “é porque ele é meu irmão e ela é o marido, [...] e ela tá lá com um bocado de filho”

Marina lembra que certa vez quando foi visitar seu irmão no 15 RI encontrou ou com a mulher de Pedro Fazendeiro, Maria Júlia, ou com a filha dela, não soube especificar ao certo:

Quando eu fui visitar [no 15° RI] João eu encontrei com ela [Maria Júlia, a esposa de Pedro Fazendeiro] ou foi com a filha dela, e ela disse: “me dê o endereço”, e falou assim: “Marina, vá um dia lá em casa”, que eles tinha sido vizinhos nosso, lá em Sapé. Aí ela: “vai lá em casa Marina”. Aí nesse dia que eu saí de lá [do 15° RI, após seu irmão ter sido supostamente solto], aí eu falei assim: “eu vou procurar meu irmão na casa de Pedro Fazendeiro”. Aí quando eu cheguei lá parece que ela não tava, ou ela tinha saído [...]. Quando ela chegou aí eu falei assim – me esqueço do nome dela: “dona fulana, eu vim aqui procurar meu irmão, ele não tá por aqui não?” Aí ela se abraçou comigo e começou a chorar. Aí ela falou: “minha filha, Pedro também sumiu, minha filha. Eu tou desesperada!” Aí a gente começou a chorar. Aí por isso que ela começou a andar... ela andou mais do que eu [...]. Aí foi quando eu fui lá na casa dele [Major Cordeiro] e ele falou isso pra mim, que a mulher de Pedro

¹⁵³ Inicialmente Marina diz ter sido atendida pelo Coronel Macário, mas depois que foi questionada por um membro da comissão, se não teria sido Cordeiro e não Macário, e ela diz ter se confundido, e cita o coronel Cordeiro (que no período era major, ou seja, confundiu-se novamente).

Fazendeiro era mais agitada, mais ignorante do que eu, atenda ela que ela é mais calma.

No que diz respeito ao desaparecimento de seu irmão, Marina se mostra convencida de que terminou em assassinato, sobretudo devido à foto divulgada no jornal.

Olha, aquele jornal que saiu, eu, olha, aquele jornal eu acho que tinha tudo, porque na época, Waldir [um dos membros da CEVPM/PB presentes na oitiva], o jornal era preto e branco, mas era um jornal tão bem feito, porque João ele tinha um shortezinho [calção, bermuda] cheio de listrinha, de todas as cores, e o jornal era preto e branco mas parecia a parte que era do João, era assim uma pessoa mais escura. E o Pedro Fazendeiro tinha uma perna mais curta do que outra, porque já tinha sido... [talvez Marina quis dizer que a perna mais curta de Pedro Fazendeiro tinha sido devido a um tiro que ele levou no período das Ligas Camponesas] e pelo que ele tava deitado ali, ele tava com a perna assim, a perna meia curta, e aquele, e o... nesse short, que eu me identifiquei muito ali, que parecia assim oh, aquele risquinho, era mesmo um cordãozinho, não era um risco não, era cordãozinho, sabe?! O short dele era um short meio grosso e era de cordãozinho de todas cores, tinha aquele short. E o short tinha aquela linhazinha todinha. Eu me identifiquei muito com aquele jornal.

Diante de várias histórias que contaram para Marina quanto ao desaparecimento de Nego Fuba, ela acabou concluindo que, primeiro, o Exército liberou seu irmão no dia 28 de agosto e o esconderam durante alguns dias, até que depois liberaram Pedro Fazendeiro na véspera do feriado de sete de setembro. Pelo que ela soube, uma caminhonete foi até onde ele estava após a soltura e o colocaram dentro. Depois, no dia 10 de setembro foi divulgada uma foto com dois cadáveres, que Marina acredita se tratar de João Alfredo e Pedro Inácio Araújo.

Marina ficou sabendo que Cel. Luiz de Barros bateu bastante em seu irmão. Sobre o major Cordeiro, Marina atribui a ele a responsabilidade pelo acontecido, já que estava responsável pelos presos do 15º RI¹⁵⁴. A versão dada pela Polícia Militar da Paraíba é que fizeram a apreensão de João Alfredo Dias e o encaminharam para o Exército que, por sua vez, limita-se a declarar que liberaram o preso.

Sabemos também que os líderes camponeses, conhecidos como Nego Fuba e Pedro Fazendeiro, poderiam ter acumulado inimigos dentro da classe latifundiária do Estado da Paraíba. Uma versão alega que a principal acusação sofrida no momento do interrogatório realizado no 15 RI era de que esses líderes sabiam dos responsáveis pela morte de Rubens Régis, integrante da popularmente conhecida LILA (Liga dos Latifundiários). Além disso, há versões que indicam a vontade de vingança da família Régis.

¹⁵⁴ Como bem lembrou Waldir Porfírio, um dos integrantes da CEVPM/PB que estava presente durante a oitiva, o pai de Marina deu uma entrevista no jornal O Norte no ano de 1980 ou 1981 em que acusa o coronel da Polícia Militar Luiz de Barros como assassino de seu filho.

De acordo com a descrição física feita por Marina, o major Cordeiro era de baixa estatura e forte, e no que se refere ao tratamento que recebeu do militar, Marina diz ter sido bem tratada, mas ele não resolveu o caso sobre o desaparecimento do irmão.

No final da oitiva Marina nos mostra algumas fotos que tem de seu irmão. Sobre a sua vida após a mudança para o Rio de Janeiro, ela diz:

Trabalhei como doméstica, lavei roupa, fiz faxina, fiz, graças a Deus, só não fiz roubar. Todo mundo gostava de mim, fiz grandes amizade no Rio de Janeiro. Só trabalhei em casa... trabalhava na casa de uma família, depois trabalhava pra casa de uma sobrinha, depois trabalhava na casa de uma neta... fiz grandes amizades.

Antes de falecer, Marina vivia numa comunidade do Rio de Janeiro, na Nova Holanda, em Bom Sucesso. Onde ela viveu, algumas pessoas ficaram sabendo de sua trajetória de vida, outras, mesmo sendo amigas, ainda não tiveram a oportunidade de saber. Sobre a vida que Marina vinha levando, ela disse:

Eu faço ginástica, eu tenho dois grupos da terceira idade lá no Rio, aí eu viajo muito, eu danço com minha bengalinha, eu não danço com ninguém, quando eu pego cavalheiro é pra dançar só uma vezinha, porque eu canso logo, minha bengala eu já demoro mais um tempinho, não vou no ritmo dos cavalheiro.

No final da oitiva, Marina nos conta que recebeu indenização do Estado pelo o ocorrido com seu irmão, devido também às graves consequências para a sua vida:

Quando eu falo pras pessoa, tem uma pessoa muito amiga lá na vila, uma amiga, eu falei assim: “porque hoje eu vivo... porque tá certo que hoje eu ganho dois salário, mas eu vivo melhor por causa do dinheiro que eu recebi dele, por que?” Aí eu digo sempre assim: “meu irmão tinha tanta, tanta vontade de me ajudar, que morreu, desapareceu e ainda tá me ajudando! Eu sempre agradeço a Deus e rezo muito por esse... sou uma pessoa muito religiosa, muito católica, não importa religião, importa é a pessoa ter fé em Deus – eu tou falando de mim”. Aí quer dizer, mas eu rezo muito por ele. Porque hoje eu tenho uma vida mais... como o que eu quero, viajo pra aqui pro Rio pra o Norte de avião, tudinho. Com dois salário eu compro remédio, eu pago meu plano, tenho planozinho de saúde lá, lá no Rio, quer dizer... [para aqui na Paraíba] todo ano eu venho, às vezes venho de seis em seis meses, deixo minha casa fechada, tenho um vizinho muito bom, fica com a chave, eu ainda tenho um cunhado que dorme ali na casa, mas não tem problema não. [...] A casa é minha, que eu comprei com meu marido, [...] compramo de madeira, né, um barraco, e levantamo, e hoje minha casa só não tem segundo andar, mas já depois disso eu já fiz uma cobertura, que vazava muito [...] moro sozinha, tem sempre uns tiroteiozinho, mas já tou tão acostumada [...] já tou carioca.

4.2 – Depoimentos sobre Pedro Fazendeiro¹⁵⁵

Neste tópico trataremos de duas oitivas, a primeira fora realizada no dia 11 de abril de 2014 e teve como depoentes Josineide, Náugia e Walter Araújo. A segunda ocorreu meses depois, com José Marinard de Araújo, o filho que tivera de sair da Paraíba pouco tempo após o desaparecimento de Pedro Fazendeiro, indo morar no Rio de Janeiro.

Pedro Inácio de Araújo, mais conhecido como Pedro fazendeiro, foi um trabalhador rural, militante do PCB, que lutou em defesa dos direitos dos camponeses. Foi vice-presidente da Liga de Sapé. Antes mesmo do golpe de 1964, foi perseguido e ameaçado de morte por grupos de latifundiários. Vivia em Miriri, uma das principais concentrações de camponeses da região de Sapé. Em 1962, chegou a visitar Cuba. Também participou do I Congresso dos Trabalhadores da Paraíba. Chegou a ser também primeiro secretário da Federação das Ligas Camponesas, ficando no lugar de Antônio Dantas.

Sofreu dois atentados contra sua vida: um ainda em 1961, no município de Sapé, levando três tiros, e o outro em 1962, quando foi surrado na cidade de Itabaiana junto com Assis Lemos. No dia 08 de maio de 1964 foi preso e levado para o 15º Regimento de Infantaria, em João Pessoa, onde foi torturado. Na madrugada do dia 7 de setembro, supostamente foi solto, entretanto, nunca chegou em casa.

A seguir, abordaremos as memórias dos filhos de Pedro Fazendeiro, sobre eventos concernentes as Ligas Camponesas e sua atuação no movimento, bem como o efeito do golpe civil-militar na vida de cada filho do líder camponês.

¹⁵⁵ Nos diversos depoimentos abordados não foram raras as passagens em que os depoentes trataram de um mesmo fato. Talvez uma leitura mais apressada possa dar a entender que houve simples repetição de histórias, mas preferimos sustenta-las em nosso texto por conferirem pontos de vistas mais pessoalizados, ainda que não divirjam uns dos outros necessariamente. Esta mesma consideração vale para as oitivas dos filhos de Elizabeth Teixeira.



Da esquerda para direita: Iranice Muniz, Walter Araújo, Josineide Araújo, esposa de José Marinard, José Marinard, Náugia Araújo e Victor Gadelha Pessoa. (Arquivo particular de Victor G. Pessoa).

1º ouvida: Náugia Maria de Araújo

A respeito da luta política de seu pai, Náugia disse que não recorda de muita coisa, pois era criança. Mas ela lembra que quando morava em Sapé gostava quando os adultos a incluíam em alguma tarefa das Ligas Camponesas. Lembra-se de contribuir com a confecção das carteirinhas das Ligas, realizando este trabalho junto com outras pessoas, além de sua família. Destaca a figura da sua mãe, Dona Maria Júlia, que nos trabalhos internos sempre contribuía com o movimento.

Em suas memórias do convívio com o pai, lembra-se que muitas vezes recebiam em sua casa algumas famílias que eram expulsas das terras onde trabalhavam e viviam. De acordo com Náugia, essas famílias procuravam o seu pai porque ele era uma pessoa muito calma e sensata, que resolvia os problemas com mansidão, procurando sempre pelo caminho da paz¹⁵⁶.

Segundo a depoente, essas pessoas relatavam, geralmente, que tinham sido expulsas mesmo com lavouras ainda em tempo de serem colhidas e sem direito a indenizações. Representando essas famílias expulsas das terras, Pedro Fazendeiro intermediava uma conversa com os latifundiários, buscando algum acordo. Segundo Náugia:

¹⁵⁶ Para ela, seu irmão Walter parece muito com o pai, não apenas fisicamente, mas também no modo de falar, bastante calmo.

Eu lembro que quando essas famílias chegavam lá em casa muitas vezes era na hora do almoço, e era a hora que mainha, ela ia por o almoço da gente, ia colocar, cada um o seu pratinho, e meu pai mandava suspender na hora e dizia que a gente podia esperar, depois ela fazia alguma coisa pra a gente comer, que alimentasse as pessoas que tinham chegado, e algumas vezes, nós ficamos sem alimentação, mas as famílias que chegavam lá em casa nunca saíram sem serem socorridas.

De acordo com a depoente, sua mãe comentava que algumas pessoas ligadas aos latifundiários já teriam oferecido uma legenda de algum partido e dinheiro para que seu pai se dissociasse do movimento, mas não obtiveram êxito. Ou seja, segundo Náugia, sempre houve tentativas pelos latifundiários de cooptar seu pai, mas nunca conseguiram. Isso é motivo de orgulho e admiração para a filha.

[...] no início, eu achava super interessante, né, eu... quando a gente acordava pela manhã, quer dizer, pela madrugada a gente já escutava o barulho do Exército ou polícia, não sei, cercando a casa, e minha mãe olhava e dizia assim: “a casa está cercada por homens de botas”. Ela sempre dizia isso. Quando o dia amanhecia eles entravam mesmo e saíam procurando armas lá em casa, é... nunca encontraram! E não tinha como encontrar, não tinha armas, mesmo! Mas eles rasgavam os sacos de farinha que meu pai tinha em casa, né, que era do trabalho dele. [...] E eu lembro bem que eles entravam e procuravam, reviravam tudo, colchão de cama, eles saíam revirando tudo e por fim quando não encontravam nada, encontravam um saco de arroz ou um saco de farinha, eles saíam rasgando e a gente perdia tudo mesmo, procurando em busca de armas. Então essa lembrança, no início, é... ela me trazia, a memória... e ainda trás: meu pai é um herói. Era uma situação que por algumas vezes me deixava com muito medo e outras vezes muito orgulhosa. Porque eu pensava da seguinte forma: se esses homens todos estão procurando o meu pai, é porque o meu pai é muito importante, o meu pai é um herói. Pra eles o meu pai era um bandido, mas pra mim ele era um herói. Hoje eu descubro realmente que ele era um herói, pelos ideais dele, pela luta dele eu sei que ele era, mas aquela já era minha ideia de quando eu era criança: o meu pai era um herói. E, eu lembro que uma vez eu vinha da escola e quando eu cheguei, foi quando eu tive esse primeiro pensamento, não foi num horário assim logo cedo, mas eu lembro que eu tava chegando da escola e, na minha memória, foi o Exército. Na minha memória é só homens de verde, dessa vez, dessa forma eu só lembro de homens de verde. Desse dia quando eu fui chegando da escola eu lembro que a casa tava sendo invadida e foi a primeira ideia que eu tive: o meu pai é um herói. Depois vinha o medo, quando a gente percebia a brutalidade nas ações, nas palavras, né, na forma grosseira de falar. Então, vinha o medo e aquela euforia que eu ia entrando em casa ela era freada e a gente se recolhia, e eu me lembro que a gente ficava recolhida no cantinho, observando todo movimento e minha mãe sempre dizia pra não ter medo.

Esse acontecimento narrado ocorreu, de acordo com Náugia, quando eles ainda viviam numa casa em Sapé, ou seja, no período anterior ao golpe. A depoente acredita que a polícia agia muitas vezes seguindo ordens dos grandes latifundiários e até de usineiros, ou seja, que ela trabalhava para os próprios donos de terras.

No ano do golpe a família já morava na capital paraibana, com exceção de Pedro Fazendeiro, que ficava transitando entre João Pessoa e Sapé. Vale lembrar que a família

possuía um sítio localizado em Miriri, região de Sapé, e uma casa na cidade de Sapé, que anteriormente, servia mais para que os filhos ficassem perto da escola. Sobre o sítio de Miriri, Náugia afirma não ter quase nenhuma lembrança. Outra lembrança de Náugia em Sapé foi de ter ido visitar seu pai no hospital Sá Andrade, depois que ele sofrera um atentado.

As suas maiores lembranças são do período em que a família se mudou para João Pessoa, indo morar onde hoje fica o bairro do Novais, o antigo Oitizeiro, numa rua chamada José Bonifácio. Nesse período ela passou a ter bem menos contato com o pai. Quando questionada sobre o motivo da mudança de Sapé para João Pessoa, Náugia responde:

Eu acredito que foi a minha mãe, eu não tenho muita certeza, mas acredito que foi a pedido de minha mãe. [...] com medo, ela disse que não aguentava mais sofrer e vê-lo passar é... – essa lembrança que me veio de Sapé – vê-lo passar preso [...] eu lembro que minha mãe chorava muito e ela pediu a ele pra sair, pra se mudar de Sapé, ela disse que não suportava.

Mesmo com a mudança da família para João Pessoa, Pedro Fazendeiro continuou sua luta em Sapé. Apenas visitava os filhos e a mulher em alguns finais de semana, quando era possível. Náugia, a caçula, conta-nos que não conviveu muito com seu pai. As lembranças mais nítidas que tem de sua infância são referentes ao período em que passou a viver em João Pessoa. Ainda consegue lembrar-se de alguns momentos em Sapé, mas quanto ao sítio em Miriri confessa não se lembrar de nada. A falta de convívio com o pai lhe deixa ainda hoje muito triste.

No que diz respeito à viagem que seu pai fez para Cuba, Náugia nos diz:

Quando ele foi pra Cuba eu não lembro não, mas lembro que quando ele voltou foi uma festa, uma alegria só pra gente, né?! Quando ele voltou e... reuniu a família toda, e trouxe pra meus irmãos umas armas, umas armas de brinquedo, né, que colocava umas espoletas. E isso foi uma festa pra gente né! [...] pronto, eu lembro dessa volta dele de Cuba, quando ele foi não lembro, mas quando voltou eu lembro, até porque é... a volta, o retorno parece ser mais importante do que a despedida né, quando vai ter a despedida que marca, quando fica o medo da pessoa não voltar, e quando a pessoa volta, então a alegria é grande. Eu lembro que foi uma grande alegria quando meu pai voltou.

Perguntada sobre o que seu pai lhe dizia que iria fazer em Cuba, Náugia responde que não se lembra. A única coisa que diz se lembrar é que:

Eu só lembro que ele queria deixar minha irmã [Nadieje, a mais velha] em Cuba, levar minha irmã pra Cuba depois pra ela estudar, [...] e não levou porque minha mãe pediu muito, pra ele não levar. E eu acredito que ela até se animou pra ir, viu?! Mas diante das lágrimas de uma mãe, a filha termina cedendo, né?!

Quanto à sua irmã mais velha, já falecida, diz que era ela quem teria mais histórias para contar de seu pai, pois ela o acompanhou em vários momentos. Lembra inclusive que ela o estava acompanhando, junto com sua outra irmã Neide, no atentado que o pai sofreu em Itabaiana. Vale ressaltar que existem registros de depoimentos de Nadieje, como por exemplo, no episódio em que foi à Brasília fazer um depoimento à comissão de anistia sobre os mortos e os desaparecidos do período ditatorial.

Sobre o período em que a família se mudou de Sapé para João Pessoa, Náugia se lembra de que seu pai continuou provendo a todos. De acordo com suas palavras:

Eu lembro que ele [Pedro Fazendeiro] vinha todo final de semana e ele fazia a feira, provisão da família ele não deixava faltar. Eu lembro até do cheiro da carne... é sério, eu lembro. E hoje eu digo que não tem carne tão cheirosa como a carne que minha mãe fazia de madrugada quando meu pai chegava em casa [...].

Logo após o golpe civil-militar, Náugia conta que seu pai ficou escondido na casa em João Pessoa, e que a polícia e o Exército o procuraram em vários lugares, mas não em sua casa. Mas mesmo assim, a família vivia em constante estado de cautela, cuidando para esconder Pedro Fazendeiro. Até o episódio em que o líder dos camponeses se arrisca em sair de casa, último dia em que Náugia o viu livre. Nesse momento do depoimento, ela relata alguns artifícios usados pela família, com ajuda de amigos e vizinhos para esconder seu pai, bem como, descreve, bastante emocionada, o triste dia em que ele decidiu sair de casa a um suposto encontro com o exército:

E eu lembro que, na rua onde nós morávamos, na José Bonifácio, tinha uma senhora que nos ajudava muito, eu lembro que ela era conhecida por Dona Maria enfermeira, ela era enfermeira, e quando se tinha assim uma cisma que naquela noite podia ser dado uma batida lá em casa, ela tirava minha mãe junto com ela, dava um jeito de, um pouco tarde, tirar o meu pai pelos fundos das casas, tirava lá na, por trás da casa da gente e ele ia passando assim pelas outras casas e eu acredito que devia ter, da nossa casa, da nossa casa pra casa de Dona Maria enfermeira, de 5 a 6 casas, ele ia passando por trás e ela escondia, guardava meu pai lá na casa dela, depois quando passava o zum zum zum ele voltava pra casa e, o quarto não tinha porta, então minha mãe colocava sempre o lençol, a gente não podia levar nenhum amigo em casa porque corria o risco de ver o meu pai e... tinha-se sempre aquele cuidado da sandália dele nunca aparecer ali por debaixo do lençol né, se chegasse alguém na janela, na porta, na sala e visse aquela sandália de adulto podia desconfiar que era ele, então tinha sempre esse cuidado, vivíamos pisando em ovos. E eu lembro que um dia eu fui chegando em casa, eu tive um grande susto, porque encontrei meu pai saindo de casa com um homem, que depois eu tomei conhecimento que era o advogado, não sei se era doutor João Santa Cruz ou Alfredo Pessoa, não sei, não lembro direito do nome do homem que o acompanhava, mas lembro que tive um grande susto, porque como eu sabia que ele tava escondido, encontra-lo saindo de casa foi assim apavorante, e aí eu perguntei: “pai, pra onde o senhor vai?” Ele alisou minha cabeça aí disse: “ô filha, eu vou ali, mas volto logo”. E o ali dele, e o volto logo dele nunca aconteceu. Foi o maior erro de pronúncia do meu pai foi esse, foi o “eu vou ali e volto logo”. Ele confiava que o Exército, como sendo um órgão federal

de grande poder estava acima das barbaridades que os camponeses, os líderes das ligas camponesas, os militantes já tinham passado, então ele acreditou que o Exército era um órgão totalmente confiável, e foi crendo que voltaria logo, e nunca mais voltou.

Em relação aos latifundiários com quem Pedro Fazendeiro dialogava, mediando os conflitos com camponeses, Náugia cita Renato Ribeiro Coutinho, Aguinaldo Veloso Borges e Pedro Ramos¹⁵⁷, inclusive diz desconfiar que este último, por ser menos influente economicamente, seria pau-mandado dos dois primeiros. Para Náugia o motivo se dava:

Porque esse pessoal é... trabalhava naquele sistema de cambão, né, e quando eles, quando começou, quando as Ligas Camponesas começaram, quando começou o movimento, eles começaram a requerer os direitos deles e quando isso acontecia, então seja de que lado fosse, ou de Pedro Ramos ou Renato Ribeiro Coutinho ou Aguinaldo Veloso Borges, eles eram expulsos das terras, eles eram humilhados, eles apanhavam de palmatória e eles, e meu pai intervinha, nesses momentos.

Nesse período em que Náugia morava em Sapé ela tinha por volta dos 9 ou 10 anos. No que diz respeito ao período que seu pai esteve preso no 15ºRI, Náugia também acompanhava a mãe nas visitas e declarou: “Todos nós acreditávamos na soltura dele, fazíamos as visitas e sempre saíamos de lá com esperança de que ele voltaria”. Depois da prisão de Pedro Fazendeiro sua família passou por muitas dificuldades financeiras e uma de suas irmãs, Lígia, que morava próxima deles, levou Náugia para morar com ela. Durante esse período, ela nos conta:

Eu lembro – isso é sobrenatural, né – eu lembro que, no início de setembro, mais ou menos dia 4 de setembro, eu sonhei com meu pai. Eu fui criada num lar evangélico e eu acredito que existe o céu, o paraíso, pra onde nós iremos um dia. E eu lembro que dia 4, dia 5 [de setembro de 1964] mais ou menos eu sonhei com meu pai. Eu sonhei que abria a porta da cozinha da casa da minha tia e era essas casas antigas, aquele quintal comprido com árvores, e eu lembro que quando eu, eu, no meu sonho quando eu abria a porta da cozinha eu olhava pro chão e eu não via chão [neste momento a voz fica bastante emocionada] eu só via flores brancas. E quando eu levantava a vista eu via meu pai também vestido com uma roupa branca, parado no ar, e eu perguntei a ele: “pai, lá é bom?” e ele disse: “filha, quando você chegar lá você vai ver”. No dia... eu guardei o sonho e, no dia, não sei se dia 9, eu sei que minha tia chegou do trabalho, ela trabalhava no comércio, numa loja por nome de Girafa, e a esposa de Assis Lemos era cliente dela, e ela chegou em casa e mandou eu chamar minha mãe no sítio, e eu fui, quando minha mãe chegou na casa dela e ela contou a história que a esposa de Assis Lemos chegou na loja e deu os parabéns a ela, e ela perguntou porquê, e ela disse: “Pedro não foi liberado?”. Quando? – minha tia perguntou. Aí ela disse, minha lembrança é essa, é diferente, eu acho que da lembrança de todo mundo. Porque eu lembro que nós, fazendo aqui um parêntese nessa fala, eu lembro que nós visitamos meu pai pela última vez no dia 6 de

¹⁵⁷ Pedro Ramos é um dos irmãos de Renato Ribeiro Coutinho, e de acordo com Waldir Porfírio, ele também foi um dos acusados do assassinato de João Pedro Teixeira. Pedro Fazendeiro já teria comprado um pedaço de terra a Pedro Ramos, e terminou pagando 2 vezes a quantia combinada, e ainda assim queriam tirar ele da terra.

setembro, e lembro que a história da liberação do meu pai foi quando nós saímos, dia 6 de setembro de 64, caiu num domingo, e nós só visitávamos meu pai no domingo, e lembro que, é... pelo menos pra mim, a minha memória é isso, que quando nós saímos de lá, depois de decorrido um certo tempo, é... um oficial foi avisar que ele ia ser liberado. [...] é essa história que eu lembro, foi lá na cela dizer que ele, lá em casa ninguém foi avisar nada não, foi lá na cela onde ele estava que foram, é... falar da soltura dele. Os detalhes eu li depois assim, no livro de Assis Lemos, os detalhes que Assis Lemos conta. Mas essa é a lembrança que eu tenho. Todo mundo fala que ele foi solto no dia 7 de setembro, que ele foi solto, a lembrança que eu tenho é que nós visitamos meu pai no dia 6 e quando nós saímos de lá ele recebeu esse aviso, e que ele foi tirado de lá na noite do dia 6, pra amanhecer o dia 7. Então eu digo sempre que mataram meu pai no dia 7, porque eu acredito que ele morreu no amanhecer do dia 7, diante das histórias de tortura, diante das histórias de resistência dele. Então, essa é a minha lembrança, porém todo mundo tem, é..., na história que ele foi solto no dia 7 de setembro a noite. Então, deve valer o da maioria, como eu era criança a minha deve ser ilusória.

Ao receberem a notícia da Tia Lígia, que trazia a novidade contada por Nydia, mulher de Assis Lemos, a reação da família foi de espanto e começaram a chorar. Depois conta que sua mãe, Maria Júlia, foi ao 15º RI com Josineide para obterem informações. A partir deste momento iniciou-se a jornada da mãe Maria Júlia à procura de informações sobre o seu marido. A depoente conta que sua mãe chegou até a enviar uma carta para o presidente da república, no período, Castelo Branco, pedindo informações do paradeiro de Pedro Inácio de Araújo. Como resposta, disseram que o Exército também o procurava, e pediram que quando a família recebesse alguma informação os mantivesse informados.

No que diz respeito ao jornal Correio da Paraíba do dia 10 de setembro de 1964, ou seja, publicado apenas três dias depois do desaparecimento de Pedro Fazendeiro. Foi publicada neste jornal uma foto com dois corpos mortos caídos no chão com uma tarja preta cobrindo suas faces. A legenda da foto dizia: “Esquadrão da morte executa mais dois”, e informava que os corpos teriam sido encontrados na estrada que liga Campina Grande/PB a Caruaru/PE, na localidade de Alcantil. O esquadrão da morte, conforme explica Náugia, era um grupo de milícia que havia no período. Sobre a reação da mãe Maria Júlia, ao olhar essa foto, ela nos diz:

Eu lembro que quando minha mãe olhou pra aquela foto ela disse: “esse homem é Pedro, esse é o seu pai, é o pai de vocês”. Eu lembro disso. E quando eu olhava pra aquela foto, eu sabia que ele era o meu pai. E minha mãe ela passava horas, horas, ela pegava aquela foto, aquele jornal, ela colocava na luz, assim, e ela tinha a ilusão de que ali ela conseguia perceber, [ela dizia:] “aqui olhe, tá vendo minha filha – eu lembro demais disso – tá vendo minha filha, olha aqui tá um olho do seu pai, aqui tá o outro olho, olha aqui minha filha, aqui tá a boca, o nariz do seu pai. Esse é o seu pai”. Em 95, quando publicaram a foto sem a faixa [tarja preta que cobria as faces das vítimas] eu tenho certeza que minha mãe ela não via o rosto do meu pai, porque a cabeça estava totalmente desfigurada, na foto sem faixa. Mas ela passou, eu posso dizer que meses a fio, saiu de um ano, entrou no outro e ela olhava aquela foto, na claridade, ela procurava a claridade, e um dia ela disse assim: “esse é o seu pai, esse

é o pai de vocês, mas se esse homem não for seu pai, e ele não teve quem chorasse por ele, eu já chorei muito”. E ela chorava muito mesmo, sabe. A minha mãe, ela... eu lembro muito dela, a necessidade, a fome, é... eu lembro que enquanto eu não fui morar na casa da minha tia, eu lembro que eu acordava de madrugada e escutava minha mãe chorando. [Nesta parte Náugia se encontra bastante emocionada] E ela tinha um choro tão miúdo, tão sofrido, tão prolongado. Ela não tinha um choro desesperado, não era assim aquela mulher que entra, assim, em desespero, mas ela nunca parava de sofrer, era um choro contínuo, uma amargura tão grande na alma, eu digo assim, que era um choro tão miudinho, sabe, machucando a alma ali, matando todas as esperanças, como se na alma não restasse um pedacinho ali que não fosse dor. Meus irmãos dormiam e ela pedia pra eu orar.

Podemos perceber que a família recebeu ajuda de algumas pessoas, que se solidarizaram com a situação. A seguir, retratamos o momento em que a depoente conta, com bastante emoção, a história que ouviu sobre como seus pais se casaram, bem como, a memória que tem do homem que seu pai foi:

Ela [sua mãe, Maria Júlia] muitas noites ficava costurando, que quando mataram meu pai, eu lembro que nós recebemos a visita de, acho que alguém por nome de doutor João Malaquias, acho que ele morava no centro da cidade, se não me engano, junto com outros homens que eu não sei quem eram, e eles viram a situação que nós estávamos passando e na segunda visita que eles fizeram eles levaram uma máquina de costura e deram de presente pra ela e levaram uma feira também e a partir daquele momento ela começou a costurar. Essa história da costura da minha mãe é muito interessante porque quando ela casou com meu pai ela não sabia costurar e como meu pai era um homem muito de casa, ele comprou pra ela uma máquina de mão, comprou uma tesoura, comprou algumas coisas e disse a ela – ela contava essa história com muito orgulho – e disse pra ela que tudo que uma mulher precisava de dentro de casa ela tinha, então ela não precisava ir na casa de ninguém pra pedir nada emprestado, e comprou também uns cortes de tecido, né, a fazenda. E ela disse: “Pedro, eu não sei costurar”. Porque ela não conheceu o pai, não conheceu a mãe e ela viveu na casa, foi criada na casa de uma família do meu pai, foi lá que eles se conheceram. Lá eles se conheceram e de lá ele tirou a minha mãe, porque ela já sofria muito lá, era muito humilhada, muito maltratada, explorada e a roupinha dela ela costurava na mão, ela sabia fazer essa costura na mão, e um dia ele, não sei o que foi que ele disse a ela que ela contava a gente que dizia assim: “mas não tá vendo que esse homem bonito desse jeito não vai querer casar comigo”, e um dia ele disse pra tia dele: “ela vai hoje pra escola e não volta mais pra cá”. E não voltou mesmo, ele levou ela pra casa do irmão dele, deixou ela lá e foi preparar os papéis pro casamento, e só tirou ela lá casada, então quando tirou, que levou pra [...] tinha dezesseis anos. E ela disse que quando ele levou, casaram, que ele chamou ela pra morar com ele, ele disse: “pronto, aqui tem tudo que uma mulher precisa, você não precisa pedir nada na casa da minha, dos vizinhos” e ela aprendeu a costurar assim, porque ele deu, ele comprou a máquina e comprou o tecido, e disse a ela que ela fizesse uma camisa pra ele, ela disse: “mas Pedro, eu não sei costurar” e ele disse: “do jeito que você fizer eu visto”. E vestiu, do jeito que ela costurou ele vestiu. Honrou o trabalho dela. E quando doutor Malaquias fez essa visita a gente, depois do desaparecimento do meu pai ela tinha essa maquininha de mão, ela costurava, e ele deu a ela uma máquina de pé, aí o movimento já era no pé. E ela criou a gente costurando. Na época que ele desapareceu nós morávamos numa casinha alugada, nessa rua José Bonifácio, e depois nós não tínhamos mais como morar lá porque não tinha como pagar o aluguel, ninguém trabalhava, os mais velhos eram adolescentes, e o meu pai sempre frisava com muita firmeza que os filhos dele iam estudar, que ele queria todos os filhos formados, né – no meu poema eu falo até sobre a profissão que ele sonhou pros meus irmãos – então nós ficamos a mercê mesmo, assim, da ajuda alheia. E, outra parte que eu lembro da minha infância, é que quando a minha

mãe mandava meus irmãos ir na feira no final de semana comprar uma cuia de farinha, que é o que a gente mais comia, era cuia de farinha mesmo, era farinha, e os meninos acabavam gastando o dinheiro com qualquer outra besteira e aí ela tirou essa responsabilidade deles e deu a mim, porque nenhuma das meninas queriam, né, as mocinhas não iam querer voltar da feira com um saco de farinha na cabeça. Eu não ligava pra isso mesmo, e eu ia pra feira, e comprava uma cuia de farinha e o que desse pra comprar eu comprava, e eu lembro que as pessoas que nos conheciam procuravam ajudar. Eu lembro que tinha um senhor no mercado da carne que eu passava, ele me chamava: “venha cá!”, e eu ia e ele tirava um pedaço de carne, aí fazia assim: “tome!”, e eu: “não tenho dinheiro”, aí ele fazia assim: “é pra você brincar de cozinhar de boneca”. Depois eu sabia que não era isso, ele só queria me ajudar, de uma forma sutil ele fazia isso. Eu lembro também que tinha uma senhora logo no começo da feira que eu só parava lá depois que eu comprasse o que minha mãe mandou, aí se sobrasse eu parava lá pra comprar um tomate, uma cebola, um pimentão. E às vezes não sobrava, não dava pra comprar [A partir daqui Náugia começa a se emocionar] e eu ia passando de cabeça baixa, ela me chamava, e aí ela me dava. Ela sempre dava alguma coisa e eu levava pra casa. É... nós todos sofremos muito, mas eu acredito que quem mais sofreu foi a minha mãe, com essa história.

Náugia nos conta muito sobre o sofrimento da mãe, que dizia constantemente para os filhos: “se seu pai fosse vivo, vocês não estariam passando por isso, se seu pai fosse vivo eu não estaria passando por essa situação”. Numa de suas falas Náugia diz:

Lembro quando ela foi fazer a matrícula da gente, logo depois do desaparecimento, depois do golpe, e ela não conseguiu fazer a matrícula. [Com voz emocionada diz:] porque nós éramos filhos de Pedro Fazendeiro, filhos de comunista. [...] lembro que ela chegou chorando, porque nem os filhos tinham direito a estudo, até isso tinham roubado dos filhos de Pedro Fazendeiro. Eu lembro que ela disse isso. Além de roubarem o pai, também roubaram o direito à educação.

Náugia não lembra quanto tempo ela e seus irmãos ficaram sem estudar, mas acha que foi por mais de um ano. Para tentar ajudar na renda familiar suas irmãs mais velhas, Nadieje e Josineide, começaram a trabalhar no comércio. Náugia nos conta, inclusive, que alguma das duas chegou a ser assediada sexualmente (a depoente diz não saber exatamente qual de suas irmãs), pois após o dono descobrir que sua funcionária era filha de Pedro Fazendeiro fez a seguinte proposta, segundo as palavras da depoente:

[...] se elas cedessem ficariam no trabalho, senão estavam demitidas. E aí foram demitidas. Eu não sei se as duas [irmãs], se as duas no mesmo local, mas eu sei que tem essa história na vida de uma delas ou nas duas. Não sei precisar exatamente.

Outro momento relevante para a família Araújo foi o do período da anistia, em 1979. Nesse ínterim a esperança foi restabelecida em todos os familiares. Como disse Náugia:

Mesmo que minha mãe tivesse passado anos a fio afirmando que aquele corpo [a foto divulgada no jornal Correio da Paraíba] era o corpo do meu pai, não tinha como

provar. Então sempre existiu essa esperança, de que fosse alguém que talvez parecesse demais com ele. Então quando surgiu aí a anistia, nossos corações, né, nossas almas, voltaram a ter essa expectativa, a ter essa esperança de que pai, pai chegaria. De alguma forma ele voltaria. Eu, como sempre alimentei muito esse sonho, de que meu pai voltaria, isso durou muito tempo, pra mim foi uma festa, e uma ilusão e uma decepção muito grande também depois, de ver que ouvia se falar de quem voltou, quem estava voltando, as reportagens, as coisas todas, e eu ficava pensando: “quem sabe amanhã o meu pai volta?”. E eu lembro que aí as minhas irmãs intensificaram de alguma forma as buscas, procurando informações, mas, como até hoje, nada! Todas as perguntas ficaram sem respostas.

Sobre o major Cordeiro, então responsável pelo 15º RI, Náugia diz que sua irmã Josineide e sua mãe foram procurá-lo para exigir informações, mas foram tratadas com grosseria, recebendo até gritos do major. De acordo com Náugia:

Eu lembro que minha mãe contou – que minha mãe era um pouquinho ousada – eu lembro que ela contou que nesse dia, não sei se em outra visita, ela disse a major Cordeiro: “o senhor acredita que existe Deus no Céu?” e ele disse: “acredito”. Aí ela disse, foi isso que ela disse: “o senhor... pois como eu tenho cinco dedos nessa mão, e o senhor também tem, o senhor acredita que tem Deus no céu, mais ou menos por aí, o senhor mandou matar o meu marido” [penso que ela quis dizer que do mesmo modo que ela acredita em Deus e que existem cinco dedos em sua mão, com a mesma intensidade ela acredita que ele tenha mandado matar o seu marido]. Ele se zangou com ela e acho que foi aí que ele fez a proposta pra ela fazer uma busca dentro do quartel e ela disse a ele que não era... ou ela disse que não era burra ou disse que ele não era burro, que sabia que ele não ia estar com meu pai escondido ali no quartel.

Pouco tempo após o desaparecimento, a família Araújo se viu obrigada a sair da casa alugada em que moravam em João Pessoa, devido a grandes dificuldades financeiras por que estavam passando. Logo após esse momento, contaram com a solidariedade de um sobrinho de Pedro Fazendeiro, chamado de Manoel Barbosa, que possuía um sítio também no bairro de Oitizeiro, na Rua José Novais. A casa deste sítio foi oferecida a família Araújo, que aceitou. Foi nessa casa que eles receberam a visita de Dr. Malaquias, o homem que presenteou Maria Júlia com a máquina de costura.

Lá quando nós chegamos era tudo muito sujo, as cascas dos cocos, da altura que era a casa de palha era o monturo de lixo, ao lado da casa. E nós trabalhamos duro lá, viu?! Minha mãe e os filhos, fizemos a limpeza e ela começou a plantar. E aí foi quando nós tivemos um tempo melhor, porque ela plantava feijão verde, plantava quiabo. [...] Nós ficamos lá e temos essa grande gratidão por Manoel Barbosa, ele já é falecido, mas ele foi bondoso conosco. E minha mãe foi correta com ele, porque durante o período que a outra família morava lá ele nunca recebeu nada desse sítio. Quando minha mãe foi morar, tudo que ela plantava ela mandava pra ele, numa grande quantidade. E quando chegava a época de tirar os cocos, ela vendia tudo e mandava pra ele. Então ele foi bondoso e ela foi justa, foi grata com a bondade dele. E nesse sítio foi onde nós recebemos a visita de doutor Malaquias.[...] Eu passei um período morando com minha tia mas eu lembro porque eu ia todas as tardes eu ia pra

casa, conversava com minha mãe e voltava. Foi um período que eu não vi minha mãe chorar, foi o período que eu não morei com ela.

Finalmente, sobre a dor pela perda de seu pai, Náugia faz o seguinte relato:

Lembro também assim de outra parte, uma das partes mais... que dói mais assim, que as escondidas eu me ajoelhava, porque quando ela [a mãe, Maria Júlia] me via de joelhos, ela ficava muito preocupada, então eu lembro que as escondidas eu ajoelhava e orava, pedia tanto a Deus pra meu pai voltar pra casa e eu saía lá pra frente de casa, e ficava lá esperando por ele. E eu ficava pensando: “daqui a quinze minutos ele aparece ali na esquina”. E passava assim – eu não tinha um relógio, mas no meu entendimento passava assim um longo tempo, e eu voltava e orava de novo. E quando eu comecei a entender que todo mundo acreditava que ele realmente tinha morrido, eu pedia pra ele ressuscitar, eu orava e pedia pra ele ressuscitar. E eu pedia pra meu pai fazer todo mundo esquecer, dizia assim: “mas quando ele ressuscitar as pessoas vão ter medo, porque vão dizer: olha, é um fantasma”. Mas aí eu dizia: “mas Deus é poderoso e ele pode fazer todo mundo esquecer que meu pai morreu, que tudo isso não aconteceu e ele voltar pra casa e nós estarmos juntos pra dar continuidade a nossa família”. Então essa parte da minha vida doeu demais... doeu e dói, sempre que eu lembro desses detalhes.

Outra consequência além da dor decorrente do desaparecimento de Pedro Fazendeiro é a represália imposta à família da depoente, que levou, inclusive, à prisão “equivocada” de seu irmão, Marinard, no seguinte episódio:

Nessa época meu irmão Marinard, ele foi preso, e é por isso que ele não mora aqui em João Pessoa. Ele era um adolescente – eu não sei precisar a idade dele – mas se eu tinha dez, Walter tinha onze, Marinard devia ter entre treze anos, quatorze anos, por aí. E ele foi preso acusado de roubar uma bicicleta, e ele foi levado não sei pra onde, até então eu achava que ele tinha sido levado para o Exército, mas eu não sei, outra história que me contaram foi que ele foi levado pra uma delegacia e minha mãe tinha saído pra uma visita, quando chegou a notícia lá em casa eu tava em casa e fui procurar minha mãe e disse a ela, e ele foi levado humilhado, dentro de um ônibus, algemado, com aquela bicicleta dentro de um ônibus, é... e minha mãe foi procurar meu cunhado que era o dono da bicicleta, ele foi com os documentos onde estava meu irmão e provou que a bicicleta não era roubada, a bicicleta era dele e ele foi solto, porém ele [...] então, meu irmão veio pra casa, mas ele chorava muito. E se aconteceu alguma coisa com ele no período, nas horas, não sei o tempo, não sei precisar o tempo que ele ficou detido, nós, eu pelo menos nunca tomei conhecimento, se alguém tomou conhecimento deve ter sido a minha mãe e se houve alguma coisa ela levou isso pra sepultura, mas ele chorava muito [...] eu só sei que ele chorava muito depois dessa prisão, e pelo medo, a minha mãe entrou em contato com a família que criou ela, que morava no Rio de Janeiro, e eles mandaram buscar o meu irmão pra lá onde ele vive até hoje, é... são... faz exatamente 49 anos que ele mora no Rio de Janeiro, e nesses 49 anos ele veio aqui só duas vezes. [...] ele veio aqui depois de uns vinte anos que estava lá e depois veio quando minha mãe estava prestes a morrer, ele veio, passou uma semana conosco aqui, mas não temos outro contato com ele a não ser por telefone. Ele telefona muito pra Neide, e eu telefono pra ele. [...] Não tem nenhuma previsão de ele vir por aqui, e como eu sei que a situação financeira dele, pra ele vir pra cá, quando minha mãe tava doente, é... Neide foi quem arcou com as despesas, ele prometeu voltar logo depois e até hoje ele não voltou.

A respeito de Luiz de Barros, Náugia diz: “Eu não sei falar nada sobre Luiz de Barros. Eu sei que eu ouvia demais o nome de Luiz de Barros. Era o terror, isso eu sei”. De acordo com a depoente, sua mãe soube preservar muito seus filhos homens, no sentido de não deixá-los tomarem conhecimento – ao contrário das filhas – de certos detalhes concernentes às possíveis torturas que seu pai, Pedro Inácio de Araújo, sofreu antes de morrer, segundo o que contara o cabo Chiquinho para Dona Corina, sogra de Nadieje. Pelo que podemos entender, Dona Maria Júlia assim o fez para evitar que algum de seus filhos planejasse uma vingança quando ficassem mais velhos.

De acordo com Náugia, após o desaparecimento do pai, a polícia passou um tempo procurando os seus irmãos para matá-los. Logo depois que Pedro Inácio desapareceu, sua irmã Nadieje casou-se com um rapaz chamado Clóvis. A sogra de Nadieje, Dona Corina contou uma história para Maria Júlia, que posteriormente contou para Náugia, sobre como, supostamente, Cabo Chiquinho e Luiz de Barros capturaram Pedro Inácio:

Cabo Chiquinho é o seguinte, a sogra da minha irmã como eu já disse, né, ele era parente do marido [Clóvis] da minha irmã [Nadieje], e um dia a sogra da minha irmã, Dona Corina, ela contou pra minha mãe que cabo Chiquinho tinha ido lá, é, procurar informações dos filhos de Pedro Fazendeiro, porque eles tavam... Ele dizia, parece que cabo Chiquinho tinha prazer em contar o que ele ia fazer o que ele já tinha feito, é... [...] então cabo Chiquinho falou pra Dona Corina que os filhos de Pedro Fazendeiro estavam cotados, estavam na lista pra morrerem, e ela foi e disse a ele que deixasse os filhos de Pedro Fazendeiro em paz que eles eram duas crianças, é... Inclusive, ela disse que um estava tuberculoso. Não estava, mas ela usou isso aí pra afastá-los. E ele contou pra ela que, segundo ela, e eu acredito, porque ela não ia criar uma história tão tenebrosa, ela contou pra minha mãe, contou o seguinte: que quando meu pai saiu do quartel eles pegaram meu pai logo na frente do quartel, já estavam esperando, ele [cabo Chiquinho] e Luiz de Barros, e... aí ele contou, que disseram que ia levar meu pai em casa, quando tomaram outro rumo, é, outro itinerário, disse que meu pai disse assim: “mas eu não moro pra esse lado”. E aí deram logo uma coronhada na cabeça dele e ele ficou desmaiado e depois levaram pras usinas de Renato Ribeiro, [...] e chegando lá Renato Ribeiro [Coutinho] não quis que matassem o meu pai lá, não quis que matassem ele lá e aí disse assim: “mas se vocês quiserem matá-lo, vão matar em outro lugar, nas minhas terras não”. Aí foi quando ele foi levado, disse que levaram pra usina [Tanques] de Aguinaldo Veloso Borges e lá, disse que foi uma noite toda de tortura, é... ela contou, segundo Chiquinho, que furaram os olhos dele, cego ele ainda pediu pra voltar pra casa, arrancaram os testículos dele, fizeram ele engolir, que... junto com Nego Fuba, porque no final ele diz a seguinte frase, que eu vou falar no final, então ele disse, é, o meu pai apanhou muito, furaram os olhos dele, arrancaram os testículos dele e fizeram ele engolir, ele foi, se eu não tiver enganada a palavra correta é empalado, é... Colocaram um, madeira no ânus dele, [...] ele foi enterrado vivo e desenterrado, ele foi amarrado e levantado, puxado nas árvores e soltado lá de cima, e, foi queimado, e por fim ele disse que o meu pai era forte, resistiu muito a morte e eles terminaram de matá-lo de faca e tiro, e Nego Fuba, como já estava no poder não sei de quem, mas ele já tinha sido tirado do quartel há alguns dias, já estava debilitado, já estava fraco, morreu logo. Essa foi a história que nós tomamos conhecimento que cabo Chiquinho contou.

Ao ser questionada se cabo Chiquinho foi preso nesse período, por causa desses supostos envolvimento com torturas e desaparecimentos, Náugia responde:

Certamente cabo Chiquinho tava solto, porque cabo Chiquinho eu acho que só foi preso depois, naquela época do escândalo da farinha, alguma coisa assim, não? [...] eu sei que cabo Chiquinho foi assassinado e tinha um envolvimento com o escândalo da farinha, que eu não sei exatamente que escândalo é esse, mas eu li alguma coisa no relatório de vocês, lá da Comissão [possivelmente trata-se do relatório parcial da CEVPM/PB], que disse que depois do desaparecimento de pai, é, major Cordeiro e a família de Rubens Régis¹⁵⁸, né isso?! Eles fizeram uma sociedade, no comércio da farinha. Pronto, então eu faço uma ligação com a outra. Vai que cabo Chiquinho tava falando demais e resolveram matá-lo? Ele sempre falou demais. Não sei se ele falou demais a verdade ou se ele acrescentava, mas o relato que ele fez pra sogra da minha irmã foi esse.

Quando questionada em que ano o cabo Chiquinho teria dado essa informação à sogra de Nadieje, e quando teria se dado a sua prisão no caso do “escândalo da farinha”, Náugia diz que não pode afirmar com precisão. No primeiro caso, limita-se a dizer que aconteceu um tempo após a publicação da famosa foto divulgada no jornal Correio da Paraíba, no dia 10 de setembro de 1964, com duas pessoas mortas numa estrada situada em Alcantil-PB. Ou seja, foi num tempo aproximado do desaparecimento de Pedro Fazendeiro, pois Náugia lembra-se que sua irmã Nadieje casou-se pouco tempo depois. Também pouco tempo após o casamento essa história de cabo Chiquinho veio à tona para a família. Nesse mesmo tempo os seus irmãos estavam sendo procurados para serem mortos por alguns integrantes da polícia.

Finalizando a oitava, perguntamos como se deu o engajamento de Náugia aos assuntos que tem relação com seu pai:

Olha, é o seguinte, nós sempre tivemos muito medo. Esse medo, pra ser sincera, eu tenho até hoje, eu tou me achando até muito corajosa. Mas esse medo, é... nós ficamos reprimidas por muito tempo, minha mãe tinha muito medo que acontecesse alguma coisa conosco e ela passou esse, esse terror que ela tinha. Ela, ela procurou proteger a gente demais. Eu lembro que esses meninos [se refere aos seus irmãos], ela tinha medo até que eles saíssem na frente de casa. É, e, nós crescemos assim, com esse medo. Eu lembro que um dia tinha um... eu trabalhava num – fazia um bico, né?! – ali no grupo Dom Adauto, com um pessoal que trabalhava lá com fotografias, Lúcia Guerra¹⁵⁹ também participava nessa época, e eu lembro que Anco Márcio trabalhava com teatro e nessa época ele me procurou pra fazer uma peça de teatro sobre a vida do meu pai. Eu disse: “olhe, eu sou a mais nova e eu não posso autorizar nada, mas eu vou perguntar pra minha mãe. Se ela permitir aí eu digo pra você e você vai lá conversar com ela”. Quando eu falei pra ela, ela chorou e disse que não, e demonstrou todo medo que ela ainda tinha. É... minhas irmãs, eu nunca quis ler nada sobre pai. Todas as vezes que eu tentava eu engasgava, recentemente ainda acontece. Outro dia eu fui ler um artigo e quem terminou a leitura foi minha filha, porque eu não conseguia ler. Nadieje... eu não sei em que tempo Nadieje

¹⁵⁸ Integrante da LILA que foi assassinado num conflito com camponeses.

¹⁵⁹ Lúcia Guerra é professora do curso de História da UFPB. Também faz parte da CEVPM/PB.

começou a participar, a representar o meu pai em alguns lugares, depois que Nadieje morreu, então, parece que essa função coube pra Josineide [...] e ultimamente Neide [Josineide] tem se, até assim, se negado a falar. Quando eu chamo ela pra vir comigo, pra participar comigo, ela diz que não, que tá sem tempo, tudo... mas eu só vim a me interessar mesmo por causa de Janicleide¹⁶⁰, porque um dia eu tava falando, chorando e ela foi, quis saber a história do meu pai. E eu contei tudo que eu sabia, por isso o interesse dela, quando ela terminou o curso, a graduação dela de História ela escreveu a monografia dela contando a história do meu pai. Dali, conversando com Janicleide – eu nunca li a monografia de Janicleide, tentei já, mas não consegui – e ela sempre ali, me dando uma força, uma força, então foi Janicleide que começou a me convidar pra participar de alguns eventos. E essa é onde eu entro, na história. E, assim, Neide é como se ela tivesse uma mágoa, uma tristeza muito grande assim, porque, apesar de todo sofrimento de pai, é, ele nunca foi muito lembrado [talvez tenha se referido aqui em comparação a João Pedro Teixeira, que recebeu maior reconhecimento e visibilidade]. Então isso causou a Josineide, assim, uma tristeza muito grande. Ela sempre pergunta assim: “falaram em pai?” – quando eu vou pra algum lugar. Ela faz: “E falaram em pai?”. Aí eu digo: “falaram, minha irmã, falaram, mesmo que ninguém falasse, eu tava lá pra falar”. Então ela, ela... Neide sofreu muito, ela ficou sendo arrimo de família¹⁶¹. Nadieje casou e Neide foi a pessoa que sustentou, que manteve a família até, até nós começarmos a caminhar com nossas próprias pernas. Eu já casada ela ainda cuidava de mim. Ela cuidou de todos nós.

Nessa última fala da depoente ficam claras as marcas que a repressão e o assassinato de Pedro Fazendeiro deixou na família. O próprio medo que Náugia e sua família continuaram sentindo durante muitos anos, ao falar sobre o assunto (com a imprensa etc), reflete o trauma do ocorrido e o receio de que pudessem ser perseguidos por estar simplesmente relembando esses fatos. Em contrapartida, percebemos também como a família se esforçou para se manter unida, e passou a sentir orgulho da história da vida e da luta do líder camponês.

2º ouvido: Walter Araújo

Walter diz, inicialmente, que passou muito tempo ausente desses eventos públicos que possuem relação com a vida do seu pai e que por isso sua irmã Náugia, apesar de mais nova, está mais a par de tudo, do que ele. Afirma que pouco se lembra de seu pai e do que ocorreu com ele, pois lembra que tinha apenas onze anos quando ele desapareceu.

No início Walter reitera acontecimentos narrados por sua irmã Náugia, tal como as invasões que militares do Exército fizeram em sua casa de Sapé/PB, revirando móveis da residência a procura de armas vindas de Cuba. Sobre esses momentos ele diz nunca esquecer, pois durante essas invasões, realizadas no início das manhãs, sua mãe chorava, os militares

¹⁶⁰ Janicleide Moraes é uma historiadora formada na UFPB que trabalha no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR, dessa mesma universidade, e tem Náugia como colega de trabalho. Janicleide concluiu seu curso de História apresentando uma monografia sobre as Ligas Camponesas na Paraíba, focando na história da militância de Pedro Fazendeiro. Hoje Janicleide é mestra em Direitos Humanos, também pela UFPB, onde defendeu sua dissertação sobre o Memorial das Ligas Camponesas.

¹⁶¹ É uma expressão muito utilizada na linguagem popular que significa a pessoa que sustenta a família.

“xingavam” a família. Apesar de a invasão ter sido feita pela manhã, já durante a madrugada era possível perceber a casa cercada de militares do Exército. Acredita ser realmente do Exército porque lembra que a roupa que vestiam era verde.

Após a volta de Pedro Inácio da viagem a Cuba, Walter diz lembrar especificamente de um momento em que estava brincando na rua e uns policiais chegaram perguntando sobre as armas que o pai tinha trazido de Cuba.

Porém, diferente de Náugia, um ano mais nova, ele lembra-se de eventos em Miriri, pois seu pai sempre o levava, junto com seu irmão Marinard, para caminhadas. O depoente se lembra do seguinte episódio em que seu pai foi cercado pela polícia a mandado de Luiz de Barros, durante uma tarde no sítio em Miriri:

Essa outra parte que eu fiquei, que ficou muito gravada em mim é a de Miriri, né, porque quando ele ia pra Miriri ele sempre levava eu e meu irmão, eu e o Nardo, que é o Marinardo, e uma das vezes que a gente tava lá, tava trabalhando no sítio [no sítio em Miriri, propriedade de Pedro Ramos], no sítio dele, e de repente chegou – isso aí foi coisa que eu presenciei que ficou muito marcado, né?! – chegou Luiz de Barros com um caminhão cheio de policiais, uns 30 policiais, aí foi aquela agressão logo, aquela violência, né?! Tinha um pessoal ajudando ele – porque eles se ajudavam, né, na roça, né?! – mandou todo mundo parar, e tudo. Aí pegaram meu pai, xingaram e tudo, depois saiu empurrando ele, dando coronhada com armas nas costas dele, né, empurrando ele e mandando ele correr, mandava que ele corresse, dizendo: “corre Pedro Fazendeiro, corre... tu não é isso ou aquilo?” – não me lembro o que eles falavam... o Luiz de Barros, né! Corre... mandava ele correr. Pra que? A intenção é que ele corresse e ele atirar, né?! E ele é claro que não ia correr. E é isso mais que ficou gravado em mim! [...] Eu me lembro de quando uma vez o meu irmão tentou chegar perto dele numa oportunidade dessa, né, nessa oportunidade, que eu me lembro foi uma vez disso – porque nem toda vez que ele tava no sítio também a gente tava com ele – e meu irmão quis chegar perto dele e o Luiz de Barros tratou meu irmão mal, xingou, mandou ele sair, sabe?! E a gente ficava lá [...]. Até tinha uma coisa que eu sempre gravei, que eu sempre disse, né, era cerca de trinta homens armados pra prender um homem desarmado, e eu não sei pra quê tudo aquilo, né!

Perguntado se tinha alguma lembrança de algum dos episódios em que seu pai fora preso, responde:

Levava meu pai, amarrado, né, com as mãos amarradas, jogado em cima do caminhão e, a gente ficava lá, um daqueles camponeses levava a gente pra casa dele e a gente ficava aguardando que alguém fosse buscar a gente pra levar de volta pra casa.

Portanto, de acordo com Walter, Luiz de Barros foi até Miriri somente para prender seu pai. Quando a família se transferiu de Sapé para morar em João Pessoa foi por dois motivos: em primeiro lugar a situação estava insustentável para a família, que presenciava sempre violência contra o pai, além de suas prisões, de tal forma que o lugar se tornou bastante inseguro. Em segundo lugar, a transferência tinha se dado pela vontade que Pedro

Fazendeiro tinha de que seus filhos continuassem os estudos na capital. No caso de Walter, ele estudou na escola municipal Doze de Maio e depois passou a estudar na escola Zumira de Novais, ambas localizadas no antigo bairro de Oitizeiro. Após Pedro Fazendeiro ser preso e depois desaparecido, houve dificuldades para que os filhos voltassem a estudar, pois a mãe, Maria Júlia, teve negada a matrícula de seus filhos em alguma escola cujo nome Walter não se lembra. De acordo com Walter:

A gente parece que não é ninguém, né, nesse momento, porque a gente pensar que todo mundo pode estudar menos a gente... por que, né? Então é ruim, né, porque a gente saber que o pai queria tanto que a gente estudasse, né. Um dos motivos que fez ele trazer, até o que Náugia falou né, porque mãe tava sofrendo muito em Sapé, que a perseguição em Sapé era maior né, ela queria sair de lá, e o outro motivo também era pra facilitar os estudos pra gente... e de repente a gente saber que além de tudo, sem pai, sem estudo, tudo que ele queria... é muito triste. [...] parece que a gente não tem direito a nada.

Perguntado sobre as pessoas com quem o pai mantinha contato no período das Ligas Camponesas, Walter se lembra de: Nego Fuba, Assis Lemos, João Pedro Teixeira, de Sapé. De João Pessoa, lembra-se de Dr. Malaquias e Manoel Porfírio.

Walter diz que era muito comum seu pai levá-lo, junto com o irmão Marinad, nas suas andanças pelos lugares, seja para João Pessoa/PB ou para o sítio em Miriri, em Sapé/PB.

Eu me lembro até que, numa das vezes, ele [Pedro Fazendeiro] conversando com um amigo dele, não sei quem, mas ele falava assim, que era até bom andar com as crianças, que ficava mais difícil de alguém cometer um atentado contra ele, que a gente andava muito dentro do mato, atravessava aquele rio Miriri, não me lembro aonde, porque tudo tá mudado hoje, tem aquela BR [trata-se da transamazônica, BR - 230], não sei se era pra esquerda ou para direita, mas eu me lembro que atravessei muito aquele rio ali, de noite, de dia, e andava uma espécie de duas léguas, chamava na época de tabuleiro, que era só areia. Ele saía visitando sítio de um, sítio de outro, o pessoal gostava muito dele, e essas coisas que eu me lembro, assim.

Walter não se lembra qual era o assunto que o pai tratava com os outros camponeses, apenas diz:

Eu sei que era tudo a respeito de Liga Camponesa, mas eu como, a gente queria mais era brincar né, todo canto que chegava tinha a oportunidade da gente brincar com os meninos, e ele ficava lá conversando com o pessoal e a gente ia brincar.

Perguntado se Pedro Fazendeiro teve alguma pretensão de se candidatar a algum cargo político, como aconteceu com outros camponeses, tais como Nego Fuba, Elizabeth Teixeira, Ivan Figueiredo, Walter responde: “Eu tenho a lembrança que sim, não tenho muita certeza, que é só de ouvir falar, mas eu penso que ele também tinha uma intenção de se candidatar,

parece que a vereador”. De acordo com Renato César Carneiro, podemos constatar a sua candidatura nas eleições de 1962, para a vaga de Deputado Estadual da Paraíba, conforme discorre o autor:

As eleições de 1962 ocorreram para o preenchimento de cargos na Câmara dos Deputados, da Assembleia Legislativa do Estado e a renovação do Senado.

[...]

Não obstante as chances de vitória de Antônio Teixeira e do advogado José Gomes da Silva, considerados os líderes mais influentes, outras lideranças, por simples vaidade, se lançaram candidatos, a exemplo de Manoel de Deus, Pedro Fazendeiro e Elizabeth Teixeira, à época, já viúva de João Pedro Teixeira (2011, p. 331)¹⁶².

Quanto à sua mãe, Maria Júlia, Walter dá o seguinte testemunho:

Dona Júlia, ela não repassava muito as coisas pra a gente não, sabe. Pelo menos pra mim, pra Náugia também ela não repassava muito não. Acho que era uma maneira de proteger, né?! Pra não atingir emocionalmente a gente, né, emocionalmente. Ela não passava muita coisa pra gente, mas ela sofreu muito, a gente percebia que ela sofria muito. Parece até que nasceu, é... num tem aquele filme de Pedro Teixeira: “Cabra Marcado para Morrer”, né? O dela acho que seria “Mulher Nascida pra Sofrer”. Porque eu fico me lembrando dela às vezes, eu digo, minha mãe, como Náugia falou, né, tava, foi criada em casa de parentes, onde era humilhada, né, explorada, né. Aí meu pai tirou ela de lá, tudo bem, foi por amor, tudo, essas coisa toda, mas com o movimento [das Ligas Camponesas] ela também sofria muito, ela tinha medo, né. Eu lembro que ela pedia a ele pra deixar aquele movimento, tudo, e ele não deixava. [...] então eu tou falando que ela nasceu pra sofrer por isso, né. Acho que, praticamente não teve pai nem mãe, depois quando foi viver com pai [se refere ao seu pai, Pedro Inácio de Araújo], teve esse período de Liga Camponesa, eu não sei quando exatamente. E foi muito sofrimento pra ela, e pai morreu e ela continuou sofrendo, e morreu sofrendo. Eu comparo ela com, ela ficou com tanto medo que eu comparo ela com, não tem aquela história de, de pessoas que após a segunda guerra mundial, as pessoas se esconderam dentro de floresta e não precisava mais sair de lá porque tinha medo de voltar, porque achava que a guerra ainda existia? Eu acho que na cabeça dela ficou essa coisa de, que a ditadura não tinha acabado. Ela morreu com medo.

A partir do período de anistia, Walter, assim como Náugia, afirma que a esperança de ver novamente o seu pai foi restaurada na família. Em relação à dinâmica de sobrevivência familiar após o desaparecimento de Pedro Fazendeiro, Walter afirma:

Quando ele [Pedro Fazendeiro] desapareceu, eu também arqueei com minha parte, né. Além de catar bredos, ajudar minha mãe lá no sítiozinho, é... a gente tinha uma vizinha que – eu não lembro o nome dela – que ela, ela pescava, né, em mangue. Ela me levava pra ver o mangue e lá ela me ensinou a pegar taicica. Taicica acho que nem existe hoje mais, né, mas taicica é um peixinho que dá na lama. Aí a gente ia,

¹⁶² Discordamos enfaticamente do autor Renato César Carneiro, quando este considera simples vaidade as candidaturas de Manoel de Deus, Pedro Fazendeiro e Elizabeth Teixeira. As candidaturas dessas lideranças camponesas devem ser contextualizadas, destacando-se o clima de grande ebulição social e política do momento histórico, no qual havia grande disputa política no seio das próprias Ligas Camponesas da Paraíba. Considerá-las como mera vaidade ofusca o clima de tensão política do período.

pegava uma área de mangue assim – acho que era por ali pelo lado de Bayeux [cidade paraibana que fica entre João Pessoa e Santa Rita], naquele que era bem grande ali – ela fazia, marcava um círculo assim, e a gente começava a sapatear, ia fechando, né, e depois a gente enfiava a mão na lama e ia encontrando taicica, era muita que a gente pegava, viu. Era um peixinho assim, que parecia uma cobra, comprida e fina. Aí eu juntava lá um bocado, era o que eu mais pescava, na minha vida de pescador foi isso mesmo. Taicica... aí levava pra casa pra a gente comer.

Ainda sobre as dificuldades que a vida acabou impondo ao depoente e sua família, devido às consequências que o golpe civil-militar lhes trouxe, Walter lamenta ter tido que trabalhar muito cedo, tendo que deixar de lado os estudos:

[...] acho que a gente foi muito, ficou muito difícil pra gente isso. É... digamos, ter uma vida melhor, né. Porque ficou difícil o estudo, eu fui trabalhar de, com treze anos de idade eu fui trabalhar de servente de pedreiro, é, com quinze, mais ou menos, eu fui trabalhar naquela indústria, Imensa, que era a primeira indústria do distrito industrial aqui em João Pessoa, depois eu fui pra Marinha, porque os familiares não queriam que eu servisse ao Exército, porque tinha medo, mas besteira, né, porque a Marinha também era envolvido em tudo.

Finalizando sua fala, Walter nos conta sobre quando ele foi prestar uma ajuda numa mercearia de um conhecido da família, que ficava no antigo bairro de Oitizeiro. Diz que, nesse dia, um desconhecido se mostrou interessado na história de seu pai, e ainda, lhe disse para dar continuidade à sua luta. Após o episódio, conta que, quando levou o ocorrido ao conhecimento de sua mãe, ela ficou muito aflita e lhe impôs uma ordem um tanto quanto inusitada:

Uma vez, ele, Seu Belarmino, ele quando ia almoçar eu ficava tomando conta da mercearia [...], aí sempre tinha um homem que ficava por lá – acho que era pra olhar se eu mexia em alguma coisa, sabe, que ele era muito... – e vez por outra aparecia outro, ficava conversando lá, aí tinha um homem lá que começou a aparecer, a aparecer uma vez, passou, depois apareceu outra. Uma vez ele chegou pra mim e fez muita pergunta, sabe, sobre meu pai, tudo e se a gente pensava em tomar algum caso, tudo, e depois me aconselhou a seguir a luta do meu pai e – eu e meu irmão né – e se vingar, né. Quando eu contei isso a minha mãe, ela ficou desesperada, né, aí ela disse: “saia de perto”. Ela até falou uma, minha mãe é bem... ela disse assim: “quando alguém vier com uma conversa dessa pra você, você solte um pum e saia de perto”.

Percebemos que a história de luta do pai do depoente tornou-se bastante notória, bem como seu desaparecimento. A família, diante disso, aprendeu a viver em constante alerta, temendo sempre alguma possibilidade de sofrerem retaliações simplesmente por serem esposa e filhos de Pedro Fazendeiro.

3º ouvida: Josineide Maria de Araújo

Também chamada de Neide por seus familiares, a segunda filha de Pedro Fazendeiro não se lembra, ao certo, de como seu pai entrou para o movimento das Ligas Camponesas, mas conta que seu tio chamado Oliveira lhe apresentou as ideias do movimento.

Eu sei que minha mãe dizia que ele [Pedro Fazendeiro] tinha um irmão, é, Tio Oliveira, que já tinha as ideias na cabeça, né. E que tio Oliveira, eu não digo, assim, que incentivou, mas que conversava com ele sobre o movimento. Também não sei se esse movimento que tio Oliveira conversava com ele era, se era já as Ligas Camponesas. Por que? Porque também não sei por qual motivo esse meu tio, é, irmão da minha tia Lígia, ele foi embora daqui, foi pra Amazônia, e a última notícia que a gente teve dele foi que ele morreu por lá, espancado pela polícia – os motivos eu não sei, certo – mas o que eu sei é que [...] eu vi esse tio muito pouco, eu vi tia Lígia, eu vi tio Zé, eu vi os outros meus tios, mas tio Oliveira eu acho que só vi uma vez, quando ele veio uma vez de visita, é o que eu me lembro dele, eu não me lembro nem das, assim, das feições dele. Me lembro mais de tio Zé e tia Lígia, minha mãe comentava isso aí, que meu pai se entrosou, minha mãe acha que tio Oliveira incentivou, certo.

Como percebemos, de acordo com Neide, seu tio Oliveira se mudou da Paraíba para Amazônia antes do golpe militar, e, provavelmente, lá sofreu perseguição nas mãos da polícia. Sobre as Ligas Camponesas Neide recorda-se um pouco de como interagiu diretamente com o movimento, confeccionando as carteirinhas dos associados. Conta-nos também que em Sapé as reuniões eram realizadas aos sábados perto da feira, mas não se lembra exatamente a rua em que se localizava a sede.

Já entrando nas Ligas Camponesas, o que é que eu recordo? Eu recordo que em Sapé, as reuniões eram aos sábados, certo, eu não lembro o nome da rua da, que ficava as Ligas, sei que era perto da feira e que, o pessoal ia, se reunia, é, era colocado um birô, assim, a frente, e eu me recordo de mim, que eu ficava numa janela que tinha logo assim atrás, e eu fazia as carteirinhas das Ligas também. Recordo de minha mãe, recordo também que as Ligas, que as carteirinhas eram confeccionadas a mão, que a gente ajudava a confeccionar durante a semana, aquelas carteiras, pra no sábado elas estarem prontas pra... fazer associação dos camponeses. É... recordo de Francisco Julião, visita dele, recordo de um comício grande que houve na Lagoa [ponto turístico da cidade de João Pessoa/PB], com a presença dele. E, recordo de meu pai, é, não sei como ele conseguiu os caminhões pra trazer os camponeses, só sei que trazia, que era através de caminhões. E num desses comícios aí, ele preparou um ramalhete de flores, uns negócios, e, num desses comícios ele me botou pra, Francisco Julião chegando perto do palanque, assim, aí – isso me veio a cabeça depois que a Comissão da Verdade [se refere a CEVPM/PB] começou a restaurar, né, vasculhar, aí também foram chegando a minha cabeça – aí, meu pai preparou um ramalhete de flores e me mandou dizer: “sou uma pobre camponesa, mas rica de coração. Viemos aqui saudar o deputado Julião”. Aí entreguei a ele um ramalhete de flores, me lembro disso daí.

Neide nos narra um episódio em que a polícia abordou seu pai e Assis Lemos, durante uma viagem a Itabaiana, na qual ela e sua irmã Nadieje também estavam presentes. Pelo que ela nos diz, durante uma parada na feira para lanchar, Pedro Fazendeiro teve seu rosto desfigurado, e até se fingiu de morto para fazer cessar as agressões. No depoimento passado sua irmã Náugia já havia mencionado esse acontecimento, mas sem detalhes porque não o presenciou de fato. A seguir, o relato de Neide sobre o ocorrido.

Depois houve um atentado, a ele, a ele e a Assis Lemos, esse eu tava presente, eu e Nadieje, é, nós tínhamos ido com Assis num jipe, pela manhã, pra Itabaiana, e num determinado momento, mais ou menos, eu creio que umas 9 horas da manhã – eu é que tou dando mais ou menos esse horário devido esse horário de lanche – então eu fui pra feira comer alguma coisa com ela, e meu pai ficou, meu pai e Assis ficaram no prédio lá das Ligas Camponesas. E a gente lanchou e quando a gente já vinha voltando, subindo uma rua calçada, tinha uma ladeirinha e viu o movimento de policiais, aí a gente disse, devido assim a tudo que a gente passava é, polícia cercando a casa, Exército no quintal da casa, pela manhã, certo, então a gente já, quando via um policial, quando via um movimento maior, então a gente, Nadieje disse: “vamo apressar o passo”, e nós apressamos. Então quando chegamos lá meu pai tava todo quebrado, o rosto, tá, é, Assis também. E depois disso, aí viemos pra aqui pra João Pessoa. E eu recorro que durante a viagem é... nós não fizemos o mesmo itinerário da ida, voltamos por um lugar bem mais longe, porque, eu não sei se foi meu pai, eu sei que a frase foi dita, que podia haver uma outra emboscada naquela estrada, então vieram por um caminho mais distante, fizeram um roteiro mais distante, e, ele foram trazidos para o hospital, que era hospital municipal de João Pessoa, que se não me engano é ali onde, não sei se ainda é, mas funcionou um prédio da Telpa [antiga companhia pública de telefone, privatizada em fins da década de 1990], Telemar, pela [avenida] Duque de Caxias, eu acho que o hospital era ali. Então eles ficaram ali naquele hospital, e depois assim, quando passou esse episódio ele, meu pai disse que levou muita coronhada, né, isso daqui dele foi quebrado mesmo [diz apontando para seu nariz] e quando ele viu que não havia mais assim alternativa, [...] quando ele viu que não tinha mais jeito, então ele, quando nós chegamos – e isso daí eu presenciei – ele tava dentro de uma poça de sangue, ele se fingiu de morto. Como foi o fingimento dele de morto eu também não sei, porque é como eu digo, quando eu cheguei ele já tinha sido espancado. O que eu sei é que durante a viagem, quando o carro dava um solavanco maior, eu sei que Assis gritava muito, assim, como se tivesse sentindo muitas dores, porque ele é... chutaram muito assim as partes de Assis [de acordo com a fala de Waldir Porfírio, um testículo de Assis Lemos chegou a ser esmagado]. Então Assis gritava quando havia um solavanco maior, no carro.

A seguir, a depoente nos conta sobre outro atentado sofrido por seu pai, pelo qual, desta vez, foi atingido por uma bala e quebrou o ombro e o fêmur. Depois de algum tempo de tratamento no hospital Sá Andrade, sem sucesso de recuperação, Pedro Fazendeiro foi levado ao Rio de Janeiro por Francisco Julião, para lá se tratar.

Também em Sapé, eu não sei precisar a data [de acordo com Waldir Porfírio, 28 de dezembro de 1962], meu pai foi, sofreu um atentado em frente à coletoria pública, à noite, eu sei que a coletoria pública era desse lado e desse [outro] lado havia uma madeireira, e o cabra que atirou em meu pai ele tava dentro da madeireira, devia estar escondido dentro da madeireira, bom, supõe-se, né? E nesse atentado... um projétil atingiu... é, é, um dos lados dele, e um omoplata dele quebrou, e um fêmur. Então ele ficou muito tempo na, no hospital de Sapé, Sá Andrade, era o nome do

hospital, Sá Andrade, e eu me lembro que quando eu ia visitá-lo, eu só recordo essa cena: ele tava com a perna levantada e um ferro transpassava na perna assim, e um pendulo forçava pra baixo, isso aí eu recordo. Então num... acho que não havia jeito pra ele aqui, né, aí pelo que eu sei ele foi levado ao Rio por Francisco Julião, através de Francisco Julião, e lá colocaram uma parte de platina no ombro dele, uma parte de platina no fêmur.

Tendo em vista todos esses acontecimentos em decorrência do movimento das Ligas Camponesas, Neide afirma que mesmo antes do golpe civil-militar seu pai sofreu duras perseguições que repercutiram diretamente em sua própria vida. Conta que foi bastante difícil presenciar seu pai sofrendo torturas e ameaças, e que todos na família viviam em constante aflição diante da possibilidade de seu pai ser até mesmo morto. Quando perguntada sobre o motivo do Exército perseguir seu pai, Neide responde:

Bom, eu não sei lhe dizer assim porque eles [os usineiros] usavam o Exército, mas o que eu acho é o seguinte: como meu pai fazia parte de um movimento onde visavam melhores condições para o homem do campo, é, visavam reforma agrária, que era o ponto predominante, né, e, nem as Forças Armadas, creio eu, nem os usineiros mesmo, assim, os usineiros mesmo é que não queriam. Eles queriam dividir terras com ninguém? Não queriam! Além do mais o seguinte, é... quando foi que o pobre, que o agricultor, que o trabalhador do campo teve, teve vez na vida sem que fosse perseguido? Eu acho assim, que devido à predominância dos usineiros no Estado da Paraíba, eu acho que o Exército fazia o que eles queriam, eram manipulados por eles.

A depoente também afirma que durante as Ligas Camponesas foram muitas as reuniões que aconteceram em sua própria residência, nas quais se lembra da presença de Assis Lemos, Leonardo Leal, Dr. Malaquias Batista e outros. Todo esse clima intenso das Ligas Camponesas em Sapé despertou em Neide um sentimento de insegurança e perigo, e por isso, tentou se desligar e não se envolver muito com as ações do movimento, buscando refúgio no esporte.

O desdobrar disso aí [das organizações das Ligas Camponesas], eu não vou mentir pra vocês, eu não acompanhei. Até porque eu vou ser muito sincera, quando aconteceu tudo isso, de Golpe Militar, o desaparecimento de meu pai, é, essas perseguições, eu sempre fui muito ligada a esportes. Eu tentava assim, eu tentava não me prender, eu tentava, eu vencia um dia numa quadra de vôlei, entendeu, até numa época que uma mulher tá jogando no meio de um bocado de homens, ou jogando handebol no colégio, eu tentei vencer as coisas assim, eu não tentei viver isso aí, eu não tentei viver isso aí não.

Questionada sobre a possível interferência do advogado Alfredo Pessoa na decisão de seu pai se entregar ao Exército, após o golpe civil-militar, Neide responde:

Eu não sei assim se foi através de Alfredo Pessoa, se foi ele que incentivou. Eu sei que a família temia muito por ele, assim, por conta do, de Luiz de Barros. Entendeu? E Luiz de Barros tinha sede do meu pai, isso daí tinha, Luiz de Barros tripudiou em

cima de meu pai, Luiz de Barros prendeu meu pai várias vezes, Luiz de Barros bateu no meu pai [...]. O que eu sei é o seguinte, que quando a coisa ficou assim muita pressão assim, a gente já não tinha mais, quem teve dinheiro pra cair fora caiu, se exilou, mas a gente não tinha essa condição, e já não tinha mais assim pra onde correr, então eu sei que tia Lígia, eu não sei de onde partiu, eu só sei que minha tia disse a ele que ele se entregasse ao Exército. Não sei se, como ela chegou a isso, ele se entregasse ao Exército, porque o Exército era... era digno. Não foi bem essa, essa... era digno, o Exército era digno. E que se ele saísse por aí ele podia ser pego por Luiz de Barros e ser morto, mas se ele se entregasse ao Exército ele não correria esse risco, então, eu sei que num dia no mês de abril é... ele saiu de casa, com esse advogado Alfredo Pessoa e foi pra o 15 RI, antes de ele sair minha mãe disse assim a ele, não sei se antes ela contava isso aí, mas ela teve essa conversa com ele, quando Tia Lígia aconselhou ele a ir, minha mãe disse a ele: “Pedro, não se vê uma cobra com a boca aberta pra se entrar dentro dela”. Mas ele disse: “nada, o Exército é”.... tá fugindo a palavra. É... “o Exército é digno”, pronto! “Eu vou!” E foi. E ficou.

Questionada se seu pai chegou a ser libertado alguma vez do Exército, Neide afirma veementemente que seu pai, desde que foi preso, nunca mais havia voltado para casa:

Assim, ele saiu do 15º RI pra o Grupamento [de Engenharia do Exército], mas assim, liberado não, havia uma... [...] mas não era uma liberação! Eu não entendo isso como uma liberação. Liberação você sai e vem pra casa e depois você, alguém...ele não foi pra casa, ele saiu do RI e foi pro grupamento de engenharia. Meu pai não veio pra casa. Depois que meu pai foi preso ele nunca, ele nunca voltou em casa, nunca. Meu pai não voltou em casa. [...] No grupamento ele era mais bem tratado. No grupamento ele tomava [banho de] sol, assim, a gente notava assim que no grupamento ele tinha um tratamento melhor que no 15º RI. Até que depois ele voltou de novo do grupamento pra o 15º RI. Então ele ficou nisso, foi e voltou.

No que se refere às visitas que a família fazia a Pedro Fazendeiro, Neide responde que eram realizadas todas as quartas e todos os domingos. A última visita que fez ao pai foi no dia 6 de setembro de 1964. De acordo com Neide o último encontro se deu da seguinte maneira:

A gente achou que ele tava assim – eu não, porque eu não tinha assim... eu era muito nova pra me prender assim – mas minha mãe achou que ele tava assim, triste, e minha mãe perguntou assim a ele: “Pedro, é, você tem – não foi esperança – você tem uma expectativa de quando sai daqui?” Aí ele disse: “Não Marié! – porque ele chamava por minha mãe, Marié – não Marié, eu não tenho, porque eles querem que eu descubra coisas que eu não sei.”

Quando questionada, então, sobre o que o Exército queria saber de Pedro Fazendeiro, por exemplo, se seria a respeito da morte de Rubéns Régis, Neide responde:

Eu vim saber que era a morte de Rubéns Régis depois que foi instaurada a comissão, mas eu não sabia. Eu achava que era armas, [pois] o Exército sempre procurou [quando invadia a sua casa em Sapé] por armas. Eles sempre alegavam que tavam indo na casa da gente a procura de armas. Quando meu pai foi pra Cuba [considero que Neide se referiu ao período logo após seu pai ter voltado de Cuba] eles invadiam a casa da gente procurando revistas cubanas, armas, livros. É tanto que meu pai trouxe realmente umas revistas, mas também não escondeu não. Deixou a mostra. E tudo que a gente tinha eles levavam.

De acordo com Neide, foram para Cuba junto com seu pai:

Nego Fuba, dois filhos de João Pedro Teixeira, Izaac e Abraão, não sei se foram no mesmo dia, mas eu sei que Izaac e Abraão foram pra Cuba. E meu pai queria mandar eu e Nadieje. Aí eu disse: “se Nadieje for eu vou”. Mas Nadieje não quis ir, aí eu também não fui. Eu não sei se já tava tudo certo pra mandar eu e Nadieje, mas meu pai ventilou essa possibilidade dentro de casa de eu e Nadieje, porque ele queria muito que todos os filhos estudassem, ele tinha traçado um caminho pra cada filho. E ele achava que... ele tinha traçado a vida de cada filho, menos a de Náugia, que era muito pequena, mas dos outros filhos ele tinha traçado¹⁶³.

Após o desaparecimento do seu pai, Neide diz que não aconteceu com ela o que ocorreu com alguns de seus irmãos, que tiveram o seu direito de estudar negado. De acordo com suas palavras:

Oh, comigo não aconteceu [de ter sido impedida de estudar], porque quando meu pai desapareceu, então o que foi que aconteceu lá em casa? É... eu fui trabalhar e eu era muito atrevida, como Waldir [Porfírio] diz, e eu não sei como é que eu não sofri com meu atrevimento porque tinha um diretor, professor Maurício, eu não entendia se ele... eu também já tava bem a frente dos meninos [seus irmãos], eu não entendia se professor Maurício fazia aquilo pra me proteger ou porque me perseguia, mas eu acho que era pra me proteger. Porque, é como eu disse a vocês, eu tentava vencer minhas lágrimas, minha fome, é, eu tentava vencer jogando, entendeu? Então como é que eu fazia? Eu , eu tinha o jogo na cabeça, eu tinha o esporte na cabeça, eu recordo que tinha uma mesa de tênis, pingue-pongue no colégio estadual de Cruz das Armas e eu, o que era que eu fazia? Eu, ele me botava pra sala de aula. Chegava na sala de aula tinha um professor, que esse me marcava, é, Coronel Lira, também não sei se me marcava, mas pelas respostas que eu dei a ele eu acho que ele... não sei, eu acho que era Deus que me protegia, porque eu saía da sala de aula eu ia diretinho pra sala de pingue-pongue, ia diretinho pra quadra de vôlei, entendeu? A quadra de areia que tinha. Então, umas inspetoras me soltavam pilhérias, é, professor Maurício não, eu acho que ele me protegia, ele tentava me tirar, ele queria que eu estudasse, ele tentava me tirar daquela quadra e me levava muito pra sala de aula, e o coronel Lira, que era um coronel do 15 RI, na época inventaram uma disciplina, é, educação moral e cívica. E eu comecei a assistir às aulas, e ele sempre pendia que, era a mesma pregação das Forças Armadas, tinha ensinando que a gente tinha deveres, que a gente, mas que no final a gente tinha que, só partia pra o lado da ditadura, e eu sei que numa, nessas aulas dele eu dizia assim: “que ditadura que nada, que deveres que nada, então somente eu tenho deveres, a, a... o governo não tem deveres? Porque mataram meu pai”. E eu lembro que ele olhava pra mim com os olhos assim, muito [faz uma expressão indicando fúria]. Outra vez, aí foi, já trabalhava e estudava de noite, tava trabalhando, aí, fui trabalhar na Livraria Universal e, chegavam umas pessoas pra comprar que não eram pra comprar, eu era balconista, era pra me tirar do sério, o... o freguês tem sempre razão, o freguês tem sempre razão. E eu aguentava, mas tinha uma freguesa que ia lá, mas que ela só ia pra me tirar a paciência, e quando foi um dia ela me tirou tanta a paciência, me tirou tanto que eu abri com ela, certo, aí seu Hélio Silva – era o dono da loja – me chamou e uma frase dele eu me lembro, primeiro ele disse essa mesma frase: “o freguês tem sempre razão.” E depois disse a frase: “também, sendo a senhora filha de quem é”.

¹⁶³Vale ressaltar que o único filho de João Pedro Teixeira que viajou para Cuba foi Izaac. Abraão não chegou a ir.

Aí eu disse: “eu sou filha de quem?” Aí ele não me deu resposta. Também eu não argumentei mais com ele.

Questionada se teria sido esse patrão que tentara lhe assediar, Neide responde:

É... como eu digo a vocês eu, eu, eu, teve, assim, teve momentos na minha vida, assim, que a gente vendia livros infantis, aí no outro dia a gente tinha que subir uma escada pra tirar os livros infantis que teriam sido vendidos, e por umas duas ou três vezes, quando eu tava lá em cima, ele chegava, e começava a... eu nunca disse isso pra minha mãe... [fica bastante emocionada e fica em silêncio por um tempo]. Ele não ia às vias de fato, mas ele me assediava com palavras, com propostas, mas eu nunca falei isso pra minha mãe. Eu não dizia a ela porque sabia que eu precisava daquele emprego e que ela precisava daquele dinheiro. Mas ele nunca foi, assim, as vias de fato, de atacar, disso não. Isso nunca aconteceu.

Em se tratando da informação que a família Araújo recebeu sobre o que cabo Chiquinho e outros jagunços teriam feito com Pedro Fazendeiro, Neide também reforçou o que sua irmã Náugia contara nesta oitiva a respeito de o que teria ocorrido com seu pai, entretanto a versão é diferente quanto à pessoa que contara esta história à família. Náugia atribui à Dona Corina, sogra de sua irmã Nadieje. Já Neide atribui à uma pessoa conhecida como “Cego Genaro”¹⁶⁴. Neide afirmou não saber o intuito dele em contar a história:

Eu não sei se ele fazia isso pra livrar Renato Ribeiro, eu não sei se ele fazia isso pra, porque era verdade, não sei, ou se era pra amedrontar... o que eu sei é que depois ele deixou de ir na minha casa. Deixou de frequentar lá em casa, ele não foi mais levar notícia nenhuma lá em casa. [...] Esse comentário que eu soube foi dele [“cego” Genaro]. Minha mãe soube, era minha mãe que comentava isso aí.

Neide não soube precisar o ano em que sua mãe recebeu essa notícia, mas diz que possivelmente teria se dado em torno de um ou dois anos após o desaparecimento de seu pai.

Em se tratando do major Cordeiro, Neide o descreve da seguinte forma:

Ele era... o que eu tenho gravado dele assim, ele era de uma estatura mediana, não era magro, certo, não era uma pessoa magra, mas também não era uma pessoa gorda, e[...] Ele não tinha sentimento na voz, a gente não sabia se ele tava, até quando ele disse assim: “menina, eu tenho o que fazer”, foi nesse tom que eu tou dizendo agora [um tom de quem fala calmamente]. Menina eu tenho o que fazer. Ele era frio.

¹⁶⁴Vale ressaltar que o trecho em que Neide contou essa história foi gravado de forma incompleta, não sendo possível escuta-la desde o princípio. Infelizmente este problema ocorreu mais de uma vez nessa oitiva e em outras, tal como a de Marina Dias, na qual notadamente contém trechos incompletos. Estas faltas consistem em problemas técnicos, talvez na troca de fitas ou cartões de memória das filmadoras, quando estes se esgotavam.

Quanto ao desaparecimento do pai, Neide considera que o próprio Major Cordeiro é o maior responsável, pois não encontra explicação para o fato de seu pai ter sido solto tarde da noite, e que, portanto, teria sido vítima de uma emboscada planejada também pelo oficial:

Ele [major Cordeiro] é o maior responsável [pelo desaparecimento do pai]. Porque o meu pai tava sob a guarda dele. E não se solta um homem às 9 horas da noite, que pelo que eu sei, meu pai foi solto a noite, num dia que não tinha movimento, num 7 de setembro, não tinha movimento, não tinha nada, aliás, movimento é de manhã no 7 de setembro, é um feriado, não tinha movimento, então já foi tudo planejado. Foi de comum acordo.

Quando questionada se teria alguma pergunta a fazer ao Major Cordeiro, hoje oficial do Exército reformado, Neide respondeu:

Eu queria. Eu queria fazer não só uma, eu tinha várias perguntas para fazer. Eu queria perguntar pessoalmente se houvesse possibilidade. Eu ia perguntar a ele o que ele sentiu quando ele...— porque saber o que ia acontecer, ele sabia — mas eu queria saber o que ele sentiu quando ele, ele viu aquela foto no jornal e quando ele viu o destroço que fizeram com meu pai. E ia perguntar a ele se a situação fosse o inverso, se ele aprovaria que fosse feito com ele o que foi feito com meu pai e Nego Fuba. Ia perguntar a ele se ele se sente feliz de ter tido a oportunidade de criar os filhos dele, de desfrutar da companhia dos filhos dele até hoje. Queria saber o que é que ele sente em saber que ele tirou isso de mim e dos meus irmãos... e queria saber se, se pelo menos por um momento ele pensou, ele pensou no meu pai como ser humano.

Neide afirma que sua mãe Maria Júlia morreu com 85 anos. No que diz respeito ao período em que se anunciou a Anistia, em 1979, ao contrário de Náugia, Neide afirma que não tinha mais esperanças de que o pai estivesse vivo, pois já havia desconsiderado a possibilidade de ele ter sido exilado.

4º ouvido: José Marinard Araújo

A oitiva de José Marinard fora realizada em data posterior, pois o mesmo reside no Rio de Janeiro desde meados de 1964, após o desaparecimento de seu pai. Mediante os esforços da CEVPM/PB, pôde prestar seu depoimento no dia 19 de dezembro de 2014 em João Pessoa, na presença de todos os seus irmãos, com os quais há décadas matinha contato apenas por telefone. Destacamos que, do mesmo modo que a Comissão promoveu a reunião da família Teixeira, assim também fez com a de Pedro Fazendeiro, possibilitando a vinda de parentes que moram em outras cidades atualmente.

José Marinard inicia seu depoimento dando algumas informações sobre o seu pai, conhecido como Pedro Fazendeiro, sobretudo no meio popular. Para o depoente tratava-se de

uma pessoa calma, tranquila, que, segundo atesta, não andava armado e tinha como meio de locomoção principal um cavalo, chamado de Perigoso, utilizado geralmente para se deslocar de Mari para Sapé, ou seja, do sítio arrendado na Fazenda Miriri, propriedade de Pedro Ramos, até a casa localizada na área urbana de Sapé, onde vivia com sua mulher Maria Júlia e seus filhos. Após afirmar que o pai não andava armado, complementa:

[...] a arma de meu pai era uma faca peixeira, de bico cortado, que ele levava aquilo ali porque como andava muito, eu andava muito com ele, ele ia a pé. Nem todas às vezes ele tinha o cavalo, que o cavalo não aguentava, né. E aquela faca ele andava com ela pra chupar uma laranja no sítio, descascar abacaxi, uma cana.

O depoente atesta também que constantemente acompanhava seu pai nas andanças cotidianas, seja na garupa do cavalo Perigoso, seja nas caminhadas, e lembra que seu pai evitava as estradas principais, pois havia o risco de encontrar algum preposto dos latifundiários da região que o provocavam. De acordo com suas palavras: “a vida do meu pai, comigo com meu pai, foi sempre andando, certo?! Eu andava muito com ele podia ser de cavalo, podia ser a pé, eu acompanhava ele em todos os momentos, entendeu? Inclusive quando ele não me levava eu chorava pra caramba, eu...”. No que diz respeito ao seu pai, Marinard diz que:

Meu pai sempre foi contra a violência, isso aí eu tenho certeza porque eu andava com ele e via que meu pai não era violento. [...] meu pai era um cara amigo, meu pai conversava comigo, meu pai tomava banho comigo no rio, certo. Meu pai fedia a suor, meu pai fedia a suor... e eu achava aquilo bonito, eu tinha vontade de ser igual a meu pai, eu tinha vontade de feder a suor igual a meu pai, eu tinha. Eu achava bonito meu pai fazer aquilo que ele fazia.

José Marinard afirma que o seu pai era bastante requisitado para tentar resolver impasses entre seus colegas trabalhadores rurais e os donos de terras. Como menciona em seu depoimento: “[...] lembro de um camponês que tava sendo pisoteada a plantação dele, era meu pai que ia lá pra conversar com, com os capanga do fazendeiro”. Também discorre sobre a repressão que seu pai sofreu no período das Ligas Camponesas, bem como a forma pacífica com que ele reagia diante da intervenção policial. Em suas palavras, Marinard cita alguns casos:

[...] quanto à perseguição eu vi muitas vezes o... cidadão que era da polícia, o PM [Policial Militar] Cavalcante, que era o maior puxa saco lá do fazendeiro, sempre que encontrava meu pai, provocava meu pai. Andava ele e um tal de... parece que era Lourenço, mas, acho que era Lourenço. [...] Era Polícia Militar, mas era capanga né, trabalhava diretamente pra o Severino Ramos... acho que é Severino Ramos...

[após intervenção de suas irmãs que estavam assistindo a oitiva e de membros da CEVPM/PB, corrige o nome] Pedro Ramos, que era o dono da fazenda Miriri, onde meu pai trabalhava. E numa certa ocasião, por causa de [palavra incompreendida] meu pai tava fazendo um mutirão pra lá no sítio dele pra... capinar o terreno. Eu não sei como é que souberam, que foi lá dois carros da polícia, dois caminhões da polícia, repleto de policiais, inclusive no meio tava o, o, o coronel Luiz de Barros, né, e o soldado Cavalcante e o Lourenço. Eu não tenho certeza se era o Lourenço, só me lembro muito bem do Cavalcante, mas eu tenho assim, mais ou menos, que era o Lourenço. E quando chegaram lá, eu o vi de longe. Eu tava vindo da casa de um camponês, que a gente tinha dormido, que meu pai dormia, né, na casa dos camponeses lá, né, chegava num lugarzinho assim e falavam: “oh, seu Pedro, dorme aqui, que já está tarde pro senhor ir”. Aí meu pai dormia. E nesse dia meu pai foi e eu fiquei na casa de seu João. Aí quando foi por volta de umas nove e meia mais ou menos, aí saí pra lá pro sítio dele [do seu pai, Pedro Fazendeiro] e quando eu caí na estrada aí vi, dois caminhões do, da Polícia Militar, no comando do coronel Luiz de Barros, e eu saí correndo na frente deles pra tentar o meu pai avistar, né, eu olhei de longe e já dava pra ver já o meu pai, né, e eu saí correndo na frente deles, eles buzinando e eu correndo na frente. Quando eu vi que eles ia passar por cima de mim mesmo, aí eu saí da estrada, eles passaram e... me xingaram lá do modo deles né, e foi pra lá. E eu saí correndo atrás dos caminhões. E eu cheguei juntinho com eles lá, onde tava o mutirão. Meu pai falou pra todo mundo: “todo mundo larga enxada, foice, o que vocês tiverem nas mãos jogue tudo aí e fica todo mundo calmo”. Aí quando chegou lá o coronel Luiz de Barros falou assim pro meu pai: “seu safado, cabra safado”, e pá e tal, e falou pra ele assim: “pega aí a enxada, pega as foices aí pra a gente brigar”. Aí meu pai falou assim: “não, a gente não tá aqui pra brigar não. Nós estamos aqui é, trabalhando, me ajudando. Eles estão me ajudando aqui, ninguém tá pra brigar”. E eles foram lá, derrubaram uma cerca que o pessoal já tinham feito, deram uns tapas no meu pai, deram um empurrão e levaram meu pai preso. Dalí eles foram embora e eu tinha que sair correndo, mais ou menos, acho que era umas duas léguas, ia pegar uma carona pra ir pra João Pessoa pra donde tava minha mãe, e daí minha mãe ia com Assis Lemos, ia um advogado pra ver se conseguiam soltar meu pai. E o maior perseguidor do meu pai era justamente esse Cavalcante, junto com Luiz de Barros. O Cavalcante era o cachorrinho porque um dia meu pai tava na feira e o Cavalcante chegou e foi lá prender meu pai a troco de nada. Tava meu pai falando de Liga Camponesa na feira, falando e ele foi dar voz de prisão a meu pai. Aí meu pai chegou pra ele e falou: “Cavalcante, o que é que você tem contra mim?”. [Soldado Cavalcanti respondeu] “nada, você é comunista, você é isso, aquilo”. Meu pai: “eu tenho pena de você, cara”. Aí meu pai falou umas verdades pra ele também, falou assim: “você é um cachorrinho do Luiz de Barros, certo, você é do Pedro Ramos, cachorro de Pedro Ramos, você, se eles te dessem valor, certo, pagavam um dentista pra você, que você tem seus dentes tudo podre”. Aí meu pai falou pra ele isso aí. [Pedro Fazendeiro falou] “agora, quer me levar preso, você pode me levar”. E ele levou meu pai preso. Então quando ele chegou lá, o... comandante lá do, era o Sargento Jório, Sargento Jório. Sargento Jório era uma cara legal, Sargento Jório falava pro meu pai: “Pedro, você é um cara legal, é um cara trabalhador, viu, larga essa Liga Camponesa de lado, larga isso”. Meu pai falava com ele: “não Jório, eu não tenho nada contra você, certo, eu acho que você não tem nada contra mim, você faz isso porque você é forçado... e forçam você a fazer isso. Mas eu tenho um objetivo, entendeu?! Eu comecei nas Ligas Camponesas, eu luto por esse povo e vou até o final”. E... é muita coisa que... se desse pra recapitular era bom, mas também já esqueci!

Numa dessas ocasiões em que seu pai fora detido e preso, José Marinard faz a seguinte consideração:

Jório prendia meu pai porque era mandado de Luiz de Barros e ele era Sargento, era terceiro Sargento. Me lembro até hoje isso, era terceiro Sargento. [...] inclusive,

quando eu chegava na cadeia de Jório, onde passava uma brecha para a comida, eu passava dentro daquele buraco e ficava lá dentro com os presos. Ficava lá dentro. Fazia assim, me abaixava e ficava lá dentro. Aí Jório olhou assim pra mim e disse: “oh fazendeirinho, tá fazendo o que aí dentro? Também tá aí?”. Eu digo: “não Sargento, eu passo por aqui, oh”. [Sargento Jório responde] “Ah eu não acredito”. [José Marinard] “então vou voltar aqui para o senhor ver”. Aí forcei, caí do lado de fora. Aí começou a rir: “esse aí só pode ser filho de Pedro Fazendeiro”. Mas o Jório era um cara legal, nunca foi violento. Falava: “prendo porque sou obrigado, sou mandado. O Luiz de Barros, Coronel, é que ordena”.

José Marinard também recorda de outro ato de violência contra seu pai, envolvendo o Soldado Cavalcante, que lhe dera uma bofetada no rosto a troco de nada. Pedro Fazendeiro não reagiu e seguiu o seu caminho. Noutra ocasião, o depoente nos conta que:

O [Soldado] Cavalcante, no dia que atocaiaram meu pai, eu vi, eu, é, moleque, pequeno, mas eu, é, sempre encostava no pé do pessoal pra ficar escutando, e eu vi o Cavalcante comentar: “nós atiramos nele, mas o desgraçado conseguiu escapar”. Ele comentando com outro... um cachorrinho lá dos... dos fazendeiros: “e o desgraçado conseguiu se livrar”. Aí nessa hora eu passava na frente dele mesmo, eu também, eu passava em frente dele pra ele ver que eu vi o que ele falou. Eu acho que eu era mais ou menos pequeno, tinha na base de uns onze anos, mais ou menos. Aí ele viu que eu escutei ele falar. E muitas vezes eu saía de casa a noite, eu via o Cavalcante [...] [houve falha na gravação, que não captou o som durante três segundos] na porta de casa, aí [...] eles me cercaram, os dois, e perguntaram: “aonde é que tá teu pai?!”. [José Marinard] “eu não sei onde tá meu pai”. [Soldado Cavalcante] “não, tem que falar onde tá teu pai. Onde tá seu pai?!”. [José Marinard] “não sei Cavalcante, falar o que? Vou falar onde tá meu pai sem saber?”. [Cavalcante] “tu sabe sim cara, pode falar! A gente tá aqui pra proteger teu pai”. Aí eu olhei pra cara dele assim: “você tá aqui pra proteger meu pai? Você, proteger meu pai, Cavalcante? Eu acho que você é um cara que nunca ia cometer, é, proteger meu pai é você. Se pudesse você matava meu pai, se você tivesse coragem você matava meu pai, você não vinha pra proteger ele, e nem você tá aqui pra proteger ninguém da minha casa. Você tá aqui pra fazer um, pra tentar qualquer coisa contra meu pai, até mesmo contra minha mãe”. Aí ele ficava com uma cara de deboche, que ele tinha uma cara de deboche: “he he he”, aí saía conversando com... aí ficava em frente lá casa, escondido no escuro. Eu via, não falava pra minha mãe porque ela já sofria demais, então nunca falei nada pra minha mãe, mas se eu falasse pra minha mãe: “olha, Cavalcante tá vindo aqui de noite pra ver se pai tá dentro de casa”. [Dona Maria Júlia] “por que você não manda ele entrar dentro de casa pra ver?”. [José Marinard] “eu não, mãe. Se eu pudesse ele não passava nem aqui na porta de casa”. [grifo nosso]

O depoente também comenta sobre outra intervenção policial contra os camponeses, que haviam se organizado em mutirão para ajudar alguns colegas. Geralmente os mutirões do período das Ligas Camponesas iam de encontro a alguma determinação do dono da propriedade, no local onde viviam seus trabalhadores no sistema de morador de condição. O desdobrar desse evento terminou com a prisão de seu pai, que, porém, não sofreu agressão física por parte da força policial responsável. De acordo com José Marinard:

Outra vez também, aí foi o Sargento Jório, Sargento Jório foi também por [causa de] um mutirão também de camponês, ele foi com... um soldado. Chegou lá, quebraram

lá os... o que já tinha feito, certo, e pegou meu pai, levou meu pai preso. Só que o Sargento Jório não batia no meu pai. Sargento Jório era completamente diferente de Luiz de Barros e tal. Luiz de Barros gostava de bater. E é isso aí, meu pai sempre foi contra a violência, isso aí eu, eu tenho certeza porque eu lidava com ele e via como meu pai era, entendeu? [grifo nosso]

Quando seu pai sofria alguma agressão por parte da polícia ou dos jagunços ligados aos latifundiários, ou mesmo quando era detido e ia parar na delegacia, José Marinard afirma que sua reação era de chorar e correr em busca da mãe, que conseguia se articular com pessoas mais influentes com quem nutria amizade, no sentido de tentar ajudar seu marido. Muitas foram as vezes que o depoente presenciou sua mãe tratando com um advogado e com Assis Lemos para livrar Pedro Fazendeiro de algum problema. De acordo com sua irmã Neide, presente nesta oitiva, o advogado que Marinard se referiu possivelmente seria João Santa Cruz.

Ao lembrar-se de outra situação em que viu seu pai sofrer as consequências da luta agrária, José Marinard desabafa:

Quando meu pai levou um tiro lá em Sapé... não saiu nem no rádio, não foi nem comentado. Eu que cheguei lá... foi uma sexta-feira, se não me engano, e a vizinha falou: “oh, teu pai tá... teu pai levou uns tiro e tá lá no hospital”. Mas eu era... inocente, né. Eu passei a tarde toda brincando, brincando, correndo. No outro dia eu fui avisar a minha mãe, e quando nós chegamos em Sapé, que nós olhamos, eu vi meu pai lá deitado numa cama, o pé levantado, cheio de, cheio de aparelho. Aí fui ver que eu realmente tinha que, que ter ido antes avisar.

Esta situação descrita pelo depoente foi resultado de uma emboscada contra Pedro Fazendeiro. O caso descrito possivelmente se trata do atentado que seu pai sofreu em 23 de dezembro de 1961 e que resultou em sequelas, tal como uma perna mais curta do que a outra. Os ossos atingidos pelas balas de fuzil foram substituídos por platina, numa cirurgia bem sucedida ocorrida na cidade do Rio de Janeiro.

A respeito do período das Ligas Camponesas, Marinard se lembra de um momento que mostra a truculência de um soldado do Exército para com ele próprio, uma criança que tinha por volta de onze anos de idade. Num certo dia, quando ele estava indo para escola, percebeu que havia esquecido seu lápis e decidiu voltar para sua casa para pegá-lo. Chegando lá, se deparou com um soldado do Exército que o impediu de entrar em sua própria residência, chegando até a empurrá-lo com força, fazendo-o cair. De acordo com o depoente, os militares estavam vasculhando sua casa à procura de armas trazidas de Cuba por seu pai que, segundo conta, trouxera apenas simples objetos, como livros e um chapéu.

De acordo com o depoente, seu pai possuía algumas perspectivas positivas sobre o movimento das Ligas Camponesas:

Ele falava que futuramente todo mundo ia ter suas terras. [Pedro Fazendeiro dizia] “Oh, tou trabalhando aqui, mas futuramente a gente vai ter esse pedaço de terra aqui”. Que era justamente onde ele tinha um sítio [na Fazenda Miriri, que de acordo com Marinard era arrendado de Pedro Ramos] que era o sonho dele aquele pedaço de terra ali. [Dizia] “isso daqui ainda vai ser meu, isso aqui ainda vai ser meu, isso aqui ainda vai ser de vocês”, entendeu?

Outra história do período das Ligas Camponesas que o depoente se lembra diz respeito aos enfrentamentos diretos entre camponeses e representantes dos latifundiários, Marinard se lembra de uma tragédia que ocorreu em Sapé. Apesar de não ter sido testemunha ocular, escutou as histórias que contavam a respeito deste fato:

Por falar em Pedro Ramos, Pedro Ramos tinha um sobrinho, eu tou me lembrando dele agora, um moleque novo, bonitão, andava com um cavalo muito bonito, e quando ele encontrava o pai ele sempre queria dar um... dar uns tapas no meu pai, né. Ele falava assim: “vai Pedro, reage Pedro, vamo brigar Pedro”. Meu pai: “não, vou brigar não”. E tinha um camponês, não sei me lembro do nome dele, não sei se era seu Alfredo, que era muito ligado a meu pai. E um dia ele encontrou seu Alfredo, vinha seu Alfredo e outro rapaz e começou a xingar seu Alfredo. Seu Alfredo era um escuro, magrinho, mas ele tinha um sangue bem quente, andava com a peixeira do lado, era a arma dele mesmo, o camponês era na peixeira, e ele começou a provocar seu Alfredo e seu Alfredo revidou, aí ele puxou a arma e deu um tiro em seu Alfredo. Só que seu Alfredo foi mais rápido que ele, ele caiu, quando ele caiu seu Alfredo matou ele na peixirada e, falava assim, diz né, que eu ficava ligado nas conversas, que, ele era fortão, era... e o pessoal falava que ele tinha peito de aço. Seu Alfredo enfiava a peixeira nele e dizia: “quero ver se tu tem peito de aço mesmo, quero ver se você tem peito de aço, tu vai morrer junto comigo”, e... seu Alfredo matou ele, morreu os dois. Morreu seu Alfredo de tiro e ele morreu com as peixiradas do... [questionado se era peito de aço ou capa de aço, Marinard confirma e diz] peito de aço. [grifo nosso]

Este episódio narrado pelo depoente, na verdade, trata-se de um conflito agrário que trouxe as primeiras vítimas que se tem registro após a criação das Ligas Camponesas na Paraíba. O trágico acontecimento se deu no dia 14 de março de 1961, na Fazenda Miriri, situada entre Sapé e Mamanguape, cujo proprietário era Pedro Ramos Coutinho. Os desentendimentos entre trabalhadores e o patrão se deram a partir do momento em que o fazendeiro desejou soltar o gado num cercado, desconsiderando as lavouras de muitos trabalhadores que estavam ao redor. Esse impasse tentou ser resolvido através de algumas reuniões na Secretaria de Segurança da Paraíba, porém não obteve sucesso. Decidido a fazer prevalecer a sua vontade, o proprietário Pedro Ramos contratou um sargento reformado da Polícia Militar, Manuel Pereira da Silva, conhecido também como Peito de Aço ou Pereirão,

que promoveu uma situação conflituosa no local, chegando ao ponto de tentar expulsar alguns trabalhadores das terras. O resultado desse conflito foram duas mortes de capangas do latifundiário, dentre eles o Peito de Aço, assassinado a golpes de faca, foice e enxada, e a morte de um líder dos trabalhadores, Alfredo Pereira do Nascimento, alvejado por um tiro de fuzil¹⁶⁵.

Quando questionado se presenciou alguma caminhada dos camponeses das Ligas para dialogar com algum proprietário de terras ou se viu algum trabalhador sendo enchocalhado ou colocando chocalho em alguém, responde não para ambas as perguntas. De acordo com a fala do depoente podemos perceber um pouco do clima durante o período das Ligas Camponesas, sobretudo para uma liderança, que vivia preocupado com perseguições contra si e contra sua família:

Eu era moleque, mas eu era... eu era muito ativo, certo, era muito ativo. Eu andava com meu pai então, eu via uma pessoa pela primeira vez, às vezes meu pai conversava com um cara, com a pessoa, e tava armado e tal, aí eu falava: “pai, aquele homem tava armado, pai”, aí ele falava assim: “você viu que ele tava armado?”, eu digo: “vi sim”. [Pedro Fazendeiro] “isso é pessoal lá de Aguinaldo Borges”. Aí, um certo dia esse cidadão, ele não, ele e mais dois, cercaram meu pai e tal, falaram um monte de coisa pra meu pai e eu fiquei olhando de perto. Ele falou assim: “a tua sorte, rapaz, é que tu tá com teu filho aí de lado, se tu não tivesse com teu filho aí de lado tu ia sumir agora”. Aí meu pai: “não, meu filho só anda comigo mesmo, mas meu filho não tem nada a ver com... com a minha, com minha profissão, com minha andança, né. Meu filho tá aqui porque ele gosta de andar comigo e eu gosto de andar com ele”. E uns dias depois meu pai ia passando e esses mesmos camaradas, eles tavam por trás de um jipe, aí de longe eu vi [e disse] “meu pai, aqueles três homens que tavam conversando com o senhor tá atrás daquele carro ali, oh”. Meu pai: “aonde?”. Eu: “tá lá, oh”. Aí meu pai cortou caminho, foi por fora, não passou em frente a eles. Esses caras, meu pai falou: “esses caras é tudo de Aguinaldo Borges meu filho, tudo de Aguinaldo Borges com Pedro Ramos”.

José Marinard nos conta também que conheceu a família de João Pedro Teixeira, inclusive frequentou bastante a sua casa e se dava muito bem com Izaac e Abraão Teixeira. Eram constantes as idas do seu pai a casa de João Pedro, onde chegavam a almoçar muitas vezes. As visitas tinham como motivo a própria organização do movimento das Ligas Camponesas, porém não lembra muito bem do que exatamente eles conversavam, pois se ocupava brincando dentro do sítio com Izaac e Abraão. Apesar de não se lembrar do conteúdo discutido nas reuniões, afirma que outras pessoas também participavam delas, tais como Nego Fuba, Ivan Figueiredo, Assis Lemos, Osmar de Aquino (prefeito de Guarabira, no período), Geraldo Camilo (então prefeito de Mulungu) e outros.

¹⁶⁵ Ver: RAMOS, 2012, p.35-39.

No que diz respeito ao assassinato de João Pedro Teixeira, o depoente nos conta que Pedro Fazendeiro lhe alertava que também poderia sofrer o mesmo que seu colega. Lembra-se que seu pai comentou: “olha meu filho, já mataram João Pedro, tem que ter cuidado. Hoje foi João Pedro, amanhã vai ser eu, certo. Aí vai depender muito, eles têm muitos capangas, entendeu, eles têm muito capangas”. Confirma que no período escutava comentários que acusavam Aguinaldo Veloso Borges de mandante do crime.

Após o assassinato de João Pedro, confirma que Elizabeth Teixeira se juntou às Ligas Camponesas como liderança, buscando assumir a luta de seu marido.

No que diz respeito à atuação das lideranças nas Ligas Camponesas da Paraíba, defende que João Pedro Teixeira era mais agitado que seu pai, Pedro Fazendeiro. De acordo com Marinard, seu pai falava:

“Não, não é assim não. A gente tem que ir devagar, não precisa violência”. Porque nunca que um camarada com uma enxada ou com uma foice vai vencer o cara com uma arma, arma de fogo, entendeu? Então a gente não pode é... bater de frente, falar e a gente tentar derrubar eles assim. Não adianta. A gente tem que ir na conversa. Mas bater... não, a gente tem que ir na conversa. Não precisa, não tem esse negócio.

José Marinard também chega a afirmar que chegou a conhecer outras lideranças das Ligas Camponesas, tais como Francisco Julião, liderança nacional do movimento, Assis Lemos, Nego Fuba e outros, como Manoel Porfírio, que, segundo ele:

Também trabalhava, mas ele não aparecia, certo. Ele dava a participação dele nas reuniões, mas ele não aparecia. Então, quem aparecia mais nesses casos era o meu pai, porque tinha um, uns capangas, certo, arrancando plantação de camponês, ele num, não procurava ninguém, era lá em casa. [Os trabalhadores explicavam o caso] “porque arrancaram a plantação...”, e meu pai ia. Às vezes conseguia convencer os capangas a não fazer aquilo, entendeu. E às vezes não, às vezes até apanhava, e eu ia pra lá com meu pai.

No que diz respeito à outra liderança popular das Ligas Camponesas, Nego Fuba, o depoente faz a seguinte consideração:

Meu pai sempre conversava muito com João Alfredo, sempre levava um jornal pra João Alfredo. João Alfredo era um artista, ele pegava um jornal aqui assim, começava aqui, pá, pá, pá, pá, pá, pá, pum... ele lia aquele jornal dentro de... três minutos. O nego Fuba, é... lia pra caramba. Ele era um... um artista mesmo. Meu pai comprava o jornal, aí passava na sapataria dele, e eu com meu pai, né, aí ficava lá conversando e tal: “oh o jornal aí, oh. Vê o que tem de bom pra gente”. João pegava: “oh aqui Pedro, pá, pá, pá, pá...”, e ficava, lia rapidinho. Aí depois sentava pra tomar café, os dois tomava um cafezinho...

Outro momento marcante na vida de Pedro Fazendeiro foi a viagem que fez a Cuba. No que diz respeito a essa experiência, Marinard comenta que:

O que ele contou é que Cuba não era nada daquilo que o pessoal fala. Lá todo mundo gostava de Fidel Castro e todo mundo só tratava Fidel Castro como companheiro Fidel. Ninguém chamava presidente ou doutor, não. Companheiro Fidel. E falava muito das plantação de lá e tal, aí não... sobre violência, sobre guerrilha nunca contou, nunca falou. Fidel Castro era um cara legal. [Questionado se Pedro Fazendeiro tinha vontade de morar em Cuba, José Marinard responde] não, ele tentou... porque o Abraão e o Izaac foram pra Cuba, né! Os dois foram. E ele tentou mandar a gente pra Cuba, né, não sei se você se lembra disso, tentou levar a gente pra Cuba [falou voltado para sua irmã Neide, que estava assistindo a oitiva], minha mãe é que: “não, não vai pra Cuba não!”. Eu acho que, não sei se foi o Izaac ou o Abraão que se formou em jornalismo em Cuba, né?! [Uma das integrantes da CEVPM/PB respondeu dizendo que Izaac se formara médico em Cuba, mas que Abraão terminou o curso de jornalismo aqui mesmo na Paraíba e que ele não chegou a ir a Cuba]. [grifo nosso]

O depoente também lembra que seu pai se candidatou a algum cargo político, mas em dúvida se teria sido para vereador ou não, pediu por mais detalhes a sua irmã Neide, que estava na sala assistindo seu depoimento junto aos outros irmãos, Walter e Náugia. Ela respondeu que seu pai candidatara-se a deputado estadual, concorrendo contra Assis Lemos e Elizabeth Teixeira. José Marinard afirmou, então, que seu pai era filiado ao PSD (Partido Social Democrático¹⁶⁶). Questionado se Pedro Fazendeiro mantinha alguma relação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), responde que não. Cerca de meia hora depois de ter dado essas informações, o depoente lembra-se que, de fato, seu pai candidatara-se a vereador. De acordo com suas palavras:

Agora, o pai foi candidato a vereador [os membros da CEVPM/PB e sua irmã Neide o questiona novamente, se seria vereador ou deputado, e ele responde] não, ele foi candidato a vereador também uma vez, em Sapé. Antes de João Alfredo morrer, porque a gente estudava no colégio Gentil Lins. [Questionado se isso teria acontecido antes de João Alfredo ou João Pedro Teixeira morrer, José Marinard corrige e responde que acabou se confundindo. Seu pai se candidatou a vereador, na verdade, antes de João Pedro ser assassinado, ou seja, antes do ano de 1962] [...] eu me lembro que a gente estudava no colégio Gentil Lins, era Colégio Estadual Gentil Lins, e meu pai era candidato a vereador e Walter estudava lá também, né, aí um montão de... de filho de, de, de cara que era mais ligado ao, aos fazendeiro inventaram uma musicazinha pro Walter. Eles cantavam assim pro Walter: “Quem

166 Trata-se de um partido criado no ano de 1945 e extinto pelo Ato Institucional número dois (AI - 2), durante o período da ditadura civil-militar. A nível nacional consistia num partido político de caráter liberal-conservador, que recebia amplo apoio da tradicional aristocracia rural. A filiação de Pedro Fazendeiro ao PSD muito possivelmente tenha se dado por simples conveniência, e não por motivos ideológicos, já que neste período as opções partidárias eram reduzidas na Paraíba e não acompanhavam necessariamente a marca ideológica do partido, de tal forma que até pessoas que se declaravam comunistas chegavam a se filiar a União Democrática Nacional (UDN) na Paraíba, ou seja, um partido que nacionalmente era identificado com causas avessas a proposta comunista. Na Paraíba, inclusive, era a UDN era um partido que recebia apoio da maior e mais influente oligarquia rural local: os Ribeiro Coutinho. Ver: SANTANA, 1990.

foi que disse, quem foi que falou/ Que Pedro Fazendeiro ia ser vereador?”. Walter chorava, e um dia eu vi e, eu era mais esquentado né, e eu saí batendo em todo mundo. Aí acabou com esse negócio. [Essa história foi contada em tom amistoso, de bastantes risadas. Sua irmã Neide, após a explicação do seu irmão se convenceu e disse realmente se lembrar desse episódio]. [grifo nosso]

José Marinard afirma que chegou a viajar com seu pai para outros municípios para tratar de assuntos relativos às Ligas Camponesas, tais como Itabaiana, Gurinhém, Guarabira, Mari. Inclusive, conta-nos que quando foram fundar a Liga Camponesa de Itabaiana, seu pai foi ou com sua irmã Neide ou Nadieje, e acabou levando uma surra de capangas ligados a Aguinaldo Veloso Borges¹⁶⁷. Lembra-se que quando o pai chegou a sua casa, viu um curativo em seu rosto e o questionou:

Olhei pro meu pai e disse: “o que é isso, pai?”. Aí ele falou: “isso aqui, meu filho, foi nada não”. Eu digo: “não, foi sim. O senhor tá com esparadrapo aí”. Aí [seu pai disse] “isso aqui foi que a gente vinha de Itabaiana, na subida – é... tava chovendo muito nessa época – o caminhão atolou, e eu fui empurrar o caminhão, quando eu tava empurrando o caminhão ele deu uma rabeada e pegou aqui”. Às vezes eu fico em casa pensando, o caminhão é muito pesado pra bater aqui e só cortar e botar um esparadrapo. Aí eu digo: “não, meu pai apanhou no dia da fundação da Liga Camponesa de Itabaiana”. Meu pai levou uma surra feia lá. Depois eu vim a saber que eles entraram lá e bateram em todo mundo. Quebraram lá o negócio da Liga. Meu pai levou muito na cara. [grifo nosso]

Segundo nos conta, seu pai também contribuiu para expansão da educação popular entre a população trabalhadora do campo, sobretudo nos focos das Ligas Camponesas, que era promovida pela Ceplar. De acordo com Assis Lemos de Souza:

No final de 1962, teve início, na Paraíba, a alfabetização dos camponeses, através da Campanha de Educação Popular (CEPLAR) com a utilização do Método Paulo Freire. Esse método consistia em ensinar a ler e escrever as palavras mais utilizadas pelos analfabetos, especialmente as referentes aos seus instrumentos de trabalho, seus utensílios domésticos e as palavras mais comuns de seu vocabulário. As aulas eram programadas de tal modo que com 12 ou 13 delas o aluno estaria escrevendo e lendo o necessário para as suas necessidades e, também, com um melhor nível de conscientização dos problemas que lhe afligiam. Os alfabetizados por esse método, ficavam em condições de escrever cartas e ler jornais. Como eram necessárias 40 (quarenta) horas de instrução, foi chamado pela imprensa de “Revolução em 40 horas” (2008, p. 117).

Esse processo se deu não apenas no município de Sapé, como em muitos outros do Estado da Paraíba. De acordo com José Marinard:

¹⁶⁷ Neste conflito também se envolveu o deputado Assis Lemos, que levou uma violenta surra junto com Pedro Fazendeiro. O episódio ficou conhecido como *Atentado em Itabaiana*. Para maiores informações, ver: SOUZA, 2008, p. 109–118.

Meu pai andava muito com a coordenadora da Ceplar, andava muito, e arrumou várias pessoa pra dar aula, viu, várias pessoas pra dar aulas pro pessoal. E esse Ceplar não sei que fim levou, só sei que... [...] aonde meu pai ai com a Ceplar eu ia, porque eu gostava de andar de jipe. O Estado dava um jipe pra ele andar, ai ia meu pai, a coordenadora e o motorista, que era seu Geraldo. Seu Geraldo corria muito, meu pai: “seu Geraldo, devagar Geraldo, não precisa correr tanto não, Geraldo”. Ele passava o dia todo. [...] a Ceplar funcionava na casa de um camponês, certo, ai ali vinha gente, vinha era dez, era quinze pessoas, ficavam ali estudando de noite. À noite, à luz de candeeiro. [...] tinha em vários lugares. Tinha nesse lugar que eu falei que fica ali depois de Cajá, tinha ali, em Miriri tinha mais quatro, entendeu, antes de Miriri também tinha, Mamanguape, fui em Mamanguape muitas vezes também, com meu pai. [Questionado se os camponeses realmente eram alfabetizados depois de três ou quatro meses, José Marinard responde] era, era... eles aprendiam. Eu via os, os velhinhos conversando e tal, ai tinha uma senhora: “olha, já sei fazer meu nome já, tá vendo? Já sei fazer meu nome!”.

No que se refere à transferência da sua família de Sapé para João Pessoa, fixando-se numa nova moradia, Marinard explica:

A minha mãe... na realidade meu pai que botou a gente pra João Pessoa. Porque em Sapé não dava mais pra viver. Em Sapé não dava mais pra viver porque a perseguição era demais. Coronel Luiz de Barros era demais. Então ele achou melhor alugar uma casa em João Pessoa [...]

Vale ressaltar que, como já foi tratado anteriormente no depoimento de suas duas irmãs e de seu irmão, Pedro Fazendeiro permaneceu em sua luta em Sapé e regiões circunvizinhas. Visitava sua família em João Pessoa de tempos em tempos, geralmente nos finais de semana.

Já em se tratando do período ditatorial e suas consequências diretas para si e sua família, José Marinard enuncia uma série de fatores. Um deles consistiu:

Na época do... sessenta e quatro, né, do golpe, eu estudava, me tiraram do colégio porque era filho de Pedro Fazendeiro e eu fui estudar numa escolinha a noite. [Questionado sobre quem que o tirou da escola, Marinard responde] fui expulso, o filho de Pedro Fazendeiro foi expulso da escola, entendeu? [...] eu tava acho que na quarta série [atual quinto ano do Ensino Fundamental I], porque o quinto ano era de admissão¹⁶⁸, né. E eu fui fazer a admissão naquela escolinha ali perto da feira, com a dona Erundina.

José Marinard afirma que sua vida escolar foi interrompida após o exame de admissão. Quando se mudou para o Rio de Janeiro, segundo argumentou, não teve condições de continuar seus estudos. De acordo com suas palavras: “eu queria... ter uma vida melhor, né”. Ele atribui como motivo para sua interrupção nos estudos a difícil vida que levou após o

¹⁶⁸ Nesse período havia uma prova de admissão na qual era necessário atingir uma nota mínima para ingressar no nível escolar seguinte, que nos tempos atuais corresponde ao Ensino Fundamental II.

desaparecimento do seu pai. De acordo com Neide, que faz um adendo ao depoimento, o seu pai sempre comentava sobre as profissões que sonhava para os filhos. Para sua filha mais velha, Nadieje, dizia que seria advogada. Para Neide, dizia que seria médica. Marinard complementa e diz que seu pai desejava que ele se tornasse engenheiro.

Logo após o golpe civil militar de 1964, Pedro Fazendeiro passou um curto período escondido em João Pessoa, próximo da casa que alugara para sua família no bairro de Oitizeiro. Sobre esse momento, José Marinard diz que seu pai ficara escondido na casa de um camponês chamado de Álvaro Magliano. Entretanto, sua irmã Neide logo faz um adendo, dizendo:

Era não, visse. Agora a gente descobriu, não era de Álvaro não. Era de Tibúrcio, porque Álvaro, eu perguntando a Álvaro por que Tibúrcio? Ele disse: “porque se botasse ele nas minhas terras viriam – também não sei se era estratégia de Álvaro, porque nessa época eu não conhecia Álvaro, não sei de que lado Álvaro estava – se colocassem ele nas terras de... nas minhas terras, era mais fácil do Exército chegar aqui. E nas terras de Tibúrcio, como Tibúrcio sempre bateu de frente com o movimento [das Ligas Camponesas], sempre foi do contra, nas terras de Tibúrcio seria mais difícil do Exército procurar”.

Após essa explicação, José Marinard concorda com as informações de sua irmã, e acrescenta que seu pai ficara escondido: “numa casinha de palha, na beira do rio, né. Acordava, tomava banho de rio. Até que, eu perguntei pra Béba... Béba filha de dona Maria enfermeira, e ela sempre ia com a gente”.

Ainda sobre a ditadura, o depoente também comenta sobre o período que seu pai ficou preso no Grupamento de Engenharia, localizado na Avenida Eptácio Pessoa. Afirmou que algumas vezes saiu a pé acompanhando sua mãe, Dona Maria Júlia, do bairro do Oitizeiro até aquele local. Presenciou sua mãe falando com o militar responsável por aquela unidade militar¹⁶⁹, que a tratou de forma muito educada e pediu que não se preocupasse, pois não havia nada contra seu marido e que por isso ele logo seria solto.

A respeito de Pedro Fazendeiro enquanto pai e marido, Marinard faz a seguinte consideração:

Às vezes ele não tinha o que comer, não sei se vocês lembram dessa passagem, ele chegou em casa com um saco de, um saco branco, cheio de costela de boi. Acho que ele até ganhou aquilo ali, porque ele não tinha dinheiro pra comprar carne, viu. E

¹⁶⁹ O depoente afirma se tratar do Major Cordeiro, entretanto, após a intervenção de sua irmã Neide que afirmou que o Major Cordeiro era o responsável não pelo Grupamento de Engenharia, mas pelo 15º Regimento de Infantaria, localizado em Cruz das Armas. Após receber essa informação, José Marinard ficou sem saber afirmar com precisão o nome do militar com quem sua mãe tratou. Possivelmente, quis se referir ao Major Aquino, responsável por aquela unidade militar.

colocou lá e minha mãe, é, a velhinha [forma como chama sua mãe] ali fez uma baita de uma ceia. Final de ano, aí meu pai já tinha morrido, né, chegava final de ano, eu lembro minha mãe costurando, e tal, perguntava, fazia uma camisinha, aí não tinha dinheiro pra comprar uma calça ou uma camisa, ela comprava o pano, costurava um vestido pra ela, pra outra, uma camisinha pra mim, cada um ganhava uma coisa, certo. E quando não tinha o que comer a gente cozinhava bredo, não sei se vocês lembram. A gente saía pra pegar... é bredo né, aquele negocinho. Hoje em dia, eu acho que é caruru, chama de caruru, entendeu [uma integrante da CEVPM/PB intervém dizendo que é do bredo que se faz o caruru na Bahia. Já de acordo com Neide, não se trata do bredo que se vende na semana santa, o bredo que comiam pode ser identificado sob a seguinte descrição: “era uma folhinha bem miudinha, com uma florzinha branca. Bem rasteirinho, assim pelo chão”. Já sua irmã caçula, Náugia, explica que inicialmente comiam o bredo da folha grossa, mas quando acabava, aproveitavam esse outro bredo, que, segunda afirma, era conhecido como bredo de porco. Seu irmão Walter também explica que esse bredo de porco tem de duas qualidades: um que não tem espinho e outro que tem, que é mais amargo]. Minha mãe fazia aquilo ali e a gente comia, ela botava uma colherzinha pra cada um e a gente comia arroz, feijão, bredo e farinha. [grifo nosso]

Complementando seu irmão, o depoente, Neide também se recorda de momentos alegres com sua mãe, conforme nos contou:

No dia das mães a gente foi pra igreja, aí lá vinha mãe da igreja aí ele [aponta pra Walter] foi encontrar com ela, aí disse: “mãe, hoje tem bredo”. Aí [dona Maria Júlia diz] “tá certo meu filho”. Quando ela olhou o bredo, que olhou assim, aí tinha uma lagarta cozinhada. Ela não disse nada, botou o bredo pra gente e não comeu.

Já Náugia recorda de um momento interessante, que demonstra, mais uma vez, as grandes dificuldades pelo qual a família passou a partir da ausência de Pedro Fazendeiro, que era o provedor da família, mas também as formas que sua mãe arrumava para tentar driblar as adversidades. Em suas palavras:

E assim também, né, aquela passagem na vida dela, não sei se os meninos lembram, que ela, não tinha mais bredo, já, já, a gente já tinha comido os bredos todos, e ela entrou nos matos mesmo, orou, pegou um mato qualquer e levou pra casa, cozinhou na água e sal, comeu primeiro, porque se ofendesse pra ela, ela não daria pra gente, então, depois disso ela...

Complementando a fala de sua irmã, José Marinard diz que:

Até pombo, pombo a mãe matou e fritou pra a gente comer. Ela fez isso. Aos domingos, é, era aos domingos, era aos sábados a feira, né? A tia Lígia que sustentava a barra, que segurava a barra. Então, dava um dinheirinho, ela, vá – porque eu é que era o burro de carga, entendeu – “vá na fila, comprar... farinha”. Aí ia lá e comprava uma cuia de farinha, antigamente era cuia, né, a cuia de farinha, comprava lá, comprava uma cuia e meia de farinha, aí botava nas costas, e correndo. Era só correndo, gostava de correr mesmo. Ia lá e comprava. [Sua tia Lígia] “agora vá comprar um, é... meia cuia de feijão”. Aí lá vai eu correndo na feira, uma cuia de feijão. [Tia Lígia] “vá lá e compre meia cuia de arroz”, que arroz era um pouquinho assim que a gente comia, a gente comia mais farinha, arroz era só um... era só meia

cuia, porque o dinheiro não dava pra comprar a cuia toda. [Tia Lígia] “vá lá e compre... vá lá e compre agora é... sangue de boi”, vendia na feira. Sangue de boi, é... aí eu pegava, chegava lá, comprava um pedaço de sangue de boi...

No que se refere fotografia divulgada no jornal Correio da Paraíba, no dia 10 de setembro de 1964, diz ter reconhecido o seu pai principalmente ao observar o braço e a perna de um dos assassinados, pois explica que quando o seu pai recebeu um tiro na perna, durante um atentado contra sua vida, ficou com uma sequela que impedia esticar completamente uma de suas pernas, de modo que ela ficava um pouco flexionada. E foi isso que o jornal mostrou, uma das vítimas com uma perna mais flexionada do que a outra.

Marinard responsabiliza o Exército pelo assassinato de seu pai. Lembra-se de ter escutado comentários de pessoas que dividiram cela com seu pai, sobre os últimos momentos que ele passou na prisão:

Aí depois eu vi uns colegas de pai conversando e... falaram que quando chegou a ordem de soltura dele, ele assinou a soltura lá dentro do quartel mesmo, foi quase na hora da janta. Aí uns colegas dele perguntou: “Pedro, vai jantar não?”, aí meu pai falou assim: “não, a partir de hoje eu vou jantar com meus filhos, vou jantar em casa com minha família”. Pronto, dali foi o final.

Após o desaparecimento do pai, Marinard conta que começou a trabalhar. Inicialmente trabalhou na loja de um primo de seu pai, Manoel Barbosa. Porém, após um tempo teve seus serviços dispensados, pois os negócios não estavam indo bem. Seu segundo emprego foi como cobrador de ônibus, no qual se lembra de um momento que sofreu uma injusta acusação e o caso foi parar no 15º Regimento de Infantaria do Exército. Segundo nos conta o depoente:

Um dia eu trabalhava de manhã, um dia à tarde, aí o motorista com de nome Ailton quando fechou a porta do ônibus aí pegou a, prendeu a mão de um cidadão que tava com a, com o uniforme do Exército. Cabo Gondim, me lembro até hoje, o Cabo Gondim. Aí o Cabo Gondim foi falar com o Ailton, que era o motorista: “pô, você prendeu minha mão e tal”, aí o Ailton não pediu desculpas, aí ele [Cabo Gondim] foi grosso: “eu queria ver eu tivesse aqui com minha arma aqui, pra você ver o que eu fazia com você”. Aí Ailton olhou e disse: “você só é homem com a arma na mão? Vou te respeitar porque você tá com uniforme do Exército, mas isso não tem nada a ver não, sou homem”. E o Cabo Gondim saiu, não falou mais nada e foi, pegou uma patrulha da RP [Rádio Patrulha] e chamou pra prender o Ailton. Só que o pessoal no ponto final avisou a Ailton antes dele chegar no, que tinha uma [palavra incompreendida] procurando ele. Aí o Ailton largou o ônibus e foi embora. Aí seu Manoel Vicente que era o dono da frota, porque antigamente não era empresa, cada um tinha... tinha dois ônibus, outro tinha um, outro três, entendeu, inclusive esse menino, o Levi que era o dono da Mandacaruense¹⁷⁰ era um dos caras que tinha mais carro na linha – e Ailton foi embora e o Cabo Gondim não conseguiu prender o Ailton na hora, aí virou pra mim e falou assim: “o cobrador era você, né?”, aí eu disse: “era eu mesmo”. [Cabo Gondim] “então você tá preso, você mandou ele me

¹⁷⁰ Trata-se de uma empresa de transporte público da cidade de João Pessoa-PB.

bater”. Eu digo: “eu mandei ele te bater? Eu nem abri a minha boca, certo. Eu nem abri minha boca. Simplesmente depois eu chamei o motorista, falei com ele, que ele foi grosseiro com você e ele podia ter pedido desculpas a você”. [Cabo Gondim] “não senhor, você mandou ele me bater e tal, então você tá preso”. E me levaram pro 15º Regimento [de Infantaria] aí me botaram lá na sala, aí quando me botaram lá na sala aí chegava um e falava assim – eu não sei como é que eles descobriam que eu era filho de Pedro Fazendeiro: “tu é filho de Pedro Fazendeiro?”. Eu digo: “sou”. Então você tá isso, você tá assim. Aí daqui a pouco chegava outro e falava assim: “você é filho de Pedro Fazendeiro?”, eu digo: “sou sim”, você tá, aí falava da maneira deles, né: “você tá assim, você vai pra isso assim”. E aquilo foi só...me provocando, foi me provocando aí chegava, de vez em quando chegava um e dizia assim, eu comecei a chorar aí, quando chegava um e falava assim: “esquenta a cabeça não, não vai acontecer nada com você não. Isso tudo que eles tão falando com você aí é pra te fazer medo”. Eu acreditava, mas eu tava sozinho ali. Aí já por último, aí mandaram eu falar com um Capitão, como é o nome do Capitão? Aí: “tu é filho de Pedro Fazendeiro?” Eu: “sou filho de Pedro Fazendeiro. Não, sou filho do ex Pedro Fazendeiro, falei que sou filho do ex Pedro Fazendeiro, porque Pedro Fazendeiro não existe mais”. Aí disse: “mas teu pai era isso, teu pai era aquilo, teu pai era comunista, teu pai era cabra safado, não sei o que, e você é igual a ele”. E o Cabo Gondim sempre ali dando injeção nele né, “ele mandou o motorista me bater”. Eu disse: “não mandei não, não mandei motorista bater em você, certo”. Aí o, o, o Capitão falou: “eu podia mandar dar uma surra em você”. Aí eu falei assim: “se eu merecesse, o senhor podia até me matar”. Aí o Cabo Gondim virou e falou pro Capitão: “olha Capitão, ele falou se o senhor pudesse o senhor dava a surra nele”. Aí o capitão falou: “eu posso dar sim”. [Marinard diz] “Capitão, eu não falei isso, eu falei se eu merecesse”. E o Cabo Gondim junto com outros soldados tinha falado que se eu pudesse. Então eles fizeram um corredor polonês¹⁷¹ e mandaram eu passar no meio, porque era filho de Pedro Fazendeiro. E naquele meio ali eu passei, cada um dava um... mas eu passei correndo, só levei só uma pancada na cabeça. Com aquela pancada eu caí, rolei pelo chão, aí mandaram eu assinar uns papéis, eu assinei mas era de menor, inclusive seu Manoel Vicente era oficial de justiça e quis botar o caso pra frente porque eu era de menor, mas não adiantava, era do Exército, o Exército que tava mandando. Aí ele foi na, na, seu Manoel Vicente foi na Associação do Sindicato e o pessoal do sindicato falou que não adiantava porque ia ser minha palavra contra a deles, e o Exército é que tá fazendo isso. Sei que eu saí no prejuízo, um pancadão aqui na nuca. Eu acho que até hoje eu sinto isso, que quando o tempo muda dar uma dor aqui do caramba, ficou um ovo. E... a história é essa. [grifo nosso]

Além da experiência bastante negativa que teve com o Exército, José Marinard também sofreu grandes constrangimentos e violência por parte da Polícia Militar aqui na Paraíba. Segundo nos conta:

Aí depois eu tava com a bicicleta do meu cunhado e cismaram que a bicicleta era roubada. Aí me prenderam, foi lá buscar meu cunhado pra dizer que a bicicleta era dele e minha mãe ficou com medo e foi e me mandou pro Rio [de Janeiro]

Essas situações constrangedoras e violentas que lhe ocorreram deixaram sua mãe Maria Júlia receosa quanto uma possível retaliação por parte das forças repressivas do Estado ao seu filho mais velho, devido simplesmente ao fato dele ser filho de Pedro Fazendeiro.

¹⁷¹ No sentido utilizado pelo depoente, trata-se uma expressão popular usada para designar uma passagem estreita formada por uma fila dupla (geralmente de policiais), paralela uma em relação à outra, na qual um prisioneiro é forçado a atravessá-la, recebendo agressões físicas por ambos os lados.

Assim, considerou a opção de transferir Marinard para o Rio de Janeiro. Sobre o impacto dessa mudança em sua vida, o depoente nos conta:

Fui e passei uns trinta anos sem ver minha mãe. No Rio eu sofri. Fui pra casa do meu tio, cheguei na casa do meu tio não conhecia ninguém lá, eu me levantava de manhã, meu tio teve uma época que ele teve uma situação boa, mas já tava caindo, porque quando ele viu que, roubou ele, os filhos roubava ele, ferro velho e tal. E eu me acordava de manhã, ia comprar pão, botava um burro na carroça, ia comprar pão, eu praticamente passei a ser o braço direito do meu tio... até que esse meu tio comprou um sítio em Cabuçu¹⁷², em Nova Iguaçu e eu fui com ele pra lá, quando chegou lá ele comprou uma moenda, ele tinha umas cana lá no sítio e todo dia eu transportava, é, a, trinta dúzias de cana pra... lá pra baixada, né. Dalí eu distribuía, né, vendia caldo de cana, até que um dia eu fui encontrando uns colegas e tal, aí eles me chamaram pra trabalhar de cobrador. Aí eu comecei a trabalhar na Expresso Imperador, hoje não existe mais, hoje em dia é Flores. Pois é, trabalhava na Expresso Imperador e... fui tocando a vida. Era uma época que ninguém tinha carteira assinada, entrava, passava três meses pra assinar, quando tava completando três meses aí o empresário mandava embora, pra não assinar minha carteira. E eu sofri, eu sofri, passei até fome no Rio de Janeiro, passei até fome. Tinha um pessoal também que era daqui da Paraíba, a Dona Maria, ela mandava levar o almoço do Isaías, que trabalhava de cobrador também. E teve um dia que eu tava com tanta fome que de vez de levar a comida dele, eu comi, entendeu? De vez de levar a comida do Isaías eu comi. [José Marinard] “olha Dona Maria, tava chovendo, o ônibus atolou, e eu comi a comida do Isaías”. [Dona Maria] “não, tem nada não, tem problema não. Ele se vira lá”. E é isso aí...

José Marinard nos conta que se mudou para o Rio de Janeiro quando tinha por volta de dezoito anos, pois lembra que antes de deixar a Paraíba tinha sido recentemente dispensado do serviço militar. Segundo nos conta:

Eu tinha recebido o certificado de reservista. Tinha na faixa de dezoito anos. Inclusive quando foi me apresentar no Exército, os caras parece que... sei lá, Pedro Inácio de Araújo, aí: “tu é filho de Pedro Inácio de Araújo, filho de Pedro Fazendeiro?”. Aí digo: “sou sim”. [A autoridade militar responde] “tu tá fazendo o que aqui?”. [José Marinard] “Ué, tenho que me apresentar. Por mim eu não vinha não, mas – não disse diretamente assim não, mas... – porque vim me apresentar”. Aí disse: “aqui no Exército não precisa de...” – eu não sei se subversivo... um nomezinho que eles deram lá – “... você tem que ser dispensado. Não pode nem entrar aqui no Exército. Venha buscar sua reservista aqui”. Não fui nem pra seleção.

Em se tratando da vida que construiu no Rio de Janeiro, José Marinard nos dá mais detalhes sobre sua vida pessoal, as profissões que seguiu, o cotidiano e as amizades que nutriu em sua comunidade:

Eu fui para o Rio, aí construí uma família. Morei muito tempo com a menina lá, uns dezoito anos. Aí tive um filho, com ela. Hoje ele tá com trinta e três anos. Trinta e três né, Nice [a atual esposa, que também estava assistindo seu depoimento]? Trinta e três anos, dezenove anos, dezoito ou dezenove anos com ela, aí separei, aí me

¹⁷² Trata-se de um bairro do município de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro.

entreguei na casa dela [da sua atual mulher]. Me separei, aí trabalhava como motorista de ônibus, né, trabalhei no posto de gasolina, trabalhei de motorista de caminhão, trabalhei de cobrador de ônibus, entendeu, trabalhei enchendo caminhão, de servente de, de material de construção. Aí tirei habilitação, tirei habilitação... por intermédio lá do, de um rapaz conhecido, muito meu amigo ele, Carlos Alberto, aí ele arrumou uma vaga pra mim na, na Fazení. Aí trabalhei dez ano nessa empresa, é... rodava dentro do mato. Agora não, tá tudo asfaltado, tudo direitinho. E eu fiz muita amizade com o povo, né, aí chegava política, chegava... [Os amigos de sua comunidade] “Araújo, Araújo, se candidata a vereador que tu ganha”. Eu digo: “eu não quero saber de política, não sei o que. Tu é doido, se eu candidatar, se eu me candidatar a vereador eu vou embora, perco a amizade de vocês, porque eu vereador não vou mais ficar trabalhando como motorista de ônibus, entendeu?”. [Seus amigos] “não rapaz, se candidata”. O pessoal pedia mesmo, porque eu fazia muita... muita caridade pro povo, né. Eu era o primeiro carro [ônibus] a sair da garagem todo dia, né. Ia três horas da manhã. Aí eu ia para Engenheiro Pedreira tinha um caminho... [uma pessoa da comunidade] “Araújo, pelo amor de Deus, a minha mulher tá ganhando neném!”. Aí eu digo: “vamos socorrer ela, tem problema não”. Ia lá, mudava meu itinerário, pegava a mulher, botava especial na frente [do ônibus] e... maternidade, entendeu? Aí só que eu chegava ia contar pro patrão, né. Chegava e: “oh, na primeira viagem tinha uma mulher pra ganhar neném e eu não peguei passageiro nenhum não, entendeu?”. Tinha um cara morrendo, um cara chegou e: “meu pai tá morrendo...”. Aconteceu muitas vezes, mulher grávida, entendeu, mulher grávida. Isso aí eu socorri muitas vezes. “meu pai tá morrendo, e tal”. [José Marinard] “vamo lá buscar teu pai”. Às vezes o ônibus com setenta passageiros, eu tirava o ônibus, ia na porta do cara, sentava ele numa cadeira, pegava ele, jogava ele dentro do ônibus aí levava lá pra Engenheiro Pedreira, pra é... Casa de Saúde e Maternidade Doutor Carlos [o sobrenome ficou com um áudio incompreensível]. Aí chegava lá o velhinho entrava, apagava, morria. Mas aquele pessoal tudo ficava tudo grato a mim, viu. Ficava muito... às vezes o cara ia levar a mulher, a mulher pra ganhar neném de bicicleta, num travesseiro em cima do porta embrulho, e levando a mulher. [Quando José Marinard observava dizia] “cara, tu é maluco. Bota ela aqui”. E eu levava e se o passageiro reclamava eu falava assim, brincando: “oh rapaz, reclama não, heim. Hoje é ela, mas amanhã pode ser você”. E o cara levava na brincadeira.

Depois que José Marinard deixou a Paraíba e foi viver no Rio de Janeiro, voltou para visitar sua família apenas em três oportunidades. A primeira vez somente foi ocorrer após cerca de trinta anos. A segunda vez aconteceu durante os últimos dias de vida da sua mãe Maria Júlia, que se encontrava muito doente. Sobre esse momento, comenta: “inclusive minha mãe morreu nos braços dela [aponta em direção a sua irmã Náugia], que tava no hospital com ela. De manhã ela começou a passar mal e tal, aí... minha mãe morreu”.

Questionado se durante todo esse período que ficou no Rio de Janeiro chegou alguma vez a fazer planos para voltar a viver na Paraíba, José Marinard respondeu que:

Há rapaz, a gente fazia, né. Mas... [um integrante da CEVPM/PB intervém e pergunta se era por não ter condições financeiras e Marinard responde] não, até que tinha, mas sei lá... eu... tinha tanta, tanta mágoa, certo, tanta lembrança ruim que eu preferi ficar por lá. Porque eu pensava assim – agora não, que eu já tou com sessenta e três [anos de idade], mas quando eu: “quando eu for pra Paraíba eu vou matar Luiz de Barros, se ele for vivo, eu vou matar esse cara”. Minha vontade era essa mesmo, eu... minha vontade era essa, de fazer justiça. Eu faria assim: “sabe por que você tá morrendo, sabe por que você tá morrendo? Eu sou filho de Pedro Fazendeiro! Você

sabe por que você tá morrendo? [trecho não compreensível] você vai pagar agora, sou filho dele. Pronto, tou vingando”. Minha vontade era essa. Hoje mais não, ele já morreu, já tá lá no colo do capiroto [risos]. [grifo nosso]

Antes de finalizar seu depoimento, José Marinard nos conta que até nos dias atuais o desaparecimento de seu pai continua interferindo, vez ou outra, em seu cotidiano. De acordo com suas palavras:

Hoje em dia eu vejo um mendigo, um velhinho barbudo, carequinha – que meu pai era careca, só tinha só isso aqui assim [de cabelo], entendeu, era só isso aqui – aí eu fico olhando, eu faço isso até hoje, eu fico olhando assim: “será que isso é meu pai? Será que esse velho é meu pai que veio aqui pro Rio e ficou aqui? Será que esse é meu pai?”. Eu paro e fico pensando isso às vezes. Ainda busco... eu sei que não é ele. Eu sei, porque eu tenho certeza, que eu vi o retrato dele no jornal e sei que é ele, mas vem aquilo na minha mente. [grifo nosso]

Sua irmã Neide diz que compartilhou dessas mesmas experiências, de se perceber procurando por seu pai desaparecido, ainda que racionalmente estivesse convencida de sua morte, sobretudo por considerar o forte indício da foto divulgada em jornais logo após o seu desaparecimento, na qual reconhecia o corpo de seu pai e de Nego Fuba, desaparecido praticamente no mesmo período. Afirma que, no seu caso, ela procurava seu pai no meio da multidão. Segundo suas palavras:

Mesmo quando a gente ter visto o jornal, eu sabia, como eu disse naquele dia, eu sabia que aquele homem era meu pai, mas enquanto assim, não foi declarado, assim, morto, como reconhecido, eu ainda achava assim... sei lá, eu posso ter me enganado. Mas eu procurava na multidão. Fosse onde fosse assim que aparecesse no Jornal Nacional [se refere a um programa jornalístico da emissora de televisão Rede Globo], assim, eu não procurava ele, assim, caminhando, mas ele eu sempre procurava, assim, quando aparecia uma história de um mendigo, uma história de um..., eu procurava pra ver se ele podia ter sofrido alguma, um tipo, assim, de trauma de tortura, que ele tivesse perdido a memória e tivesse no mundo, assim, sem saber pra onde ir. Isso aí aconteceu muito comigo.

Uma das irmãs do depoente, Neide, antes de terminar a gravação intervém e faz as seguintes considerações:

Bom, eu quero aproveitar e, eu quero agradecer, certo, a Comissão da Verdade, é... por esse momento, certo, é... ele já tinha vindo duas vezes, mas assim, uma na morte de minha mãe, foi, assim, muito corrida, muito... e uma vez que eu mandei buscar, não foi? Mas eu não recordei, porque devido ao tempo que ele não vinha eu, é tanto que ontem eu disse que ele ... e na realidade, desde o desaparecimento de pai, desde a ida dele para o Rio, realmente esse é o primeiro ano que ele passa o natal conosco. Desde o golpe militar, desde a ida dele que isso não acontecia. [Marinard complementa e diz: “graças a meu pai, né. Graças a meu pai, que ele morto ainda tá fazendo coisa boa, né, que mandaram a passagem pra mim vir”]. Então eu quero agradecer por esse momento, esse momento é... é muito importante pra gente. É... eu

acho que juntava, assim, o que ele acabou de dizer, que são tantas as recordações dele que ele não tem, talvez a partir de agora ele tenha mais, assim, mais vontade de vir, é... que ele não tinha vontade de vir devido as lembranças, devido a forma como ele foi, porque ele foi, ele foi forçado, isso aí eu, eu digo que ele foi forçado a ir porque a medida que as coisas iam acontecendo minha mãe ficava com medo, a gente não tinha uma, uma, uma estrutura, assim, é, psicológica pra suportar, a gente sabia que tudo, tudo era uma manobra em cima da gente e um dia minha mãe perguntou o que é que a gente tem que fazer? O jeito que tem é mandar pra o Rio. Perguntou a tia Ligia, tudinho, e de comum acordo ai gente foi, e eu sei de coração, eu sei que ele não fez essa viagem porque ele quisesse ir. Ele foi forçado, e eu sei o quanto ele, ele sofreu, isso aí, e eu já cheguei até a pedir perdão a ele uma vez, porque eu era a mais velha, assim, eu tinha, Nadieje que era a mais velha, mas dos de casa eu era a mais velha, é, eu já trabalhava na época, então, se eu tivesse outro raciocínio, se eu tivesse a cabeça de hoje, eu teria, teria dado a minha opinião, mas a gente tinha realmente medo e a gente realmente mandou ele pra o Rio, e eu sei o quanto ele sofreu. Eu peço perdão a você e quero agradecer a Comissão da Verdade, a todos assim, porque realmente esse momento assim, é um momento assim, é um momento que a gente começa a desfrutar da companhia.

Finalizando o depoimento, José Marinard faz questão de agradecer a CEVPM/PB pelo trabalho desenvolvido sobre seu pai. Como resultado, considera que o nome de Pedro Fazendeiro está sendo erguido merecidamente, pois segundo suas palavras: “meu pai foi o que lutou mais, porque meu pai não tinha dia, não tinha hora, não tinha nada, qualquer hora meu pai tava lá”. Explica que antes desta Comissão percebia o nome de seu pai sempre em segundo plano, pois as pessoas somente se lembravam de João Pedro ou Elizabeth Teixeira quando iam tratar de assuntos da luta no campo. Assim, considera que o pai era pouco reconhecido¹⁷³.

¹⁷³ De acordo com Roberto Muniz (2010, p. 75 - 77), um dos efeitos do processo de heroificação de João Pedro Teixeira, após a sua morte, foi a ocultação de outros nomes relevantes nas lutas pelo campo na Paraíba, com o objetivo de supervalorizar a figura de João Pedro e seus feitos. Dessa forma, uma diversidade de nomes, tais como Pedro Fazendeiro e Nego Fuba, foram silenciados propositadamente com o objetivo de concentrar atenção em apenas um único sujeito.

5. O REENCONTRO DA FAMÍLIA TEIXEIRA: 50 anos depois do Golpe



Da esquerda para direita: Maria José Costa, Isaac Teixeira, Carlos Teixeira, Elizabeth Teixeira, Marinês Teixeira, Maria das Neves Teixeira e Marta Teixeira, em sua antiga casa, onde hoje é o Memorial das Ligas Camponesas de Sapé. (Arquivo particular de Victor Gadelha).

Um dos eventos promovidos pela CEVPM/PB, com a colaboração fundamental da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio)¹⁷⁴, possibilitou a reunião de todos os filhos e filhas vivas de Elizabeth Teixeira com João Pedro Teixeira, no município de Sapé, a saber: Marta, Izaac, Maria José (Mariinha), Maria das Neves (Nevinha), Carlos e Marinês¹⁷⁵.

O local escolhido para acontecer essa reunião carrega consigo um forte simbolismo, pois ocorreu no Memorial das Ligas e das Lutas Camponesas, antiga casa onde viveu toda a família Teixeira, ou seja, João Pedro e Elizabeth e seus onze filhos. Este lugar representa não apenas um dos antigos palcos onde se davam muitas das reuniões das Ligas Camponesas de Sapé, na qual se exercia a luta camponesa organizada, em que eram estabelecidas estratégias

¹⁷⁴ A CEV-Rio ajudou com o custeio de algumas passagens de avião para integrantes da família Teixeira, viabilizando o evento na Paraíba, que reuniu toda a família Teixeira.

¹⁷⁵ Podemos considerar que esse momento foi transformado em um evento histórico, já que conseguiu promover a reunião de todos os filhos ainda vivos, juntos com a mãe Elizabeth Teixeira. Uma reunião que não ocorria desde a separação ocasionada em decorrência do golpe civil-militar de 1964.

de luta, mas também o local onde a família exerceu o viver entre si, de forma integrada, como uma família de trabalhadores do campo, com suas dificuldades e carências, mas também com seus dias de felicidade e vitórias.

Dessa forma, representa, por um lado, o local onde viveram em família unida, mesmo com todas as adversidades ocasionadas pela situação de pobreza e, principalmente, pelas ameaças sofridas pela militância de João Pedro a causa dos trabalhadores do campo, junto ao movimento das Ligas Camponesas. Por outro lado, pode ter sido um momento de grandes esperanças e expectativas de melhoria de vida, face ao protagonismo de João Pedro nas Ligas e suas conquistas.

A partir de 1962, entretanto, a família sofreu a perda de João Pedro, assassinado no mês de abril. No mesmo ano, no mês de junho, o filho Paulo, de apenas dez anos, que jurara se vingar da morte de seu pai, sofreu um atentado contra sua vida, recebendo um tiro em sua testa. Por pouco, escapou da morte. No mês de novembro de 1962, mais uma tragédia atinge a família Teixeira, que fora reduzida em mais um membro, através do óbito da primogênita Marluce, que se envenenara com arsênio logo após ver sua mãe ser levada presa. No ano de 1963, o filho Izaac, buscando escapar da situação de miséria a qual se encontrava junto com seu irmão Abraão, na cidade de João Pessoa, aceitou a oportunidade de ir estudar em Cuba. Em 1964, em virtude do golpe civil-militar, a família Teixeira vivencia, talvez, o seu mais duro sofrimento: a completa separação. Inicialmente Elizabeth foi presa, num segundo momento ocorreu à separação total da família, que fora distribuída entre a família materna, com exceção de Abraão Teixeira, então filho mais velho. A partir deste momento, todos os integrantes da família Teixeira deixam de viver na casa em que foram criados.

Após mais de três meses de prisão, Elizabeth foi liberada pelo Exército e, devido às circunstâncias desfavoráveis em face da ditadura, decidiu fugir da Paraíba para preservar sua vida, levando consigo apenas o filho Carlos, que fora rejeitado por familiares. De acordo com Elizabeth Teixeira:

Nesse tempo Carlos tinha seis anos. Eu trouxe ele comigo porque ele foi rejeitado pela minha família. Meu pai dizia que não queria o Carlos lá na casa dele porque ele era a cara do pai, o retrato do João Pedro Teixeira, e que ele não queria nem se lembrar da cara do safado comunista do pai dele. Minha irmã também disse que não queria aquele menino com ela de jeito nenhum, que ela já tinha três filhas e que não ia ficar com o menino. O marido dela, João Ramalho, gritou na minha cara que eu podia procurar a quem dar o menino, que eu podia fazer dele o que quisesse, que eu encontrasse alguém que criasse aquele menino que era a cara do comunista do pai dele.

[...]

Eu sofri demais por ver meu filho rejeitado por minha família. Meu desespero foi tão grande que eu cheguei a ficar no meio da estrada, eu e ele, para um carro passar

por cima de mim e por cima dele. Mas ele se agarrou na minha saia e começou a chorar. Ele tinha nascido em 1958, ele só tinha seis anos. Nesse momento eu me abracei com ele e decidi que eu ia viver e que ele ficaria comigo (BANDEIRA; SILVEIRA; MIELE; 1997, p. 109-110).

Elizabeth Teixeira, visando se preservar, também esconde seu nome verdadeiro e passa a se denominar Marta Maria da Costa. Com essa nova identidade, vai viver no alto sertão do Rio Grande do Norte, acompanhada do seu filho Carlos. Apenas no ano de 1981, após o contato com o cineasta Eduardo Coutinho, volta a se revelar com sua verdadeira identidade. Neste mesmo ano volta para Paraíba e fica vivendo na cidade de Patos, na casa de seu filho Abraão, até 1985. Neste intervalo de tempo, Elizabeth consegue rever os seus filhos e filhas, inclusive aqueles que viviam em outros estados. Em meados de 1985, se muda definitivamente para a cidade de João Pessoa, após receber uma casa no bairro de Cruz das Armas de Eduardo Coutinho, como pagamento pela sua participação no filme *Cabra Marcado para Morrer* (1984).

Mesmo após o retorno de Elizabeth para João Pessoa, a família Teixeira continuou separada. Marta, Marinês e José Eudes viviam no Rio de Janeiro (este último transfere-se em 1985 para Sapé), Carlos no Rio Grande do Norte, Paulo em Pernambuco, Izaac, após retornar de Cuba no ano de 1986, acabou se estabelecendo no Ceará e outros na Paraíba, em diferentes municípios: Abraão na cidade de Patos, Maria das Neves e João Pedro Filho em Sapé e Maria José em João Pessoa.

A família somente voltou a se reunir integralmente¹⁷⁶ 50 anos após a sua separação, ocorrida em decorrência da ditadura, através do evento promovido pela CEVPM/PB e a CEV-Rio, no dia 26/07/2014. Este evento foi aberto ao público e contou com a presença de movimentos sociais do campo, movimento estudantil e de diversos intelectuais e pesquisadores interessados na história da família Teixeira.

Durante o encontro, os filhos de Elizabeth e ela própria aproveitaram para darem uma passeada pela casa, lembrando sobretudo os momentos felizes de seu dia-a-dia, desde os tempos em que João Pedro ainda era vivo. Vale destacar a curiosidade dos netos e netas vindos do Rio de Janeiro, que observavam tudo com bastante atenção.

Com o objetivo de conceder um pouco de entretenimento à família, os organizadores da CEVPM/PB, ao trazê-la de volta de Sapé, a leva para um passeio num ponto turístico da cidade de Cabedelo-PB, conhecido como Jacaré, para assistir ao belo pôr do sol. Após o

¹⁷⁶ Com exceção, obviamente, dos falecidos, a saber: João Pedro Teixeira, Marluce Teixeira, José Eudes Teixeira, João Pedro Teixeira Filho, Paulo Teixeira e Abraão Teixeira (vale lembrar que sua mulher e filhos: Júnior, George e João Pedro, vivem em Patos).

passeio, a família foi dirigida uma parte para a casa de Elizabeth Teixeira, em Cruz das Armas, e outra parte para um hotel na orla marítima de João Pessoa.

5.1 – Oitivas dos filhos de Elizabeth Teixeira



No centro da foto, da esquerda para direita: Maria José Costa (de azul), Marta Teixeira, Marinês Teixeira, Isaac Pedro Teixeira, Elizabeth Teixeira e Carlos Teixeira. Na foto, destacamos a ausência de Maria das Neves Teixeira, que foi ouvida em outra data. (Arquivo particular de Victor Gadelha).

Um dia antes do evento promovido pela Comissão para o reencontro da família, alguns filhos de Elizabeth prestaram depoimentos numa oitiva organizada pela CEVPM/PB, em sua sede localizada na Fundação Casa de José Américo, na orla marítima da cidade de João Pessoa. Fizeram-se presentes: Elizabeth Altina Teixeira, Maria José Teixeira, Carlos Teixeira, Izaac Teixeira, Marta Cristina Teixeira, e Marinês Altina Teixeira. Nesta ocasião, apenas os três últimos prestaram depoimentos, ficando o restante dos filhos para outra oportunidade. Apesar de todos eles levarem uma vida comum, possuem seus traumas em decorrência das circunstâncias pelas quais passaram após o advento do golpe, sendo percebidas nos diversos depoimentos que aqui serão abordadas.

Antes de iniciar formalmente as oitivas de Marta, Marinês e Izaac, a banca formada por integrantes da CEVPM/PB concedeu um breve momento para quem quisesse falar algumas palavras. Assim, cada um dos filhos presentes dedicou alguns minutos para agradecer as Comissões responsáveis em promover o reencontro da família.

Destacamos a fala de Marinês, que considerou este evento bastante relevante para sua vida, já que conseguiu finalmente ver alguns irmãos que ainda não conhecia, além de poder

rever sua mãe, que também praticamente não conhecia. Apenas havia visto a sua mãe rapidamente no início da década de 1980.

Já Maria José, agradece a Comissão por proporcionar este reencontro da família, argumentando que apesar de conviver com a mãe quase que diariamente, o mesmo não ocorre com suas irmãs que foram viver no Rio de Janeiro. Afirma que apesar de ter ficado separada fisicamente de suas irmãs Marta e Marinês, sempre esteve junta em pensamento, pois lembrou que muitas vezes na hora em que vai dormir, vem “um filme” em sua cabeça, sobre o momento de separação de seus irmãos, numa calçada. De acordo com suas palavras:

Foi um momento, acho que na minha vida mesmo, com tudo que passou, a gente passou por muito sofrimento, sabe, a calçada foi a que me marcou até hoje. Foi o momento mais triste da minha vida, você ser separado numa calçada. Ser afastada pelo avô, o avô é pra acolher, abraçar todos nós naquela casa dele. Porque avô, pelo que eu entendo, pode morar num vão, mas num é repartir, é pra abraçar, né?! Eu posso ter cem netos, mas na minha casa cabe todos os cem. E meu avô botou a gente numa calçada e separou, um por um, um para um canto, outro pra outro, outro pra outro. Foi muito triste isso na minha vida. Até hoje eu nunca esqueço, foi o que mais me marcou com todo esse sofrimento que houve. Foi a separação... até hoje, me lembro de todos os detalhes. Você ser separado numa calçada do avô. Pra gente é muito estranho que não conhecia que era avô, mas ele era avô. Mãe, avô era aquele que acolhe, né. Acolhe em sua casa. Mas não é dividir. Botar numa calçada e dividir pra quem quisesse levar. Isso pra mim... nunca, nunca vou perdoar! Nunca vou esquecer. Eu tenho neto que acolho, abraço, o que é meu é do meu neto.

Carlos, por sua vez, também agradece a Comissão. Diz que para ele o momento é de alegria, mas também de sofrimento, pois ficou por mais de 50 anos sem ver suas irmãs. Ao comentar sobre o reencontro com suas irmãs vindas do Rio de Janeiro, disse: “choramos por relembrar toda tragédia que aconteceu com nossa família”. Em se tratando da separação da família na calçada, diz:

Esta cena da calçada eu era muito criança, mas lembro, foi uma boca de noite, viemos, saímos da nossa casa em um caminhão, em cima de um caminhão e chegamos na casa do nosso avô, colocaram todos nós ali na calçada e, né, os nossos tios foi tirando um, dois e esta cena realmente foi muito marcante, assim, negativamente, e foi muito sofrimento, muito dolorido pra toda nossa família, mas, e, estamos aqui, temos a agradecer a todos vocês [as duas comissões da verdade envolvidas], muito obrigado.

Logo em seguida, Marinês toma novamente a palavra e fala:

Eu não conheci minha mãe, eu não chamava ela de mãe, eu achava muito estranho chamar Elizabeth de mãe. Quando ela tava sentada no sofá da casa da minha irmã Mariinha [Maria José] aí eu falei assim: “e aí dona Elizabeth, tá bem?”, aí essa senhora olhou para mim e disse assim: “não. Eu sou Elizabeth para um estranho, pra você eu sou sua mãe, se chama mamãe o meu nome, eu sou sua mãe e João Pedro

Teixeira foi seu pai”. Isso pra mim eu não vou esquecer nunca na minha vida, como minha filha hoje chegou pra mim e falou assim: “mãe, eu encontrei uma tia maravilhosa como minha tia [trecho incompreendido] me apresentou”. Você vê a distancia o que faz... quer dizer, e hoje eu vou dizer o que, se nem eu convivi com minha irmã? E a minha mãe, eu nunca mais vou chamar ela de Elizabeth, nunca mais na minha vida. E se eu já fiz, se ofendi, eu peço perdão, porque não foi a minha intenção. Só isso, muito obrigado [grifo nosso]¹⁷⁷.

A matriarca da família Teixeira aproveita a oportunidade para tratar de sua história a partir do assassinato de seu marido João Pedro Teixeira, quando passou a assumir a mesma luta do seu esposo falecido, nas Ligas Camponesas da Paraíba. Trata das prisões que sofreu, sobretudo a que ocorreu após o golpe civil-militar, da qual diz ter sido muito bem tratada pelo Exército, no período em que ficou presa. Após sua liberação, afirma ter sido aconselhada pelos próprios militares que a soltaram a não voltar para Sapé, pois seria presa novamente.

Assim, Elizabeth nos conta que decidiu entrar em contato com um amigo de João Pedro Teixeira, que a levou para o Rio Grande do Norte. Nesta nova etapa de sua vida, Dona Elizabeth adotou outro nome, Marta Maria da Costa, e levou apenas um filho consigo, Carlos. Um dos trabalhos que lá desempenhou foi o de professora, que por muito tempo garantiu o sustento de sua vida junto com seu filho. Ficou na cidade de São Rafael – RN durante todos os anos da ditadura e neste período de tempo não tinha conhecimento sobre a vida dos filhos e por esse motivo foram tempos sempre de aflição e sofrimento. Por fim, afirma que sua vida foi marcada por sofrimentos, desde principalmente o assassinato de seu marido, mas que apesar de tudo isso, não conseguiram tirar sua vida por todo esse tempo. Hoje se encontra com 89 anos.

Após a fala da mãe, Maria José, seguida de seus irmãos presentes, consideraram que apesar de todo sofrimento têm bastante orgulho de serem filhos de Elizabeth e João Pedro Teixeira.

1º ouvida: Marta Teixeira

Em seu depoimento Marta Teixeira começa tratando de sua infância, na qual fora criada desde seu nascimento até seus oito anos de idade por sua avó paterna, chamada de Lia. Na casa da avó, também morava seu bisavô, mas a depoente não nos dá detalhes sobre ele. No que se refere à mãe de João Pedro Teixeira, Marta nos fala:

¹⁷⁷ Logo após esse depoimento, Dona Elizabeth estende a mão a sua filha Marinês, que a beija.

Foi minha mãe que conheci, né. Foi minha avó, minha mãe [Elizabeth Teixeira] morava ainda no Recife. Foi em Sapé pra mim ganhar, né. Minha avó era parteira e lá eu fiquei, até os oito anos de idade. Aos oito anos minha mãe tava grávida novamente aí meu pai foi lá buscar a gente, minha avó [Lia] ainda ficou um mês com a minha mãe e na hora de ir embora ela falou que eu não ia. Aí minha avó caiu durinha. Aí começou... eu chorei muito, foi um sofrimento muito grande, muito grande o sofrimento. Porque eu fui me... eu demorei a me adaptar aos meus irmãos, eu demorei. Porque eu era a única, né. Só sou eu. Eu demorei muito a me adaptar aos meus irmãos. Eles achavam aquilo engraçado. Eu chorava e eles riam, né. Pra eles não tinha mudado em nada. Quem mudou foi pra mim. Pra eles a casa deles era a casa deles, era a mãe deles, o pai deles, era os irmãos. Eu que era... eu chorei muito, eu tentava fugir, meus irmãos me vigiavam. Como eu ia fugir com oito anos? Pra onde que eu iria?

Após esse momento em que Marta fora morar com os seus pais, sua avó Lia também criou outras crianças. Conforme nos conta:

Quando meu pai me tomou, ela trouxe, criou, criou, ela criou mais filhos dos outros. Ela criou uma menina por nome de Ângela [ou Ana, não deu para entender muito bem] José de Andrade, a Cesária... quando meu pai me deu só eu, mas quando meu pai me tomou, ela, ela, levou mais filhos pra criar. [grifo nosso]

No que se refere à família de João Pedro, Marta nos conta que seu pai teve duas irmãs, mas que não chegou a conhecê-las, só ouvia sua avó Lia falar a respeito. Entretanto, considera a possibilidade de sua mãe Elizabeth tê-las conhecido. Lembra que sua avó paterna nunca se posicionou contra a militância de João Pedro nas Ligas Camponesas, e que sempre que podia o ajudava financeiramente. Quando questionada a respeito de seu avô paterno, se ouviu alguma história contada por sua avó Lia, Marta responde que não se lembra.

Já em se tratando da sua família materna, Marta destaca a sua avó que buscava sempre ajudar sua filha Elizabeth e, conseqüentemente, toda sua família nuclear, desde o período inicial das Ligas Camponesas na Paraíba, quando João Pedro Teixeira ainda era vivo e morava no sítio Antas do Sono. Em se tratando de sua avó materna, a depoente faz a seguinte consideração:

A minha avó, quando nós ainda morávamos com meus pais, [...] a minha avó ia visitar a gente escondida, ela ia escondida visitar a gente. Levava um quilincho de feijão, levava um negocinho pra gente, mas era escondido que minha avó, porque no caso era meu avô, meu avô nunca apoiou o casamento da minha mãe, né, [...] a minha mãe contrariou o meu avô, então por isso que nós pagamos, né, meu avô, minha mãe contrariou o meu avô, né, então acho que foi por causa disso, né? [grifo nosso]

Marta considera que sua família possuía uma história de vida feliz até o assassinato de seu pai. Em relação a João Pedro, a depoente nos conta:

Meu pai não sabia ler muito não, né. Aí chamava a gente pra estudar né, pra ler, né. Eu morria de rir. Ele dizia: “Marta, vem estudar Marta. Lê aí pra mim, vamo ler”. A gente não sabia nem ler direito. “Lê, Marta, lê aqui, pode ler”. Aí eu lia errado e ele dizia: “não, tá ótimo”. É porque foi minha mãe que ensinou a ele ler, Elizabeth. Ela era professora de qualquer jeito, né, e ela que ensinou a ele. E ele me chamava: “vem minha filha, vem ler”. Ele comprava lápis, comprava caderno, ele dava o jeitinho dele. Até meu pai vivo era tudo... tudo organizadinho. A gente tinha nossa casa... Mas depois da morte do meu pai, né...

Quando João Pedro Teixeira foi assassinado, no ano de 1962, Marta tinha apenas doze anos e nos revela que quando escutou a notícia compreendeu exatamente o contrário, ou seja, que teria sido seu pai o responsável pelo assassinato de alguém. Somente depois percebeu que era seu pai, na verdade, quem estava morto. Com a ausência de João Pedro Teixeira, nos conta que a vida da sua família ficou muito difícil, sobretudo para sua mãe Elizabeth, que além do grande sofrimento ainda tinha que cuidar de seus filhos e se dedicar a luta camponesa. Sobre o assassinato do pai a depoente afirma que, desde aquele período, escutava falar que o crime fora executado a mando de Aguinaldo Veloso Borges e de seu avô Manoel Justino.

Tinha uma, uma, uma moça lá que falou, que chegou a falar pra ele: “Manoel Justino, acabaram de assassinar o seu genro”. Aí ele disse: “só sinto porque você não trouxe a orelha dele para mim tomar com cachaça”. [...] só que assim só escutei comentário, não escutei isso da boca do meu avô, não escutei, mas escutei comentário.

Em relação ao crime contra seu pai, percebe-se que não houve punição para nenhum dos acusados como “autores intelectuais do crime”, ou seja, os mandantes. Questionada quanto o seu sentimento e o que ela teria a dizer ao Estado em relação a esse fato, Marta faz o seguinte comentário:

Ai horrível, né. Isso é muito triste, né. [Eu diria pra o Estado] pra que essas pessoas também falassem, também desse seu depoimento sobre o porquê que... né? O porquê disso, né? Né, porque nós pagamos um preço muito alto, ainda pago né, nós todos separados. Eles têm que ser chamados também, né. Também não tem ninguém vivo, né, da época. Agora não tem mais ninguém, né. Só familiares, né. [...] eles tem que dar uma explicação, porque né, tanta maldade. Foi uma maldade isso, né não?! Você não acha que tem que chamar alguém? Foi tudo aí, eu soube né, no Rio de Janeiro, que um foi candidato né [se refere a Aguinaldo Veloso Borges Ribeiro, o então ministro das cidades no primeiro governo da presidente Dilma Rousseff e candidato a deputado federal pelo Estado da Paraíba nas eleições de 2014¹⁷⁸]. Este político é um dos netos de Aguinaldo Veloso Borges, um dos acusados de mandar assassinar João Pedro Teixeira], a que mesmo? A... é que eu tou esquecida do nome agora, foi um candidato aí, eu tou esquecida, eu tou esquecida. Mas eu vou, Marinês, Marinês que

¹⁷⁸ Nessas eleições de 2014, não apenas Aguinaldo, mas também sua irmã Daniela Ribeiro foram candidatos pelo Estado da Paraíba e saíram-se vitoriosos no pleito. O primeiro eleito deputado federal, a segunda deputada estadual.

me falou que foi candidato a... fala o nome aí... Aguinaldo, né? Aguinaldo Veloso Borges né? Um dos filho dele foi candidato, né isso? Marinês sabe, Marinês que sabe mais do que eu, tem mais tempo de ler. [grifo nosso]

Questionada se ela ainda nutre algum sentimento de rancor em relação aos responsáveis pelo assassinato do seu pai, Marta responde com rapidez: “lógico, né. Muito triste isso”. Como já mencionamos acima, numa citação direta da fala da depoente: “até meu pai vivo era tudo... tudo organizadinho. A gente tinha nossa casa... mas depois da morte do meu pai, né...”.

Outra grande tragédia para a família ocorreu pouco tempo após a morte de João Pedro Teixeira. Trata-se da morte precoce de sua irmã mais velha, Marluce, que ingeriu veneno após presenciar sua mãe sendo levada presa de Sapé para João Pessoa. Entretanto, sobre esse triste episódio, Marta diz pouco se lembrar, pois acredita que não estava em sua casa. Não sabe ao certo, mas pensa que estava ou na casa de Francisco Julião¹⁷⁹ ou na de outro amigo de sua mãe. De qualquer modo, afirma que não estava em casa no dia em que sua irmã morreu, assim também como sua irmã Maria das Neves e Carlos. Lembra que uma das que estava era Maria José. Quando souberam do ocorrido, voltaram para casa.

No que diz respeito ao contato que teve com Francisco Julião, Marta relata que ficou um período em sua casa. De acordo com suas palavras:

Foi muito bom, tinha muita comida [risos]. Tinha almoço, janta, lanche, um lugar pra gente brincar, as camas tudo limpinha, tudo forradinha. Foi uma maravilha, um céu. Muito boa a casa do Julião, muito bom! [...] Eu tinha dezessete, dezoito anos. Muito bom a casa de Julião. A gente podia brincar.

Em se tratando do relato acima, vale ressaltar um equívoco por parte da depoente quanto à idade que tinha quando ficou hospedada na casa do parlamentar e líder camponês. Os dezessete anos de idade de Marta foram completados no ano de 1967, e nesse período Francisco Julião já se encontrava exilado no México em decorrência da ditadura civil-militar, desde 1965. Dessa forma, tudo indica que esse momento acima descrito tenha ocorrido mais ou menos no período em que sua irmã Marluce tentara suicídio, ainda em novembro do ano de 1962, pois é o que a própria depoente indica quando trata desse assunto, como podemos acompanhar no texto, dois parágrafos acima.

¹⁷⁹ Talvez essa visita tenha se dado depois da morte de sua irmã Marluce, pois, conforme afirmou Elizabeth Teixeira em depoimentos concedidos entre a década de 1980 e 1990, Francisco Julião a visitou dias após o enterro de sua filha Marluce e, a vendo bastante deprimida, a levou para Recife. Passou uns dias internada num hospital local e, após receber alta, ainda ficou duas semanas hospedada em sua casa. (ver: BANDEIRA; SILVEIRA; MIELE; 1997, p. 80). Talvez Elizabeth tenha levado alguns filhos para lhe acompanhar nessa ocasião.

Outro episódio bastante marcante para Marta foi sobre o convite que veio de Cuba em 1963, concedendo bolsa de estudos para algum filho de Elizabeth. No que diz respeito a esse momento, a depoente nos conta:

A minha mãe que chegou falando. Minha mãe chegou a ir a Cuba, né?! Ela chegou a ir a Cuba, aí chegou falando que tinha ganhado os convite e eu fiquei louca pra ir. Mas eu não deveria ter roupa, não deveria ter nada, né? Vai ver que era por isso que ela não deixou, né? Não deveria ter condições nenhuma, né? Mas eu queria muito, eu queria muito ser jornalista, né. Foi meu sonho. Eu ficava escutando a rádio, onde dava o, onde dava o jornal, assim, eu ficava escutando, achava aquilo lindo falando português, aí eu acho lindo isso, eu queria muito. “Ah não minha filha, você não vai não, você é menina”. [...] E o Izaac quis, ele falou: “eu vou”. Porque meu pai era semianalfabeto, mas ele sempre incentivou a gente a estudar. Ele, quando ele morreu ele trazia o livro de admissão, livro de admissão, mas tinha, tinham passado dois no colégio. Ele vinha com o livro de admissão e outra coisa, já tinham passado de ano quando ele foi assassinado. Ele incentivava muito a gente estudar.

Em se tratando da despedida de seu irmão Izaac, quando estava de partida para Cuba, Marta faz as seguintes considerações:

Foi muito triste, né! Quem arrumou [a mala] fui eu, eu arrumei muito triste. Ele não tinha uma mala, não tinha nada. Uma mesinha, uma mesa grande, aquelas folha de papel. Aí eu fiz, vou rezar, meu Deus, ele encontre alguém pra lá que dê uma bolsa a ele. Porque como que ele ia chegar? Não chegava nem no Rio [de Janeiro] com aquilo. Até o Rio tinha rasgado. Não tinha como. Aí ficava rezando, meu Deus, alguém dê uma bolsa pra esse menino, o menino não tinha nada. [...] eu chorei muito nessa época. Eu chorei porque eu queria ir, mais. Eu queria ir de qualquer jeito. Eu queria ir mesmo. Eu queria muito, muito, era o meu sonho. Meu sonho era ir pra Cuba. Porque a gente se viu sozinho, sem pai, sem mãe, ninguém, não tinha ninguém pra dizer assim: “olhe Marta, vai por aqui ou Marta, faz assim”. [...] estávamos jogados lá, um monte de... sem expectativa nenhuma. Não tínhamos nada. Muito triste mesmo. [grifo nosso]

Em 1964, mais uma vez a trajetória da família Teixeira foi alterada em virtude do golpe civil-militar. Elizabeth Teixeira fora detida pelo Exército e terminou presa durante três meses e vinte e quatro dias no Grupamento de Engenharia do Exército Brasileiro, situado na cidade de João Pessoa, na Avenida Eptácio Pessoa¹⁸⁰. Logo após a mãe ser presa, Marta nos conta que, inicialmente, ela e seus irmãos ficaram sozinhos na casa em que moravam, na área rural de Sapé, em Barra de Antas, no sítio Antas do Sono:

Ficamos sozinhas. Sem ninguém. Eu era a mais velha, sempre tinha feijão verde assim nos ... feijão verde, feijão verde e farinha, às vezes meus irmão ia pegar no meu avô, eu não lembro, aí tinha café e farinha. Fazia aquele café, botava a farinha

¹⁸⁰ Conforme Elizabeth afirmou nos depoimentos concedidos às pesquisadoras Lourdes Bandeira, Neide Miele e Rosa Godoy Silveira, entre meados da década de 1980 e 1990. (Ver: BANDEIRA; SILVEIRA; MIELE; 1997, p. 106).

dentro e eles [seus irmãos] comiam. Nós comíamos né. [...] ficamos assim bastante tempo antes de sermos levados para ser distribuídos [entre seu avô e tios]. [grifo nosso]

Nesse período em que os irmãos ficaram sozinhos, Abraão vivia em João Pessoa e, para poder sobreviver, passou a trabalhar. De acordo com Marta, durante esse período:

O Abraão chegou e falou: “minha irmã, agora o que é que a gente vai fazer? Meu pai morto, minha mãe foi embora, o que é que a gente vai fazer... vamos fazer? Eu vou trabalhar e toda semana eu venho aqui trazer um dinheirinho pra vocês”. [...] ele veio, acho que ele trabalhava de garçom.

Entretanto, de acordo com as memórias de Elizabeth Teixeira em meados das décadas de 1980 e 1990, a trajetória de Abraão foi a seguinte:

Um mês depois do assassinato de João Pedro, eu recebi uma bolsa de estudos do governo João Goulart para um dos meus filhos. Abraão era o menino mais velho, nessa época ele tinha dezesseis anos, veio estudar em João Pessoa. Essa bolsa dava direito a morar na Casa do Estudante e de fazer as refeições no restaurante universitário [...].

Mas depois do golpe militar, o Exército cortou a bolsa dele e ele ficou jogado na rua, sem ter onde dormir, passando fome. Ele me contou que um dia, perambulando pelas calçadas, ele pediu a um cara que passava, que lhe comprasse um sanduíche, ou qualquer coisa, que ele estava morrendo de fome. Essa pessoa levou ele pra um bar e lhe deu um sanduíche. Mas o estômago não aceitou, ele vomitou tudo. Ele estava há dias sem comer.

Foi aí que ele se entrosou pelos Jornais, ele conseguiu um emprego de dobrar jornal. Com o tempo ele foi conseguindo estudar e [se tornou jornalista, pela Universidade Federal da Paraíba].

A vida foi muito dura pra ele, os outros ficaram na casa dos meus irmãos, que eu tenho sete irmãos, dois ficaram na casa de meu pai, mas ele ficou sozinho. (BANDEIRA; SILVEIRA; MIELE; 1997, p. 126)

Questionada sobre o sentimento que teve quando se viu sem sua mãe, no período em que ficou sozinha cuidando de seus irmãos, imediatamente após Elizabeth ser presa pelo Exército, Marta faz o seguinte comentário:

É muito estranho né, muito estranho, uma coisa que, como é que você vai dormir, porque nós tínhamos o costume de dar bença [benção], meu pai exigia isso. Toda noite: “bença pai, bença mãe”. Como é que ia dar bença, como é que a gente ia fazer? É muito triste. Eu era a mais velha, doze anos, treze anos, eu, eu, tomar conta dos, é muito triste. É... não tinha quem dar bença, não tinha, nem, nem, pior que não tínhamos vizinho, não tinha vizinho, era muito distante, as casas, era muito distante. Então fiquei sozinha, eu e as crianças, sozinha, sozinha. É muito estranho gente, eu fiquei sozinha, sozinha. Só tinha eu e meus irmãos, é muito triste. [grifo nosso]

Depois de um tempo, que não foi definido pela depoente, um dos tios maternos foi num caminhão até a sua casa, busca-la junto com todos os seus irmãos e os levou para a casa

do avô Manoel Justino, para que fossem divididos entre a família. Sobre esse episódio, Marta comenta: “foi muito triste esse momento. Foram lá buscar a gente no caminhão, botaram a gente dentro e trouxeram para casa do meu avô”. No que se refere à divisão dos filhos de Elizabeth e João Pedro na calçada, lembra que muitos de seus irmãos ficaram agarrados em sua saia, já que ela era a mais velha e tomava conta dos mais novos, inclusive sendo a responsável por preparar a comida deles. Com o seu avô ficou sua irmã mais nova, Marinês, João Pedro Teixeira Filho (Pêta) e ela. Seus outros irmãos foram morar com outros tios e tias. De acordo com Marta, um dos motivos pelo qual seu avô lhe escolheu para morar na sua casa foi para tomar conta de seus outros dois irmãos mais novos, uma com apenas dois anos e o outro com três.

De acordo com Marta, durante o período que sua mãe esteve presa o avô Manoel Justino evitava tratar do assunto e dificilmente mencionava o nome da sua filha Elizabeth. Ainda assim, houve uma oportunidade em que Marta e seus irmãos chegaram a visitá-la, quando o marido de uma de suas tias, Abel, decidiu levá-los em cima de uma caminhonete. A visita durou praticamente toda à tarde. Em se tratando da situação em que se encontrava a cela em que sua mãe ficou presa, a depoente afirma que: “tava bem! Tudo arrumadinho”. Sobre esse momento, Marta nos conta:

Ah, foi bom! Foi a Mariinha, ela pulou na cama, ainda caiu, se machucou, foi bom, tinha a caminha dela lá, ela e doutora Ophélia [Amorim]. As duas juntas no mesmo quarto. [...] ela [a mãe] não podia levar a gente nem... ela tinha que ficar lá dentro [do quarto]. Ela não pode sair pra levar a gente até o carro não. [...] [grifo nosso]

No que diz respeito à ida de Elizabeth Teixeira ao Rio Grande do Norte, Marta nos diz que sua mãe não chegou a avisar nem a ela e nem aos seus irmãos sobre essa decisão de se mudar/fugir. Diz que depois que sua mãe saiu da prisão no Grupamento de Engenharia ela não voltou mais para casa, para ver os filhos. Explica que nesse período estavam na casa do avô, e este não queria mais contato com Elizabeth. Entretanto, mais adiante em seu depoimento, Marta tem uma vaga lembrança e diz:

Olha, eu, eu, eu não me lembro bem, mas eu acho, eu acho, eu penso, eu acho, que quando Elizabeth saiu da prisão, Elizabeth chegou a ir na casa do pai. Eu acho que ela foi pra casa do pai. Onde nós, estava eu, Marinês foi lá. Lá teve uma reunião dos irmão, meus tios, brigaram muito com ela, meus tios tavam lá, brigaram muito com ela, levaram assim pra um canto assim, brigaram muito com ela. Acho que foi aí que ela... eu desconfio quando Elizabeth, eu tenho quase certeza, que Dona Elizabeth saiu da prisão, foi até a casa do pai, onde tava eu, Marinês e o Pedro. Era os meus tios, brigaram muito com ela, tinha os tios, os irmãos dos meus tios, ela [...]. Elizabeth foi na casa do pai Elizabeth, foi na casa do pai, acho que ela foi na casa do pai.

Quanto a esse episódio, vale destacar a versão que Elizabeth contou em depoimentos publicados na década de 1990, na obra *Eu marcharei na tua luta – A vida de Elizabeth Teixeira* (1997), nos quais afirmou que assim que foi solta de madrugada, as quatro horas da manhã, pegou um taxi e foi direto para a casa de seu pai. Algumas horas depois, após tomarem conhecimento da sua soltura da prisão, alguns proprietários foram armados até a casa de Manoel Justino à sua procura. De acordo Elizabeth, eles tinham a intenção de matá-la. Sua mãe, Altina Maria da Costa, estava consigo num dos quartos da casa quando os proprietários invadiram o local. Sua mãe interviu e implorou para que ninguém atirasse em sua filha dentro da sua casa. Os proprietários pediram para que a líder camponesa fosse para fora da casa, mas a mesma negou. De acordo com as palavras de Elizabeth:

Eles se retiraram, mas foram direto à polícia dizer que eu estava lá na casa de meu pai, dizendo que eles não admitiam de jeito nenhum que meu pai aceitasse na casa dele uma comunista, que andava acompanhada de um bocado de homens fazendo agitação no campo. (BANDEIRA; SILVEIRA; MIELE; 1997, p. 107).

Com pouco tempo, de acordo com Elizabeth, a polícia foi à casa de Manoel Justino e ameaçou invadir. Após suplicar ao seu pai para utilizar de sua amizade com os usineiros e com a polícia, argumentando que não queria ser presa pelo policiamento do Coronel Luiz de Barros, Manoel Justino concordou em negociar com o Coronel e terminou por assinar uns papéis que o responsabilizava pela sua filha Elizabeth. Após esse tormentoso episódio, Elizabeth conta que ficou sem saber o que faria da vida. Pensou inclusive em cometer suicídio no momento de agonia, porém assim que se lembrou de seus filhos mudou de ideia. Nesse meio tempo, seu irmão caçula chegou a casa e conversou com Elizabeth, que o explicou sua situação e pediu para que providenciasse um carro para ela ir embora antes mesmo de amanhecer, às quatro horas da manhã. Após um tempo, seu irmão afirmou ter conseguido um motorista que a iria pegar antes do amanhecer do dia. Antes de ir embora, Elizabeth pegou seu filho Carlos e o levou junto (BANDEIRA; SILVEIRA; MIELE; 1997, p. 108-109).

Sobre o motivo de sua mãe ter levado apenas Carlos para viver com ela no Rio Grande do Norte, Marta nos explica:

Esse meu irmão, o Carlos, quando foi separado, a minha tia ficou com ele, a que mora em Recife. Quando chegou em Recife aí ele mesmo já morava lá, no sítio do meu avô também e foi morar no Recife. Quando chegou no Recife, o meu tio, o marido dela não quis mais meu irmão. Aí meu irmão foi com ela, não sei, através do Abraão, não tenho muita certeza, meu irmão vai pra lá, meu irmão foi morar na casa de um amigo da minha mãe, de João Pedro, da minha mãe, entendeu?! De lá que a

minha mãe levou ele. A minha tia do Recife não quis ficar com ele. Porque quando chegou lá em Recife não quis ficar com ele. Ninguém queria a gente.

De acordo com as palavras de Elizabeth, em depoimentos concedidos às pesquisadoras Rosa Godoy Silveira, Neide Miele e Lourdes Bandeira:

Nesse tempo Carlos tinha seis anos. Eu trouxe ele comigo porque ele foi rejeitado pela minha família. Meu pai dizia que não queria o Carlos lá na casa dele porque ele era a cara do pai, o retrato do João Pedro Teixeira, e que ele não queria nem se lembrar da cara do safado comunista do pai dele. Minha irmã também disse que não queria aquele menino com ela de jeito nenhum, que ela já tinha três filhas e que não ia ficar com o menino. O marido dela, João Ramalho, gritou na minha cara que eu podia procurar a quem dar o menino, que eu podia fazer dele o que quisesse, que eu encontrasse alguém que criasse aquele menino que era a cara do comunista do pai dele. (BANDEIRA; SILVEIRA; MIELE; 1997, p. 109).

Em se tratando desse período que Elizabeth Teixeira esteve fora da Paraíba para se esconder, Marta nos afirma que não compreendeu a atitude da mãe de ter permanecido no Rio Grande do Norte por muito tempo, pois achava que ela iria voltar logo. De acordo com o depoimento, diz:

Eu não sabia o porquê tinha acontecido, né. Por que isso, por que que aconteceu? Mas como ela [Elizabeth Teixeira] falou, ela sempre quando ela, ela, dizia que voltava. Eu vi darem tiro nela, eu vi darem tiro no pé dela, [...] chegar o jipe e botar ela dentro. Eu vi com ignorância [a palavra ignorância foi utilizada para designar uma atitude violenta, não denota a falta de conhecimento], não era, com ignorância, puxaram minha mãe varias vezes pra dentro do jipe com ignorância, dar tiro no pé dela, mas ela dizia: “eu vou, mas eu volto”. [...] dava a mãozinha do jipe [acenava]: “meus filho, eu vou, mas eu volto”. [...] aí nós ainda tínhamos uma esperança, né?! Que ela tá boinha mesmo com, os policiais, né, mesmo levando tiro no pé, eles davam tiro no pé dela. Jogavam ela dentro do jipe. [...] [grifo nosso]

Em relação ao período em que morou na casa do avô Manoel Justino, Marta também se lembra de sua avó materna. Sobre ela, diz:

Ah, era uma santa. Minha avó era uma santa, minha avó era melhor vó do mundo, a minha avó, mas porque minha vó era, era... submissa, como é que fala, ao meu avô. Então, o que meu avô ditasse ela fazia. Se meu avô dissesse: “você hoje não fala com a Marta”, então hoje ela não falava com a Marta. Você hoje num... é meu avô, meu avô que é... entendeu, era assim. Minha avó era uma santa. Eu lembro que meu primeiro sutiã quem me deu foi ela. Me levou pra escolher, “vamos lá minha filha, né”. Minha avó ela, ela ficava dias no mato, ficava dias no mato, a minha avó... [perguntamos se era devido o medo que sentia de seu avô e ela responde] deveria ser, a minha avó ficava no mato. Não sei se era por causa da gente, né, porque meu avô talvez não aceitasse, mas talvez ela foi mais quem aceitou, por ser filha da filha dela, né, por a gente ser filha da filha dela, né. Por ela ser mulher, né, e ele não, homem, né, então por isso é que não, sei lá, não aceitava, Marinês dormia no quarto com ela... Marinês dormia no quarto com ela, eu dormia no outro quarto e meu irmão [Pêta] dormia na cozinha. Entendeu, então por isso não sei, minha avó ficava

no mato, passava dias no mato. A gente ficava procurando ela, aí meu tio que era o filho dela mais velho ia buscar ela, acho que já sabia, né. Ela ficava no mato. Meu avô, meu avô era muito rígido, meu avô. Tanto que o que ele fez com Elizabeth né! Meu avô era muito rígido, muito rígido. [grifo nosso]

Após a separação de seus irmãos, divididos entre a família materna, Marta nos conta que de vez em quando continuava mantendo contato com eles, entretanto era tudo “escondido, escondido de meu avô. Porque meu avô ia pensar que a gente ia ficar de fofquinha, tudo escondido. A gente ia pro açude tomar banho, ficava escondido, demorava, Ave Maria, a gente chegava em casa ele escutava, né, escondidos”. Assim, de acordo com Marta, ela e seus outros irmãos não tinham permissão de se encontrarem.

Quanto à criação do seu irmão João Pedro, o Pêta (João Pedro Teixeira Filho), e sua relação com o avô Manoel Justino, Marta nos diz que:

Não era muito boa não. Meu avô, na época era uma pessoa muito rígida, né. Não era muito boa não. A relação não era muito boa não. Meu avô, meu avô era muito rígido. [Se meu avô dissesse:] “isso aqui é vidro, isso aqui é vidro”. Não era vidro, mas se ele dissesse que era vidro, era vidro. Isso daqui é plástico, não, isso daqui é vidro [...] [grifo nosso]

Nesse período que morou na casa do seu avô, surgiu um problema para Marta, que era a mais velha. Não havia colégio nas redondezas para ela estudar, possivelmente devido às carências de escolas na zona rural de Sapé. Por causa disso, Marta procurou auxílio na casa da sua tia que morava na cidade de Recife-PE, mas não obteve êxito e voltou para a casa dos seus avós maternos. Depois procurou a sua avó paterna, Lia, com quem ela fora criada até seus oito anos. Essa avó lhe deu todo apoio, fez a matrícula e deu condições para Marta estudar, chegando a concluir até a quarta série do ensino primário, que hoje representa o Ensino Fundamental I. A avó Lia também morava em Sapé, porém na área urbana, na Rua Capitão Félix Antônio.

Através do irmão Abraão soube que sua mãe estava vivendo no Rio Grande do Norte, lugar que chegou a visitar, ficando três meses com sua mãe e seu irmão Carlos. De acordo com Marta, seu irmão Abraão nunca perdeu o contato completamente com sua mãe. O primeiro encontro que teve com sua mãe após o golpe se deu no Rio Grande do Norte, quando ela ainda tinha dezessete anos, ou seja, em 1967, quando ainda vivia com sua avó paterna, Lia, em Sapé. Nessa ocasião, Marta ficou com sua mãe durante três meses. Sobre o encontro, comenta:

Minha mãe estava muito fechada, muito triste. [Questionamos Marta se Elizabeth havia perguntado sobre os outros filhos:] perguntou, perguntou. Tava muito fechada, tava muito triste, minha mãe tava numa situação [...]. Minha mãe fazia de manhã, tinha uma vaca lá, ela tirava o leite da vaca, pra poder botar o leite pra gente, pra tomar café com leite. Eu não sei como que era o almoço, ela tava com Carlos... Carlos ficou com ela. Carlos ficou com ela o tempo todo, ela tava muito fechada. Ela ia pro rio tomar banho com Carlos. [...] aí tinha almoço, a tarde não tem janta, vamos simhora, né, não tinha nada. Aí falei: “não, não vou ficar aqui não. Não tinha trabalho, não tinha nada”. Acho que o meu irmão, Carlos, ele ia quebrar pedra, ele ia quebrar né, pra trazer um dinheirinho pra ela, pra noite, pra comer né. O Carlos vai falar melhor, que eu. Ficar lá... não tinha como. Essa casa era de um amigo do meu pai, que ela [sua mãe] falou né. Não tinha como ficar lá não. [grifo nosso]

Quando questionada se guardou alguma mágoa da mãe devido ao afastamento, Marta responde: “não. Não tinha mágoa, não. Eu sempre procurei ela, foi procurar sim. Fui sim, passei uns três meses, mais ou menos, lá com ela. Mas não dava pra ficar mais. Não me adaptei a lugar nenhum, né. [risos da depoente]”. No que diz respeito a sua condição social no período em que reencontrou sua mãe pela primeira vez no Rio Grande do Norte, Marta diz: “eu era muito, muito pobre. Eu não tinha nada pra comer, eu não tinha o que comer. Como é que a pessoa vai viver sem comer? Eu não tinha nada, gente”.

Marta não sabe se alguns de seus outros irmãos tiveram a iniciativa de visitar Elizabeth no Rio Grande do Norte, como ela fez. Sabe informar apenas que Abraão tinha o endereço de onde vivia sua mãe, inclusive foi ele quem lhe dera o endereço. A depoente nos diz que na visita a sua mãe, ela foi e voltou sozinha.

Quanto a sua decisão de deixar a Paraíba para ir morar no Estado do Rio de Janeiro, Marta nos conta que:

Tinha um médico lá, que cuidou da minha irmã mais velha [Marluce] quando ela tomou o veneno, ele trabalhava lá, e falou: “Marta, vamos trabalhar comigo”. Eu tinha pavor a sangue, eu tenho medo de sangue, eu tenho medo de sangue, eu não gosto, não suporto ver sangue, não suporto ver machucado. Eu falei: “não doutor, eu não quero”. Ele disse: “e você vai fazer o que?”. Eu vou ser doméstica no Rio de Janeiro. Ele falou: “belo futuro”. Ele falou: “belo futuro, Marta”. Mas não dava pra mim, eu não tinha condições de trabalhar como técnica de enfermagem, não tinha, não dava. Eu queria ser jornalista, era meu sonho, eu quero ir pra Cuba, mas minha mãe não deixou, porque era menina. Ela não deixou ir pra Cuba. Meu sonho era ir pra Cuba. Minha mãe não deixou e quando foi aos vinte anos, minha avó [Lia, mãe de João Pedro Teixeira] não deixou, ela disse: “não vai não minha filha, não vai não minha filha”. Eu fiz vinte anos de idade e peguei um ônibus e vim embora pra o Rio de Janeiro. Aí no Rio de Janeiro fui trabalhar de empregada doméstica. Pra deixar de ser boba. Fui trabalhar de empregada doméstica aí, meus irmãos não vi nunca mais. O meu irmão veio de Cuba e não vi meu irmão. Vim ver meu irmão hoje. Ele foi pra Cuba com onze anos, né isso? Onze anos meu irmão foi pra Cuba, onze anos. [...] foi depois da morte de meu pai que ele foi pra Cuba. Nunca mais vi meu irmão. [...] foi muito triste, nós nos afastamos todos. Graças a você, viu, ter esse encontro. Graças a você, que só você pôde fazer isso pra gente [se dirige a Professora. Iranice Muniz, coordenadora do Grupo de Trabalho Repressão do Estado e das milícias privadas aos camponeses]. Mas eu agradeço muito, foi muito lindo, foi muito bom o que

vocês fizeram, foi muito bom. Nós não tínhamos condições financeiras, não tínhamos, né. Não tínhamos condições, porque como você viu, pra mim vir minha filha quis vir, meu neto quis vir, pra minha irmã Marinês do Rio a filha quis vir, o neto, então é muito né? Então vou comprar minha passagem, não só sou eu. Eu tenho filho, eu tenho neto, eles querem conhecer, querem participar da história, querem ver, né. Graças a vocês eu tou aqui. [grifo nosso]

Aos vinte anos de idade Marta se muda para o Rio de Janeiro. Nesse período, sua avó Lia ainda era viva e, mesmo distante, ainda continuava mantendo contato com ela, vez ou outra. Apesar de todos os transtornos e do breve período que viveu com Elizabeth e João Pedro, Marta ainda assim afirma que nunca perdeu como referência os seus pais.

No que se refere à vida de Marta no Rio de Janeiro, ressaltamos que ela chegou solteira e lá se casou, mas hoje é viúva. Em relação ao período ditatorial e sua política, a depoente diz não ter se envolvido com essas questões e continua não se envolvendo nos tempos atuais. Para ela: “é muito triste esse negócio de política. Se eu pudesse não votar eu nem votava. Eu fiquei muito triste com política”.

Quanto a Marinês, sua irmã mais nova, Marta nos conta como ela saiu da Paraíba para morar em sua casa, no Rio de Janeiro:

A Marinês, o meu marido na época trabalhava numa firma e chegou uns meninos aqui do, do, do... de João Pessoa pra trabalhar, né. Aí já conhecia, acho que devia conhecer ele daqui, né... ele era da mesma cidade de Sapé, que ele era de Sapé também. Aí falou: “ô seu Manoel, a Marta tá trabalhando na casa do, do, do... do rapaz que mandou matar o pai dela [de acordo com Marta, se travava de Antônio Vitor¹⁸¹], a Marinês”. Ai ele: “não, não acredito”. Foi, ela tá sim. Ai ele quando foi pra casa, me falou: “Marta, vou mandar buscar ela”. Foi, mandou buscar Marinês. Tinha doze anos na época, onze, doze. Tá lá até hoje. [grifo nosso]

Em relação ao encontro que teve com Elizabeth em 1982, Marta diz: “foi maneiro, foi legal, foi , foi... que naquela época eu tava trabalhando muito, por isso que eu não dei muita atenção a ela, mas foi bacana, só que a gente não continuou”. De acordo com Marta, dona Elizabeth ficou em sua casa apenas algumas horas, “Aí eu tive que deixar ela sozinha, nessa época eu tava com o pai da Marta [sua filha], deixar ela com o pai, porque eu trabalhava no

¹⁸¹ Antônio Vitor, então comerciante e vereador de Sapé, entrara em conflito com João Pedro Teixeira em virtude de ter comprado a Manoel Justino, pai de Elizabeth Teixeira, o sítio em que João Pedro vivia com sua família, sem o seu consentimento e o de Elizabeth. No dia do assassinato, João Pedro tinha ido a João Pessoa tentar resolver judicialmente o caso, mas Antônio Vitor não compareceu. Estava tudo planejado, era uma armadilha. Na volta para Sapé, foi assassinado em uma emboscada que envolveu seis pessoas: três como executores do crime, conhecidos como Soldado Chiquinho, Soldado Alexandre e o Vaqueiro Arnould, empregado no Engenho Recreio, de propriedade de Aguinaldo Veloso Borges, também acusado de mandante do crime, juntamente com Pedro Ramos Coutinho e Antônio “Vitor”. Para mais informações, ver: SOUZA, 2008, p. 55-60 .

período de duas as dez da noite, e ele pegava de seis. Ele ficou pra lá, ele que fez almoço. Eu tinha que trabalhar, né. Não podia faltar, né. Aí ele começou a ficar com ela”.

Em se tratando do reencontro com sua família, no dia anterior a esta oitiva, Marta relata:

Ah foi muito bom, ontem foi muito bom, nossa senhora, na rodoviária, na rodoviária oh [risos], no aeroporto, nossa! Ver Elizabeth é muito bom... fantástico, Elizabeth é... fantástico, Elizabeth é incrível. Ela discursa, né?! Ela tem só até a quarta série também [hoje em dia a quarta série seria o quinto ano do ensino fundamental I] [grifo nosso]

Antes de terminar seu depoimento, Marta destacou que deveria ter tomado algum calmante, pois se sentiu bastante nervosa frente à necessidade de conceder seu testemunho. Essa realidade é comum nos casos de depoimentos que tratam de lembranças dolorosas e deve ter se repetido com praticamente todos os que prestaram depoimento às Comissões da Verdade espalhadas pelo Brasil.

2º ouvida: Marinês Teixeira

O depoimento de Marinês foi bastante rico em informações concernentes ao rumo que a família Teixeira tomou frente às condições impostas pelo processo histórico. Entretanto, devido a pouca idade da depoente no período em que se deu o golpe de 1964, apenas três anos incompletos, não pode contribuir com informações acerca do período das Ligas Camponesas, nem com a ação dos latifundiários e do Estado – representada, sobretudo, pela força policial que se associava aos grandes proprietários – para conter o movimento camponês e suas lideranças através da repressão, nem sobre a reação das Ligas Camponesas e nem sequer com a atuação do pai e da mãe no movimento.

Marinês inicia seu depoimento explicando que nunca chegou a conviver nem com o pai e nem com a mãe e nem com grande parte de seus irmãos. De sua infância lembra apenas do seu irmão Pêta (João Pedro Filho) e de seus avós, pois morou na casa deles até os onze anos de idade. Somente mais velha foi viver no Rio de Janeiro e teve contato com sua irmã Marta, que lhe ofereceu sua casa para morar, e seu irmão José Eudes que também foi morar no Rio de Janeiro. Sobre sua infância na casa do avô, afirma que também se encontrava esporadicamente com sua irmã Mariinha (Maria José), como nos conta:

Mariinha morava na casa da minha tia, um pouquinho distante da casa da minha avó, e eles não queriam que a gente se encontrasse, que os irmãos se vissem. Aí eu mandava recado pra um filho do empregado do meu avô, pra Mariinha, pra ela se encontrar comigo na cacimba de manhã, e a gente se encontrava de manhã na cacimba, ficava sentadinha conversando. Eu e Mariinha, a gente se encontrava escondido. A gente conversava quando dava o tempo à gente se despedia e ia embora. A gente se encontrava escondido, eu não esqueço nunca disso. Eles não queriam.

No que se refere a sua vida com o avô Manoel Justino, lembra que teve uma vida sofrida, justamente devido ao fato de ser filha de João Pedro Teixeira. Por causa disso, sempre lhe foi negada quase tudo que excedesse o mínimo necessário para viver. De acordo com Marinês, o próprio avô justificava as privações pelas quais ela passava devido o fato de ser filha de João Pedro Teixeira. No que diz respeito à avó materna, afirma que por ela sempre nutriu bons sentimentos, apesar de não ter sido uma avó carinhosa. Argumenta, entretanto, que este era seu jeito de ser.

Sobre o episódio que fez seu avô Manoel Justino a expulsar de casa, Marinês nos explica:

Na casa do meu avô morava o meu tio, dentro da casa do meu avô tinha acesso pra casa do meu tio. E meu tio teve uma filha. Na época eu tinha uns onze anos, ia fazer onze anos, e eu comecei a cuidar dela. E ele mandou eu lavar as fraldas dela no rio, no açude. E eu fui. E aí eu lavei as fraldas e aí eu coloquei no sol, para quarar, e nisso chegou os filhos de tia Bibi, que foi a tia que criou a Mariinha [Maria José], que são meus primos. Eram meus primos. [...] e aí nós fomos tomar banho no açude. Nisso passou uma senhora e disse assim: “você não é a filha de João Pedro Teixeira, que mora na casa de Manoel Justino? – eu falei: sou – e o que é que você tá fazendo aí?” Aí eu falei: “tô com meus primos tomando banho”. Tá bom. E saiu. Mas passou um tempo e veio um senhor, aí falou assim: “Marinês, tu não é a filha de João Pedro Teixeira? – eu falei: sou – Manoel Justino tá te chamando”. Aí eu vim. Até aí, a minha vida, ela podia não ser uma maravilha, mas eu gostava. Não tinha nada. Eu não achava nada de errado. E aí eu cheguei, meu avô tava sentado na calçada com uma mala. Aí eu falei: “a gente vai viajar, pai ... pai Mané? – eu chamava ele de pai mané”. E ele falou: “não. Você que vai sair da minha casa”. Aquilo pra mim foi... eu não consigo esquecer nunca na minha vida. Eu não entendi: “e você vai sair da minha casa, porque você tava no açude fazendo safadeza com os meninos”. Eu falei: “não estava”. Ele disse: “não me diga nada, não me diga nada”. Me pegou pelo braço e me levou pra uma estrada, que tem lá perto, ele botou a mala no chão, mandou eu sentar e falou assim: “Oh, tá vendo esse mundão todinho aí? – Eu falei: tou – esse mundão é todo teu. Não quero saber, a partir de agora não olhe para trás.”. Eu fiquei escutando o barulho do sapato dele, não sabia o que fazer. Eu realmente eu não sabia. Aí foi onde eu realmente não... eu não tinha como, eu não achava uma saída, eu tinha onze anos, eu não tinha noção de onde estava. Aí veio uma rural [uma espécie de caminhonete] e o moço falou assim: “o que é que você tá fazendo aí?”, eu falei assim: “eu tou na rua. Meu avô me trouxe pra cá e me deixou aqui”. Aí ele falou: “vou te levar pra casa de Antônio Vitor”. Muito tempo depois eu vim a saber que Antônio Vitor participou do assassinato do meu pai, mas até aí... eu com onze anos. Aí eu fui. Quando chegou ele: “Antônio Vitor, tem uma filha de João Pedro Teixeira aqui”. E ele falou assim: “Ah, tá”. Aí na porta, isso daí eu lembro nitidamente, quando eu dei um passo pra frente, ele disse: “não. Aqui na minha casa filha de João Pedro Teixeira não entra. Não circula. Você vai morar lá no quintal. Você vai ficar lá no terreiro”. Me botou um quartinho, uma cama, aí ele

falou assim: “você tem que trabalhar pra ganhar dinheiro. Você trabalha?”. Eu falei: “não”. Ele disse assim: “então tá”. Abriu a garagem, puxou uma mangueira, um balde, uma caixa de sabão em pó, e falou assim: “você a partir de hoje lava carro pra ganhar seu dinheiro. Quando você ganhar seu primeiro dinheiro pague minha caixa de sabão em pó. E comida aqui – aí chamou a mulher dele – comida aqui ela só come se sobrar, se ninguém quiser mais, porque eu não tou aqui pra encher barriga de filho de João Pedro Teixeira”. E eu comia comida no botequim. Essa foi uma passagem na minha vida, mas, mas eu nunca na vida consegui esquecer, nunca, nunca, nunca. [grifo nosso]

Em se tratando da forma como foi expulsa de casa pelo seu avô, Marinês nos esclarece:

Foi assim, Antônio Vitor tem uma filha que é médica. Aí ele disse assim: “leve essa menina no médico e manda pra ver se ela não é mais moça, leva que eu quero ter certeza”. Eu tinha onze anos, aí ela me levou e falou pra mim assim: “você vai pro médico”. Mas não foi ela que me examinou, foi o médico que era conhecido dela. Ele me examinou, ele mandou eu tirar a roupa e... me olhou, entendeu. Colocou uma lanterninha assim em mim, aí ele disse: “não, a menina está intacta”. Aí ele foi e avisou a Manoel Justino, aí ele disse: “uma vez defamada, defamada sempre, não quero mais”. Eu não pude voltar, que até eu sair do médico eu tava pensando que eu ia voltar pra casa dele. Eu não tinha raiva do meu avô, até os onze anos eu gostava dele. Mesmo ouvindo muitas coisas, mas... depois dos onze anos que foi um desastre. E fica muita pergunta sem resposta, né?!... Por que... por que que a gente, eu não tive direito a ter um pai e uma mãe, por que que eu não tive direito a isso? Eu não tive nunca o direito de ter uma mãe me cobrindo a noite ou me dando boa noite, a chamar uma pessoa de mãe. É muitas perguntas, e tudo até hoje, eu sei que não sou mais criança, mas eu sofro, eu sinto. Por que que eu nunca segurei na mão de um pai? Nunca andei numa praça, sentei num lugar com ele, por quê? Eu sei também que tem muita gente que não tem isso, também sei.

Quanto ao motorista que lhe levou para casa de Antônio Vítor, Marinês disse não conhecer. No que se refere ao terreiro em que morou, da casa de Antônio Vitor, Marinês complementa: “era um terreiro, tinha um quartinho... até a empregada morava dentro da cozinha. A empregada tinha um quarto na cozinha, mas eu morava no terreiro”. Segundo a depoente, ela tinha onze anos quando ficou nessa situação e ficou lavando carro durante um ano. Até o que ela comia no botequim era pago com seu próprio dinheiro, que ganhava com seu trabalho.

Essa situação só terminou quando sua irmã Marta comprou uma passagem de ida para o Rio de Janeiro e pediu para que a trouxessem para morar com ela. Durante todo o momento que ficou no terreiro de Antônio Vítor, nunca mais viu seu avô. Entretanto, diz:

Aí eu lembro, quando Marta mandou me buscar aqui pro Rio [de Janeiro], a minha avó foi escondida dele, lá na casa do Antônio Vitor, pelo terreiro, ela me encontrou,

nessa época eu já fumava¹⁸², ela levou um pacote de cigarro, numa mala, botou um chá lá dela, e se despediu de mim. [grifo nosso]

A depoente nos conta que morou na casa da sua irmã Marta, no Rio de Janeiro, dos doze até os quinze anos de idade, quando conheceu o pai das suas filhas. Sobre esse período diz: “tive meus problemas com a Marta, aí fui, fiquei com o pai das minhas filhas, tive minha filha, aí fiquei dois anos, aí não deu certo, voltei de novo pra casa da minha irmã. Eu tive minha filha mais velha eu tinha dezessete anos”. Assim, passou dois anos morando com o pai de sua filha e, após desgastes no seu relacionamento, voltou novamente aos dezessete anos a viver na mesma casa da irmã, e só foi sair novamente aos dezenove anos.

Sobre o primeiro momento em que ficou morando com Marta, a depoente nos diz que ficava cuidando da casa e de seus sobrinhos, enquanto sua irmã trabalhava com o marido. De acordo com suas palavras:

Cuidava dos filhos dela [Marta], porque quando eu cheguei no Rio a minha irmã tinha dois filhos, Marcelo e a Lilian, e estava esperando um outro, ela tava grávida. Aí quando eu cheguei eu fiquei cuidando dos filhos dela. Dos filhos da minha irmã. Aí ela teve o outro, eu fiquei cuidando dele e ela trabalhava, entendeu?! [grifo nosso]

Aos quinze anos Marinês fugiu da casa de sua irmã, explicando que essa decisão se deu:

Porque a Marta me batia. Aí eu ficava, aí eu fugi com o pai da minha filha, mas também não deu certo. Aí, fugi com quinze, com dezessete eu voltei pra ter minha filha, eu tive minha filha na casa da Marta, aí depois eu conheci meu marido¹⁸³. [Sobre a relação com Marta] quando eu voltei melhorou, melhorou. A Marta começou a abrir mais, a gente começou a, melhorou... [grifo nosso]

Entretanto, ainda assim, para Marinês a sua única referência familiar foi sua irmã Marta. De acordo com suas palavras:

Às vezes eu ficava me perguntando: gente, mas... o que é que eu sou dessa vida? De onde eu sou? O que é que eu sou? De onde eu venho? E eu chegava na minha filha, que a minha filha mora perto dela[de Marta]. Aí eu via a Marta sentadinha numa cadeira e a minha filha falou: “pô, cara... tem a Marta ali, e ela é sua irmã, você é de algum lugar. Você tem alguma coisa, não é possível?”. E é a minha irmã. [grifo nosso]

¹⁸² De acordo com o depoimento, Marinês começou a fumar a partir dos oito anos, quando ainda vivia na casa do seu avô.

¹⁸³ Segundo o depoimento de Marta, sua irmã Marinês perdera o marido há pouco tempo desta oitiva, há um ou dois anos.

Ainda sobre essa experiência de viver por conta própria, a depoente nos conta que:

Depois dos meus quinze anos eu descobri que eu podia trabalhar e receber dinheiro, e não viver na casa dos outros. Eu comecei a viver na casa das madames, onde fui muito, todos os meus trabalhos eu fui muito bem tratada, muito respeitada, tratada com carinho, pediam por favor e me diziam obrigado. Foi aí que eu comecei e me entreguei em casa de família e não saí mais, porque até eu chegar numa casa de família pra trabalhar eu não tinha noção de que eu merecia ser respeitada, uma das coisas que se pode, foi meu patrão que ele disse, ele nunca me pediu nada que não fosse: por favor. E eu dizia: “que é isso, é minha obrigação”. Eu não, eu não tinha importância, eu não sabia que eu era gente, que eu merecia ser respeitada, que as pessoas podiam me dizer obrigado, mesmo que eu não tivesse estudado, mesmo que eu fosse negra, mesmo que eu fosse pobre, as pessoas também podiam me pedir licença, dizer obrigado, por favor, eu não ouvia isso...

Os nomes dos patrões que Marinês fez referência são: Othon José de Almeida Bastos e Martha Overbeck, ambos trabalham como atores¹⁸⁴. Ao todo, trabalhou durante vinte anos para eles. Quanto aos patrões, eles não tinham ideia da história de vida de Marinês, somente após certo tempo tomaram conhecimento, chegando inclusive a assistirem o filme *Cabra Marcado para Morrer* (1984), de Eduardo Coutinho. Para Marinês, esses seus patrões cuidavam dela. Sobre isso, ela destaca:

Olha, o Othon Bastos e a dona Marta, eles me batizaram no Rio de Janeiro, na Igreja São José, eles são meus padrinhos. Ela foi no casamento do meu filho, na comunhão das minhas filhas, ela e ele foram na comunhão das minhas filhas. [...] quando eu comecei a trabalhar pra dona Marta e seu Othon, foi na época daquela novela “Roque Santeiro”¹⁸⁵, que ele fazia. Foi naquela época que eu comecei a trabalhar pra eles. [...] Eu nunca conheci pessoas tão maravilhosas na minha vida, eu nunca na minha vida eu conheci, tanto ele quanto a esposa dele. São duas pessoas maravilhosas que transformaram a minha vida, que me deram autoestima e me trataram como pessoas, como gente. E disseram pra mim que eu poderia entrar na loja e comprar um vestido e vestir, que eu tinha direito de comer um queijo, de comer um filé a parmegiana... me ensinaram muita coisa. Se eu hoje sei falar um pouquinho, se eu, me mandaram eu ler bastante... diziam que me admiravam. E isso pra mim, eles estão marcados na minha vida pro resto da vida, pro resto da vida.

¹⁸⁴ Uma das atuações de maior destaque de Othon Bastos se deu no filme dirigido pelo aclamado Glauber Rocha, *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964), no qual fez o papel de Corisco. Trata-se de um marco do Cinema Novo – movimento cinematográfico brasileiro que surgiu na década de 1950, que tem como influência a *Nouvelle Vague* francesa e o Neorealismo italiano. Quanto a Martha Overbeck, também possui trabalhos na televisão e cinema brasileiros. Um de seus trabalhos se deu no destacado musical produzido pela Rede Globo de Televisão, *Morte e Vida Severina* (1981), dirigido por Walter Avancini. O musical foi composto por versos de João Cabral de Melo Neto (auto homônimo) e música de Chico Buarque de Holanda. Vale ressaltar que ambos os atores também enfrentaram a repressão da ditadura civil-militar ao fundarem a *Othon Bastos Produções*, que produziu, por exemplo, a proibida *Calabar* (1980), de Chico Buarque com Ruy Guerra.

¹⁸⁵ Novela produzida pela Rede Globo no ano de 1985, escrita por Dias Gomes e Aguinaldo Silva e dirigida por Paulo Ubiratan. Nela, Othon Bastos desempenhou o marcante papel de Ronaldo César. A novela teve grande sucesso de audiência, e no ano de 2012 foi considerada uma das cinquenta melhores novelas de todos os tempos pelo Portal Terra (ver: <http://entretenimento.terra.com.pe/las-50-mejores-telenovelas-de-todos-los-tiempos,9fb9e345f510b3110VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html> acesso realizado no dia 22/04/2015, 22:00h).

Tenho foto na minha casa com eles, eles foram na comunhão das minhas filhas, ela foi no casamento do meu filho com a mãe dela, com o Pedro, que é o filho dela, que eles dois tem um filho. Eu conheci, ele tinha oito anos de idade, o Pedro. Dona Marta e seu Othon chegaram aqui, eles foram pra São Paulo buscar a mudança, eu fiquei com Pedro no Rio de Janeiro, na Barra da Tijuca, num *apart hotel*. Ela disse: “minha filha, eu jamais na minha vida deixaria meu tesouro com ninguém, mas em você eu confio”. Você imagina o que é uma pessoa como eu ouvir isso... fiquei com Pedro no Rio, eles foram pra São Paulo, trouxeram a mudança e eu... assisti muito filme com Pedro, ia todo domingo ao cinema, ia pro teatro com a dona Marta, ia pra restaurante com seu Othon. Nunca, nunca, nunca, em todos... todos, todos. Depois eu saí, fui trabalhar numa casa, fiquei oito anos cuidando de uma senhorinha com mal de Alzheimer, em Ipanema, e a Marta ia pra lá pra a gente jantar, a gente jantava. Jantava comigo depois eu voltava pro trabalho e Marta ia pra casa. Você imagina?!

A depoente destaca também o nome de outro patrão que teve por dois anos, do qual guarda boas recordações:

Seu Armando, eu chegava no meu trabalho todos os dias e ele vinha e dizia: “minha filha – ele morava no Jardim Botânico, pra chegar no Projac¹⁸⁶ – ele acenava pra mim e dizia: “minha filha seu pão tá no forno, e a manteiga em cima da mesa”. Isso foram coisas que me marcaram pra vida inteira. Eu era muito submissa, muito cabeça baixa, muito, achava que, não tinha nada, eu não tinha nada, não tinha direito a nada. Só vestia resto, só comprava... não comprava nada pra mim, só usava o que era dos outros. Eles me ajudaram muito.

Marinês hoje têm quatro hérnias de disco que foram desenvolvidas, segundo seu médico lhe informou, devido a muito trabalho. Ela, entretanto, diz não se arrepender, pois trabalhou com dignidade e foi sempre muito bem tratada. Já em se tratando da sua família, questionamos sobre o que passava em sua cabeça quanto ao fato de sua mãe ter ido embora. Marinês responde de forma bastante emocionada:

Perguntava pra mim todos os dias, por que eu não tinha pai e mãe? Todos os dias eu perguntava quando eu ia dormir por que eu não tinha pai e mãe? Por que que eu apanhava? As pessoas me batiam, ninguém me defendia, eu nunca tive ninguém pra me defender, que daqui eles me batiam, e eu perguntava pra mim, porque que eu não tenho pai e mãe? A quem eu posso dizer que eu tou apanhando? Mas, o que é que eu podia fazer?

A depoente chega a dizer que somente foi ter explicações sobre o que teria acontecido com seus pais quando foi morar no Rio de Janeiro, com sua irmã Marta. Antes desse período a única coisa que escutava de seu avô é que seu pai, João Pedro Teixeira, não valia nada e menos ainda sua mãe Elizabeth, porque teria ido atrás dele. De acordo com suas palavras, seu avô lhe dizia:

¹⁸⁶ Projac é uma abreviatura de Projeto Jacarepaguá, conhecida também como Central Globo de Produções (CGP). Fica localizado entre os bairros Jacarepaguá e Curicica, na parte oeste da cidade do Rio de Janeiro.

O seu pai era preto, pobre, preto, pobre, não prestava, preto, pobre e não prestava e a sua mãe era uma vagabunda que tinha ido atrás dele. Era só isso que eu ouvia, só isso. Minha mãe era pior porque tinha ido atrás dele, não queria a gente, era só isso. Depois a Marta, foi que a Marta foi contar um pouco a história, contando, contando.

No que diz respeito às Ligas Camponesas, Marinês afirmou: “eu não sei nada. Eu não sabia, não tinha noção. Hoje, eu pensava assim, que, na minha cabeça o meu pai brigava pras pessoas ricas darem um pouco pros pobres e por causa disso tinham matado ele e a gente tinha ficado desse jeito, eu não sabia disso”. A depoente apenas foi conhecer Elizabeth, pela primeira, vez em 1982, quando já tinha vinte e um anos de idade, através de Eduardo Coutinho. Antes desse momento, Marinês afirma que não tinha a mínima noção de como era sua mãe. No que se refere a esse encontro com sua mãe, Marinês considera que:

Foi bom, foi bom. Esse encontro agora foi muito melhor. O primeiro foi bom, mas esse segundo, pra mim, foi muito melhor. Esse agora... foi muito melhor. [Quanto ao primeiro encontro, ele se deu] na casa da minha patroa, no meu trabalho. Ela [Elizabeth Teixeira] foi até o meu trabalho. Eles levaram ela no meu trabalho. Ela foi no meu trabalho. [questionada sobre o que tinha sentido com esse primeiro encontro Marinês responde] foi mais ou menos, foi, porque eu, eu era muito assim, eu, me perguntava como é que eu vou receber uma pessoa que me abandonou? [Questionada se nesse período tinha alguma mágoa da mãe, responde] tinha, nesse período eu tinha. Dela eu tinha. Eu só tinha noção que tinha sido abandonada. É, e diziam que quando eu nasci meu pai falou: “se for mulher deixa na maternidade, se for homem traz pra casa”. Então tinha esses comentários que eu achava que não valia nada, nem pra ela, nem pra ele eu tinha importância. Então no primeiro encontro eu... no meu coração é como se eu tivesse encontrado minha mãe pela primeira vez agora. Esse encontro agora foi muito, muito, muito bom. Muito melhor. Foi muito melhor. E é isso. [grifo nosso]

Quando questionada se depois desse primeiro encontro em 1982 chegou a ter vontade de ver Elizabeth Teixeira novamente, Marinês responde sem demora:

Muita! Porque nosso primeiro encontro foi muito frio, foi muito distante. Então eu tinha vontade de rever, muita, muita, muita. Muita mesmo. Porque depois do primeiro encontro ninguém se comunicou mais, ninguém entrava em contato. Ela não ligava pra gente, a gente não ligava pra ela, nem pras minhas irmãs. Não foi uma coisa como tá sendo agora, uma coisa de calor, de sentir, de dizer: “poxa, eu sinto muito. Que bom, você tá aqui”, como ela [sua mãe] disse: “vocês, minhas filhas, estão aqui!”. No primeiro encontro não teve isso, foi muito, foi mais superficial, foi mais frio. Agora não, agora a gente tá sentindo um calor, uma amizade, uma coisa que de repente a gente vai voltar pro Rio e a gente vai se telefonar, vai se falar, vai sentir se acontecer alguma coisa com um, a gente sentir, saber: poxa, é meu irmão, aconteceu. [grifo nosso]

Ainda sobre a relevância deste reencontro atual, Marinês considera que:

Foi muito importante! Eu poderia até morrer. Vou te falar francamente, eu poderia morrer depois, se eu tivesse que fazer mais alguma coisa na minha vida... o que faltava na minha vida era isso... o que faltava na minha vida era isso. Hoje eu vi minha mãe lavando um pano, você não tem noção do que é isso pra mim, ver minha mãe entrando no banheiro pra tomar um banho e lavar um pano, me chamar de minha filha. Hoje sinceramente, eu tenho meus quatro filhos, tenho meus netos, eles que me perdoe, mas se eu morresse hoje o que faltava na minha vida já aconteceu. Eu pegar na mão da minha mãe e dar um abraço e dizer: “olha, poxa, é minha mãe, cara. É minha mãe”.

Quando questionada se depois de ter assistido o filme *Cabra Marcado para Morrer* (1984), ela teve noção da relevância do que foram seus pais para o movimento camponês, Marinês responde:

Não, não, não... admiração... não. [Sobre o filme, diz:] achei muito forte, muito comovente, muito, uma força muito grande, muito bonito, muito tudo, do meu pai, da minha mãe, muito tudo. Que não deve ter sido fácil uma mulher passar o que ela passou. Realmente não deve ser fácil. E eu nem tem muita a morte do meu pai, morrer com quarenta e poucos anos, de repente teria tanta coisa pra fazer, mas... achei muito tudo. Achei muito tudo de bom. E de sentir orgulho de saber que eu faço parte disso, de uma forma ou de outra, eu faço parte. Com todos os prejuízos. E é isso... [grifo nosso]

Marinês também afirma que seus quatro filhos têm conhecimento da história dos avós, pois ela sempre tratou destes assuntos com eles. Conta-nos que o seu filho Rodrigo é bastante interessado por essa história, tanto é que desenvolveu o hábito e o gosto de ler e falar muito sobre o assunto. Rodrigo, inclusive, trocou alguns e-mails com a CEVPM/PB na tentativa de conseguir também uma passagem e poder estar presente neste reencontro na Paraíba, o que não foi possível¹⁸⁷. Antes de terminar seu depoimento, Marinês agradece a CEVPM/PB pela oportunidade que lhes demos para poder conhecer sua mãe.

3º ouvido: Izaac Pedro Teixeira

O primeiro assunto que Izaac trata em seu depoimento é sobre seu pai, João Pedro Teixeira, reservando um longo tempo para discorrer sobre sua relação com ele e os momentos que vivenciaram juntos. Remete-se ao pai como companheiro e afirma que esteve em muitos momentos ao seu lado. Em suas palavras:

¹⁸⁷ A CEVPM/PB juntamente com a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio) se empenharam em conseguir passagens de avião, com destino do Rio de Janeiro para João Pessoa, não apenas para Marta e Marinês, que seriam ouvidas pela CEVPM/PB, mas também para alguns de seus familiares. Apesar do esforço, não foi possível garantir passagens para outros integrantes da família.

Eu sempre que falo de João Pedro Teixeira me refiro a um companheiro, a um amigo. E nós tivemos é... várias vezes, é... na maioria do tempo, é, junto e como companheiro, como amigo. E... nós sentimos, nós vimos, na pele ali, todo tempo, as ameaças né, as ameaças e os atentados, é... vários, que João Pedro Teixeira sofreu. E eu tive a oportunidade de sempre estar ao lado dele. É por isso que eu tenho ele como amigo, como companheiro. E assim ele também me considerava.

Quando questionado se já possuía consciência das Ligas Camponesas naquele período em que João Pedro ainda era vivo, Izaac responde:

Tinha consciência. [...] as Ligas Camponesas, só pra você ter uma ideia, só pra você ter uma ideia concreta, a Liga Camponesa [se refere a de Sapé] tinha aproximadamente dez mil filiados, dez mil filiados, em todo aquele movimento ali de, de [...] [sobre as reuniões da Liga Camponesa de Sapé, Izaac diz] eu participei de algumas [...]. A palavra de ordem era unidade, a união. A união era, a união era, era, era a força. A, a unidade, unidade dos trabalhadores rurais era fundamental. E não somente os trabalhadores rurais. O pessoal e João Pedro Teixeira ele, o destaque dele era, o destaque dele é, é, é... como companheiro da Liga [...]. [grifo nosso]

O depoente também afirma que muitos camponeses foram torturados no período anterior ao golpe de 1964. Como exemplo de tortura, cita que foram muitos os que levavam surra e depois ainda recebia sal grosso em seu corpo. Quando pedimos por nomes de algumas dessas pessoas torturadas, Izaac não diz se lembrar. Em relação ao coronel Luiz de Barros, o depoente destaca: “rapaz, esse Luiz de Barros aí era o terror! Não me lembro de nenhum caso assim, mas era tido como uma fera, né”.

Em se tratando do suporte que seu pai, João Pedro Teixeira, dava aos camponeses ameaçados de expulsão, Izaac lembra:

Sim, houve vários, vários casos. Esses vários casos de expulsões, é... expulsões e, e maus-tratos, ele sempre recorreu a justiça, com os advogados ele procurava solucionar, e muitas vezes não tinha êxito, porque o patrão era feroz, o patrão era quem mandava e quem decidia, e quem tomava... mas sempre ele nunca recorreu a violência, você nunca viu João Pedro armado, você nunca viu João Pedro Teixeira armado, você nunca viu João Pedro Teixeira em confronto, em confronto, em confronto com... não, João Pedro Teixeira era no diálogo. Na liderança mesmo de dialogar...

Em relação à atuação de outras lideranças das Ligas Camponesas, como o Nego Fuba e Pedro Fazendeiro, Izaac destaca:

Tenho muitas, muitas lembranças, eu lembro que uma vez é, [...] era uma figura extraordinária. João Alfredo era uma figura extraordinária. Tanto ele como Pedro Fazendeiro. Figura extraordinária. É por isso que eu disse, eu dizia que Pedro Fazendeiro e João Alfredo, e tantos mais, é, não ficavam um centímetro abaixo de João Pedro Teixeira não, não ficavam um centímetro abaixo de João Pedro Teixeira. Um centímetro não ficavam. São, leais, companheiros inteligentes, trabalhadores, e

sem Pedro Fazendeiro, sem João Alfredo, sem tantos outros, o movimento é, a Liga não teria sido, não teria alcançado...

Questionado sobre o destaque e a liderança de Assis Lemos no movimento das Ligas Camponesas, o depoente responde:

Assis Lemos foi, foi um defensor extraordinário das Liga, claro, ele teve divergências. Divergências políticas, na cúpula da... do dirigente das Liga, porque nós temos que, eu... eu não vou falar de quem tá ausente, porque não tem o direito de resposta em defesa dele, mas existia claramente, existia claramente uma divergência entre Assis Lemos e Francisco Julião. Que Francisco Julião era, vamos dizer, o... o filósofo das Ligas, era o porta-voz, vamos chamar de porta-voz. Assis Lemos tinha essas divergências, essas divergências. E essas divergências eram..., por que? Se chegou a falar, é, é, é... o chamado grupo Julião e outros grupo, outros grupo, inclusive o de Assis Lemos, então, é, essas divergências existiam. Então, mas até certo ponto, dentro do conselho democrático, é... as divergências acontece. Ninguém vai..., acontece, acontece. Agora, o que não pode acontecer, o que não pode acontecer é você, é você é... é, é você, o que não pode acontecer jamais, jamais pode acontecer é você renunciar alguns princípios, renunciar princípios. Você não pode em nenhum momento por em cima de nada, por em cima de, de, de, de cambalacho partidário, de politicagem, você não pode passar por cima de cadáver de ninguém. Que aí você tá cometendo uma traição, traição grave. Você tem que manter seu princípio, e tem muitos político, tem muitos político que caíram, que caíram definitivamente porque não respeitaram o, respeitaram o, o que dizia que defendia. Porque uma coisa, uma coisa é você ser um agitador e outra coisa é você ser um político. São duas coisa diferente. Você ser um agitador e outra coisa ser, ser político de, de calibre, de princípio, de ética, de palavra. Tá bom?! Tem que ter isso aí. Porque aonde existe pessoas com, pessoas com, com, com vontade de vencer, de entregar sua própria vida, acreditar em você e você por detrás, você tá, você tá fazendo, você podendo tá [palavra incompreendida] e logo depois com mudança?! E, e, e: “não, o importante é chegar no poder, independentemente!”, “o importante é chegar no poder independentemente”, não! Isso daí não é assim não! [...] isso é o que eu entendo, você deve respeitar o que você prega, o que você defendeu, sobretudo quando tem gente que tá aí disposto a abdicar-se. [grifo nosso]

Já em se tratando de seu pai, o depoente argumenta que João Pedro Teixeira não se resumia a uma liderança de repercussão local, ou seja, da cidade de Sapé-PB ou do Estado da Paraíba. Como nos lembra, sua luta fora iniciada desde os tempos que trabalhava no Estado de Pernambuco e, no auge de sua vida enquanto liderança camponesa, seu nome ressoava nos ouvidos de dirigentes estadunidenses, preocupados com a conjuntura brasileira de inquietação social, em especial dos camponeses. Dentro dessas circunstâncias notabilizava-se o caso de Sapé-PB, região onde o movimento das Ligas Camponesas era mais vigoroso, a julgar pela quantidade de associados. De acordo com Izaac:

João Pedro Teixeira é, transcendeu, transcendeu o, o, o, a sua história transcendeu e de qualquer forma João Pedro Teixeira, eu não tou me referindo a meu pai, não, porque eu sou suspeito de falar dele. Eu digo porque eu tive com ele, e ele me ensinou. Eu sou o hoje, o que hoje, eu sou o que eu sou hoje por ele. Porque ele me ensinou o caminho, qual era o caminho que eu tenho que seguir. Como é que eu

tinha que fazer. Agora veja bem, é... agora bem, é... ele transcendeu , ele transcendeu, é, até o ponto, até o ponto, de, de um dos presidentes do Estados Unidos, o, o Kennedy, ele, o Kennedy se referiu a João Pedro Teixeira no seguinte termo, ele disse: “como é possível, como é possível um homem, uma pessoa sem ter o curso universitário ter a capacidade de reunir espontaneamente dez mil pessoas, dez mil pessoas?”. E isso João Pedro... como João Pedro Teixeira, o trabalho de João Pedro Teixeira não foi somente aqui em Sapé, como começou lá em Pernambuco.

Nesse mesmo sentido, de enfatizar a abrangência do reconhecimento de seu pai enquanto líder, o depoente faz as seguintes considerações:

É, João Pedro Teixeira, ele, ele teve a, a, iniciativa de fazer um trabalho não somente aqui na Paraíba, um trabalho muito difícil, na época era difícil demais, fazer um trabalho daquela natureza, e de um reconhecimento não só a nível nacional, como a nível internacional. Eu, eu, antes, antes de ser, ser, é, é, repartilhado [a separação dos irmãos entre a família de Elizabeth Teixeira], como as minhas irmãs falaram aqui, eu já me encontrava em Havana. Eu em Havana, me chamou a atenção, me chamou a atenção porque [...] foi que tinha uma escola que, uma escola que levava o nome de João Pedro Teixeira. Aquilo me chamou atenção, porque é... um pobre, é, um pobre camponês da Várzea da Paraíba tinha um, no exterior, tinha um, tinha uma escola que leva, que tem o nome de João Pedro Teixeira. Aquilo me chamou a atenção, aí eu comecei a estudar, comecei a estudar o que é a Liga Camponesa e o que é também o movimento, movimento revolucionário, movimento, o movimento progressistas.

Entretanto, vale ressaltar que muito da fama de João Pedro Teixeira enquanto líder camponês se deu após o seu assassinato, como nos indica o historiador Roberto Muniz, em sua dissertação de título *A Fabricação de João Pedro Teixeira: Como o Herói Camponês* (2010). Neste trabalho o autor realizou uma pesquisa em diversos jornais da Paraíba, desde o ano de fundação da Liga Camponesa de Sapé, em 1958, até o mês abril de 1962, período em que João Pedro Teixeira fora assassinado. Dentre as diversas matérias sobre conflitos no campo e Ligas Camponesas que foram veiculadas na imprensa paraibana neste período, a única menção encontrada sobre João Pedro é citando seu nome como vice-presidente da Associação dos Trabalhadores de Sapé¹⁸⁸. Após o seu assassinato, entretanto, houve uma explosão de matérias jornalísticas sobre o camponês, que não deixou nenhuma carta, depoimento, anotações organizadas ou qualquer registro escrito que tratasse sobre sua luta em prol dos camponeses. Mesmo assim, os veículos da imprensa paraibana apropriaram-se da sua história de vida e, de acordo com o autor Roberto Muniz (2010)¹⁸⁹, promoveram a

¹⁸⁸ Nome oficial da Liga Camponesa de Sapé.

¹⁸⁹ Sobre a espetacularização da morte de João Pedro Teixeira, ver o primeiro capítulo *O Território da Escritura de uma Heroificação* (p. 32 - 56). No que diz respeito ao início da fabricação do herói camponês, ver o segundo capítulo *A Tessitura do Herói Camponês* (p.57 - 88).

espetacularização de sua morte, dando início a fabricação do herói camponês, com a finalidade (todo discurso tem) de servir de referência e exemplo a outros camponeses¹⁹⁰.

Sobre a possível militância partidária de João Pedro, Izaac faz a seguinte consideração:

Ele participava do PCB, era militante, era militante do PCB, mas ele era muito discreto. Ele não, ele, ele, ele colocava em prática os seus ideais, as suas teorias, os seus pontos de vistas, mas ele não, ele não, não, não seguia a doutrina, e, partidária, é, doutrina específica, não. Ele era mais é... mais prático.

De acordo com o depoente, seu pai sofreu grande perseguição desde os tempos iniciais da luta camponesa na Paraíba, inclusive eram constantes os atentados contra sua vida. Conforme lembra o depoente:

¹⁹⁰ De acordo com o autor (2010, p. 57 - 58) as primeiras matérias sobre a morte de João Pedro foram escritas às pressas e tiveram como característica não apenas a descrição factual do crime, mas o uso de adjetivos para qualificar o camponês, tais como: homem humilde, atuante, líder. O corpo textual dessas matérias imprimiram na figura de João Pedro os símbolos de coragem, simplicidade, de um líder cuidadoso com seus companheiros. Dessa forma, o autor considera que o camponês passou por um processo de heroificação, compreendida nos termos de Raul Girardet (1987, p. 72), pelos quais se promove uma adequação entre a personalidade do herói e as necessidades de uma sociedade num certo momento histórico. A história de João Pedro foi contada e recontada de diferentes formas ao longo dos anos, entretanto, chegavam sempre a um único enunciado, que reafirmava a sua heroicidade. Mesmo na década de 1980 – em clima de redemocratização e após um longo silêncio estabelecido em torno de João Pedro Teixeira e de assuntos relacionados às Ligas Camponesas em decorrência do controle da imprensa no período civil-militar – que as memórias produzidas sobre as Ligas Camponesas, João Pedro e outros participantes do movimento camponês foram discutidas pela academia, não houve qualquer rompimento ou, pelo menos, questionamento sobre as memórias que promoveram a heroificação do camponês. O objetivo do autor é mostrar que o João Pedro Teixeira que conhecemos não passa de uma invenção, uma fabricação, um mito. É fruto de práticas discursivas sem qualquer respaldo em fontes escritas anteriores ao seu assassinato. É interessante perceber que o autor trabalha com a desconstrução do mito de João Pedro através dos jornais, nos quais, de fato, imprimem um tom exageradamente dramático em torno do camponês. Ainda assim guardamos nossas diferenças teóricas com o autor Roberto Muniz. Consideramos que o processo de invenção de João Pedro Teixeira tem seus limites. Podemos negar a sua liderança frente aos trabalhadores rurais de Sapé ou o seu protagonismo frente à Liga Camponesa de Sapé? A grande comoção de camponeses devido ao seu assassinato se deu por pura manipulação da imprensa? Lembremos que uma soma bastante significativa das pessoas que compareceram ao enterro de João Pedro Teixeira era composta de trabalhadores rurais que dificilmente seriam influenciados pelas notícias de jornais, pois a grande maioria era analfabeta. De acordo com o jornalista Severino Ramos (2012, p.64): “O enterro de João Pedro ocorreu no dia 3 de abril, e foi o maior já verificado em Sapé, calculando-se em 5 mil o número de camponeses presentes”. Por outro lado, a maciça presença de camponeses também pode ser explicada como parte da estratégia das Ligas Camponesas, enquanto movimento social organizado, que tinha como objetivo dar visibilidade ao movimento e suas causas. Dessa forma, quem de fato foi ao enterro de forma espontânea? Ainda assim podemos nos perguntar: por que uma comoção de porte semelhante não foi registrada nem antes e nem depois da morte de João Pedro, seja na Paraíba ou noutro Estado? Sabemos que outros camponeses foram vítimas de violência no campo, alguns chegando a óbito. Mesmo assim, não houve registros de grande comoção comparáveis a João Pedro. Consideramos, entretanto, que João Pedro, de fato, ganhou outra dimensão após o seu assassinato através da intervenção da imprensa, se tornando um símbolo para a luta camponesa. Entretanto, reduzi-lo a uma completa invenção não nos parece acertado. Consideramos a sua liderança frente aos camponeses do município de Sapé, maior reduto das Ligas Camponesas em todo Brasil, sobretudo respaldado nas diversas fontes orais, de pessoas (amigos, conhecidos e familiares) que conviveram com João Pedro Teixeira.

Eu digo porque, eu participei, eu participei, eu participei de vários, dois atentados a João Pedro Teixeira. Dois atentados a João Pedro. Inclusive um, meu pai ele mergulhou no rio e eu tive que esperar ele na outra, na outra, no outro lado. Agora, ele era um homem nadador [...].

Izaac também explica brevemente como se deu o assassinato de seu pai, abordando inclusive sobre um dos acusados de mandante do crime: o então latifundiário Aguinaldo Veloso Borges. Apesar de reconhecer uma figura individual como responsável pela morte de João Pedro Teixeira, o depoente destaca, entretanto, um problema que se apresenta de forma mais complexa, pois responsabiliza o sistema pelo qual se organizou o latifúndio. De acordo com suas palavras:

[...] outra coisa é, se fala, e eu não vou negar pra ninguém, o autor intelectual do assassinato de João Pedro Teixeira foi Aguinaldo Veloso Borges, mas ele não foi o único, foi todo, todo o latifundiário, o latifundiário que participaram, que participaram materialmente, agora, o autor intelectual sim nós temos que assinar em baixo que foi Aguinaldo Veloso Borges, Aguinaldo Veloso Borges. E nós temos, claro, que foram sete deputados que renunciaram no mesmo dia pra proteger esse senhor, ele foi autor intelectual, agora, não foi ele só não. Foram todos os latifundiários da região. Porque isso aí é... é... é de conhecimento, conhecimento público, conhecimento público. Então nós temos que ver, agora, é... João Pedro Teixeira o que, João Pedro Teixeira caiu numa, numa armadilha, porque se combinou aqui em João Pessoa uma negociação que essa negociação era fictícia, era essa negociação era uma fantasia, na qual João Pedro ia negociar, mas já tinha um plano para que no retorno dele a, a, a Café do Vento, ele ser assassinado.

Reiterando sua percepção, Izaac complementa:

Porque não foi somente Aguinaldo Veloso Borges. Aguinaldo Veloso Borges, vamos chamar ele de autor intelectual, né. Autor intelectual... mas foi todo, é, o latifúndio completo, é... é o sistema, é o latifúndio. O latifúndio. João Pedro Teixeira não queria tomar terra de ninguém, João Pedro Teixeira não queria invadir terra de ninguém. João Pedro Teixeira era um excelente negociador, defendia as classes trabalhadora. Ele ia negociar. Ele procurava defender a classe trabalhadora. E eu quero dizer, e registrar aqui, que durante todo esse período não houve nenhuma traição por parte de nenhum camponês, a confiança era total em João Pedro Teixeira. Não houve nenhuma traição. Agora, se for falar em traição política, sim! Houve, houve, existe em todas, todas, em todo movimento revolucionário, lideranças que são oportunistas, mas que são lideranças que não, estão ausentes. Estão ausentes e estando ausente não tem o direito de defesa e eu tenho o maior respeito e consideração, e não menciono.

De acordo com Izaac, a morte de João Pedro Teixeira causou uma grande comoção e perda para os trabalhadores rurais, pois perderam um líder que lutava pelos seus interesses e que tinha destacada capacidade de liderança. Apesar da grandeza de João Pedro enquanto líder dos camponeses, o depoente ressalta que havia outros a altura de seu pai. Conforme nos conta:

Eu me lembro perfeitamente que, no dia que ele foi assassinado, eu estive lá na pedra onde ele se encontrou, tava nessa posição aqui [...] vários tiros. Aquilo foi, foi uma dor imensa, porque nós perdemos um companheiro, uma liderança nata. Porque João Pedro não tinha uma formação universitária, mas era um dirigente nato, era, era uma figura extraordinária, uma pessoa que tinha a capacidade de reunir dez mil pessoas com a maior facilidade, sem usar dos meios [palavra incompreendida] que se encontra, e com aquela personalidade e aquela convicção, aquela ideologia, aquele pensamento, e... de defender sempre a... a classe mais, mais oprimidas dos trabalhadores rurais. Agora veja bem, tendo em vista, né, uma liderança da dimensão de João Pedro Teixeira eu quando me refiro a João Pedro Teixeira eu sempre destaco, sempre destaco, sempre que me refiro, dizendo que a altura de João Pedro Teixeira é [palavra incompreendida], dezenas de companheiros, é, eu digo, João Alfredo, Pedro Fazendeiro e outros tantos.

O depoente também nos explica o motivo pelo qual João Pedro Teixeira permanece ainda hoje como uma referência na luta camponesa, destacando-o como militante de princípios nunca abandonados e que, mesmo diante dos riscos evidentes, nunca renunciara sua causa, por considera-la maior até mesmo do que sua própria vida. De acordo com suas palavras:

Nós somos pais de família, nós somos pais de família, nós somos é... seres humanos, e... nós temos instinto de proteger nossos filhos, nós temos instinto de proteger nossos filhos, nós temos instinto de resguardar os nossos filhos, e muitas vezes nós renunciemos, renunciemos é... para proteger nossos filhos. João Pedro Teixeira, ele... – e o jornalista [não sabemos a quem Izaac se refere] também perguntou isso – por que João Pedro Teixeira permaneceu cinquenta anos vivo? Por quê? A resposta o próprio jornalista disse: “quando você cumpre bem a obra da vida, com a morte não acaba. Começa com ela a vida”. É isso que aconteceu com João Pedro Teixeira. João Pedro Teixeira não temeu, ele amava os filhos, amava os filhos. Mas ele não renunciou seus princípios, suas ideias, sua ética, sua ética, sabendo que, ele tava consciente que ele em qualquer momento, que ele podia ser assassinado. Mas ele, é, é, é, não renunciou, porque ele poderia, não renunciou para criar os filhos. Não é que ele não tivesse criado, assim, ele não renunciou suas ideias, que são poucos os homens que faz isso. E o jornalista me perguntou. O jornalista me perguntou. Sim, porque acontece. Por que João Pedro Teixeira é... não fugiu um pouco da luta, por que? João Pedro Teixeira, João Pedro Teixeira não era homem de andar ajoelhado. E ele [João Pedro] disse, ajoelhado, ajoelhado, eu me postarei somente uma vez, e este será o dia que eu terei que ajoelhar-me aonde estão os nossos heróis e mártires enterrados para dizer-lhes: irmão, a mudança e a revolução foi feita. É por isso que ele morreu e deixou aí, toda essa família que está aí, deixou tudo pequenininho, tudo aí, deixou toda essa família, ficou tudinha. E, ele não se ajoelhou perante a ninguém para, para salvar a família porque o interesse dele era maior, o interesse dele era maior. Eu não falo como filho de João Pedro Teixeira, não falo como filho de João Pedro Teixeira, não falo como filho de João Pedro Teixeira. Eu tou falando como homem que ele era, que ele... a ensinância que ele deixou pra nós. Foi isso que ele deixou. É por isso que João Pedro permanece vivo durante cinquenta anos, permanece vivo, durante cinquenta anos, não é pouca coisa. E... é, foi feito após a sua morte, se construiu aí um, é... vamos dizer assim, uma estátua em homenagem a ele, foi foi, foi, foi... [...] e um dos maiores, eu considero um dos maiores, maiores lideranças, é... o líder, o líder, é... revolucionário norte-americano, na época ele se pronunciou com relação aquele atentado: “se se desfaz em pequenos pedaços há de ser nossa bandeira um dia, e nossos mortos levantando seu braço pra saber defender

todavia”. É esse, esse espírito que João Pedro deixou, é esse espírito de João Pedro Teixeira.

Quanto à luta pela Reforma Agrária, Izaac estabelece uma continuidade desde o período das Ligas Camponesas até os dias atuais, e que, decorrente dessa luta, muitos continuam tombando no campo. De acordo com suas palavras:

Nós temos até hoje a luta pela reforma agrária, até hoje a luta continua pela reforma agrária, e não foi só João Pedro Teixeira que tombou na luta pela reforma agrária, até hoje é, muitos companheiros tão tombando é, na luta pela reforma agrária.

Em se tratando do período entre o assassinato de seu pai e a sua viagem para Cuba, Izaac relata difíceis momentos junto com seu irmão mais velho, Abraão:

É... meu irmão ganhou uma bolsa de estudos e veio aqui pra João Pessoa, Abraão [de acordo com depoimentos prestados por Elizabeth Teixeira entre as décadas de 1980 e 1990, a bolsa fora concedida pelo presidente João Goulart, quando esteve na Paraíba, na data 29/07/1962, três meses após o assassinato de João Pedro Teixeira¹⁹¹]. Mas, filho de João Pedro Teixeira, pouco tempo atrás tinha, pobre sem nada, aí, caminhou, sei lá, pedindo... pedindo um almoço, vamo dizer, pedindo esmola, pedindo mesmo, pedindo um almoço, e eu também pedi, não tinha como ganhar, vim aqui pra João Pessoa pra ir pra, pela, pela Lagoa [um ponto referencial do centro da cidade] também atrás, pedindo um almoço, também. [...] e Vladimir [Vladimir Carvalho] me disse: “Izaac” – a situação tava difícil, pedindo um almoço, não tinha, não tinha outra saída – “Izaac, é... você quer ir pra Cuba?”. Eu não sabia nem pra onde ficava Cuba, nunca tinha ouvido falar. Eu tinha o terceiro grau [série] primário feito [hoje em dia equivale ao terceiro ano do ensino fundamental I]. Não sabia nem assinar o nome, fazia um desenho, só fazia um risco. Fazia terceira, terceira, terceira série primária. Aí é... disse que eu, “você quer ir pra Cuba?”. Eu disse: “com uma situação dessa aí, uma situação dessa aí eu vou, eu vou...”. Aceitei, mas não sabia nem onde ficava Cuba. Aí falei com Vladimir, chegou em Recife, procuramos uma camisa, uma roupinha, tirou o documento e eu entrei no avião, e quando vi eu tava chegando em Havana. [grifo nosso]

Questionado sobre ter havido a disponibilidade de mais bolsas de estudos em Cuba, para sua família, Izaac fez o seguinte comentário:

O governo cubano se, se prontificou, se prontificou em levar a família, né, levar a família, porque sabia que a situação não era, não era... mas passaram por problemas burocráticos, passaram por problemas de, de, de burocracia, de muitas coisa que não concretizaram. Não concretizaram, senão tinha ido mais gente, mas tinha problema burocrático no meio, tinha muita coisa que [...] houve a promessa, mas não se foi concretizada.

¹⁹¹ Ver: BANDEIRA; SILVEIRA; MIELE, 1997, p. 133.

De acordo com o depoente a sua ida a Cuba se deu no ano de 1963 e praticamente não houve despedida nenhuma com sua família, embora sua mãe tivesse o acompanhado até Recife para a despedida final. Ainda de acordo com Izaac:

Se falou de que iria quatro pra Havana. Aí ela [sua irmã Marta] arrumou alguma coisinha, mas na verdade não foi concretizado, aí eu já estava aqui, tava Vladimir Carvalho, daqui eu saí pra Recife. Ela chegou a arrumar, daqui eu fui pra Recife, de Recife eu embarquei pra Havana.

Questionado se sua mãe, Elizabeth, não teria tomado parte na decisão da sua ida a Cuba, responde:

Claro, ela sabia que eu ia, ela sabia, ela sabia... eu tava aqui, eu tava aqui em João Pessoa, eu tava aqui em João Pessoa, e Dantas [possivelmente Antônio Dantas] vendia aqui, bolsa aqui em João Pessoa, e, eu, eu, quando Vladimir me viu eu tava pedindo prato de comida, pedindo prato de comida. E... Vladimir disse: “rapaz, você quer ir pra Cuba?”, eu disse: “vou!”. Porque aqui, rapaz, aí fui pra Recife e de Recife preparou, aí minha mãe... comunicaram a minha mãe, ela até levou uma coisa pra lá, tal, e... [grifo nosso]

Sobre sua viagem a Cuba, o depoente comenta:

Olha, Julião [Francisco Julião] tava de férias aqui com a família. Porque tinha quatro filho estudando lá: Anataílde... tinha Anataílde, Anatilde, Anacleto e Anatólio, e mais um rapaz que era amigo dele, que é o Luís Almeida da Silva, mais a esposa dele [Julião], que é Dona Alexina, que faleceu agora recentemente, infelizmente, e, é, ele tava aqui de férias e ia para Havana. Aí eu aproveitei e fui no mesmo avião. Entendeu? Fui no mesmo avião que eles foram. Aí fomos até Santiago de Chile, de Santiago de Chile fomos pra o México, e de México pra lá. [grifo nosso]

Izaac viveu em Cuba durante vinte e três anos consecutivos (1963-1986). Foi com quatorze anos, junto com a família de Francisco Julião e voltou ao Brasil com trinta e sete anos, já com curso superior em medicina. Em se tratando de sua vida em Cuba, Izaac afirma:

Eu estudava com os amigos, né, com os cubanos, com estrangeiros. [...] inicialmente nós, é, nós, nós, nós, é, passava de segunda a sexta, segunda a sexta no colégio. No colégio de segunda a sexta, no final de semana nós íamos pro hotel, passava sábado e domingo no hotel. Quando nós passamos pra universidade, aí nós ficávamos já diretamente no alojamento da universidade.

Apesar de Izaac não ter mencionado em seu depoimento, sua mãe chegou a visita-lo em Cuba ainda no ano de 1963. De acordo com Elizabeth Teixeira:

Em 1963, Fidel Castro manda um convite pra mim, pra eu visitar meu filho. Cheguei em Havana no dia 25 de julho, às seis horas da tarde. No dia seguinte, 26 de julho,

era a comemoração da Revolução Cubana e eu estava lá. Passei um mês em Cuba, percorri todo o país, visitei o campo, as plantações de cana, visitei muita coisa. (BANDEIRA; MIELE; SILVEIRA, 1997, p. 134).

Nessa viagem a Cuba, Elizabeth não fora sozinha. Acompanhava uma comitiva vinda do Brasil para conhecer a realidade de Cuba. Da Paraíba foram, por exemplo, além de Elizabeth, também militantes como Antônio José Dantas e Adauto Freire. Durante sua estadia na ilha, Elizabeth recebeu um convite para que fosse viver em Cuba com todos os seus filhos. Conforme suas palavras:

Ainda lá em Cuba, Fidel Castro me fez um convite. Se eu quisesse ir morar em Cuba, com todos os meus filhos, eu teria toda a assistência do governo cubano. Mas, naquela época, eu achava que minha luta era mesmo no Brasil, na Paraíba, que eu devia continuar protestando contra o assassinato de João Pedro, continuar a luta dele no campo.

Depois que eu tinha voltado para o Brasil, Fidel Castro reforçou o convite, dizendo que eu fosse pra Havana, que Isaac estava muito sozinho.

Quando chegou 1964, com o Golpe Militar, que eu tive que me separar dos meus filhos, eu cheguei a me arrepender de não ter aceito o convite.

Meu Deus, eu devia estar em Cuba, se eu estivesse lá, eu estaria junto dos meus filhos, vendo eles a todo instante e a toda hora, eles estariam estudando... mas eu decidi ficar no Brasil, e agora?

Longe dos meus filhos, sem nem o direito de saber se eles estão vivos ou mortos. Isso foi muito duro pra mim.

Depois do Golpe trancou-se todas as notícias. Vim ter notícias de Isaac somente em 1981, pelo Eduardo Coutinho, quando ele chegou em São Rafael junto com Carlos e Abraão. Ele me disse que Isaac estava vivo, que estava fazendo medicina em Cuba. Eu tive uma alegria muito grande. (BANDEIRA; MIELE; SILVEIRA, 1997, p. 136).

Questionado a respeito do que sentiu lá em Cuba diante da notícia de golpe de 1964 no Brasil, Isaac responde que:

Rapaz, isso aí é uma, uma, porque quando eu saí daqui a situação já tava, já tava... ruim. Porque, é... eu perdi o contato totalmente com a minha mãe, perdi o contato totalmente com... eu passei vinte e três anos sem, muitos anos sem nenhum contato, não sabia como eles estavam, não sabia se tava vivo, tava morto. Eu... ficava totalmente isolado, sem nenhuma informação, sem nenhuma informação da onde eles estavam, como eles estavam. E isso, isso, é duro.

Vale ressaltar que anterior ao Golpe de 1964, não havia qualquer dificuldade de comunicação entre o Brasil e Cuba. Conforme atesta Elizabeth Teixeira:

Antes do golpe militar, o Brasil mantinha relações com Cuba, que Jânio chegou a condecorar o Che Guevara, então, era muito fácil a comunicação com Cuba. O telegrama de pêsames pela morte de João Pedro enviado por Fidel, chegou diretamente na sede da Liga de Sapé. Não havia nenhum problema pra gente se comunicar. Eu escrevia sempre pro Isaac e também recebia as cartas dele. (BANDEIRA; MIELE; SILVEIRA, 1997, p. 135-136).

Quando Izaac chegou a Havana tinha a terceira série como nível escolar. Fez inicialmente um curso intensivo da língua espanhola para, logo após, seguir o curso natural do ensino escolar cubano. Questionado se o curso de medicina teria sido alguma imposição do governo cubano, o depoente responde: “foi uma decisão minha! Foi uma opção minha porque eu, eu, eu, eu optei né, optei por fazer medicina. Mas foi por vocação mesmo que eu fiz medicina”.

Quando questionado se nunca chegou a chorar de saudades da família em todo esse período que esteve em Cuba, Izaac responde:

Eu sou pouco chorão! Eu sou pouco chorão, porque, porque, a realidade é dura, né, a realidade é dura e... e eu o único que pensava, o único que eu pensava era um dia poder ajudar minha família. O único que pensava era ajudar minha família. A única coisa que eu posso fazer, a única coisa que eu posso fazer aqui é estudar e um dia poder ajudar, ajudar o, a minha família, né. Ajudar minha família e não foi, não ajudei o que eu, o que eu, o que eu pude ajudar mas, dentro da minha possibilidade, na minha possibilidade eu é, modéstia parte é, eu tentei sempre estar presente.

A respeito dos acontecimentos que se deram na Paraíba após o golpe de 1964, como a prisão de sua mãe, Izaac comenta que: “a prisão dela foi, foi, foi, foi noticiada. Foi noticiada a prisão dela. Em Havana foi publicado. Você sabe que... Che Guevara, Che Guevara, ele, ele, ele admirava João Pedro Teixeira, Che Guevara admirava João Pedro Teixeira”. Coincidentemente, de acordo com o depoente, Che Guevara morava bem próximo ao local onde vivia¹⁹², de tal forma que, vez ou outra, o encontrava nas ruas. De acordo com o depoente:

Ele [Che Guevara] por ser uma pessoa tão simples, e o povo tinha que fazer fila pra, pra pegar o leite, todo dia ele, ele, ele tava na fila pra pegar, pegar o leite. E ele, numa reunião, na reunião lá, ele reuniu, aí ele, saiu na fila: “você é brasileiro, você é brasileiro, tal, tal, tal, brasileiro, brasileiro” e ele, a ele, e ele me conheceu nessa época. Aí quando eu passava na frente assim, e, e, ele [Che Guevara] fazia fila pra pegar o, fazia fila ele. Quando ele chegava na fila o pessoal dizia: “passe, passe na frente”. E ele dizia: “não, não”. E quando eu passava [por perto] ele dizia: “aí Izaac”. Foi, mas, não é assim aquela intimidade, né! [questionado se Che Guevara sabia que ele era filho de João Pedro Teixeira, Izaac responde] sabia, sabia... sabia, sabia. [grifo nosso]

¹⁹² Durante a comemoração dos noventa anos de idade de Elizabeth Teixeira, que se deu na sua antiga residência em Barra de Antas, hoje Memorial das Lutas e das Ligas Camponesas, uma das pessoas que se fizeram presentes foi Anacleto Julião, um dos filhos de Francisco Julião. Em conversa com ele, foi afirmado que durante muitos anos Izaac morou na mesma casa de sua família lá em Cuba, juntamente com outro amigo.

Questionado se ouvira falar sobre os treinamentos de guerrilha realizados em Cuba, por brasileiros militantes das Ligas Camponesas, Izaac responde:

Isso é falso! Isso é falso. O que aconteceu é, no período da ditadura, é que muitos brasileiros se, foram se exilar em Cuba. Aí teve o caso de muitos brasileiros exilados lá, né. Aí eles, é... passaram por lá, é, [Carlos] Marighella, é... [Carlos] Lamarca, é, é, é... e outros mais, né. Passaram. [questionado mais uma vez se ele não chegou a ter contato com nenhuma pessoa que fez treinamento em Cuba, responde:] não eles, é, é... eles é, eles no início, no início eles, eles, eles eram mais comunicativos. Mas a posteriori eles se soltaram, porque houve uma infiltração, infiltração dessa gente, e chegou lá procurando revolucionário e começou a organizar um time de futebol, organizar time de futebol, e quando, quando terminava o jogo eles tiravam fotos, como se fossem fã. [trecho incompreendido] [...] aqui é o Cabo Anselmo, chamado Cabo Anselmo. E ele foi infiltrado lá, aí [...]. Ele organizava um jogo de futebol, ia lá pro [Estádio] Pedro Marrero [...] aqui quando terminava aí ele tirava foto [...], pá, pá, pá. Tirava foto, aí marcava, aí quando, quando foi, quando foi descoberto, aí o pessoal dispersaram, entendeu? Esse é o Cabo Anselmo¹⁹³. [grifo nosso]

Quando questionado se alguma vez pensou em viver definitivamente em Cuba, Izaac responde:

Não, eu, eu, eu fui, eu fui pra Cuba pra escapar da morte, porque eu não estaria vivo aqui, não. Eu não estaria vivo aqui não, não estaria não. Eu fui pra Cuba pra escapar da morte. Agora isso, isso, isso não significa temer, não. Agora bem, eu nunca pensei em morar em Cuba não. Eu sou brasileiro e vou morrer aqui no Brasil. Sou brasileiro e vou morrer aqui no Brasil [...].

Quanto ao motivo que o fez retornar aqui ao Brasil justamente no ano de 1986, nem antes ou depois, Izaac responde: “porque foi quando realmente já eu tinha certeza que não ia haver mais, que não tinha mais... e quando, em oitenta e seis [ano de 1986] ainda tinha

¹⁹³ Possivelmente Izaac Teixeira não relacionou o questionamento com o treinamento de guerrilha que militantes das Ligas Camponesas tiveram em Cuba antes do golpe civil-militar de 1964. Sua resposta contemplou o período após o golpe. De fato, é sabido da presença do Cabo Anselmo em Cuba no ano de 1967, durante seu exílio. Na ocasião, chegou a participar na capital Havana da I Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS). Esse evento acabou influenciando o movimento de guerrilha em vários pontos da América Latina. Também participou, neste mesmo país, do treinamento de guerrilha fornecido para a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Há alguns indícios, inclusive alguns levantados pelas próprias Forças Armadas, que reforçam a tese de que o ex-marinheiro agia como agente infiltrado antes mesmo do golpe de 1964, o que foi negado pelo mesmo na última entrevista que concedeu a TV Cultura, no Programa Roda Viva, no dia 17 de outubro de 2011. De qualquer forma, existe um consenso quanto a sua infiltração nos movimentos de guerrilha, servindo aos órgãos de repressão com o fornecimento de valiosas informações sobre a atuação de grupos guerrilheiros, sobretudo a VPR, o que facilitou na desarticulação dos grupos e contribuiu decisivamente para a captura de seus próprios companheiros da VPR. Em se tratando da informação de que Carlos Marighella e Carlos Lamarca estiveram em Cuba, é sabido que o primeiro esteve no ano de 1967 e chegou a participar também da OLAS. Carlos Lamarca, entretanto, não fora a ilha. O que ocorreu foi que logo após deixar o Exército para ingressar na resistência armada sua esposa e filhos embarcaram para Cuba. (Ver: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel A.(orgs). **Revolução e democracia** (As esquerdas no Brasil, vol.3). Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2007).

resistência aqui. Ainda tinha... ainda tinha... ainda tinha perseguições. Entendeu?” [grifo nosso].

No ano em que retornou ao Brasil foi questionado por alguns jornalistas se sentia vontade de vingar a morte de João Pedro Teixeira. No que se refere a esse episódio, comenta:

[...] eu cheguei em oitenta e seis aqui [ano 1986], em oitenta e seis eu... houve jornais querendo fazer algum tipo de coligações, que que não eram cabíveis, não eram cabíveis, e nós fomos lá, nos correios mesmo, fomos lá e dissemos o que tinha que ser feito, que era o que era verdade e o que era mentira. No outro dia foi publicado no jornal: por que você não foi vingar a morte do seu pai? Por que você não foi vingar a morte do seu pai? Não é assim, não é assim que se trata, não é assim. Eu não tenho aqui autonomia pra vingar a morte de meu pai, se eu quisesse vingar, eu vingaria a morte pra salvar o país. Então, é isso que nós temos é...vendo, é isso que nós temos é... participando, vendo como as coisas acontece, vendo é... como as coisa acontece. Nós temos registro que nós trabalhamos, e eu trabalhei até a morte de meu pai, nós tava junto lá com eles. [grifo nosso]

No que se refere a seu irmão Paulo, que quando criança (de dez anos de idade) fora alvejado (em junho de 1962) com um tiro na cabeça em decorrência, muito possivelmente, da perseguição de latifundiários a sua família, Izaac nos conta:

Agora bem, é... é o seguinte, eu estava em casa, né, estava em casa, estava em casa, e chegou dois... dois cangaceiros vestidos de militares é... e atiraram no meu irmão [Paulo], atiraram na cabeça [palavras incompreendidas]. É... ele passou um tempo assim doente, até ele, quando eu cheguei aqui [quando voltou de Cuba na década de 1980], cheguei aqui ele, é... cheguei aqui pra você ter uma ideia, cheguei aqui ele tava num hospital, com sequela na, sequela da, do que ocorreu, e foi retirado parte da massa encefálica e ele ficou com problemas, problemas é, mentais, é... e fazia uso de medicação contínua, e a família sem condições, família sem condições, eu cheguei aqui eu não tinha, eu não tinha revalidado meu diploma, tava sem trabalhar, e eu fui fazer uma visita a ele no hospital, lá, é... o hospital lá é, encarcerado dentro de uma, é, uma espécie de uma prisão, é, cheio de grade lá. Eu tirei ele, ele não tava nem andando, eu tirei ele nas costas. Tirei ele nas costas, desci aqui no sinal, desci aqui no sinal com ele nas costas, levei pra, levei ele aqui pra casa da minha mãe. Mariinha [Maria José] tinha uma casinha aqui em Mangabeira, nós, é, com ajuda de alguns amigos, nós é, conseguimos algumas coisinhas [palavras incompreendidas], e, a esposa dele veio pra cá, e, trouxe ela pra cá e [...]. Porque todos os filhos de João Pedro Teixeira que morreram precocemente foi por consequência daquele processo [dos embates com grupos de latifundiários e regime civil-militar]¹⁹⁴. [grifo nosso]

Questionado sobre o motivo que o fez morar no Ceará, e não aqui na Paraíba, Izaac responde:

Por que o Ceará e não a Paraíba? Porque eu, eu, eu fiz um concurso, fiz um concurso, eu fiz o concurso, é... para trabalhar na antiga, na antiga Fundação Cespe, Fundação Cespe que hoje é a Fundação Nacional de Saúde. Aí eu passei nesse

¹⁹⁴ Vale ressaltar que os depoimentos de sua irmã Maria José, mais adiante, traz outra versão sobre seu irmão Paulo (Consular as páginas 241, 242 e 243).

concurso, nesse concurso da fundação, que hoje é Fundação Nacional de Saúde, hoje é Fundação Nacional de Saúde, aí a fundação de saúde, a fundação... ela tem, ela tem um... um sistema de ela mandar os médicos pra onde mais necessitar, aí me mandaram para Icapui, aí passei cinco anos em Icapui, depois me mandaram para Aracati, eu passei dois anos em Aracati, depois me mandaram pra Limoeiro do Norte, eu passei cinco anos em Limoeiro do Norte, depois me mandaram para o [palavra incompreendida], e agora eu fiquei em Pereiro. Aí em Pereiro, aí fiquei em Pereiro, aí fiquei trabalhando em Pereiro, porque é, é, essa fundação ela mandava...¹⁹⁵. [grifo nosso]

O depoente diz gostar da sua profissão e defende que o médico deve trabalhar “na raça”, mesmo diante das dificuldades. No final de seu depoimento Izaac nos diz que se considera um privilegiado por ser filho de João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira que, de acordo com suas próprias palavras, trata-se de “dois legendários”. Por todos os lugares que passou, nos vários países que conheceu – inclusive nos Estados Unidos da América – afirmou sentir a homenagem a seu pai e sua mãe, o que o deixa bastante orgulhoso. Reserva as últimas palavras para agradecer a CEVPM/PB e aos membros envolvidos neste trabalho, que diz considerar bastante relevante para o país, por resgatar memórias e contribuir com a consolidação da democracia, que não guarda lugar a ditaduras.

4º ouvida: Maria José Costa

Neste depoimento, realizado no dia 17 de dezembro de 2014¹⁹⁶, um dos primeiros assuntos abordados por Maria José foi sobre seu pai, João Pedro Teixeira. Quanto a ele, Maria José se lembra de muita violência e perseguição. De acordo com suas palavras:

Saíam batendo nele, enquanto chegavam e levavam ele preso, ele pedia pra ir pegar a camisa, que ele sempre ficava só de calça, né, na calçada. Aí ele entrava pra pegar a camisa, antes dele vestir a camisa já saíam batendo nele, saíam batendo nele. Aí pra atravessar pra pista passavam realmente na... aonde faziam dele como se ele fosse uma ponte pra tá levando ele nas costas. [...] e batiam nele também, já saíam batendo assim na frente da gente. Teve uma vez que a gente pensou que ele tava preso, quando foi passar no rio ele conseguiu mergulhar na água e fugiu dos policiais, quando foi alta horas da noite ele chegou, em casa. Eles dessa vez num levaram, ele ficou no rio. Mas levava, batia na frente da gente. Quando ele entrava pra pegar a camisa aí eles já saíam batendo nele. Todos pequenos. Chorávamos... não podia fazer nada, só chorar né. E mamãe ficava também chorando. Quando mamãe tava em casa ficava chorando, com a gente. Aí de noite batiam nas portas. Logo cedo, cinco e meia, tinham que tá tudo de portas fechadas.

Quando questionada sobre o que os policiais alegavam quando prendiam seu pai, Maria José responde: “que veio buscar João Pedro Teixeira, aí começavam a dizer, né, que era

¹⁹⁵ Todas essas cidades citadas ficam no estado do Ceará.

¹⁹⁶ Neste mesmo dia também prestou depoimento Maria das Neves, que será abordada na sequência.

um cabra safado, quer tomar as terras, né... essas coisas. E saíam batendo nele. Muitas vezes eu presenciei batendo nele”. Já em se tratando do assassinato de João Pedro Teixeira, que ocorreu no dia 02/04/1962, Maria José destaca que esse acontecimento foi responsável por grandes mudanças na rotina da família Teixeira. Após a morte do pai, sua mãe prometera continuar a luta de seu marido, defendendo os direitos do povo camponês.

Em se tratando de Elizabeth Teixeira, a depoente considera que sua mãe fugira para o Rio Grande do Norte em 1964 para escapar da morte provável, caso permanecesse na Paraíba. Sustenta esse raciocínio afirmando que, diante do advento do golpe de 1964, logo após sua mãe ser presa:

[...] foram à procura dela para matá-la. Chegando na minha casa, lá na nossa casa, só tinha criança. Reviraram toda a casa procurando ela, pra matar e ela não estava. Como só tinha criança, colocaram nós numa fila, pra matar, mas quando, teve um dos comparsas que tava querendo matar minha mãe disse: “não. Só tem criança, vamos deixar eles vivos”.

No que diz respeito ao episódio em que a depoente e seus outros irmãos ficaram sós em casa após Elizabeth Teixeira ser levada presa pelo Exército, comente:

Aí ficamos só numa casa, só, por muito tempo. Depois de um certo tempo foi um tio [Euclides] meu lá na casa, que é irmão de minha mãe, mas nós não conhecíamos a família da minha mãe. Euclides, nós não o conhecíamos, pelo fato da luta do meu pai, meu avô não gostava do meu pai, então os netos não tinham contato com o avô e nem com os tios, nós não conhecíamos a família da minha mãe. Mas esse tio chegou, se identificou, e disse que a noite iria lá pra decidir com a família o que resolver com as crianças que estavam sozinhas numa casa, abandonados. Quando foi a noite ele foi, num caminhão e já decidindo trazer todos pra casa do meu avô. Viemos todos pra casa do meu avô, chegando na calçada na casa do meu avô, não entramos na casa. Na calçada ainda foi feito uma fila e divididos pra família. Cada um dos tios ficaram com uma das criança. Meu avô ficou com o mais novo, os dois mais novo e o mais velho, e o restante foi todo distribuído na casa da família. O mais novo era Marinês, João Pedro Filho [conhecido por Pêta] e a mais velha era Marta. Meu avô disse: “vou ficar com os dois mais novo e a mais velha pra cuidar dos mais novo”, e o restante foi distribuído pra casa da família. Quando tava na fila da calçada, todos já sabiam quem pegar, cada um chegava pegando um e foi dizendo: “vou levar esse por isso, por isso”. Euclides [disse]: “vou ficar com o mais velho pra me ajudar”. O mais velho era Paulo, veio pra Pernambuco. Aí Nininha [apelido da tia Beatriz], que é irmã da minha mãe, ficou com Maria das Neves, disse: “vou levar essa que é branquinha, combina com as minhas”. Cada um ia levando. E eu fiquei na fila, sobreí... que era pra eu ir pra casa de Bibi [Severina], mas ela mandou um recado que não queria porque já tinha treze filhos e não queria mais um. Aí dormi na casa do meu avô essa noite, mas no dia seguinte a secretária dele e me levou na casa de Bibi, a que disse que não queria. Chegando lá ela disse: “eu não quero porque já tenho treze filhos e estou grávida”, aí foi que o marido dela disse: “não, vamo ficar. Onde come um, come dois”. Aí lá eu fiquei. Foi assim a, a separação, né. Fiquei lá na casa dessa minha tia até eu me casar. Mas durante os anos de convivência com a família da minha mãe, foi só, assim, não foi aquela convivência de amor, de família, de avô, de tio, não! Era assim: filho de Elizabeth

não presta, filho de João Pedro não presta. Era desse jeito a convivência com a família.

Quando Maria José foi morar na casa da sua tia Severina (Bibi) tinha apenas sete anos. Durante a maior parte do tempo em que lá ficou morando, foram poucos os momentos em que conseguiu se encontrar com irmãos. Em se tratando desses encontros, conta:

Eu me encontrava de início com Marinês, que ficou na casa com meu avô. Mas nossos encontros teria que, era escondido. A família não queria que nós conversássemos, que os irmãos se juntassem, não. Como Marinês ficou na casa do meu avô [...] aí existia um açude que nós tomávamos banho, aí lá nós encontrava. Mas quando eles via que a gente tava conversando tentava separar, ninguém não podia, os irmãos não podia. Nevinha, Maria das Neves, ficou na casa da minha tia, e tinha outra tia que era costureira, casada com meu tio, ela achava que era tia, mas ela não era tia, era esposa do tio. Quando eu ia na casa dela, levar uma costura, me encontrava com Nevinha, e conversava um pouquinho. Mas era tudo sobre vigilância, porque eles não queriam.

Vale ressaltar que Maria José teve também seu nome alterado quando passou a viver com a tia. O nome completo que recebeu de seus pais fora Maria José Altina Teixeira, mas seus tios alteraram seu nome, deixando Maria José Costa, sendo “Costa” o sobrenome de seus tios. De acordo com suas palavras:

Quando eu fui pra casa dessa minha tia [Bibi], ela não queria que meu nome tivesse Teixeira, e o marido dela também, não aceitava. Porque filho de João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira tinha que tirar o nome, porque pra eles filhos de João Pedro não prestavam. [...] Quando eu fui lá pra casa da minha tia, até minha mãe ir embora eu não tinha registro não, não tinha registro. [Questionada se foram seus tios os responsáveis pelo seu registro, Maria José responde que] não foram nem eles que registraram. Quando eu completei nove anos aí eu quis estudar, e não me colocaram na escola. Aí eu quis estudar, aí como a escola era perto eu fui fazer minha matrícula. Chegando lá pra fazer a matrícula, até consegui fazer a matrícula, mas precisava do registro, mas a moça fez. Quando cheguei em casa eu disse que precisava do registro. Aí ela [minha tia] perguntou os dados e mandou no cartório me registrar [...] [grifo nosso]

Ficaram registrados como mãe e pai: Elizabeth e João Pedro Teixeira, mas seu sobrenome ficou Costa. Tempos depois, após sua maioridade, Maria José tentou alterar seu registro para incluir o sobrenome Teixeira, entretanto, foi desaconselhada por um funcionário do cartório da cidade de Sapé, que lhe alertou sobre as dificuldades. Além de Maria José, vale destacar que outros filhos de Elizabeth e João Pedro Teixeira também tiveram seus nomes alterados, como foi o caso de Maria das Neves, que anteriormente recebera o nome de Odévia, e João Eudes, antes chamado de Lenine.

No que diz respeito à luta de seus pais nas Ligas Camponesas, Maria José afirma que sua família materna tratava deste assunto em tom crítico. De acordo com suas palavras:

Eles eram contra! Falavam que João Pedro queria tomar as terras dele, e quando João Pedro morreu Elizabeth queria a mesma coisa: tomar as terras. É tanto que, quando criança eu não entendia, ficava logo na dúvida. Mas quando eu completei uns oito pra nove anos, aí eu conheci um senhor que foi fazer lá a pintura na casa da minha tia, aí o senhor foi que começou a me dizer, né, como era a luta, a luta de seu pai era uma luta digna, ele lutava pelos direitos dos trabalhadores. Aí a partir dali, que eu comecei a entender.

De acordo com Maria José, esse trabalhador falou escondido da sua tia. Sobre seu pai, Joao Pedro Teixeira, os familiares com quem Maria José conviveu sempre o criticava, o acusando de tentar tomar as terras dos outros. Questionada sobre quais seriam essas pessoas, de acordo com seus familiares, a depoente responde:

Primeiro era o nome dele, né, do meu avô. Dizia que João Pedro queria tomar as terras do meu avô, que vivia lá na terra conscientizando os trabalhador, né, pra tomar as terras do meu avô. Tinha outros proprietário de terra que eles diziam [sua família materna]. Tinha, era João Barbosa, quem era proprietário que tivesse terras eles diziam que João Pedro queria tomar as terras. Só que a partir dos oito anos de idade eu comecei a entender que não. Quando esse senhor foi pintar a casa e me deu as orientações, porque antes eles diziam isso: “que seu pai não presta, quer tomar a terra, seu pai é isso, sua mãe é isso”. Mas a partir daquela data eu já tinha consciência de que não era o que eles me diziam. [O nome desse pintor era João Carvalho que] morava próximo a meu avô, mas sempre não era nas terras do meu avô não [...]. Ele até disse pra mim: “seu pai foi assassinado perto da minha casa. Eu ouvi os tiros”. Que ele morava lá perto da pista, [João Carvalho disse] “eu ouvi os tiros na hora que seu pai foi assassinado”. Foi, na casa dele ele ouviu. Ele até disse pra mim assim: “inclusive os capangas que mataram o seu pai passaram o dia esperando o momento na casa de João Leite, de Nininha [irmã de Elizabeth]”, que foi quem criou Maria das Neves. [grifo nosso]

No que diz respeito à relação que mantinha com a tia Bibi, Maria José explica que:

Ela sempre assim, ela sempre batia nessa tecla: “João Pedro não presta, Elizabeth não presta, os filhos de João Pedro não presta”. [Questionada se a tia a tratava mal, responde:] não, ela me bater não, mas assim, nunca assim, teve o amor de mãe. Nunca foi bater lá na escola, não foi me registrar, nada disso.

Lembra que após fazer a matrícula, no primeiro dia de aula foi impedida de estudar pela própria professora, pelo motivo de ser filha de João Pedro:

Bom, quando eu fiz minha matricula, fiz e no outro dia quando fui pra aula aí a professora me chamou, aí disse: “você não vai poder estudar aqui”. Eu disse: “Por que?” [A professora respondeu:] porque você é filha de João Pedro Teixeira. Cheguei em casa aí disse a meu pai [se refere ao marido de sua tia], meu pai disse: “de jeito nenhum”. Filha de João Pedro Teixeira, você não vai ensinar. Naquele

tempo os professores era indicado pelos proprietários, né, e a escola era na terra do meu avô, e a professora era uma filha de um proprietário vizinho do meu avô. Aí ela disse: “você não vai ficar na escola”. Aí eu fui pra casa, né. Cheguei em casa minha tia achou bom, né. Disse: “ah, então vai ficar em casa ajudando”. Aí quando o marido dela chegou disse assim: “ela ficou na escola, não?” Aí [sua tia] disse: “não, porque a professora disse que filha de João Pedro Teixeira não estuda na escola”. Aí [o marido da tia] disse: “a noite eu resolvo isso”. Quando foi a noite ele foi na casa do proprietário que era o pai da professora e falou e no outro dia eu fui pra escola. [grifo nosso]

De acordo com Maria José, o nome desse proprietário que era pai de sua professora era João Barbosa e o nome de sua propriedade era Caruçu, que ficava vizinha a propriedade Antas, do seu avô Manoel Justino. Quando questionada se mantinha melhor relação pessoal com o marido da tia do que com a própria tia, Maria José responde que: “ele não era nem meu tio, era casado com minha tia. Mas ele procurava, assim, ajudar. [...] foi ele quem foi na casa da professora pedir pra eu estudar, né”.

No que se refere a sua mãe, tanto a tia Bibi quanto o avô Manoel Justino¹⁹⁷ diziam que ela já estaria morta, além de desqualificá-la como uma pessoa que não prestava. Apenas muito tempo depois, quando Maria José já estava vivendo por conta própria, casada e com filhos, descobriu que sua mãe estava viva. Isso se deu no ano de 1982¹⁹⁸. De acordo com sua fala:

O tempo todo eu ficava na dúvida se ela era viva ou morta. Inclusive na escola, quando eu estudava dentro da escola, dia das mães, sempre a professora mandava recitar poesia, a minha poesia era pra mãe morta. Todo ano... era pra mãe morta, na escola. Aí em oitenta e dois [ano de 1982] eu já tinha meus filhos. Foi quando Eduardo Coutinho [o cineasta que produziu *Cabra Marcado para Morrer* (1984)] foi na minha casa e foi que disse que mamãe estava viva. Isso foi em oitenta e dois. “Sua mãe está viva no Rio Grande do Norte”. Está viva. Foi quando eu tive certeza, mas até lá eu ficava na dúvida. [...] ele disse: “ela tá no Rio Grande do Norte, ela vai vir pra casa de Abraão e da casa de Abraão ela vai vir aqui, na sua casa”. Aí eu disse: “tá certo”. Quando foi uns, mais ou menos um mês, um mês e meio depois, que ele foi embora, que ele veio na minha casa, que ele relatou isso, aí eu tava em casa colocando minha menina pra dormir. Aí senti assim: sua mãe está chegando! Aí coloquei a menina no berço, quando abri o portão ela tava na porta. Ela não avisou não que tava chegando. Mas quando abri que vi aquela senhora eu já sabia que era ela. Foi assim nosso encontro. Não disse assim: avisou, tá chegando, vai tal dia, não. Abri a porta ela estava, junto com a esposa de Abraão. [...] aí ela se identificou [Elizabeth], ela se identificou. Aí a reação foi aquela emoção, né, que... eu nunca tive a certeza: minha mãe tá viva ou morta, ficava na dúvida. Mesmo eu casada, com meu esposo, não sei se ela é viva, se ela é morta, né... não tinha notícia. E minha família lá sempre dizia que ela tava morta.

Ainda sobre este reencontro com sua mãe, Maria José comenta que:

¹⁹⁷ Vale ressaltar que o Manoel Justino ainda voltou a ver sua filha Elizabeth Teixeira mais de uma década antes de falecer, quando tinha com cento e seis anos de idade, no ano de 1996. De acordo com Maria José, ele não estava lúcido nessa data.

¹⁹⁸ Maria José morou na casa de sua tia Severina (Bibi) até seus vinte e um anos de idade, no ano de 1978, quando saiu para casar e viver com seu marido.

No dia que ela foi na minha casa, aí ela ficou uns dias. Ela chegou à tarde, dormiu, ela passou mais ou menos uns oito dias, quando ela foi na minha casa ela ficou uns dias. Ela começou a contar como tudo aconteceu, né. O porquê que ela foi embora... que ela foi presa, tanto ela foi presa que eu fui visitar ela no Grupamento de Engenharia [do Exército], que ela foi presa. [...] esse tio, que não é tio, que era casado com a minha tia, foi quem juntou tudo, botou no carro e levou pra visitar ela presa. [...] no reencontro comigo ela passou uns oito dias na minha casa. Aí na minha casa foi que ela foi na casa de Maria das Neves, foi na casa do pai dela. Ela ia e voltava lá pra casa. Fazia visita e voltava. [...] passou uns oito dias ou mais comigo, ela e a esposa de Abraão.

Quanto ao relacionamento com seu irmão Abraão, Maria José diz que foi muito bom a partir do reencontro, já que antes não tinha contato e nem sabia nada sobre a vida que ele estava levando. Conta-nos, inclusive, que quando ela tinha cerca de quatorze anos foi com sua irmã Maria das Neves procurar por este irmão em João Pessoa, pois ficaram sabendo que ele estava trabalhando nos Correios. Maria José contou que:

Teve uma época que, quando eu já tinha assim, acho que uns quatorze [anos de idade], eu e Nevinha, Maria das Neves, um dia a gente veio pra João Pessoa que a gente soube que ele trabalhava nos Correios, só que a gente pensava que era nos Correios e Telégrafos, né, sendo que era Correios jornal, né, não sabia que era... a gente procurou nos Correios de João Pessoa por ele, o dia todinho, e não encontramos.

No que se refere ao seu irmão Paulo, Maria José nos disse que: “Paulo ficou em Pernambuco, a gente não tinha encontro, mas de vez em quando esse meu tio vinha e dava notícias, dava notícia. Eu perguntava: ‘e Paulo?’. Ele dizia, assim, uma vez ou outra ele vinha com meu tio”. Ainda de acordo com Maria José, este seu irmão não chegou nem a estudar. Ficou vivendo em Pernambuco realmente só para ajudar o tio no trabalho. Quando completou a maioridade, conseguiu um trabalho como motorista. Questionada sobre o que se passou com Paulo depois que foi alvejado com um tiro na cabeça no dia dezesseis de junho de 1962, pouco após o assassinato de seu pai, Maria José nos esclarece dizendo que:

Depois da morte do meu pai, ele foi pro campo, na roça e quando ele veio ele veio já com a mão na cabeça toda ensanguentada. Veio andando. Aí mamãe levou ele no hospital e lá foi que o médico viu que foi um tiro. Até aí ela nem sabia... perfurou. Que ele operou a cabeça e tudo. Aí ele disse que quando tava na roça viu dois homens que atirou nele. [...] porque era assim, muita perseguição. Mesmo quando meu pai, depois da morte dele, quando fechávamos a porta pra dormir, batiam na porta, diziam que iam matar, essas coisas. Existia muito isso, lá. Não é que só queria matar meu pai e minha mãe, acho que, se juntasse todos, né. Perseguiam, batiam na

porta, quando ia levar meu pai preso ficavam ameaçando a gente, que ia voltar pra pegar, era aquelas coisa, aquela tortura, né¹⁹⁹.

Quanto a Paulo, Maria José nos diz que após o irmão ter se tratado no hospital ficou bem, sem sequela alguma, restando apenas uma pequena cicatriz na testa. Cresceu sem nenhum problema, chegou a casar e ter filhos, que hoje vivem no município de Nazaré da Mata, em Pernambuco. Outra versão, entretanto, nos fornece Elizabeth Teixeira, em depoimentos concedidos entre meados das décadas de 1980 e 1990, para o livro *Eu marcharei na tua luta - A vida de Elizabeth Teixeira*. De acordo com suas palavras:

Foi no dia 16 de junho, dois meses depois do assassinato de João Pedro. Os meninos ficavam sentados na calçada da casa comentando tudo o que tinha acabado de acontecer com o pai deles. Abraão, Isaac e Paulo, eles eram pequenos e, numa ocasião, Paulo, que tinha 10 anos, disse que vingaria a morte do pai quando crescesse. Ele sempre repetia isso. Essa conversa chegou nos ouvidos dos proprietários, levada pelos chaleiras, pelos babões, que passavam pela frente da casa e ficavam ouvindo as conversas. O comentário dentro de Sapé era de que Paulo Teixeira tinha jurado que ia vingar a morte do pai. Eu sei que nessa ocasião Antônio Vito, que era o proprietário, botou um morador novo lá dentro da propriedade, com a ordem de acabar com o menino assim que a oportunidade surgisse. E assim foi feito. No dia 16 de junho, Paulo estava no roçado apanhando macaxeira, quando foi alvejado com um tiro na cabeça. Ele ficou como morto, eu não sei como ele conseguiu sobreviver. A bala ficou no cérebro. Levamos ele pro hospital de Sapé e lá ele fez uma cirurgia. Depois ele foi transferido para João Pessoa e fez mais outras cirurgias. Depois ele foi transferido para João Pessoa e fez mais outras cirurgias. Ele ficou vários meses internado. Ele conseguiu sobreviver, mas perdeu parte do cérebro e ficou inválido pra sempre. (BANDEIRA; SILVEIRA; MIELE; 1997, p. 80-81).

Vale ressaltar que após o acidente sofrido por Paulo, Elizabeth conviveu apenas pouco mais de um ano com seu filho, pois após o advento do golpe de 1964 passou cerca de vinte anos isolada com o filho Carlos do restante da família, na cidade de São Rafael - RN. Ou seja, Elizabeth não acompanhou o desenvolvimento de Paulo por duas décadas. Quando voltou a Paraíba na década de 1980 e prestou depoimentos as pesquisadoras da Universidade Federal da Paraíba, chegou a afirmar:

Paulo é meu menino que levou o tiro na cabeça. Hoje ele bebe muito, ele nunca mais conseguiu ficar normal depois de tudo o que se passou com ele. Ele é casado, tem três filhos, mas é separado da esposa. Ele mora em Pernambuco numa cidade chamada Buenos Aires. Ele foi criado por meu irmão, o Euclides. (BANDEIRA; SILVEIRA; MIELE; 1997, p. 132).

¹⁹⁹ Em depoimentos concedidos para o livro *Eu marcharei na tua luta - A vida de Elizabeth Teixeira* (ver: BANDEIRA; SILVEIRA; MIELE; 1997, p. 80-81), Elizabeth informa que seu filho Paulo ficou internado num hospital de junho a dezembro de 1962, e passou por algumas cirurgias durante esse período.

Em se tratando do convívio de Elizabeth com os filhos, antes desse reencontro de junho de 2014, Maria José afirma que os filhos se:

Reuniam, mas não todos, né. Porque as do Rio [de Janeiro] eu nunca vinham, mas sempre eu, Abraão, sempre a gente tava junto lá na casa dela. Assim, vez, Natal, quando Abraão vinha a gente ia tudo pra lá pra casa dela, sabe como é?! Sempre era mais eu e Abraão. A gente sempre tava junto. Carlos também. Carlos vinha de Mossoró também. Quando vinha Carlos, eu, Abraão, a gente ficava tudo lá na casa dela. Sempre a gente juntava. Agora os do Rio não, e Nevinha também não vinha. [grifo nosso]

Quanto ao assassinato de seu irmão João Eudes, Maria José presenciou junto com a própria mãe, Elizabeth Teixeira, todo o momento. Sobre o episódio, a depoente diz:

Foi o seguinte, quando minha avó morreu, a mãe de mamãe, mamãe já estava morando aqui em João Pessoa. Que mamãe veio morar aqui em oitenta e cinco [ano de 1985], tava morando recente aqui em João Pessoa. Aí minha avó morre. A gente vai tudo pra o velório da minha avó, tudo bem. Quando morre minha avó tem aquele negócio de dividir as terras. Meu avô dividiu lá, as terras, ele dividiu cada filho. A metade era dele e a outra metade era entre os filhos, que era a parte da minha avó. Aí dividiu. Pra a parte da minha mãe foi muito, dificuldade pra ela conseguir a parte dela, que os irmãos não queriam dar a ela. Aí Izaac tava aqui em João Pessoa, sempre ficava em João Pessoa, vinha pra cá. Aí Izaac disse assim: “vamo lá pra mamãe ter a parte dela”. Izaac de Cuba, já tava aqui trabalhando no Ceará. Ele vinha sempre pra cá. Disse: “a gente tem que ir pra mamãe ter a parte dela”, que os irmãos não queriam dar, que era Nininha [Beatriz], Bibi [Severina], os irmãos de mamãe nenhum queria que mamãe tivesse direito. Aí ela disse, não, Izaac disse: “não, se ela tem direito, é o direito dela”. A gente foi lá, falou tudinho, aí meu avô consentiu dar uma parte a ela. Quando deu a parte a ela, a parte dela, José Eudes tinha vindo do Rio [de Janeiro] aí disse assim, perguntou a ela: “a senhora vai fazer o que com sua parte? Vai vender?”. Ela disse: “não, como você veio agora e não tem onde morar, você quer morar lá?”. Ele disse: “eu quero”. Então a terra fica lá pra você morar e quem quiser trabalhar na terra. Era nove hectares de terra. Aí, dividiu, tudo bem a terra. José Eudes constrói uma casa. Ele não tinha o dinheiro, mas Izaac ajudou e ele construiu uma casinha pra ele. Quando constrói a casa, aí José Eudes forma uma associação. Aí botou o nome da Associação João Pedro Teixeira. Aí isso pra família, da minha mãe, foi horrível. Ia recomeçar tudo de novo. Toda luta de João Pedro Teixeira com o filho José Eudes, né. Aí começaram a perseguição. Aí na história, aquelas coisas. Aí José Eudes firme, né. Formou a associação, construiu o galpão, já tinha conseguido com o governo a distribuição do pão, do leite, colchão. Aí mamãe me chama pra ir lá, visitar José Eudes que tinha chamado ela lá, mandado o recado pra ela. [Elizabeth disse a Maria José:] vamo comigo pra eu não ir só. Eu disse: “eu vou”. Aí fui com ela. Aí chega lá José Eudes disse: “mãe, tem que falar com Pêta que Pêta não tá querendo que a associação continue. Já veio aqui e disse que vai acabar com a associação”. [...] [Pêta foi criado pelo avô], nunca estudou, meu avô nunca colocou ele pra estudar, só pra trabalhar. De todos acho que foi o que mais trabalhou, o que mais sofreu. Que meu avô... ele trabalhava e apanhava. Ele apanhava pra trabalhar. Mas obedecia ao avô. Aí quando, com a associação, ele ficou contra a associação. Do lado do meu avô e do meu tio que morava lá junto com meu avô. [...] todos da família tava contra a associação, e ele [Pêta] junto. Sendo irmão, mas junto contra a associação. Aí quando a gente chega lá José Eudes diz: “vamo procurar Pêta pra conversar, pra que ele venha pra nosso lado, pra não acabar com a associação, que amanhã já chega os colchões, vai ser a distribuição dos colchões e já tem trinta pessoas na escrita pra receber os colchões”. Aí mamãe, a gente vai a procura dele, de Pêta, aí encontramos ele no grupo, aí disse: “vá pra lá

que eu chego já de moto”. Aí a gente foi pra casa de José Eudes, ficamos esperando, aí ele chegou. Aí começou a conversar, aí começou a não querer conversar sobre a associação, começou a dizer: “mãe, tem gente aqui querendo tomar tudo”. Aí minha mãe disse: “olhe, o que eu quero é que os dois trabalhe aqui na terra”. [Pêta disse:] “não, mas tem gente aqui querendo tomar tudo nessa associação”. Ele era contra a associação. Pronto, aí começou a dizer: “a senhora deveria agradecer a meu avô, que foi buscar seus filho lá pra criar”. Aí foi que eu disse: “mas Pêta, ele não foi buscar pra criar a gente assim, inclusive você, você ele não lhe educou, não lhe deu estudo”. Ele disse: “eu sei, mas ela deveria agradecer ao meu avô”, né. Aí quando eu disse, quando eu vi assim que ele tava querendo se alterar eu disse: “mamãe, vamos embora que eu tenho que levar os meninos pra escola”. Eu vinha de lá pra João Pessoa pra levar os meninos na escola, que eram pequenos. Aí mamãe disse: “então vamos”. Quando a gente sai fora, pra vir embora na calçada, que pensou que tava tudo resolvido, aí ele foi e disse, aí mamãe pegou na mão dele e na mão de José: “olhe, eu quero os dois unidos aqui na terra trabalhando”. Aí ele disse assim: “mas eu não quero!”. Aí foi quando ele sacou a arma e atirou em José Eudes. Aí ele correu, José Eudes ainda correu, baleado, e mamãe atrás correndo. E eu minhas pernas ali não movimentava pra nada. Fiquei sem movimento nas pernas, paralisada. Ele vai, vai, e volta, quando ele volta ele olha pra mim e diz: “eu só não atiro em você, porque você nunca disse nada com meu avô”. Ele disse. E foi e montou na moto e foi embora. [grifo nosso]

José Eudes fora criado pelo tio Eudes desde a prisão de Elizabeth, face ao advento do golpe civil-militar de 1964. Anos depois se transferiu para o Rio de Janeiro e foi viver com sua irmã Marta, onde ficou, de acordo com Maria José, por volta de seis anos. Em meados da década de 1980 voltou à Paraíba e solicitou a sua mãe, Elizabeth, permissão para viver no terreno de nove hectares que ela herdara após o falecimento da mãe. De acordo com Maria José, não apenas Elizabeth, mas todos os irmãos aprovaram a ideia. Lá, José Eudes construiu uma casa para morar, com um dinheiro arranjado pelo irmão Izaac. As discordâncias iniciaram-se a partir da decisão de se fundar uma associação com o nome de João Pedro Teixeira, o que provocou desentendimentos entre José Eudes e seu irmão João Pedro Teixeira Filho, o Pêta, que fora criado com o avô Manoel Justino. Esse impasse resultou na morte de José Eudes²⁰⁰, assassinado pelo seu próprio irmão.

No que se refere aos desdobramentos na vida de João Pedro Teixeira Filho (Pêta), após assassinar seu irmão, Maria José comenta:

Quando ele assassina José Eudes ele foge, vai embora. Ele não foi preso [...] aí ele foi embora, fugiu. Ninguém sabia onde ele estava. Fugiu. Depois de, seis anos depois ele volta. Quando ele volta ele não chegou a passar trinta dias. Ele volta, que quando ele foi embora, ele cometeu o crime já era casado e tinha uma filha. E moravam lá, na casa do meu avô. Quando ele foi embora, a menina, a esposa saiu de lá. Foi morar com os familiares dela em Mari, numa cidade pertinho de Sapé. Quando ele volta, ele fica lá com a esposa, né. Vem na casa do avô, de visita e fica com a esposa lá, lá em Mari. Aí ele não passou trinta dias. Eu não, isso daí eu não sei porque assim, não tenho certeza, os comentários que existiu, que quando ele voltou ele foi cobrar uma dívida que Tio José [este tio também ajudou a criá-lo, pois

²⁰⁰ De acordo com Maria José, José Eudes não chegou a se casar. Permaneceu solteiro até sua morte.

viveu também na casa do pai, Manoel Justino] ficou devendo a ele, que ele deixou gado, deixou plantação e tio José vendeu, irmão de mamãe, e não deu o dinheiro pra ele, e ele foi cobrar esse dinheiro. Ele disse a ele, eu sei que seis anos depois quando retorna ele não chegou a passar trinta dias [...]. Na época, porque eu não sei se tenho esse jornal guardado, na época no outro dia quando eu peguei o jornal, aí o soldado que socorreu ele, que ele morreu aqui no hospital, ainda ficou vivo, ele relata, ele relata, o próprio policial que quem mandou matar ele foi o tio José Justino. [...] aí morreu, veio aqui pro hospital, IML [Instituto Médico Legal], né, no outro dia, logo à noite eu soube que Nevinha foi quem ligou pra mim dizendo, e a noite eu peguei o jornal. Aí quando eu liguei, liguei o rádio cedinho, aí eu vi a, a esposa dele pedindo pra que a família dele fosse no IML pra liberar o corpo e fazer o enterro. Aí fui lá pra mamãe. A esposa de Abraão tava lá em mamãe esse dia. Falei com mamãe e aí, nós vamos ver se vem alguém de lá, né, pra resolver. Aí esperava até dez horas, ninguém apareceu. Aí eu fui com a esposa de Abraão, o marido, e com a esposa de Abraão, aí foi no carro com Mário, de Anatilde, a gente foi pro IML, liberou o corpo, compramos o caixão e fizemos o enterro. Eu e a esposa de Abraão.

De acordo com Maria José, apenas ela e a esposa de seu irmão Abraão compareceram ao enterro de seu irmão Pêta. Ninguém da família do seu avô esteve presente e nem sequer a própria esposa e filha. Elizabeth ainda teve vontade de ir, porém foi impedida pelos filhos.

Quanto aos noventa anos que a mãe, Elizabeth Teixeira, estava prestes a completar, Maria José fez a seguinte consideração:

São os noventa anos mais justos do mundo, né. Noventa anos mais justo que existe, porque uma mulher que lutou, que não desistiu, teve que abandonar os filhos, sei o quanto que ela sofreu, né. Quando eu fui mãe que entendi todo o sofrimento dela, de ter que abandonar os filhos por uma luta, né. Eu acho uma mulher mais digna, mais justa do mundo. E quando ela teve a oportunidade procurou todos os filhos. Procurou e a partir do momento que ela procurou, ela sempre dá amor a gente. Nunca chego lá pra ela não me dá um abraço, dá um cheiro, né. Fico pensando todo tempo que ficamos sem ela. Eu acho ela uma heroína, é a mulher, assim, é o espelho, né, de mulher. Porque você abandonar seus filhos por uma luta, né. Ela teve que lutar, honrando o nome, né, de meu pai João Pedro Teixeira, que ela prometeu, como ela disse, minha filha eu jurei quando eu vi ele na pedra, que eu ia continuar a luta. E por continuar a luta eu tive que abandonar vocês, né. Que eu não me acovardei. Ao latifundiário que pediu pra que eu deixasse a luta e fosse criar os filhos. Ela disse: “não. Deixar a luta, jamais!”. [...] foi um abandono que foi digno, né, porque ou abandonava ou morria, junto com a gente. E você deixar seus filhos pra trás, né, como mãe, eu vejo como assim, você deixar seus filhos em prol de uma luta, né. É de uma dignidade, né. Um orgulho muito grande pra todos os filhos. E com o retorno dela, ela nunca, assim, deixou de nos procurar, de dar amor, né... eu acho ela uma heroína. É a mãe... que tinha que ser ela mesmo, que... né?! Não tinha que ser outra, é ela mesmo. [...] tinha que ser ela mesmo, é um orgulho muito grande ser filha de Elizabeth e João Pedro Teixeira.

Em se tratando da depoente, destacamos que ela tem dois filhos²⁰¹ e, segundo nos conta, ambos tem muito orgulho da trajetória de vida dos avós e sempre souberam desde pequenos a história de Elizabeth Teixeira e João Pedro. A própria depoente se diz muito orgulhosa também de seus pais.

²⁰¹ Atualmente o filho é advogado e a filha é psicóloga.

Antes de finalizar seu depoimento Maria José agradece a CEVPM/PB por se dedicar na pesquisa de sua família e reitera que é uma filha grata a Elizabeth e a João Pedro Teixeira, seus pais, considerando que apesar de todo sofrimento a luta foi digna e muito a orgulha.

5º ouvida: Maria das Neves

Maria das Neves trata, nesta oitiva, principalmente da sua trajetória de vida a partir do período em que foi separada de seus irmãos, diante da ausência da sua mãe, e foi morar com sua tia Beatriz, até os dias atuais. Sobre os dias atuais, aborda o encontro da sua família que ocorreu em junho de 2015, bem como sobre a festa de noventa anos de sua mãe Elizabeth Teixeira que estava para ocorrer dentro de um mês. Em seu depoimento, entretanto, não há praticamente falas sobre o período em que seu pai João Pedro Teixeira era vivo, ou sobre as Ligas Camponesas, ou ainda sobre o dia a dia em Sapé no tempo em que sua família ainda estava junta e completa, com todos os integrantes vivos. A causa disso, muito possivelmente, talvez seja devido a pouca idade que a depoente tinha neste período, pois quando seu pai fora assassinado, Maria das Neves tinha apenas sete anos de idade, o que dificulta recordações mais apuradas.

No que diz respeito à separação de sua família no ano de 1964, após a prisão e transferência de Elizabeth Teixeira para o Rio Grande do Norte, Maria das Neves fez as seguintes considerações:

É, vai lá na infância e, quer dizer que significou muito, quer dizer, muito sofrimento. Porque separar assim o pai, ver o pai morto, depois a mãe desaparecer, primeiro minha irmã mais velha se suicidou-se, depois minha mãe desapareceu, e muito sofrimento. Só sofrimento. Ficar longe dos irmão.

Questionada sobre o que se dizia do assassinato de seu pai João Pedro Teixeira e os responsáveis pela sua morte, Maria das Neves responde: “comentavam que quem mandou [matar] foram os latifundiários, né, latifundiários, os donos de fazenda, né isso daí, né?! Mandou matar João Pedro. Agora não sei...”. Em se tratando do período em que a mãe esteve presa logo após o golpe de 1964, no Grupamento de Engenharia do Exército, na cidade de João Pessoa- PB, Maria das Neves diz que chegou a visita-la. De acordo com as suas palavras:

Foi eu e meus irmãos visitar mamãe. Ela foi, inclusive, muito bem tratada lá. Era muito bem tratada na prisão. Um quarto só pra ela, ela era bem tratada lá. [...] essa

foi a última vez que a vi, na prisão. Aí pronto, sumiu. Ninguém dizia, ninguém sabia onde Elizabeth estava. Eu pensava que ela tivesse morrido, eu pensava que ela tivesse morrido... eu sofria muito. Eu fui criado por minha tia, mas eu sofri muito. Minha tia, quando eu falava sobre minha mãe, ela mandava eu me calar. Ela dizia: “não precisa você falar sobre sua mãe, que você só vai trazer sofrimento pra você mesma. Então, deixe isso pra lá, esqueça isso”. Quando eu falava, eu me trancava no quarto, eu fazia, chorava, não tinha uma música que fazia: “Sarah, onde é que você se esconde²⁰²”? Entrava no quarto eu ficava chorando, pensando nela, pensando que ela tinha morrido. Pensava nos meus irmão que não estavam, sofri muito. Eu sou uma pessoa muito sensível... muita gente pensa que... pra mim foi fácil, mas não foi. Pra mim não foi fácil não, foi muito difícil. Foi muito difícil eu perder meu pai, depois minha mãe, ficar longe dos meus irmãos, mesmo sendo criado com a tia. [Questionada se ela se encontrava com os irmãos, responde:] muito difícil, às vezes encontrava quando era pequenininho, que não tinha, ainda quando era criança, encontrava quando era pra tomar banho no açude, essas coisa. Subir em pé de árvore. Mas depois que eu cresci mesmo, que fiquei mais entendendo das coisa, não encontrava mais com meus irmão, não me encontrava mais com ninguém, só com minha tia e as primas.

De acordo com Maria das Neves, esses encontros fortuitos com seus irmãos, no período da infância, ocorreram na propriedade de seu avô Manoel Justino. Os irmãos com quem lembra ter se encontrado foram: Mariinha (Maria José), José Eudes e João Pedro Teixeira Filho. Quanto ao desaparecimento da mãe, diz que muitos da sua família acreditavam ou que Elizabeth teria morrido ou que ela teria ido para o Rio de Janeiro. Questionada se durante esses encontros que teve com os irmãos, ainda na infância, alguém perguntava sobre a mãe, Maria das Neves responde: “não. Ninguém tocava nem nesse assunto. Os menino não queriam nem saber. Acho que tinham até esquecido que mamãe existia. Acho que até tinham esquecido que mamãe existia”.

Quando deixou de ser criança e se tornou uma moça, Maria das Neves diz que passou a mal sair de casa, pois a tia Beatriz a proibia, argumentando: “você já está grandinha, não pode mais tá tomando banho de açude, tem que tá em casa”. Assim, diz que passou a conviver apenas com a família que lhe criara e só saía quando era para frequentar a escola.

No que se refere à relação que tinha com sua tia Beatriz, seu esposo [João Leite] e suas duas filhas, Maria das Neves diz: “era normal. Até que não era muito difícil, não. Era normal. É... eu não era batizada, então ela me batizou, eu me lembro que meu batizado eu me batizei já grandinha. Aí o marido dela, que foi o esposo dela, foi meu padrinho. Ele era uma pessoa muito boa”.

Quanto à história que contam a respeito do dia do assassinato de João Pedro Teixeira, na qual indica que os assassinos teriam ficado no terreiro da casa de João Leite, casado com sua tia Beatriz, Maria das Neves diz que:

²⁰² Trata-se de uma música de nome *Sarah*, do gênero musical *Brega*, composta por *Balthazar* no ano de 1975.

O comentário lá é esse, né, que eles ficaram andando a cavalo por ali. Mas ninguém, não sei se é... [questionada se João Leite chegou a fazer algum comentário sobre esse episódio, Maria das Neves responde:] não, ele não comentava nada não. Eu sei que ele não comentava nada não. [grifo nosso]

Em se tratando do primeiro reencontro que teve com Elizabeth Teixeira, já na década de 1980, Maria das Neves explica:

O primeiro encontro ela foi na minha casa, ela tava ainda jovem. [...] eu fiquei sabendo [que sua mãe iria visitá-la] pela mulher de Abraão. A mulher de Abraão esteve lá em casa: “Nevinha, tua mãe vai vir aqui”. Eu disse: “Mamãe, Lelé?”, ela disse: “é, ela vai vir aqui”. Primeiro mamãe apareceu na casa do meu avô... ela e Abraão, aí depois, aí nesse dia eu não estava lá, depois ela foi com a mulher de Abraão, na minha casa. [grifo nosso]

No livro *Eu marcharei a tua luta* Elizabeth Teixeira menciona um fato sobre essa visita que fez a casa de sua filha, na qual foi dar para sua neta o retrato de João Pedro Teixeira. Segue o trecho:

Quando eu fui reencontrando cada um dos meus filhos e netos, como eu não tinha sequer um retrato de João Pedro vivo para dar como lembrança, dei um retrato dele morto. Eu então peguei aquele retrato e levei para Nevinha e dei para minha neta, de onze anos, filha dela.

- Olhe, minha filha, este é o retrato de vovô. Não sobrou nenhum retrato dele com vida, porque quando a polícia invadiu nossa casa, não sei que fim deram aos retratos de seu avô, mas você pode ficar com este.

- A senhora fez muito mal de dizer à minha filha que este retrato é do avô dela. Eu não quero que minha filha tome conhecimento de que tem esse avô, nem da história dele, porque o avô que minha filha tem é o padrinho que me criou.

Eu senti uma dor funda me ferindo por dentro...

Sei lá, me magoei muito. Até hoje é muito difícil pra mim ir à casa dela. Eu tenho ido, mas é muito difícil. (BANDEIRA; MIELE; SILVEIRA, 1997, p. 130).

Questionada sobre essa passagem e sobre qual neta que teria recebido a foto, Maria das Neves responde:

Era Juliana, mas isso daí não aconteceu, não, é... mamãe acho que ela teve alguma mágoa de mim, porque uma vez eu disse assim a ela: “mamãe, eu queria ter sido criada pela senhora comendo uma vez no dia, do que ter sido criada na casa dos outro comento três”. Eu acho que ela ficou com mágoa de mim e criou essa história. Essa história não aconteceu. Eu não disse isso, eu jamais... eu era a filha preferida do meu pai. O meu pai, Marta sabe disso, Marta disse: “Nevinha, teu pai dizia: Marta vá balançar a rede de Nevinha”, quando eu tava deitada, pra ficar me balançando. E ele gostava muito de mim, eu era muito mimada por ele. Eu era a filha preferida dele. Pergunte a Marta, todo mundo sabe disso. [...] então, isso aí foi uma mágoa que mamãe teve de mim, aí ela foi... contou isso aí.

No que se refere à mudança que seu nome sofreu, comenta:

O meu nome não era Maria das Neves. Era outro, mas quando... era Odévia, Odévia e chamava Devinha. Odévia Altina Teixeira. Aí quando eu cheguei na casa do meu, da minha tia que me criou, aí o meu padrinho foi e disse, que é o esposo dela, disse: “Olhe, já que o apelido dela é Devinha, e eu não quero botar esse nome Odévia, porque esse nome não é bonito e, e, é bíblico, mas não é bonito não. Vou botar Maria das Neves, aí chama de Nevinha”. Mas eu era Odévia, chamava Devinha. Aí botou meu nome de Maria das Neves. Maria das Neves Altina Teixeira do Nascimento. Altina de mamãe, que o nome da minha avó era Altina. Teixeira do meu pai e Nascimento do meu marido.

Em se tratando do relacionamento que mantinha com o avô, Manoel Justino, Maria das Neves considera que:

Era bom. Só que meu avô, ele era uma pessoa muito, muito, como é que se diz... assim uma pessoa muito pra dentro de si, ele não dava muita atenção a ninguém, entendeu?! Ele era uma pessoa muito assim, sei, ele dava atenção mesmo a, a, ao dinheiro dele. Pra ele, eu acho que o que valia pra ele mais era, a importância mais era o dinheiro. Ele não dava assim carinho pra ninguém, chegava lá pra ele e dava bença [benção] avô, passava a mão na cabeça da gente, dava um beijinho, não. [Em vez de fazer isso, dizia apenas:] “Deus te abençoe” [dito em voz grave pela depoente] e pronto. Era assim... “Deus te abençoe”. Ele tinha os olhos azuis mas ninguém, os netos dele nenhum puxou. Mas ninguém nem via direito porque os olhos dele era assim um pouco fechado. A gente chamava ele de pai Mané, não era vovô não, era pai Mané. Bença pai Mané, [como resposta ouvia] “Deus te abençoe” [dito em voz grave]. Eu sei que Marinês era pequena, Marinês ficou lá, Marinês e Marta. Depois Marinês, Marinês disse que ele expulsou, eu não lembro porque nessa época eu já tava grandinha e minha tia não deixava eu sair de frente de casa [...] eu não tinha contato. Eu só saía pra aula, que era em Sapé, e voltava pra casa. [Questionada se cuidava da casa, Maria das Neves responde:] em casa eu cuidava, eu ajudava muito ela [a tia que lhe criou] a lavar louça, encerrar casa, antigamente era aquele piso vermelho, encerava com cera pra passar cera. [Questionada se as filhas de sua tia também ajudavam em casa, responde:] fazia também, né, mas eu fazia mais, porque eu fazia mais porque era a... a criada né, criou, me criou, mas também... exigia. E eu estudei, me formei professora porque me esforcei. [grifo nosso]

Com relação a sua vida escolar e a participação da tia nesse sentido, Maria das Neves responde:

Minha tia foi comigo lá, fez a matrícula e eu fui estudar. Eu fiz... [questionada se os professores diziam alguma coisa, por ela ser filha de Elizabeth e João Pedro, responde:] diziam, tinha, tinha uma senhora lá que era bem legalzinha, ela pensava que eu não sabia, que eu não sabia que eu era filha de João Pedro. E ela me chamou e disse: “O Nevinha, venha cá. Porque você, você tá sabendo que você, você não é filha daquela mulher que trouxe você”. Eu disse: “não, meu pai era João Pedro, que foi morto, que mataram e minha mãe sumiu no mundo. Eu não sei o paradeiro da minha mãe”. Ela até começou a chorar. Hoje ela ainda é viva essa mulher, ela, ela é diretora do colégio. Aí eu fui do colégio pra casa, não tinha mais contato com ninguém dos meus irmãos, não. Eu saía só quando ia a uma festinha, mas junto com

ela, no pé dela [da tia Beatriz]. Se eu arrumasse um namorado tinha que levar pra casa e ela ficava, no pé dela também.

Questionada se durante sua infância as pessoas comentavam sobre quem teria sido responsável pela morte de seu pai, João Pedro Teixeira, Maria das Neves responde:

Na escola o, o menino dizia: “quem mandou matar teu pai foi os, os fazendeiro, os fazendeiro rico mandaram matar teu pai. Teu pai queria tomar as terra dos...”. Os menino brincando na escola, sabe? Gostava de... criticar, né?! Aí eu ficava calada, ficava com uma vergonha. “Olha, quem mandou matar teu pai foi os, os dono de fazenda, com raiva de teu pai, que teu pai era, era um camponês inteligente, ele queria, fundou as Liga Camponesa aqui em Sapé, era presidente das Liga Camponesa”. Aí os menino ficavam dizendo, eu nem ligava. Na própria escola... e hoje em dia os professores tem que dar aula sobre isso. Eu, primeiro, já vou me aposentar, eu não me aposentei porque eu não quis, eu já dei aula sobre isso. Juliana, Juliana é professora de História, tem que dar aulas sobre esse negócio, de João Pedro Teixeira, fala sobre João Pedro Teixeira, na escola do pré [escola] a quarta série [se refere ao Ensino Fundamental I] já fala, no pré não, mas do quinto ano, quarto ano, quinto ano já dá pra falar, já tem essa apostila.

Na casa da tia Beatriz, Maria das Neves chegou com oito anos e saiu com vinte quatro, para casar. A relação com a tia que lhe criou sempre foi boa, conforme nos conta a depoente. Tanto antes como depois do seu casamento, e inclusive é boa nos dias atuais. De acordo com Maria das Neves, de vez em quando ainda conversa com sua tia Beatriz, a visita em sua casa nos dias atuais. Diz que gosta da sua tia e não tem nada contra ela.

No que se refere a seus irmãos, diz que não manteve contato que quase nenhum. Marta e Marinês, que viviam no Rio de Janeiro, não tinha contato algum. Mariinha (Maria José), apesar de ter morado perto de sua casa, diz que pouco a via. Afirma que andava praticamente sozinha, ou então com a tia que lhe criara. Nem com as primas tinham muito contato, pois estudavam em turnos opostos. Elas pela manhã e Maria das Neves a tarde. Quanto a Abraão, disse que o procurou bastante durante um período de sua vida. De acordo com suas palavras:

A gente procurou muito Abraão, eu vim um dia até inclusive com minha... uma filha que minha avó criou, a gente veio procurar Abraão aqui e eu louca pra ver Abraão, porque um dia eu conversando com minha avó, minha avó a mãe de meu pai, aí ela foi e disse assim: “olhe Nevinha, o teu pai, a tua mãe não morreu não, a tua mãe tá viva”. Eu disse: “vó, como é que a senhora sabe?”, ela disse: “porque eu sei, eu sei que ela tá viva”. O nome dela [da avó] era Maria, chamava Lia, tia Lia. Aí eu dizia: “tá certo tia Lia, melhor ainda que ela esteja viva”. Ela disse: “pois está, sua mãe está viva [...] sua mãe não morreu, eu sinto que ela está viva. Quem morreu foi meu filho”. Ela disse: “meu filho, mataram meu filho”. Aí ela não gostava muito de mamãe não, porque ela pensa que só mataram o filho dela por conta de mamãe. Ela pensa, sabe, porque meu pai inventou aquelas Ligas Camponesas, presidente do sindicato, essas coisa aí ela pensa que era mamãe que botava na cabeça dele, ela não gostava muito de mamãe não... por conta disso. Ela dizia, ela só tinha ele, era o filho único dela, ela disse no dia que mataram ele ela tava fazendo uma papa pra comer... aí disseram: “Lia...”, não souberam dizer, “Lia, mataram teu filho agorinha”. Ela

caiu no chão, dura. Ela disse que desde esse dia que ela ficou sofrendo do coração. E ela morreu do coração.

Quando questionada sobre seu irmão Abraão, complementa e responde:

Sim, e Abraão a gente procurou aqui em João Pessoa com a outra filha dela que ela [a avó Lia] criou, foi pra João Pessoa, a gente bateu João Pessoa todinho, procurando Abraão e nada [...] a gente procurou nos Correios, a gente procurou num bocado de lugares e não, não encontrou Abraão. E ele disse: “eu acho que Abraão morreu também”. Aí deixei pra lá. Deixei pra lá e... nem sabia que Abraão... tava vivo, que Izaac estava em Cuba, que ele estava vivo, não sabia de nada... sofri muito calada.

Ainda sobre seu irmão Abraão, Maria das Neves comenta que após Elizabeth ter se transferido para o Rio Grande do Norte:

Abraão não foi criado por ninguém, não. Abraão se virou sozinho. [...] Abraão se virou sozinho porque Abraão já era grandinho, veio pra aqui pra João Pessoa, trabalhar aqui em João Pessoa, se virou só. [...] Abraão teve que se virar só. Ninguém quis saber de Abraão, porque Abraão já era grande, aí achavam que Abraão ia continuar a mesma coisa que papai fazia. Abraão, a gente, agente procurou Abraão, aí minha, até minha avó não sabia. Aí veio eu e a filha da minha avó e passou o dia todinho aqui em João Pessoa procurando: “Abraão Teixeira, moreno, vocês não conhecem não?” Ninguém, “não a gente nunca ouviu falar nem nesse homem aqui”. A gente procurou o dia todinho, já tava de noite a gente foi embora. [...] aí os pequenos ficaram né, os pequenos eles dominavam, e Abraão eles achavam que não iam dominar Abraão, que Abraão já tava grandinho. Então Abraão teve que se virar só.

Numa conversa que teve com a esposa de Abraão, Maria das Neves perguntou como foi que ela conheceu o seu irmão. Lelé, como era conhecida, respondera:

“Nevinha, eu conheci Abraão em Patos”. Aí Abraão, ela começou a namorar com ele. Aí ela disse que toda vez que falava em família, ele começava a chorar. Ela disse que parou de falar. No dia do casamento ela disse que esse homem chorou tanto, tanto que a roupa dele ficou ensopada de lágrima, de tanto ele chorar. Ela disse que: “Abraão, rapaz, o que é isso?”. Ele não falava sobre mamãe, ele não falava sobre os irmãos, ele não botava pra fora. Silêncio tudo guardado lá no peito. Eu sei que ela disse que ele chorou muito, quando falava em família ele começava logo a chorar.

Em se tratando do filme *Cabra Marcado para Morrer* (1984), Maria das Neves afirma que o assistiu pela primeira vez em João Pessoa, na casa de sua irmã Mariinha (Maria José). Nessa ocasião, seus outros irmãos não estavam presentes. No que se refere à reunião de todos os filhos vivos de Elizabeth e João Pedro Teixeira, a depoente afirma que o único momento em que isso ocorreu foi em julho de 2014, no Memorial das Ligas e das Lutas Camponesas. Mesmo através do lançamento do filme não foi possível juntar fisicamente a família. Maria

das Neves afirma que a última vez em que viu sua irmã Marinês, ela tinha entre oito e dez anos de idade. Somente retornou a vê-la no filme *Cabra Marcado para Morrer*, no ano de 1984 e, pessoalmente, trinta anos depois, com o reencontro da família no mês de julho de 2014, promovido pela CEVPM/PB e CEV-Rio.

Em se tratando da sua família materna, Maria das Neves destaca que os irmãos de sua mãe que ainda estão vivos são: Eudes, José, Maria Dolores (Quinha) e Beatriz, todos com o sobrenome Justino. Destes familiares indicados, apenas Maria Dolores vive em Pernambuco e o restante em Sapé. Quanto a sua tia Quinha (Maria Dolores), nos afirma que fora ela quem ficara encarregada de criar seu irmão Carlos, após ser realizada a distribuição dela e dos irmãos entre a família materna. De acordo com Maria das Neves:

Carlos foi na divisão, aí quando mamãe fugiu, que ela ou fugia ou era presa, aí passou na casa da minha tia [Quinha], minha tia, até a minha tia me disse que nem queria dar Carlos. Ela disse: “não, vou levar Carlos”, aí ela levou Carlos. Carlos disse: “não, eu vou com a senhora” [possivelmente com sua mãe, Elizabeth].

Entretanto, quando questionada sobre a história contada por sua mãe, a qual afirma que fora a sua tia quem rejeitara Carlos, por ele ser semelhante a João Pedro Teixeira, Maria das Neves responde: “parece que foi. Eu não sei, mas parece que essa história foi assim mesmo”.

Sobre seu avô, Manoel Justino, afirma que morreu com cento e cinco anos. Aproximadamente uns seis meses antes de falecer, já foi perdendo sua lucidez, deixando de reconhecer até seus próprios familiares. Porém, anterior a esse momento, ele se mostrava vigoroso para sua idade avançada. Tinha o costume de acordar bem cedo e tomava banho no açude de sua propriedade.

Questionada se guarda alguma mágoa de Elizabeth Teixeira, sua mãe, Maria das Neves responde sem demora:

Nenhuma! Nenhuma, nenhuma. Agora, a mágoa que eu fiquei dela foi porque ela botou esse negócio da foto, e que não foi verdade. Eu ainda vou conversar com ela: “mamãe a senhora não vai levar isso pro túmulo, não”. Porque eu acho que ela ficou com mágoa de mim porque uma vez eu disse a ela: “mamãe, eu queria ter sido criado pela senhora, não queria que a senhora tivesse me abandonado”. Mesmo ela sendo pobrezinha, ela sendo lavadora de roupa, o que ela fosse era pra ela ter me levado. Foi isso que eu disse a ela: “eu não queria ter ficado. Do jeito que a senhora levou Carlos a senhora devia ter me levado”. Eu fui criado pela minha tia, eu não tenho mágoa dela, mas eu não gostei de ter sido criado por ela não. Eu queria ter sido criado pela minha mãe. Como eu era criada pelo meu pai e pela minha mãe quando eu era pequena. Aí ela ficou com essa mágoa e inventou essa história da foto. Eu jamais recusaria uma foto [se refere ao depoimento que Elizabeth Teixeira deu na década de 1990 às professoras Rosa Maria Godoy Silveira, Neide Miele e

Lourdes Bandeira, que resultou na obra *Eu marcharei na tua luta: a vida de Elizabeth Teixeira* (1997). Num dos trechos de seu depoimento, na página 130, afirma que ao conhecer sua neta, filha de Maria das Neves, entregou uma fotografia de João Pedro Teixeira. Essa atitude, conforme o depoimento de Elizabeth, foi repreendida por sua filha Maria das Neves.] do meu pai, porque eu era a filha preferida do meu pai. [grifo nosso]

Já em se tratando dos dias atuais, de como a depoente se sente em ter como pais Elizabeth e João Pedro Teixeira, Maria das Neves responde:

Eu me sinto, me sinto bem. Não tenho vergonha do meu pai porque ele era negro, não tenho vergonha porque era negro. Não tenho vergonha da minha mãe, porque minha mãe sofreu muito. Eu também não tenho vergonha de nada não. Eu nunca recusei foto do meu pai não. Ela [Elizabeth Teixeira] que criou essa história, de uma mágoa ela inventou outra coisa.

No que se refere ao aniversário de noventa anos de Elizabeth Teixeira, que estava para acontecer no dia 13/02/2015, Maria das Neves faz a seguinte consideração:

É uma coisa boa, saber que ela é uma heroína também. Meu pai foi um herói e ela uma heroína, porque passar pelo que ela passou, sofrer o que ela sofreu e aguentar tudo firme, né... eu considero ela como uma heroína e meu pai um herói. Eu não tenho vergonha de foto com meu pai não... nem nada. Queria ter a foto dele. Eu tenho uma foto dele pequenininha, eu queria ter uma bem grande.

Quanto à sua história de vida, Maria das Neves explica que após a ida da sua mãe para o Rio Grande do Norte ela foi, aos oito anos de idade, viver na casa de sua tia Beatriz e de lá somente saiu aos vinte e quatro anos, para casar. Com um curso de Magistério, começou a trabalhar como professora numa escola do município de Sapé, na localidade de Antas do Sono, onde foi construída num terreno doado pelo seu avô Manoel Justino. Ensinava como contratada da prefeitura de Sapé, até o tempo em que prestou concurso público e foi aprovada para professora do que hoje chamamos de ensino fundamental I. Chegou também a terminar o curso superior de Pedagogia.

Seu casamento não durou muito tempo, pois seu marido a abandonou. A partir desse momento passou a viver apenas com sua filha Juliana, que hoje é professora de História²⁰³, e Jameson, que é policial militar. De acordo com a depoente, ela colocou o nome da sua filha de Juliana Elizabeth Teixeira justamente para homenagear sua mãe. Seus dois filhos, de acordo

²⁰³ Como Trabalho de Conclusão do Curso de História desenvolveu uma monografia que trata da história da Liga de Sapé e a trajetória de João Pedro Teixeira nesse movimento. Para maiores informações, ver: NASCIMENTO, Juliana Elizabeth Teixeira. **A Saga do Camponês João Pedro Teixeira e a Liga Camponesa de Sapé – PB**, 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, 2003. Juliana, atualmente, trabalha como professora efetiva do Estado da Paraíba e do município de Sapé.

com a depoente, têm muito orgulho da história dos avós, inclusive a própria Juliana que estava grávida no período dessa oitiva, já tinha decidido homenagear o avô João Pedro, colocando seu nome no filho que estava prestes a nascer. Vale ressaltar que além deste filho de Juliana, há mais dois netos de Elizabeth com esse mesmo nome. Um deles é o filho de Abraão.

Antes de finalizarmos este capítulo, vale ressaltar que infelizmente não tivemos a oportunidade de ouvir Carlos Teixeira, que poderia nos relevar muito sobre um período que temos poucas informações: os mais de quinze anos que ficou isolado do resto da família junto com sua mãe, no Rio Grande do Norte. Sobre este momento da vida de Elizabeth, as únicas informações que temos foram fornecidas por ela mesma. Há ainda muitas lacunas sobre esse período em sua vida, e o depoimento de Carlos poderia contribuir bastante.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacamos que este trabalho foi escrito concomitantemente com nossa atuação como membro da CEVPM/PB, que se deu especificamente no Grupo de Trabalho (GT) *Repressão do Estado e das milícias privadas aos camponeses*. As atividades do grupo foram essenciais para o desenvolvimento desta dissertação, que contemplou em texto grande parte dos trabalhos que foram executados, a saber: registro de diversos depoimentos de dirigentes, espectadores, militantes e familiares de lideranças do movimento camponês.

Como podemos observar, esta dissertação teve como principal objetivo discutir sobre as Ligas Camponesas e sua expressão na Paraíba. Essa discussão foi realizada, inicialmente, através de consulta a obras bibliográficas publicadas desde a década de 1960, quando o movimento camponês ainda vigorava, até os anos mais recentes. Num segundo momento, buscamos resgatar histórias sobre este movimento camponês na Paraíba através dos depoimentos colhidos na CEVPM/PB.

No que concerne às Ligas Camponesas, buscamos mostrar que elas se traduziam em forças sociais que vislumbravam protagonizar mudanças estruturais no quadro fundiário brasileiro, sobretudo quando reclamavam uma reforma agrária que lhes garantisse acesso mais justo à terra.

Com grande capacidade de mobilização, o movimento contrapunha grandes proprietários rurais, chegando inclusive ao enfrentamento propriamente dito. A maior parte das ações do movimento se dava como reação às arbitrariedades cometidas pelos donos de terra e, em muitas ocasiões, os conflitos culminavam em mortes tanto do lado dos camponeses como dos latifundiários, muito embora o número de camponeses assassinados seja muito mais robusto. Devido ao vigoroso crescimento do movimento camponês pelo Brasil, e pelo caráter de ruptura do status quo que apresentavam, as elites conservadoras rurais se sentiam bastante ameaçadas.

Com o advento do golpe, este movimento se tornou um dos maiores alvos da repressão, justamente pelo caráter revolucionário que transpassava as forças conservadoras. Objetivando sua total desarticulação, o regime proibiu o funcionamento das Ligas e prendeu seus principais líderes.

Neste trabalho demos destaque, inicialmente, a alguns dirigentes das Ligas Camponesas da Paraíba, tais como Assis Lemos, Ophélia Amorim e Antônio José Dantas, que forneceram valiosos depoimentos para a CEVPM/PB e, conseqüentemente, para esta dissertação. De enorme relevância, destacamos também o depoimento de seis testemunhas da

Liga Camponesa de Sapé, a saber: Ana Justino de Oliveira, Hilda Maria da Conceição de Melo, Francisca Freitas de Sousa, Isabel Regina dos Reis, Severino Francisco da Silva e Antônio Domingos de Oliveira, que nos possibilitaram desenvolver uma *história dos de baixo*, onde foi levado em conta as suas experiências de vida, sobretudo em relação à Liga de Sapé.

Também focamos em nosso trabalho na história de três lideranças camponesas da Paraíba: Elizabeth Teixeira, Nego Fuba e Pedro Fazendeiro. A primeira passou pouco mais de três meses presa e em seguida foi liberada pelo Exército. Entretanto, temendo ser presa novamente e sofrer outros tipos de represálias das forças armadas, da polícia militar ou até mesmo de milícias privadas, Elizabeth decidiu fugir para o Estado do Rio Grande do Norte com o objetivo de escapar da repressão. Por mais de quinze anos escondeu sua verdadeira identidade, se denominando para todos como Marta Maria da Costa. Dos dez filhos vivos que tinha, levou consigo apenas um, que antes fora rejeitado por seus familiares. Quanto aos dois outros líderes, foram presos pelo Exército e depois de alguns meses supostamente liberados. Desde então nunca mais foram vistos.

Este trabalho buscou resgatar os meandros desses acontecimentos através de depoimentos de familiares dessas lideranças camponesas. Esses testemunhos, entretanto, não se limitaram a discorrer sobre os efeitos do golpe e do regime civil-militar para esses três protagonistas das Ligas Camponesas, pois ficou também em evidência o impacto desses acontecimentos nas suas próprias vidas. Dessa forma, caracteriza os efeitos do golpe extensivos aos familiares de perseguidos políticos. Essa etapa da dissertação contribui com a ampliação do entendimento em relação aos traumas que um Estado de exceção (neste caso específico, a ditadura civil-militar brasileira) pode causar a um sem-número de indivíduos numa sociedade.

Nesses depoimentos ficam explícitos os efeitos devastadores nas famílias. Concordamos que se trata de um conteúdo bastante subjetivo, mas que indica em todos os casos situação de dor, sofrimento e feridas não cicatrizadas com o passar do tempo. Apesar dos familiares desses perseguidos políticos terem seguido adiante e reconstruído suas vidas, percebemos que o passado fraturado pelas circunstâncias do golpe e regime civil-militar deixou cicatrizes bem profundas que continuam a doer até nos tempos atuais.

Em maior ou menor grau, elas se manifestam de forma única em cada um dos familiares que prestaram depoimento. Às vezes, até de forma não programada, se pegam pensando, refletindo e sentindo. No caso dos familiares de Pedro Fazendeiro (dado como desaparecido), por exemplo, ainda se notam levantando hipóteses sobre o que pode ter

acontecido, ou mesmo ainda procurando por ele, seja na multidão que passa nas reportagens de televisão, seja no meio das ruas. Acabam fazendo tudo isso de forma inconsciente, pois já o consideram morto, quando recobram a razão. Para tentar dar um fim nisso, os familiares, com o apoio do Estado, já procuraram por diversas vezes os restos mortais de Pedro Fazendeiro. Todas foram frustradas.

Em se tratando dos filhos de Elizabeth Teixeira, os quinze anos de ausência da mãe também deixaram marcas profundas. A família se separou fisicamente e nunca mais tinha conseguido se reunir plenamente. O que houve foram breves encontros de Elizabeth com cada um de seus filhos, cada um morando num local distinto e, muitas vezes, distante. Muitos irmãos perderam a convivência entre si. Por mais que após a ditadura civil-militar tenham todos revisto Elizabeth Teixeira, podemos perceber nos depoimentos que mesmo assim, dores e mágoas permaneceram durante muito tempo nas relações familiares.

Apesar de todo sofrimento pelo que passaram essas famílias em decorrência da repressão do regime civil-militar, todos os que prestaram depoimentos a CEVPM/PB consideraram que a luta de seus familiares foi justa e corajosa, além de representar uma causa maior que beneficiaria grande parte da sociedade. Por isso, dizem se sentir orgulhosos.

No ano de 2014, a CEVPM/PB, juntamente com o apoio da CEV-Rio, promoveram o encontro da Família Teixeira, realizado na antiga casa onde viveram desde os tempos de João Pedro Teixeira e só saíram de lá em decorrência do golpe de 1964. Um encontro como este, não se realizava há 50 anos. Ainda assim, com a ausência irremediável de cinco filhos já falecidos.

Vale destacar também que a mesma função cumpriu a CEVPM/PB para a família de Pedro Fazendeiro, promovendo o reencontro de seus filhos ao trazer José Marinard do Rio de Janeiro à cidade de João Pessoa-PB, para a realização de uma oitiva, que se deu na semana das festividades natalinas do ano de 2014. Esse encontro, entretanto, se fez também com a ausência irremediável de Nadieje e Dona Maria Júlia, respectivamente filha e esposa, já falecidas.

Para finalizar, gostaríamos de enfatizar que procuramos neste trabalho realizar uma escrita menos densa, muitas vezes de modo parecido, inclusive, com a forma oral. Foi uma forma de endossar a oralidade dos próprios depoentes, dando mais unicidade ao texto. Este estilo foi adotado com o objetivo de tornar o trabalho mais acessível ao público geral, sem com isso perder os requisitos de um trabalho acadêmico.

7. ANEXO



Mapa do Estado da Paraíba com sua divisão administrativa em 1963, extraído do Atlas Geográfico da Paraíba, 1965.

8. REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta. Apresentação. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta. (orgs). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais do Nordeste (1957-64). In: NOGUEIRA, Marco & BRANDÃO, Gildo (orgs.). **Temas de Ciências Humanas** (vol. 8). São Paulo, SP: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.
- _____. **Lutas Camponesas no Nordeste**. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- _____. **1964 e o Nordeste: golpe, revolução ou contra-revolução?**. São Paulo: Contexto, 1989.
- _____. **A terra e o homem no Nordeste – 8ª edição**. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru; SP: Ed. USC, 2007.
- AQUINO, Laura Christina Mello de. **Sudene: a utopia de Celso Furtado**. João Pessoa: Ideia, 2014.
- AZEVÊDO, Fernando Antônio. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BANDEIRA, Lourdes; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; MIELE, Neide. (Orgs.) **Eu marcharei na luta: a vida de Elizabeth Teixeira**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1997.
- BARRETO, Lêda. **Julião, Nordeste, Revolução**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963.
- BECKER, Jean-Jacques. O handicap do a posteriori. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta (orgs), **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BENEVIDES, Cezar. **Camponeses em marcha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- BRITO, Gilvan. **A Ditadura na Paraíba**. João Pessoa: Patmos Editora, 2014.
- BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- _____. **A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CARDOSO, Lucileide Costa. Dimensões da memória na prática historiográfica. In: OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos; REIS, Isabel Cristina Ferreira dos (orgs.). **História regional e local: discussões e práticas**. Salvador: Quarteto, 2010.

CARNEIRO, Renato César. **A bagaceira eleitoral: verba, verbo e populismo – A história do Voto na Parahyba (Da “Revolução de 30” a 1965) – v.2**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

COSTA, Luiz Flávio Carvalho. **Sindicalismo Rural Brasileiro em construção**. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1996.

COSTA, Walter R. P. da. **Anotações de um juiz de direito**. João Pessoa: Unigrafi, 1988.

COUTINHO, Marcus Odilon Ribeiro. **André Ribeiro Coutinho**. João Pessoa, Ed. Sal da Terra, 2001.

DANTAS, Antônio José. **Memória Militante**. João Pessoa, Ed. Ideia, 2012.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “Partido políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 (O Brasil Republicano, vol. 3)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

EUFLÁVIO, José. Antônio Dantas: origens e contradições no movimento camponês. In: GUEDES, Nonato; MELLO, José Octávio e outros. **O jogo da verdade – Revolução de 64: 30 anos depois**. João Pessoa, Editora União, 1994.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da historia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FERREIRA, Jorge.; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. (O Brasil Republicano, vol. 3)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 (O Brasil Republicano, vol. 3)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge e GOMES, Ângela de Castro. **1964 – O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de janeiro: Civilização brasileira, 2014.

FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel A.(orgs). **Revolução e democracia** (As esquerdas no Brasil, vol.3). Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2007.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GIRARDET, Raul. **Mitos e mitologias do político**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1987.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira – das ilusões perdidas à luta armada. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

GRELE, Ronaud J. Pode-se Confiar em Alguém com mais de 30 anos? Uma Crítica Construtiva a Historia Oral. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta (orgs). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HAM, Antônia Maria Van; CALADO, Alder Júlio; SEZYSHTA, Arivaldo J.; GIACOMELLI, Gabriele; IENO, Gláucia M. de Luna (Orgs.). **Memórias do Povo**: João Pedro Teixeira e as ligas camponesas – deixemos o povo falar. João Pessoa: Ideia, 2006.

ISSLER, Bernardo (Coord.). **Atlas Geográfico da Paraíba**. João Pessoa: Imprensa Universitária (UFPB), 1965.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta (orgs), **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

JULIÃO, Francisco. Que são as ligas camponesas? Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962.

JULLIARD, Jacques. A política. In: GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História**: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Movimentos Sociais, Disputas Políticas e Reforma Agrária de Mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Universidade Rural/UNRISD, 2002.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas do Brasil. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil**: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 (O Brasil Republicano, vol. 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MOTTA, Marcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux. In: NORA, Pierre. (Dir.). **Les Lieux de mémoire**, I. La République. Paris: Gallimard, 1984.

NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. Golpe Civil-Militar na Paraíba: repressão e legitimação. In: DANTAS; NUNES; SILVA (orgs.). **Golpe Civil-Militar e ditadura na paraíba: história, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

OIKAWA, Marcelo. **Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PEDROSA, Odilon. **Caminhos andados, terras mares e céus**. João Pessoa: Editora Local, 1986.

PEREIRA, Joacil de Brito. **A vida e o tempo: memórias II**. João Pessoa: A União, 1997.

PORFÍRIO, Waldir. **O IPM do Grupo dos Onze**. Mimeog. João Pessoa: 2013b.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

RAMOS, Severino. **Crimes que abalaram a Paraíba (vol.1)**. João Pessoa: Forma Editorial, 2012.

RANGEL, Maria do Socorro. Territórios de confronto – Uma história da luta pela terra nas Ligas Camponesas. In: LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

REMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: UFJR/FGV, 1996.

REMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SANTANA, Martha Maria Falcão de Carvalho e Moraes. **Nordeste, Açúcar e Poder**. João Pessoa, Grafset, 1990.

SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. O Partido Comunista Brasileiro na Paraíba: Luta de massas entre a democracia e o autoritarismo. In: DANTAS; NUNES; SILVA (orgs.). **Golpe**

Civil-Militar e ditadura na paraíba: história, memória e construção da cidadania. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

SOBREIRA, Dimitri. O anticomunismo no “A Imprensa”: Igreja Católica e Golpe Civil-Militar na Paraíba. In: DANTAS; NUNES; SILVA (orgs.). **Golpe Civil-Militar e ditadura na Paraíba:** história, memória e construção da cidadania. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

SOUZA, Francisco de Assis Lemos de. **Nordeste – o Vietnã que não houve:** Ligas Camponesas e o Golpe de 64. João Pessoa: Edições linha d’água, 2008.

STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil:** história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa (vol.1).** Rio de Janeiro: Paz e terra. 1987.

_____. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado.** São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TODOROV, Tzevetan. **Memórias do mal, tentação do bem.** Indagações sobre o século XX. São Paulo: Arx, 2002.

Monografias, dissertações e teses:

ALVES, Janicleide M. M. **Pedro Fazendeiro:** trajetória, luta e dor de um líder. Trabalho de Conclusão de Curso – UFPB, 2006.

MUNIZ, Roberto Silva. **A Fabricação de João Pedro Teixeira:** como o Herói Camponês. Campina Grande, 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, 2010.

NASCIMENTO, Juliana Elizabeth Teixeira. **A Saga do Camponês João Pedro Teixeira e a Liga Camponesa de Sapé – PB,** 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, 2003.

SALES, Jean Rodrigues. **O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974).** Campinas, 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas.

XAVIER, Wilson José Félix. **As práticas educativas da Liga Camponesa de Sapé:** memórias de uma luta no interior da Paraíba (1958-1964). João Pessoa, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, 2010.

Artigos publicados em revista e eventos:

Entrevista de Juan Jose Marím a Giovanni Levi. Heredia: Costa Rica, 1999, p.2 Disponível em: <http://história.fcs.urc.ac.cr/mo-his/e-levi-coshtm>. Acesso em: junho de 2013.

DEZEMONE, Marcus. **Conflitos rurais no Brasil: breve exame no século XX**, Revista Cantareira/ UFF, Rio de Janeiro, Nº1, Vol. 1, ano 1, novembro de 2002, p. 1-13.

LEPERA, Luciano. **As primeiras Ligas Camponesas e o Triângulo Mineiro**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária “Territórios em disputa: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições de desenvolvimento brasileiro” Uberlândia-MG, 15 a 19 de outubro de 2012.

MATOS, Júlia & SENNA, Adriana. **História oral como fonte: problemas e métodos**. Historiæ, Rio Grande, 2 (1): 95-108, 2011.

MONTENEGRO, Antônio. **As Ligas Camponesas e os conflitos no campo**. Saeculum – Revista de História [18]; João Pessoa, jan/jun. 2008, p. 11-31.

MUNIZ, Iranice Gonçalves. **Memorial das Ligas Camponesas: Um resgate histórico na luta pela reforma agrária e pelos direitos humanos**, 2012. VII Encontro Nacional da ANDHEP - Direitos Humanos e Acesso à Terra (Encontro).

POLLACK, Michel. **Memória e identidade social**. Revista estudos históricos. Rio de Janeiro, v.5, n. 10, 1992, p. 201-215.

SANTHIAGO, Ricardo. **Da Fonte Oral a Historia Oral: debate sobre a legitimidade**. Saeculum – Revista de História [18]; João Pessoa, jan/jun. 2008, p. 33-46.

SANTOS, Leonardo. **As Ligas Camponesas do PCB: a transformação da questão agrária em ação política (1928-1947)**. Trocadero, Rio de Janeiro, m (17), p. 77-98, 2005.

Documentos:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA. Apanhado Taquigrafo da Reunião da Comissão de Direitos Humanos (dia 24 de agosto de 1995).

BRASIL. Constituição Federal (1988). Art. 8º, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Relatório da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba (2014).

Gravações realizadas pela Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba (CEVPM/PB), Oitivas do Grupo de Trabalho Repressão do Estado e das milícias privadas aos camponeses.

Gravação da audiência pública em Sapé, na data 15/07/2013, realizada pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) em parceria com a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba (CEVPM/PB).

Filmografia:

CABRA MARCADO PARA MORRER. Direção Eduardo Coutinho. Globo Vídeos Produções (Tesouros Brasileiros – Cinema Nacional): Rio de Janeiro, 1984. 1 DVD (120 min.). Sonoro, digital. Português

A FAMÍLIA DE ELIZABETH TEIXEIRA. Direção Eduardo Coutinho. Produção Beth Formaggini: Brasil, 2014 (65 min.).